Organização

DIASPOTICS.ORG



VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações

Caderno de Resumos



Diaspotics

PETECO

MAIS INFORMAÇÕES:

FORUMDEIMIGRACAO.ORG

/FORUMDEIMIGRACOES

ORGANIZADORES
Mohammed ElHajji
Otávio Cezarini Ávila
Gabriela Azevedo de Aguiar
Conceição de Souza
Suzana Mallard
Catarina Gonçalves
Fernanda Paraguassu
Flavia Arpini
Leonardo Magalhães Firmino
Maria Villarreal
João Paulo Rossini Teixeira Coelho

PARECERISTAS
Adriana Assumpção
Catarina Gonçalves
Conceição de Souza
Fernanda Paraguassu
Flavia Arpini
Gabriela Azevedo de Aguiar
Leonardo Magalhães Firmino
Maria Villarreal
Otávio Cezarini Ávila
Suzana Duarte Santos Mallard

EDIÇÃO
Périplos
Rio de Janeiro, 2020

DIAGRAMAÇÃO
Leonardo Magalhães Firmino
Otávio Cezarini Ávila
João Paulo Rossini Teixeira Coelho

C749a VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações: Cadernos de resumos (5. : 2020 : Rio de Janeiro, RJ)
Anais [recurso eletrônico] / VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações. Interculturalidade, comunicação e migrações transnacionais: fronteiras, políticas e cidadania. Colóquio Internacional, de 27 a 29 de novembro de 2019 no Rio de Janeiro, RJ. – Rio de Janeiro, UFRJ, Périplos, 2020

319 p ; 2,23 MB ; PDF

ISBN 978-85-92920-12-8

Disponível em: https://forumdeimigracao.org/
Inclui referências

1. Migrações – Evento 2. Interculturalidade – Eventos 3. Comunicação-Eventos 4. Política – Eventos I. Título.

CDU 316.774(063)
342.7(063)

SUMÁRIO

A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO PROJETO DE ASSIMILAÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE NA ERA VARGAS | **Pedrina Barros de Castro**
7

A EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS MIGRATÓRIOS: feridas abertas numa família na obra de Antônio Torres | **Clélia Gomes dos Santos**
13

A HISTÓRIA DE VIDA DE UMA IMIGRANTE HAITIANA NO BRASIL: compreendendo as metamorfoses identitárias | **Suélen Cristina de Miranda**
19

ACOMPANHANDO VIDAS EM MOVIMENTO: o sofrimento no refúgio e as reinvenções do cotidiano | **Laura Cristina de Toledo Quadros, Fabiana Ling Hui Pan, Camila Ouriques Rangel da Silva**
27

IMAGENS SOBRE MIGRAÇÕES EM LIVROS DE LITERATURA INFANTIL | **Adriana Maria de Assumpção**
33

AMBIÊNCIAS DESLOCADAS: reflexões a respeito da (des) construção de um Habitar no exílio | **Ilana Sancovschi e Cristiane Rose Duarte**
39

DA IMIGRAÇÃO À INTEGRAÇÃO SOCIAL: o papel das iniciativas cidadãs | **Anaëlle Poulet**
45

O DESLOCAMENTO POR RAZÕES AMBIENTAIS: uma análise do regime de proteção jurídica | **André Ricci de Amorim e Silvia Gabriel Teixeira**
52

A FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES: uma reflexão sobre as categorias de análise | **Maria Paula Botero Rodriguez, Corina Evelin Demarchi Villalón, Cláudia Medeiros de Castro**
57

FAMÍLIAS MIGRANTES INTERCULTURAIS: desafios e estratégias | **Carolina Tavares da Silva Louback**
65

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AFRICANAS NEGRAS EM DUQUE DE CAXIAS/RJ: diálogos culturais a favor de um de uma pedagogia antirracista | **Caroline Delfino dos Santos**
72

LINGUAGEM AFETIVA NAS RELAÇÕES INTERCULTURAIS COM CRIANÇAS MIGRANTES | **Catarina Gonçalves e Fernanda Paraguassu**
78

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEMÓRIA NA RESSIGNIFICAÇÃO DAS IDENTIDADES DOS REFUGIADOS QUE MIGRARAM PARA O RIO DE JANEIRO: o caso da Feira de Refugiados Chega Junto | **Conceição de Souza**
85

CRISE MIGRATÓRIA NO SÉCULO XXI: uma análise de economia política | **Hugo Cordeiro Mota Pinheiro**
92

VIDAS EM TRÂNSITO: ascensão financeira e o enredo identitário que aprisiona na condição liminar. Sorveteiros ítalo-brasileiros entre Itália, Alemanha e Brasil como (não) lugares | **Diane Portugueis**
99

EXPERIÊNCIAS DE ACOLHIMENTO HUMANITÁRIO DE MIGRANTES: agentes em disputa por um modelo Curitibano | **Eloisa Pissaia e Matheus Kich**
104

MIGRAÇÃO E CONTROLE: a fronteira como espaço de poder e conflito | **Fábio Ferreira Agra**
110

AMANAR: utilizando a realidade virtual na divulgação de ciência | **Felipe Carrelli Sá Silva**
116

A "LEGALIZAÇÃO" DO PRINCÍPIO DO NON-REFOULEMENT: avanços e recuos no contexto regional americano | **Filipe da Silva Felix Gomes**
122

ACOLHIMENTO DAS CRIANÇAS IMIGRANTES TRANSNACIONAIS PELA ABORDAGEM DA INCLUSÃO ESCOLAR | **Gabriela Azevedo de Aguiar**
128

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MIGRATÓRIA POR MEIO DE REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS: a inovação que rompe estigmas latino-americanos | **Jeniffer Fernandes Oliveira e Jhosely Micaela Seminario Valero**
133

O MAR DA DOR, O MAR DA CORAGEM: memória, testemunho e afeto em deslocamentos | **Júlia de Freitas Motta**
138

O IDIOMA COMO UM FACILITADOR NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS | **Julia Toniolo, Rodrigo Trapp, Clarissa Trentini**
146

"PESSOAS PERIGOSAS" NA POLÍTICA MIGRATÓRIA: da capoeira como ameaça de expulsão à deportação sumária que legitima violências e arbitrariedades | **Karina Quintanilha Ferreira**
153

A POLÍTICA NACIONAL PARA A IMIGRAÇÃO DIRIGIDA NO PÓS II GUERRA MUNDIAL | **Lara Novis Lemos Machado**
159

LEILÃO DE AFRICANOS: a imigração na Líbia e os problemas de Direitos Humanos | **Mariane Monteiro da Costa**
164

IDENTIDADES E CONFLITO: a luta dos imigrantes em tempos de crise | **Mariana de Araujo Castro**
171

MUSICAR ANDINO EM SÃO PAULO: interculturalidade e música | **Mariana Santos Teófilo**
177

ESTUDO COMPARADO: políticas migratórias para refugiados LGBTI na América Latina e na Europa | **Nathan Chagas Simões**
181

NARRATIVAS DE MIGRANTES TRANSNACIONAIS EM CONTEXTO ESCOLAR E AS POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO | **Natalia Benatti Zardo de Curci**
187

O SISTEMA DE ACOLHIMENTO E CONFINAMENTO PARA MIGRANTES MENORES NÃO ACOMPANHADOS NA ITÁLIA | **Antonella Grieco**
194

O ESTRANGEIRO E O MIGRANTE EM 'OS SERTÕES' E 'CASA GRANDE & SENZALA' | **Otávio Cezarini Ávila**
201

MIGRAÇÕES, FRONTEIRAS E RESISTÊNCIA: lutas migrantes e ativismo | **Paula Dias Dornelas**
208

MIGRAÇÃO EM CUIABÁ: histórias de superação de Árabes, Haitianos e Venezuelanos | **Adriana Auxiliadora da Silva e Viviane Braz Nogueira**
214

MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE REAÇÃO ULTRACONSERVADORA: analisando a decisão brasileira de abandonar o pacto global para migração | **Guilherme Antunes Ramos**
220

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E O CONTINENTE AFRICANO: o histórico colonialista como base para os estudos sobre os fluxos migratórios em África | **Fabiana Lemos Sant' Ana**
225

PERFIL, TRAJETÓRIAS E SAÚDE DE SOLICITANTES DE REFÚGIO ATENDIDOS PELA CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DO RIO DE JANEIRO ENTRE 2016 E 2017 | **João Roberto Cavalcante, Raquel Proença, Ignacio Cano, Anete Trajman, Eduardo Faerstein**
232

ESTRANGEIRO E REFUGIADO: duas palavras, sentidos dispersos | **Sabrina Sant'Anna Rizental**
239

DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS DO ESTUDO DA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA: uma análise intercultural de relatos de professores refugiados do Abraço Cultural | **João Paulo Rossini Teixeira Coelho**
246

A INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS CONGOLESAS NA ESCOLA PÚBLICA: percepções de professoras da rede municipal de Duque de Caxias | **Kelly Russo, Leila Mendes, Sandra Marcelino, Monica Paiva**
253

SOLIDARIEDADE NA PRÁTICA DE ACOLHIMENTO A IMIGRANTES | **Carolina de Campos Borges**
259

TENSÕES E LIMITES DA RELAÇÃO ENTRE GOVERNAMENTALIDADE E HOSPITALIDADE: um diálogo a partir de Michel Foucault | **Thayná de Castro Saczuk e Cesar Candiotto**
265

IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O RIO DE JANEIRO: uma memória em um museu | **Thais Sachie Tsuzuki Fernandes**
272

A INVISIBILIDADE DA MULHER REFUGIADA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL | **Adriana Miranda Ramos Costa**
278

(AUTO)BIOGRAFIAS DE REFUGIADOS SÍRIOS: construções discursivas sobre a relação Oriente e Ocidente | **Daniele dos Santos de Souza**
287

O PAPEL DA CULTURA NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS EM SAÚDE MENTAL PARA IMIGRANTES E REFUGIADOS | **Igor de Assis Rodrigues e Francisco Javier Ortega Guerrero**
294

A ÁFRICA NO BRASIL: artistas africanos no campo do trabalho musical brasileiro | **Willians de Jesus Santos**
300

ACESSO E SAÚDE: um estudo avaliativo sobre as diferentes dimensões do acesso de refugiadas congolesas à atenção integral à saúde da mulher no município do Rio de Janeiro | **Taiane Damasceno da Hora, Ariane Rego de Paiva e Ludmila Fontenele Cavalcanti**
306

UM OLHAR PSICANALÍTICO PARA A FAMÍLIA DEKASSEGUI NO JAPÃO | **Cizina Célia Fernandes Pereira Resstel, José Sterza Justo, Mary Yoko Okamoto**
314

APRESENTAÇÃO

É consenso entre acadêmicos e pesquisadores que o processo migratório é um fenômeno irreversível. O Relatório Mundial sobre Migrações de 2020 divulgado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) revelou que cada vez mais pessoas migram em busca de melhores condições de vida, especialmente de emprego. O documento da OIM registrou a existência de pelo menos 272 milhões de migrantes internacionais em 2019, o que representa um aumento de 23% em relação a 2010. Desse total, 26 milhões cruzaram a fronteira para obter refúgio em outro país, fugindo de conflitos de guerra e perseguições.

Nesse contexto, torna-se relevante a análise e compreensão do fenômeno migratório e diaspórico pelo setor acadêmico como forma de colaborar para a reflexão sobre os desdobramentos e as transformações resultantes desses deslocamentos.

O objetivo do **VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações 2019** foi reunir as mais atuais pesquisas e experiências relacionadas à migração, especialmente de pesquisadores de mestrado, doutorado e pós-doutorado de diferentes estados do Brasil. A diversidade dos temas desse ano compôs um panorama da tendência dos estudos relacionados à migração, espalhados em várias áreas e instituições, que se concentraram em três dias de intensos trabalhos. O evento foi realizado entre **27 e 29 de novembro**, no Campus Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A programação foi composta por diversas áreas do conhecimento e dividida em 12 mesas temáticas, como geopolítica da exclusão; integração socioeconômica e cidadania; práticas interculturais e identidade; direitos humanos; saúde; alteridade e conflito; gênero;

memória; família e educação. Foram apresentados 49 trabalhos de autores vinculados a 23 instituições de dez estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia.

O simpósio é organizado pelo grupo de pesquisa Diaspotics, vinculado à Escola de Comunicação da UFRJ (ECO) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da UFRJ (EICOS). O Diaspotics é coordenado pelo Prof. Dr. Mohammed ElHajji e tem uma proposta de apreensão, análise e compreensão do fenômeno migratório e diaspórico a partir dos fluxos e rastros subjetivos produzidos pelo imigrante e as comunidades diaspóricas, mediados pelas TICs.

Este produto apresenta os trabalhos aprovados e apresentados durante o evento em 2019. O documento fornece informações que podem contribuir com o desenvolvimento de novas pesquisas para a formulação de políticas públicas na área da migração.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2020.

Equipe Organizadora

A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO PROJETO DE ASSIMILAÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE NA ERA VARGAS[1]

EDUCATION AT THE SERVICE OF THE ASSIMILATION PROJECT OF THE IMMIGRANTS IN VARGAS ERA

Pedrina Barros de Castro[2]

***Resumo**: O ideário nacionalista foi uma das bases de sustentação do primeiro governo Vargas, em especial durante o Estado Novo, em que o governo autoritário impôs à população imigrante diversas restrições, principalmente em relação ao uso e aprendizagem do seu idioma. Com o objetivo de assimilação dos imigrantes, bem como de diminuir a influência estrangeira no Brasil, em 1938, o Governo deu início à Campanha de Nacionalização do Ensino. Esta obteve apoio de instituições da sociedade civil, dentre elas, a Associação Brasileira de Educação, valioso espaço de reflexão da época sobre assuntos relacionados à educação nacional e formada pelos mais proeminentes intelectuais. A Associação, por meio de cursos de férias, palestras em sua sede, publicações em sua revista trimestral, dentre outros, configurou-se um importante instrumento de disseminação e legitimação da política nacionalista da Era Vargas.*

***Palavras-chave:** Educação. Imigração. Era Vargas.*

---

[1] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[2] Universidade Federal Fluminense, doutoranda em Estudos da Linguagem/Políticas Linguísticas, pedrinabarros@id.uff.br.

1. Introdução

A Era Vargas (1930 a 1945) foi fortemente marcada pelo nacionalismo. Acreditava-se que o crescimento e a modernização do Brasil estavam estritamente ligados aos ideais nacionalistas, sem os quais o país estaria fadado ao atraso.

Dentro desse contexto, a língua portuguesa teve um papel fundamental, por ser considerada um importante meio de união da população brasileira e de assimilação dos imigrantes. Assim, observa-se nesse período a implementação de diversas políticas linguísticas com o objetivo de fortalecer o monolinguismo, principalmente no que tange às restrições ao uso do idioma dos imigrantes.

A nacionalização do ensino, iniciada em 1938, com a criação da Comissão Nacional de Ensino, representou a primeira fase do que ficou conhecido como a "campanha de nacionalização" do governo Vargas. A campanha foi um conjunto de ações com o objetivo de assimilação da população imigrante, em especial de seus descendentes já nascidos no Brasil, de forma a valorizar a cultura brasileira e incentivar o patriotismo.

Para levar adiante a campanha de nacionalização do ensino, o governo contou com o apoio de instituições da sociedade civil no campo da educação, dentre elas, a Associação Brasileira de Educação (ABE).

Fundada em 1924, a Associação surge num contexto em que a sociedade civil começa a discutir políticas educacionais, questões estas reservadas até então quase que exclusivamente ao Estado. A ABE era formada por profissionais das mais diversas áreas – como professores, jornalistas, funcionários públicos, políticos – que acreditavam que o desenvolvimento da educação nacional levaria o país ao crescimento econômico a que estava destinado.

Bastante atuante, a Associação realizava cursos, eventos, publicações, utilizando intensamente a imprensa para divulgá-los. Dentre estas atividades, destacam-se as Conferências Nacionais de Educação (CNE), realizadas anualmente para discutir temas específicos relacionados à educação. Segundo Burlamaqui (2013),

> Um dos maiores eventos educacionais da década de vinte foi promovido pela Associação Brasileira de Educação a partir de 1927. Foi realizada uma série de conferências nacionais que versavam sobre temas de interesse patriótico subordinadas à educação nacional. Estas conferências tinham como objetivo manter os profissionais atualizados, divulgando textos e trabalhos de todo o Brasil e realizando, dessa forma, um intercâmbio de informações. As CNE contavam com a presença de políticos ilustres do período, como o presidente da República e governadores de diversos estados da federação.

Considerada uma das mais importantes, a CNE de 1932 foi essencial nas discussões que levaram à elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no mesmo ano. Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Afrânio Peixoto foram alguns dos membros da ABE que assinaram o Manifesto, que defendia a democratização da educação escolar e a modernização dos métodos pedagógicos.

Em 1933, quando o Governo preparava uma nova Constituição, havia o receio de que o capítulo relativo à educação nacional não fosse devidamente debatido pela sociedade. Dessa maneira, foi formada pela ABE uma comissão com 32 educadores encarregada de preparar um anteprojeto para substituir aquele elaborado pela comissão organizada pelo Governo Provisório. O trabalho da Comissão dos 32 foi apresentado na V Conferência Nacional de Educação e, após deliberação do Conselho Diretor da ABE, foi entregue à Assembleia Constituinte.

Nos anos seguintes, a intensificação nas políticas de repressão por parte do Governo Vargas levou ao enfraquecimento dos debates em torno da educação nacional e ao distanciamento de figuras fundamentais, como o educador Anísio Teixeira, que, perseguido pelo Governo Vargas e afastado do cargo de Secretário de Educação e Cultura

do Distrito Federal, retirou-se da vida pública e refugiou-se em sua cidade natal, na Bahia, até o fim do Estado Novo.

De 1935 a 1942, houve uma interrupção na realização das Conferências Nacionais de Educação, no entanto, a Associação Brasileira de Educação seguiu com outras de suas atividades, como palestras em sua sede e cursos de férias. Em 1939, a ABE deu início à publicação da revista Educação, criada com o objetivo de divulgar as atividades bem como o ideário da Associação. Segundo o presidente da ABE, de 1935 a 1938, Teixeira de Freitas:

> Ela será um veículo poderoso das nossas campanhas, ao mesmo tempo que o instrumento de aproximação, de mútuo entendimento e de solidariedade entre os companheiros de ideal hoje dispersos, sem nenhum intercâmbio afetivo. (EDUCAÇÃO, p. 7. fev., 1939)

É interessante observar que a revista Educação surge num contexto de intenso alinhamento da Associação Brasileira de Educação aos ideais nacionalistas do regime autoritário de Getúlio Vargas, o Estado Novo. Em especial, no que tange à campanha de nacionalização do ensino, a revista funcionou não só como um veículo de difusão da campanha como principalmente de sua legitimação.

> O Governo do Estado Novo tem os olhos abertos e tudo leva a supor que algo de decisivo se fará pela salvaguarda da integridade territorial do Brasil, contra os perigos de desagregação que o ameaçam, alias por culpa nossa.
>
> Esses dois olhos do Governo são o Ministério da Educação e o Ministério da Guerra.
>
> A Comissão do Ensino Primário já instituída pelo primeiro, prepara-se para estudar detidamente o assunto e apresentará em tempo oportuno o seu plano que nos dará uma primeira solução pela Escola. (EDUCAÇÃO, p. 4. maio, 1939)

A Comissão Nacional de Ensino Primário foi criada, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, pelo decreto-lei nº868, de 18 de novembro de 1938. Dentre suas atribuições, estão:

> b) definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira;
>
> c) caracterizar a diferenciação que deve ser dada ao ensino primário das cidades e das zonas rurais; (BRASIL, 1938b)

No entanto, a campanha não significava apenas transformar as escolas estrangeiras em nacionais, ela representava um programa muito maior de assimilação das comunidades imigrantes, e a educação era apenas um meio para se alcançar tal objetivo.

Convidado pela ABE a realizar uma palestra em seu curso de verão de 1940 sobre a nacionalização do ensino, o Major Aristoteles de Lima Camara, vice-presidente do Conselho de Imigração e Colonização explica:

> De fato, nacionalizar o ensino, obra que o Estado Novo já realizou, foi apenas substituir a escola estrangeira pela nacional correspondente, sem permitir o funcionamento das primeiras. Uma vez conseguido este resultado, está virtualmente nacionalizado o ensino no país. Mas, a nacionalização do ensino não é um fim e sim um meio, tendente a apressar a absorção pelo meio nacional dos descendentes dos elementos alienígenas, radicados em nosso solo. E o trabalho que esse fim exige é que está a reclamar o esforço de todos os brasileiros e, principalmente, daqueles que estão encarregados da tarefa grandiosa de ensinar e educar esses jovens patrícios. (EDUCAÇÃO, p. 3. abr., 1940)

Esta palestra do Major, reproduzida na íntegra na revista Educação, foi também publicada na revista do Conselho de Imigração e Colonização, órgão do Governo criado pelo decreto-lei nº406, de 04 de maio de 1938, para coordenar as ações relacionadas à imigração, à colonização e à concentração de estrangeiros no país.

Da mesma forma, no ano anterior, o professor Lourenço Filho, membro da ABE e diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, já havia proferido uma conferência na Escola de Estado Maior do Exército sob o título "Educação e segurança nacional". Em sua fala, igualmente publicada na revista Educação, é reproduzido o discurso nacionalista do Governo, em que a educação assume papel essencial.

> Particularizemos. A educação primária deve ter como fito capital "homogeneizar" a população, dando a cada nova geração o instrumento do idioma, os rudimentos da geografia e da história pátria, os elementos da arte popular e do folclore, as bases

> da formação cívica e moral, a feição dos sentimentos e ideais coletivos, em que, afinal, o senso da unidade e da comunhão nacional repousam. (EDUCAÇÃO, p. 8. jul., 1940)

Dessa maneira, a Associação Brasileira de Educação funcionou como um importante instrumento de divulgação e legitimação das políticas de nacionalização da educação na Era Vargas, principalmente no que tange à violação dos direitos linguísticos dos imigrantes e de seus descendentes.

Referências

BRASIL. Decreto-Lei nº406, de 04 de maio de 1938a. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 29 de julho de 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº868, de 18 de novembro de 1938b. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 25 de julho de 2019.

BURLAMAQUI, Mariana Mello. A Divulgação Científica na Associação Brasileira de Educação: o caso da Seção de Higiene (1924-1932). Dissertação de Mestrado. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro, 2013.

EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação. n.1. fev., 1939.

_____ . Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação. n.2. maio, 1939.

_____ . Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação. n.6. abr., 1940.

_____ . Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação. n.7. jul., 1940.

REVISTA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização. Ano I, n.2. abril, 1940.

A EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS MIGRATÓRIOS

feridas abertas numa família na obra de Antônio Torres [3]

EDUCATION IN MIGRATORY CONTEXTS

open wounds in a family in the work of Antônio Torres

Clélia Gomes dos Santos[4]

Ricardo Martins Valle[5]

Resumo: *No universo literário são diversas as narrativas de ficção em que a mobilidade forçada, posta por instabilidades econômicas, culturais, políticas ou mesmo por desajustamentos sociais se fazem presentes. Na literatura brasileira, as representações da migração nordestina são neste sentido uma particularização desta temática geral. O autor Antônio Torres aparece nesse cenário ao tratar a realidade dos excluídos, reconhecendo-os enquanto sujeitos e pacientes de um drama histórico que pressupõe não apenas um ultrapassar de fronteiras, mas, sobretudo, de transição de valores, de estágios de descentramentos, adaptações e desestabilização. Em suas obras, Torres tematiza alguns condicionantes como fator de realocação social dos sujeitos representados, visando os aspectos mais universais constituintes de dramas particulares, como a inacessibilidade do migrante a elementos básicos de sobrevivência. Nesse cenário, elucidamos a representação da educação em contextos migratórios, em especial de uma família de migrantes na obra Essa Terra, na qual, de acordo com a nossa hipótese, os deslocamentos abrem feridas em diferentes estruturas, inclusive familiar. Para tal, valemo-nos de estudiosos como Stuart Hall (2003), Zygmunt Batman (2001), Homi K. Bhabha (2005), Nestor Garcia Canclini (2006), dentre outros.*

Palavras-chave: *Deslocamento. Antônio Torres. Educação em contexto migratório.*

---

[3] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[4] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: cultura, educação e linguagem, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

[5] Doutor em Literatura Brasileira - USP. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

1. A educação como transformação familiar e social

O drama do retirante é tema recorrente na produção literária brasileira e perpassa períodos como o regionalismo romântico, o naturalismo, ambos no século XIX e é reiterado até o final do século XX. Nessa perspectiva, encontra-se também o dilema dos que ficam, o descentramento daqueles que tendo resistido à "arribada" sofrem as consequências de sua permanência, sem que isso signifique garantia de pertencimento. Temos como exemplo *Vidas Secas* (1938) de Graciliano Ramos, *As mulheres de Tijucopapo* (1982) de Marilene Felinto. Assim, múltiplas são as narrativas de ficção em que o deslocamento, fruto de inconsistências históricas, políticas, econômicas, culturais, ou a estabilidade abalada por desajustes sociais se fazem presente, apontando para questões como pertencimento e desenraizamento, problemática identitária resultante, a diáspora sertaneja do nordeste brasileiro.

Salientamos que este resumo se configura como parte de uma pesquisa (em andamento) de mestrado de cunho teórico-crítico, e, portanto, histórico-bibliográfica, ancorada em estudos culturais e literários e em estudiosos que discutem temáticas relativas às identidades resultantes dos processos de mobilidade contemporânea e suas implicações na vida dos sujeitos.

Assim, buscamos fazer uma breve visita a crítica literária produzida a respeito da obra do escritor baiano *Antônio Torres,* considerando o contexto moderno e contemporâneo para a escrita em análise, bem como elucidar por meio de fragmentos da obra *Essa terra* o papel da escolarização para os sujeitos personagens que vivem em condições de desterro. Entendemos que o romance resulta das dinâmicas da migração nordestina e seus

desdobramentos, colocando em evidência a complexidade dos processos psíquicos, culturais e sociais que envolvem o ultrapassar de fronteiras.

Essa Terra (1976), conta a história de Nelo, que partira do Junco, interior da Bahia para São Paulo na expectativa de obter uma vida melhor e a sua volta, vinte anos depois, sem alcançar os objetivos traçados para estadia na "terra prometida". Frustrado com retorno inglório, Nelo suicida-se na varanda da velha casa dos familiares. Com a morte do irmão, Totonhim, narrador personagem, decide ir para São Paulo, fazer o mesmo percurso que Nelo numa busca de respostas para o fracasso do irmão e, ao mesmo tempo na esperança de construir uma história diferente. Outros deslocamentos são vistos no decorrer da trama, a arribada da família, por insistência da mãe para Feira de Santana com o intuito de colocar os filhos no colégio, por exemplo nos confirma essa afirmativa.

O Junco, espécie de coadjuvante, configura-se num lugar sem avanços, de políticas de desenvolvimento inexistentes e/ou tardias e que juntamente com a escassez de chuva, produz de homens e mulheres limitados, ignorantes e sobretudo, sem perspectivas. (Torres, 2018, p. 106). O conhecimento torna-se ignoto para os sujeitos do Junco, como se verifica na fala da personagem Antão – pai da família que se acha um bruto, "[...] mal sabia assinar o nome em dia de eleição, o que não era nenhuma vergonha, todos aqui são assim: desde que se aprenda a votar, não precisa saber mais nada" (TORRES, 2018, p. 68). Antão não consegue melhorar suas próprias condições de existência, sujeitando-se ao sistema que objetifica os indivíduos em benefício próprio.

Nesse viés de aquisição do conhecimento, *Essa Terra* descortina a problemática do acesso à educação, principalmente em regiões distantes que, apesar de políticas recentes, permanecem acentuadas desigualdades educacionais entre campo e cidade em todas as regiões do país, tanto em relação ao acesso à educação e à qualidade do ensino quanto no que se refere à infraestrutura. No romance, a família perde a pequena terra para um banco

e as possibilidades de sobreviver da agricultura minam colocando em xeque a própria crença de agricultor que agregado às insatisfações da mãe com o lugar, com o casamento – condição de mulher do seu tempo e decide "colocar os filhos" na estrada rumo à cidade à procura de um colégio. Sem o apoio do marido e pai dos filhos que na sua ignorância não via sentido em colocar os filhos no colégio, como se vê no trecho:

> - Malditas são as mulheres. [...].
>
> Suas pernas não queriam ir, mas ele tinha que ir. Tinha que chegar à rua e pegar um caminhão para Feira de Santana, de uma vez para sempre. Tudo por culpa dela – continuou pensando. – Por causa dessa mania de cidade e de botar os meninos no ginásio. Como se escola enchesse barriga" (TORRES, 2018, p. 67-68).

Com um tecido narratológico marcado por encontros e desencontros (Torres, 2018, p.121), partidas e voltas, fugas e arremessos, o fragmento acima desenha a arribada da mãe com os filhos para Feira de Santana, com o intuito de colocar os meninos no ginásio. O pai, faz apenas visitas, sem "dar o braço a torcer" de seguir a mulher:

> - Ela foi antes, para nos botar no ginásio. De tempos em tempos ia ver a gente, em Feira. Mas enjoou de andar para cima e para baixo, deu para beber e brigar com todo mundo. Um dia não aguentou mais e sumiu na estrada, em cima de um caminhão aboiando (TORRES, 2018, p. 22).

Sem estrutura de acomodação naquela cidade, mãe e filhos se arrancharam numa casa simples, em precárias condições de permanência, já que se tratava de uma "casinha pobre de uma rua pobre de um bairro pobre, sem luz, sem água, sem esgoto, sem banheiro" (TORRES, 2018, p. 156). Dependiam dos trocados que Nelo mandava de São Paulo para pagar o aluguel, quando havia algum imprevisto no envio da quantia, mãe e filhos ficava "a ponto" de serem despejados, como afirma a narrativa (Torres, 2018, p. 156). Os estudos de Helman (2009) apontam que os deslocamentos aproximam pessoas, integram famílias pela necessidade, pelo sentimento de não pertencimento, partilha de lembranças, costumes, mas também a desagregação, com a vivência de realidades que são contrárias ao que se tinha como certo, problemas econômicos como desemprego,

dificuldades de moradia e a quebra dos vínculos até então estabelecidos. A fala de Totonhim corrobora esse pensamento ao expor a situação da família:

> De vez em quando ele (papai) vinha, para reclamar de tudo. Mamãe se matava de trabalhar, penso que era para não dar o braço a torcer, coisa de orgulho pessoal, medo do fracasso. Ainda assim continuávamos morando numa casa um milhão de vezes pior que a da roça. Nosso consolo é que podíamos ir para o ginásio a pé, isto é, podíamos ir para o ginásio (TORRES, 2018, p. 157).

A atuação da mãe foi decisiva no processo de escolarização dos filhos diante do desejo de proporcioná-los um futuro próspero, embora não obtivera o sucesso esperado em relação à formação deles, já que condições estruturais das mais diferentes ordens interferiram naquele projeto. Por outro lado, entendemos que o reconhecimento do valor ao conhecimento vindo daquela mulher, submissa ao marido, desprovida de recursos básicos para sobrevivência, vinha, de certa forma, do fato dela ter conseguido estudar, apesar da vontade contrária do pai, conforme ela mesma diz: "- Naquele tempo meu pai não deixava as suas filhas mais velhas irem para a escola. Dizia que mulher tinha que ficar em casa, ajudando a mãe, e de casa só saía para casar. Ainda assim encontrei um jeito de estudar, escondida dele" (TORRES, 2014, p. 59).

Embora com estudos em construção, observamos por meio da ficção, os processos migratórios interferem na vida dos sujeitos que se retiram de seus lugares de pertencimento premidos por necessidades e anseios materiais que vão além de travessias geográficas e da transposição das condições econômicas e sociais que opõem o território de partida e o de chegada.

Referências

BAUMAN, Zigmunt. Modernidade liquida. Trad. Plinio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Trad. Myriam et al. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CORSINI, L. Repensando a identidade no contexto de migrações. Psicologia e sociedade, Porto Alegre, v. 18, n. 3, set/dez. 2006.

FELINTO, Marilene. As mulheres de Tijucopapo. 2ª ed. Rio de Janeiro: 34, 1992.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HELMAN, Cecil G. Migração, Globalização e Saúde. In: Cultura, saúde e doença. Porto Alegre. Artmed, 2009.

RAMOS, Graciliano. Vidas Secas. 62ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1978.

TORRES, Antônio. Essa terra. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

_____, Antônio. Pelo fundo da agulha. Rio de Janeiro: Record, 2014.

A HISTÓRIA DE VIDA DE UMA IMIGRANTE HAITIANA NO BRASIL

compreendendo as metamorfoses identitárias [6]

THE LIFE STORY OF A HAITIAN IMMIGRANT IN BRAZIL

understanding identity metamorphoses

Suélen Cristina de Miranda[7]

***Resumo**: Diante da relevância assumida pelo fenômeno migratório contemporâneo na chamada era das migrações e a pluralidade de enfoques que ele engloba, este texto baseou-se em uma pesquisa cujo objetivo era compreender o processo identitário de haitianos que vivem no Brasil a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação, proposto por Antonio da Costa Ciampa. O método foi baseado no modelo compreensivo e construído a partir da narrativa de história de vida de uma imigrante haitiana. Seguindo o princípio de que "o singular materializa o universal", constatou-se que a imigração permite a ruptura com a reposição irreflexiva da vida cotidiana e a experiência de novas possibilidades identitárias, construídas com mais autonomia e que tornam possíveis fragmentos emancipatórios. É nesse sentido que o processo migratório acaba por produzir "identidades híbridas", recriadas a partir da tradição, mas traduzidas às novas determinações. Isso gera um sentimento de cidadania universal, que libera das amarras de pertencer a um lugar e busca uma prática transformadora de si e do mundo.*

***Palavras-chave:** Migração. Identidade. Narrativa de História de Vida.*

---

[6] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[7] Doutoranda e Mestra em Psicologia Social no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Email: suca_miranda@hotmail.com.

1. Introdução

A mobilidade humana é um traço característico da humanidade que aparece, de diversas maneiras, desde os deslocamentos nômades em busca de sobrevivência até as complexas migrações internacionais atuais. A despeito de ser um assunto tão antigo e estudado por diferentes enfoques, o fenômeno migratório tem assumido uma relevância e uma complexificação sem precedentes, a ponto de alguns sugerirem que vivemos na *era das migrações*, marcada pela globalização, diferenciação, aceleração e crescente politização das migrações (CAVALCANTI, 2015).

Esse processo aparece no aumento quantitativo dos fluxos migratórios, na intensificação quanto aos lugares e direções envolvidas, na complexificação quanto às suas causas e na diversificação quanto aos atores envolvidos (ZAMBERLAM, 2004). A esse respeito, Sayad (1998) nos lembra que o espaço dos deslocamentos no processo migratório "não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente" (p. 15).

Seguindo esse raciocínio, Castro (2001) critica a naturalização do termo *migrante*, uma vez que a experiência particular de cada grupo ou sujeito sempre será atravessada por referências de classe, gênero, raça/etnicidade e nacionalidade. Do mesmo modo, Menezes (2012) sugere o deslocamento do olhar da migração em si para o sujeito migrante, que atua sobre os condicionamentos políticos, econômicos, sociais e culturais, atribuindo-lhes sentidos a partir de sua história e projeto de vida.

Nessa perspectiva, este texto faz parte de uma pesquisa[8] que teve como objetivo compreender o processo de formação da identidade de haitianos que vivem no Brasil à luz

[8] Dissertação de Mestrado (MIRANDA, 2017).

do sintagma identidade-metamorfose-emancipação proposto por Ciampa (2005), analisando possíveis fragmentos emancipatórios no processo migratório. Nesse sentido, o percurso metodológico baseou-se no chamado método compreensivo, utilizando a narrativa de história de vida como instrumento para a coleta de dados.

Nessa metodologia, não se busca a verdade literal dos fatos ou a vida do sujeito em si, mas suas diversas interpretações decorrentes da identidade pressuposta, cabendo ao pesquisador desvelar rupturas e continuidades, contradições e negações (ALMEIDA, 2003). Deste modo, Ciampa (2005) define que o estudo da identidade deve ocorrer a partir de duas perguntas básicas: "Quem é você?" e "Quem você gostaria de ser?", por meio das quais o sujeito pode organizar o passado, repensar sua trajetória e vislumbrar novas oportunidades para sua vida, constituindo-se a narrativa por si só uma possibilidade de metamorfose.

O procedimento de análise foi baseado na organização dos diferentes personagens apresentados, de modo a construir uma trajetória individual e compreender as diversas metamorfoses e movimentos identitários. Por fim, como "o singular materializa o universal" (CIAMPA, 2005, p. 130), os sujeitos, ao falarem de si, permitem uma análise das condições sócio históricas que os circundam. Seguindo esse mesmo pensamento, e por conta da brevidade da seguinte proposta, será aqui apresentada a análise de apenas uma única história de vida, que em sua particularidade, traz a universalidade do que se pretende discutir nesse texto.

2. Narrativa de História de Vida de Florence

Florence inicia seu relato descrevendo a relação com os pais e irmãos, que coloca em evidência a importância da socialização primária em sua vida e o surgimento da primeira

personagem desempenhada, a *"filha-criança-princesa"*. Descreve uma infância privilegiada, quando comparada as demais crianças de seu país, por nunca ter conhecido a miséria, a fome ou a violência da guerra. Não obstante, relata um distanciamento emocional e uma rigidez em sua criação, aos quais atribui sentido com base na caracterização cultural do povo haitiano.

Há uma naturalização das identidades pressupostas ("ser pai é assim, ser irmã é assim") e uma reposição das mesmas de maneira irreflexiva, que só é quebrada quando, no processo migratório, a vida cotidiana é interrompida e Florence tem contato com novas possibilidades identitárias. O processo migratório possibilitou, então, uma apropriação crítica da cultura, tornando possível a superação da mesmice por meio de uma metamorfose identitária de mesmidade, no qual Florence pôde construir novas formas de se relacionar com o mundo.

Ao engravidar aos 19 anos de um amigo com o qual não mantinha um relacionamento estável, Florence vivencia uma metamorfose do papel de filha, para assumir a faceta de *"filha-mãe-solteira"*. A reação extremamente negativa dos pais faz com que Florence resolva largar os estudos e passe a trabalhar para sustentar o filho. Fez, então, um curso à distância de secretariado e trabalhou como secretária até terminar os estudos regulares e "ser escolhida pela Pedagogia" enquanto profissão.

Aos 5 anos, seu filho passa a morar com o pai e toda sua família nos Estados Unidos, onde reside há nove anos. A *"filha-mãe-solteira-sem-filho"* passa, então, a se dedicar integralmente como diretora de uma escola na área rural do Haiti e, diante das precárias condições, encontra na pedagogia um caminho para retribuir as oportunidades diferenciadas a que teve acesso. A sensação de autonomia, vivenciada a partir da construção de um projeto de vida autêntico, foi interrompida pela morte do pai, que

acabou por tornar a influência da mãe maior e mais decisiva. Aparece, então, a personagem *"filha-de-mãe-dominadora"*.

Após largar o emprego de diretora, Florence se dedica a ajudar a mãe na lanchonete enquanto procura, sem sucesso, outra escola próxima de casa para prosseguir com a Pedagogia. É então que a mãe toma a decisão de mandá-la sair do país. O sofrimento expresso nesses momentos foi elaborado por Florence como uma justificação do papel social ("mãe sabe o que é melhor") e mais uma vez a naturalização da identidade pressuposta aparece para dar sentido às relações. A reposição da mesmice aparece também atrelada à pressuposição do papel de filha ("que tem obrigação de cuidar da mãe") e de irmã mais velha, que compreende o fato de ela ter que migrar enquanto o irmão mais novo cuida da mãe e termina os estudos.

Em sua narrativa, Florence deixa claro que a decisão de migrar foi uma decisão heterônoma de sua mãe, influenciada pela política identitária construída no Haiti de que a imigração é uma solução para os problemas enfrentados pelo país. É nítido o sofrimento envolvido nessa decisão, a dor de deixar tudo para trás e a insegurança de partir para um lugar estranho e desconhecido. Não obstante, perante a imposição de migrar, Florence reage com autonomia ao escolher o Brasil como destino, tanto pela abertura aos haitianos quanto por sua maior identificação cultural, em detrimento dos Estados Unidos, Equador e outras possibilidades. Surge, então, a personagem *"imigrante-em-trânsito"*.

Já de posse do visto, Florence não se deixa influenciar pela indicação da rede de que ela deveria ir para Porto Alegre ou Salvador, optando por São Paulo como sua nova morada. A personagem "imigrante" sabia o que estava buscando: autonomia e novas possibilidades identitárias. A escolha do destino não diminuiu o sofrimento envolvido na chegada, a solidão inicial, o enfrentamento do desconhecido e a dificuldade com os novos códigos linguísticos, culturais e sociais. A "*imigrante-solitária-esperançosa*" se iguala aos

milhares de haitianos que vieram ao Brasil, ao mesmo tempo em que passa a se diferenciar justamente por sua busca emancipatória, expressa em sua resistência em aceitar as políticas identitárias impostas ao imigrante haitiano e na consequente construção de novas possibilidades de se relacionar com o entorno social.

Os reconhecimentos obtidos ao longo de sua história de vida possibilitaram a Florence desenvolver sua autoestima, o autorrespeito e a autoconfiança, características fundamentais para que ela buscasse uma inserção na sociedade de destino em posição de igualdade e não de subalternidade, como estabelecido pelas políticas identitárias. Além disso, o fato de Florence não ter enfrentado, durante o seu processo migratório, experiências de desrespeito a fortaleceu para estabelecer essa relação de reconhecimento mútuo com o novo entorno, buscando a concretização de sua pretensão identitária.

A superação das políticas identitárias aparece, então, atrelada ao surgimento de uma nova personagem, a *"imigrante-professora-realizada"*, que não só resiste às pressuposições identitárias, como engaja-se na busca de um trabalho que lhe traga satisfação pessoal — em detrimento de outro que lhe garantia retorno financeiro — e na busca de um local de moradia que vá de acordo com suas predileções. A demanda de uma vida "boa" por meio da construção de um autêntico projeto de vida impediu uma acomodação passiva de Florence perante as circunstâncias, levando-a a buscar, por meio de sua atividade, a conquista da autodeterminação e sua mesmidade do pensar e ser.

A personagem *"pedagoga-cidadã-do-mundo"* descreve o amadurecimento vivenciado em decorrência do processo migratório, considerado atualmente uma experiência positiva e necessária. A "recriação" ou "tradução" de sua identidade para uma identidade híbrida, que a libera das amarras de pertencer a um ou a outro lugar, demonstra a transnacionalidade da nova personagem, que ao mesmo tempo em que considera "maravilhoso" o duplo pertencimento e deseja conhecer muitas outras culturas para

ampliar um horizonte antes tão limitado, faz questão de se diferenciar dos demais imigrantes haitianos por sua pretensão de devolver todo esse aprendizado como benfeitoria para o país de origem.

Deste modo, é possível notar que as metamorfoses identitárias vivenciadas por Florence após o processo migratório têm ocorrido em um sentido emancipatório, possibilitando a apreensão mais crítica de sua realidade e uma revisão dos sentidos atribuídos a sua história de vida. Os personagens assumidos por Florence antes da imigração apontavam para um movimento de mesmice, no qual as várias facetas para a mesma personagem (filha) apenas repunham as pressuposições identitárias e não possibilitavam a superação das contradições. A reposição do "mundo da família" como única possibilidade identitária (e a reificação dos papéis familiares como fatalidade inevitável) só foi interrompida com a migração, quando a alteração das condições históricas e sociais nas quais Florence estava inserida torna possível metamorfoses das metamorfoses.

Por fim, é possível dizer que Florence reagiu as imposições (sobretudo no que se refere a imigração) criando novas formas de se relacionar com o mundo e com o outro. O novo equilíbrio estabelecido entre o "mim" (tradição) e o "eu" (originalidade) demonstra que ela está caminhando para uma individuação autônoma e consciente de si mesma.

Referências

ALMEIDA, J. A. M. Relatos de vida e identidade. Revista Kairós: Gerontologia, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 181-192, dez. 2003.

CASTRO, M. G. Migrações internacionais e políticas: algumas experiências internacionais. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CNPD). Migrações internacionais: Contribuições para políticas. Brasília, 2001, p. 15-32.

CAVALCANTI, L. Imigração e mercado de trabalho no Brasil: características e tendências. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Orgs.). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília, 2015, p. 35-47.

CIAMPA, A. C. A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

MENEZES, M. A. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R. (Orgs.). Migrações: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Cultura acadêmica editora, 2012, p. 21-40.

MIRANDA, S. C. A imigração haitiana para o Brasil: um olhar a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação. 2017. 175f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2017.

SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1998.

ZAMBERLAM, J. O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

ACOMPANHANDO VIDAS EM MOVIMENTO
o sofrimento no refúgio e as reinvenções do cotidiano[9]

LIFES ON THE MOVE
asylum hardships and daily life reinventions

Laura Cristina de Toledo Quadros[10]

Fabiana Ling Hui Pan[11]

Camila Ouriques Rangel da Silva[12]

Resumo: *Nossa proposta é apresentar a experiência que estamos desenvolvendo há cerca de 2 anos no acolhimento psicológico de pessoas em situação de refúgio no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UERJ, tendo como fundamento a abordagem gestáltica. Essa experiência nos levou à novas formas de atuação psicoterapêutica, reconfigurando os aspectos convencionais da prática clínica pelas necessidades emergentes do campo. Além da diversidade cultural e religiosa que atravessam este campo, nos deparamos com diferentes desafios que vão além da barreira da língua, visto que as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos refugiados têm impactos imediatos nas nossas formas de acolhimento e acompanhamento psicoterápico. A clínica gestáltica nos permite recriar as fronteiras dessa prática, considerando tanto a aposta no vínculo quanto nos ajustes criativos que emergem da e na situação. Ao atuarmos com fenômeno da migração, consideramos tanto a experiência de sofrimento quanto os arranjos possíveis criados pelos próprios refugiados a fim de suportar perdas inerentes a esse deslocamento dramático e ao mesmo tempo tão vital para tantos. E esses arranjos também se desdobram em nossas práticas nesse estágio, tornando o encontro possível.*

Palavras-chave: *Refúgio. Gestalt-terapia. Vínculo terapêutico.*

---

[9] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[10] Prof Adjunta IP/UERJ e colaboradora do PPGPS/UERJ, Doutora em Psicologia Social/UERJ, lauractq@gmail.com

[11] Graduanda em Psicologia/UERJ, bolsista PIBIC, fabiana95pan@gmail.com

[12] Graduanda em Psicologia/UERJ, voluntária PIBIC, mila.rangel2110@gmail.com

Nos últimos anos a movimentação de povos têm aumentado pelo mundo e, atualmente, estima-se que haja cerca de 232 milhões de migrantes internacionais, segundo a dados da ACNUR (2018). O Brasil também recebe um grande contingente de refugiados a cada ano e, especialmente na área da psicologia, ainda há pouco material de pesquisa dedicado à essa causa. Nesse sentido, consideramos pertinente abordar as diversas possibilidades que o tema pode nos trazer.

Considerando as condições de ameaça à vida e aos direitos humanos, o aspecto sensível do sujeito fica em segundo plano frente à questão da sobrevivência. De que forma essa mobilização reverbera e desloca sentidos e afetos para as pessoas em situação de refúgio? Quais são os caminhos que os atravessam e que são atravessados por eles? Pensando nessa questão, nosso projeto de pesquisa "Vidas em movimento: refugiados, sofrimento psíquico e reinvenções do cotidiano", um estudo na abordagem gestáltica em articulação com a teoria ator-rede**,** busca acolher os aspectos singulares que permeiam essas vidas em movimento.

Como fundamento teórico-metodológico, nos apoiamos na abordagem gestáltica por ela enfatizar a noção de sujeito integrado, vivo e expressivo, que afeta e é afetado no seu contato com o mundo. Segundo Prestrelo & Quadros (2009), a abordagem gestáltica em seu fundamento dialógico e sensorial mobiliza o sofrimento psíquico para além das palavras, resgatando a dimensão sensível e privilegiando o sentir mais do que o explicar. Ao articularmos essa abordagem clínica à teoria ator-rede, pretendemos que a prática clínica que viemos realizando permita novas possibilidades a partir daquilo que emerge *do* e *no* campo, apostando no vínculo que estabelecemos nos encontros com os sujeitos e na potencialidade de seus ajustamentos criativos frente às frequentes descontinuidades que a experiência do refúgio traz.

Nossa proposta é apresentar a experiência que estamos desenvolvendo há cerca de 2 anos no acolhimento psicológico de pessoas em situação de refúgio no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), tendo como fundamento a abordagem gestáltica. Como em qualquer situação onde há ameaça à vida, aos direitos humanos e à sobrevivência em geral, olhar para as condições materiais de vida torna-se uma urgência que faz escapar, por vezes, os aspectos mais delicados dessa realidade.

Buscamos a parceria de ideias com nossos clientes, de forma que nos permitam desenvolver uma clínica ampliada que se desloque da individualidade para o coletivo. A partir do compartilhamento de histórias para alcançar a dimensão sensível da experiência e suas reverberações sociais, deslocamos nossas intervenções de um campo predominantemente individualizada e interiorizada para um compartilhamento que potencializa uma rede de suporte. Consideramos as pessoas em situação de refúgio como atores ativos na construção de suas experiências e (re)arranjos possíveis para suportar as perdas inerentes a esse movimento tão dramático e ao mesmo tempo tão vital para tantos.

O fenômeno das migrações não pode ser compreendido de forma simplificada por apresentar peculiaridades e envolver pessoas que trazem suas histórias, culturas, expectativas, traumas e necessidades. No Brasil, ainda há muito a ser feito em termos de políticas públicas voltadas para esse segmento, e trazer esse tema para a graduação em psicologia cria uma oportunidade de formação mais ampliada em meio aos desafios contemporâneos e proporciona o resgate da afetividade de um grupo tão marginalizado socialmente.

Assim, compreendemos que a pesquisa aqui proposta pode nos trazer subsídios fundamentais para a compreensão e, consequentemente, proposição de ações inclusivas e de acolhimento às demandas emocionais e afetivas, bem como criar condições para a

expressão livre e a apropriação da multiplicidade de histórias que compõem esse coletivo. Como bem nos aponta Chimamanda Adichie (2012), os perigos de uma única história estão no reducionismo e no apagamento das marcas da singularidade e da riqueza de mundos. Pensar que o mundo é feito de histórias, como nos afirma Eduardo Galeano (2012), nos convida a refletir como lidamos com tantas e diferentes histórias que nos atravessam e conectam-se às nossas próprias histórias.

Nesse cenário de migrações e direitos humanos, interessa-nos a possibilidade de constituirmos uma intervenção que se construa com esses atores e não sobre eles. Segundo Moraes (2010), devemos tomar nossos pesquisados não como elementos passivos, mas sim como sujeitos potentes e capazes de produzir efeitos na rede tecida na pesquisa. A pesquisa, então, se faz num campo de afetações reavivando o caráter dinâmico desse intervir.

Através do Projeto Vidas em Movimento em parceria com a rede PARES-Cáritas (RJ), nossa equipe multilíngue, multicultural e multirracial oferece acolhimento para pessoas em situação de refúgio no SPA da UERJ. Também realizamos oficinas de sensibilização emocional e partilha de histórias, através dos quais nos debruçamos sobre a experiência dessas pessoas para entender os (re)arranjos possíveis criados a partir das rupturas subjetivas no processo de refúgio.

Da pesquisa à clínica, as histórias são processos vivos que, muitas vezes, transcendem fatos e constroem desvios que nos provocam deslocamentos. Uma história não é estática, e nosso propósito é também um caminho de multiplicação, tanto para nossos clientes quanto para nós, psicólogos. O espaço de escuta e livre expressão que abrimos no encontro com essas pessoas vêm nos proporcionando um diálogo com o campo, que cria condições para a reconfiguração da experiência do refúgio para eles e reflexões epistemológicas para nós..

Como alerta Ferreira (2015), nosso propósito não é, de modo algum, estabelecer uma clínica específica para a migração e o refúgio. Longe disso, pretendemos nos aprofundar nessa realidade para incluí-la, considerar suas especificidades, reconhecer limites e possibilidades de atuação e, sobretudo, nos aproximarmos e aproximá-la do nosso campo de estudos.

Destacamos a importância do cuidado ao avançar por esse campo, que reivindica a atenção e a disponibilidade de integração à geografia desse território, deixando-o atuar sem submetê-lo às pretensões da pesquisa e, ao mesmo tempo, estar fundamentalmente presente para conhecê-lo e reconhecê-lo em suas manifestações espontâneas. Nosso modo de inserção na pesquisa busca uma ação de co-construção desse conhecimento a partir da problematização dos atravessamentos e desdobramentos do campo.

A psicologia como campo de saber e de conhecimento tem também um compromisso com as realidades vivas e não apenas com as fabricadas nos laboratórios, além de formar profissionais antenados e sensíveis às demandas de trabalho que se fazem figura, inovando e ampliando seu campo de atuação. Nesse sentido, objetivamos ampliar o campo de conhecimento acadêmico na área da psicologia e, consequentemente, da formação de seus alunos, para intervenções no campo da migração. Buscamos criar dispositivos que ativem o campo, produzindo a expressão de versões acerca do sofrimento psíquico entre os refugiados e também colher narrativas acerca da experiência de refúgio, bem como os atravessamentos e desdobramento que a compõe.

Os sucessivos desafios institucionais, econômicos e linguísticos que atravessam a vida das pessoas em situação de refúgio que acompanhamos impactam a forma como oferecemos nosso acolhimento clínico. A partir dos nossos encontros, somos convocados a repensar a prática clínica tradicional, muitas vezes excludente para com os atravessamentos raciais, culturais e religiosos que perpassam os sujeitos e que emergem

quando suas vidas sofrem deslocamentos únicos como a situação de refúgio. A potência de nosso trabalho tem sido muito importante para ampliar nossa atuação por uma prática clínica que se aproxime da experiência de um sujeito que não se reduz a um modelo a priori, a partir do qual estabelecemos um diálogo que não se limite à dicotomia pesquisador-objeto.

Nossa forma de atuação precisa ser continuamente reconfigurada, atenta para a necessidade cada vez maior da Psicologia compreender como as diferentes instâncias do sujeito, em especial raciais, culturais e linguísticas, influenciam a forma como eles estão no mundo. O campo do refúgio tem sido cenário muito rico para nossas trocas. Apostamos nos vínculos e afetos, tocando e sendo tocados, provocando a sensibilização da Psicologia enquanto saber científico para a multiplicidade de vivências e histórias de pessoas em movimento.

Referências

ACNUR. Mundo tem 232 milhões de migrantes internacionais, calcula ONU. 2018. Disponível em:

https://nacoesunidas.org/mundo-tem-232-milhoes-de-migrantes-internacionais-calcula-onu/relatório de 2013. Acesso em: 06/04/2018.

ADICHIE, C. O perigo de uma única história. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY. Acesso em: 17/7/2017.

FERREIRA, A. P. Migração, rupturas psíquicas e espaços terapêuticos. Revista de Psicologia da USP, 26(2), pp. 193-198, 2015.

GALEANO, E. Es tiempo de vivir sin miedo. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gujK5WEVG8g. Acesso em: 15/11/2014.

PERLS, F. A Abordagem gestáltica e a testemunha ocular da terapia. Rio de Janeiro, Ed Zahar: 1981.

PRESTRELO, E. & QUADROS, L. Abordagem gestáltica: um resgate da dimensão sensível do humano. Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia. n. 1, pp. 10-15, 2009.

IMAGENS SOBRE MIGRAÇÕES EM LIVROS DE LITERATURA INFANTIL[13]

IMAGES ON MIGRATIONS IN CHILDREN`S LITERATURE BOOKS

Adriana Maria de Assumpção[14]

Resumo: *O objetivo central desta pesquisa é investigar as imagens sobre refúgio e migração, impressas em livros de literatura infantil, editados no Brasil durante o período de uma década (2009-2019). Nosso interesse é suscitar reflexões para a compreensão da questão migratória e como ela é abordada por meio das imagens presentes nos livros de literatura destinados ao público infantil. Com o estudo, buscamos também construir uma reflexão sobre as narrativas das crianças - refugiadas e imigrantes- durante as leituras dos livros selecionados para a pesquisa. Essa parte do estudo tem como objetivo identificar os modos de leitura que as crianças apresentam na interpretação das imagens dos livros analisados. Tomamos como referência, os estudos de Roland Barthes, particularmente no que diz respeito aos conceitos de denotação, conotação, punctum e studium. Em relação às narrativas das crianças, pretendemos nos pautar nos estudos de linguagem, particularmente em Walter Benjamin. Também consideramos referências do campo da Educomunicação.*

Palavras-chave: *Imagens. Migrações. Literatura infantil.*

[13] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[14] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

1. Apresentação e justificativa da pesquisa

Ao longo da minha trajetória como professora e pesquisadora sempre me interessei pelas práticas de leitura desenvolvidas, bem como os discursos produzidos na interação com diferentes tipos de texto (ASSUMPÇÃO, 2017; ASSUMPÇÃO e GOUVÊA, 2017; GRUZMAN e ASSUMPÇÃO, 2005, 2003). Nos últimos dois anos, venho desenvolvendo um trabalho pedagógico com crianças refugiadas e imigrantes, e, por meio deste me aproximei também de algumas escolas da Rede Pública de Educação, que recebem essas crianças. A seguir, descrevo minhas ações, buscando tornar mais claro o que caracteriza o meu trabalho como voluntária: em relação às crianças, faço atividades como "Contadora de Histórias", organizo ações com caráter pedagógico e lúdico, buscando contribuir com o processo de inclusão delas. Em relação às famílias, oriento na condução para a matrícula escolar e participo de algumas reuniões de pais, atuando como intérprete na comunicação entre responsáveis e professoras. Além disso, faço acompanhamento nos trabalhos escolares – os chamados "deveres de casa" - por meio do aplicativo whatsApp, em virtude da impossibilidade de estarmos juntos diariamente. Desenvolvo estas ações em dois locais: na Feira Chega Junto – uma feira de refugiados que acontece mensalmente em Botafogo – e na praia de Copacabana, com famílias que trabalham como vendedores ambulantes. Nesses dois anos, participo do Grupo de Pesquisa "Diaspotics"[15] na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), coordenado pelo professor Mohammed Elhajji, que é docente da Linha de Pesquisa "Mídia e Mediações Socioculturais".

O interesse por este assunto se tornou ainda mais intenso, ao perceber o surgimento de novas publicações voltadas para crianças, tratando do tema em questão. O estudo que

[15] https://forumdeimigracao.org/diaspotics/

se propõe neste momento deve ser compreendido à luz de um referencial teórico sobre leitura de imagens, narrativas, bem como refúgio e migração. Pretende-se assinalar o que é particular na produção e na leitura de imagens e, nesse sentido, o aporte teórico para análise deverá ser oriundo das reflexões de autores como Roland Barthes, Alberto Manguel e Walter Benjamin. A intenção é compreender o texto imagético, particularmente as imagens impressas em livros infantis literários, editados em diferentes suportes (impressos e tecnológicos). Objetiva-se também refletir sobre as leituras realizadas por crianças refugiadas e imigrantes. Foram selecionados dez títulos editados no Brasil.

As crianças representam um número expressivo no que diz respeito ao total de imigrantes e refugiados em todo o mundo e, particularmente no Brasil, este número vem aumentando nos últimos anos[16]. Dados do Instituto Igarapé [17] indicam que o número de refugiados no Brasil chega a 10.022 dos quais estão incluídos, crianças de 0 a 12 anos (cerca de 813) e jovens de 13 a 17 (cerca de 322). Elas são também mais vulneráveis no processo migratório e necessitam de auxílio específico dos adultos em sua adaptação. Podemos enumerar muitas dificuldades encontradas, a começar pelas barreiras linguísticas e por questões de cunho emocional (estranhamento com os hábitos comportamentais do novo país, discriminação pelas outras crianças em função das visões estereotipadas que muitas elas possuem a respeito dos imigrantes). A necessidade de pertencimento tem implicações no desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças, assim como a saudade da pátria, que influencia sua adaptação no contexto escolar.

De maneira geral, as narrativas construídas nos livros infantis com a temática das migrações, buscam abordar a experiências e olhares de crianças que vivenciaram estes processos, além de abordar processos de deslocamento e o sofrimento inerente, por meio

[16] Dados ACNUR 2017

[17] https://migracoes.igarape.org.br/figures acesso em 15/04/19

da ficção e da fabulação. Transitando pelo universo infantil e criando possibilidades para exercitar a alteridade, percebe-se que há uma tentativa em compreender os sentimentos envolvidos na mudança, que traz em seu bojo, dificuldades no que diz respeito às barreiras linguísticas, culturais, econômicas e religiosas. Refletir sobre as imagens presentes nos livros infantis que abordam este tema, significa repensar os discursos que estão presentes na produção desses livros. Ao mesmo tempo, impõe considerar as narrativas das crianças refugiadas e imigrantes quando se encontram com esses livros e realizam suas próprias leituras.

A questão do refúgio e da migração (forçada ou voluntária) se intensificou em textos acadêmicos na última década e vem propiciando debates a respeito da condição legal desses migrantes, bem como seus direitos nos países que os recebem. Nesse bojo, estão as crianças, que migram com suas famílias, mas também sozinhas, e, muitas vezes, sem o acompanhamento de um responsável.

No ano de 2016 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração de Nova York para Migrantes e Refugiados, na qual consta a realização do "Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular", em 2018. Este é um acordo internacional intergovernamental para a migração internacional, [18] cujo principal objetivo é estabelecer diretrizes para o acolhimento de imigrantes e, por meio do qual os signatários se comprometem a responder aos fluxos migratórios e buscar formas para garantir os direitos humanos sem diferenças por nacionalidades. Infelizmente, o Brasil saiu do Acordo, em janeiro deste ano, por decisão do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro.

[18] https://nacoesunidas.org/assembleia-geral-da-onu-adota-oficialmente-pacto-global-para-a-migracao/

Em 2017 o Brasil aprovou a Lei n.13.445[19] que dispõe sobre direitos e deveres do migrante, além de regular processos de entrada e estada no país e estabelecer princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante transnacional.

No contexto apresentado, considera-se fundamental que novas produções acadêmicas sejam desenvolvidas para subsidiar as reflexões sobre migrações. Nesse sentido, objetiva-se com esta pesquisa, contribuir nos estudos teóricos sobre migrações transnacionais, por meio de uma investigação que traz em seu bojo, possibilidades de construção de saber empírico e estímulo para novas pesquisas no espaço acadêmico.

Em um levantamento inicial, encontramos estudos que tratam de refúgio e migração enquanto direito humano, legislação e direito à educação da criança migrante, dentre outras pesquisas. Estudos que tratam do tema também abordam questões relacionadas com as migrações transnacionais, especialmente no que diz respeito a questões de gênero e inserção no mundo do trabalho[20].

Em contrapartida, os livros de literatura sobre este tema, destinados ao público infantil, cresceram de maneira considerável nos últimos anos, e várias traduções chegaram ao Brasil, por meio de novas edições. Na literatura infantil há um movimento crescente no número de publicações, bem como editoras brasileiras que estão se especializando no assunto.

A edição 2019 do Relatório de Acompanhamento da Educação no Mundo [21]produzido pela Unesco aponta dados relevantes a respeito da inclusão de migrantes,

---

[19] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm

[20]Levantamento realizado nos Anais do Simpósio de Pesquisa sobre Migrações e Fórum de Migrações https://oestrangeiro.org/category/publicacoes/

[21] Tradução da autora do projeto do documento original em espanhol
UNESCO.2018. Resumen del Informe de Seguimiento de la Educación em el Mundo 2019: Migración, desplazamiento y educación: Construyendo puentes, no muros. Paris, UNESCO.

dentre os quais podemos destacar o trabalho com livros e textos - em países que acolhem refugiados – como uma possibilidade de redução dos prejuízos e aumento do sentimento de pertencimento. Nesse sentido, os livros de literatura podem ser significativos no processo de inclusão das crianças migrantes e uma forma de estimular reflexões a respeito de diversidade e multiculturalismo. Nesse sentido, este estudo se justifica porque pretende contribuir com a reflexão teórica sobre refúgio e migração no Brasil, buscando compreender a produção imagética para livros de literatura infantil que tratam de refúgio e migração.

Referências

ASSUMPÇÃO, Adriana. Entrelaçamentos entre Leitura de Imagens e Estudantes de Pedagogia. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2019.

_____ O Tempo do Olhar e a Leitura de Imagens na Contemporaneidade. In: Encontros de Fotografia, Cinema e Artes Digitais, 2017, Pirenópolis - Goiás. Encontros de Fotografia, Cinema e Artes Digitais-Anais do I Encontros de Fotografia, Cinema e Artes Digitais. Goiânia: Gráfica UFG/UEG, 2017. v. 1.

_____Gouvêa, Guaracira. A Leitura de Imagens na Educação: Prática Emancipatória e Democrática com Estudantes de Pedagogia. In: IX Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias, 2017, Rio de Janeiro. Anais do IX Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

BARTHES, Roland. A Câmara Clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

_____ O Óbvio e o Obtuso. Lisboa, Portugal: Edições 70 Ltda. 2009.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Lei de Imigração. Lei número 13.443, de 24 de maio de 2017.

GRUZMAN, C. ; ASSUMPÇÃO, A. . Contadores de Histórias e a Divulgação Científica: um olhar dos pesquisadores da Fiocruz. In: Luciana Sepúlveda. (Org.). Caderno do Museu da Vida - Avaliação e Estudos de Públicos de Museus e Centros de Ciência. Rio de Janeiro: 2003,

_____ ASSUMPÇÃO, A. . Encontro de Narrativas: o Programa Leitura e Ciência do Museu da Vida. In: 15º Congresso de Leitura do Brasil, 2005, Campinas - SP. Anais do 15º Congresso de Leitura do Brasil. Campinas - SP: Graf.Fé; ALB, 2005.

MANGUEL, Alberto. Lendo Imagens. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

UNESCO, 2018. Resumen del Informe de Seguimiento de la Educación em el Mundo 2019: Migración, desplazamiento y educación: Construyendo puentes, no muros. Paris, UNESCO.

AMBIÊNCIAS DESLOCADAS

Reflexões a respeito da (des) construção de um Habitar no exílio[22]

DISPLACED AMBIANCES

Reflections on the (de) construction of a Dwell in Exile

Ilana Sancovschi [23]

Cristiane Rose Duarte [24]

***Resumo**: Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento que se propõe a analisar as relações de pessoas em situação de refugio e seus espaços cotidianos na (des) construção de um novo Habitar. Nossa proposta para este simpósio é trazer reflexões a respeito das ambiências que envolvem estas relações a partir da análise de uma cena vivênciada em uma incursão de campo no inicio de 2019.*

***Palavras-chave:** Ambiências Sensíveis. Refugio. Habitar.*

---

[22] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[23] Arquiteta e Urbanista, Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura- PROARQ/UFRJ, pesquisadora do Laboratório Arquitetura Subjetividade e Cultura- LASC/PROARQ

[24] Arquiteta e Urbanista, Professora Titular da FAU/UFRJ e Programa de Pós-graduação em Arquitetura – PROARQ. Coordenadora do Laboratório Arquitetura Subjetividade e Cultura- LASC/PROARQ

1. Reflexões a respeito da (des) construção de um Habitar no exílio

A casa, o abrigo e o habitar são formas que o indivíduo tem de se relacionar, se apropriar e se identificar com o espaço e consigo mesmo. Numa perspectiva psicossocial, Fischer (1994) fala que o espaço não pode ser definido como uma propriedade exterior, mas sim como um conjunto de matrizes que proporciona "a existência concreta dos indivíduos" (FISCHER, 1994, p. 15). Por conseguinte, a relação entre indivíduo e seu lugar de origem, sua casa, definem parte de sua identidade e de certa forma, o seu modo de habitar. Segundo Pallasmaa (2017), a maneira elementar de se relacionar com o mundo define o ato de habitar. "É fundamentalmente um intercâmbio e uma extensão; por um lado, o habitante se acomoda no espaço e o espaço se acomoda na consciência do habitante, por outro esse lugar se converte em uma exteriorização e uma extensão de seu ser, tanto do ponto de vista físico quanto mental. " (PALLASMAA, 2017, p. 7-8).

Devemos destacar que, ao tratar do habitar em relação a ideia de deslocamento, abrimos mão da noção de um habitar essencial, abrimos mão da noção exclusiva do habitar como "ser no espaço"[25]. Apoiamo-nos em uma ideia de um habitar plurifacetado, constituído por múltiplos enraizamentos[26].

Estudos da diáspora[27] apontam para o conceito de *casa* a partir de uma pluralidade de casas e de pertencimentos.

---

[25] Ver: HIEDEGGER, 1954.

[26] Ver: SAID, [1999],2004.

[27] Segundo Hasbaert, os processos de desterritorialização e reterritorialização podem levar a constituição de diásporas. As migrações contemporâneas se manifestam na forma de diáspora quando: primeiro tem origem em fenômenos drásticos de expulsão ou crises muito agudas, sejam elas de ordem política, cultural ou mesmo, mas nunca exclusivamente econômica; segundo promovem laços muito intensos de relacionamento entre migrantes, tanto com a área de origem como entre as áreas de migração em diferentes pontos do globo; o que mantém esta coesão é principalmente, uma forte identidade étnica ou nacional; e terceiro, manifestam uma densa rede de relações econômicas e culturais que repercute em uma rica vida associativa interna à rede da diáspora, cuja duração se entende por várias gerações. (HASBAERT, 2001, p.1773).

> Por um lado, casa é o lugar mítico de desejo na diáspora. Neste sentido é o lugar de não retorno, mesmo que seja possível visitá-lo é visto como o lugar de origem. Por outro lado, "casa" é também a experiência vivida na localidade. Seus sons e cheiros, seu calor e poeira, as noites de verão, o excitamento da primeira neve, os tremores das noites de inverno, a sombra cinza dos céus no meio do dia, [...] tudo isso, mediado pelo cotidiano das relações sociais. (BRAH, 2011. p. 223, tradução nossa).

Desta forma, entendemos o habitar como um processo "dialético e mundificado"[28], no sentido de que se habita na relação[29] (sensível) com/no o espaço, como podemos ver na descrição acima. Acreditamos então, que a noção de *ambiência sensível*, esta que envolve as práticas e está relacionada as sensações e percepções do corpo no espaço (THIBAUD,2011), reforça e reafirma as características do habitar.

Neste contexto, o que propomos neste trabalho é tecer reflexões a respeito das ambiências compartilhadas por pessoas em situação de refúgio[30] em espaços públicos que se colocam de forma aberta, hospitaleira, como espaços de/para integração. Acreditamos que ao deslocar-se, o indivíduo carrega consigo parte de seu habitar, daquele espaço ao qual, como define Pallasmaa (2017), ele se acomodou e que está acomodado na sua consciência; carrega consigo sua identidade. Assim a partir da experiência das ambiências compartilhadas nesses espaços, buscamos refletir sobre as reverberações culturais e identitárias na (des) construção[31] de um habitar o exilio.

---

[28]Referimo-nos aqui a um processo que vai de encontro à ideia da casa unicamente como essência do "eu" defendida por Bachelard (2008).

[29] Referimo-nos a relação no seu sentido dialético, que se constitui numa via de mão dupla. Neste sentido, a relação corpo-espaço implica numa simbiose, onde não só um depende do outro, como um modifica o outro.

[30] Referimo-nos a pessoas em situação de refugio, todas aquelas que estão em situação de deslocamento forçado, não necessáriamente aquelas que tenham conseguido o status de "refugiado" no Brasil.

[31] Referimo-nos aqui a desconstrução tal qual (in) definida por Derrida: "A desconstrução não é apenas – como seu nome parece indicar – a técnica de uma construção pelo avesso, pois é capaz de conceber, por si mesma, a ideia de construção. Poder-se-ia dizer que não há nada mais arquitetônico do que a desconstrução. " (DERRIDA, [1986]2013)

As reflexões que trazemos aqui partem de incursões "etnotopográficas"[32] feitas em campo no início deste ano. A etnotopografia busca a compreensão dos espaços habitados e construídos relacionando-os com seus indivíduos e grupos sócio-culturais. Para tanto podemos fazer uso de ferramentas etnográficas como a observação participativa, desenhos etnográficos, fotos e vídeos com o olhar muito focado para as questões relacionais dos espaços.

2. Vivenciando o Lugar

Uma vez que nosso espaço aqui é limitado, apresento aqui uma cena vivenciada em uma de minhas incursões a campo e algumas reflexões sobre ela. Para contextualizar o momento vivenciado, a cena aconteceu dentro de um evento as vésperas do carnaval carioca, com o intuito de apresentar um bloco de carnaval "multicultural" composto por músicos "refugiados" de várias origens. Dentro deste evento musical aconteceu também um debate aberto e informal sobre refugiados, acolhimento e integração, onde participaram refugiados, representantes de ONGs e órgãos públicos e uma feira de artesanatos e gastronomia. A cena que relato a seguir, aconteceu no momento do debate.

> "Um rapaz entra no círculo onde estava acontecendo o debate, interrompendo a conversa, na sua mao carregava uma camisa do Congo. Ele para em frente a uma cadeira vazia ergue a camisa para que todos vejam e estica ela no chão em frente a cadeira e se senta. Ao seu lado, estão sentados três integrantes de uma ONG, dois deles vestem túnicas africanas e o terceiro está com uma camisa da Siria. Em suas falas está sempre o agradecimento a acolhida brasileira, a importância da integração e a satisfação de terem sido bem-sucedidos aqui. Em contrapartida, no decorrer do debate surge uma fala ressentida: " aqui, eu deixo um pouco de ser a *Maria* para ser uma refugiada. Nós não somos só isso, temos outras identidades". O debate segue com a fala de outra pessoa, que destaca a importância do

[32] A Etnotopografia visa estudar e compreender os espaços habitados e construídos relacionando-os aos seus grupos socioculturais. Podemos dizer, que a "etnotopografia" traça um paralelo, na dimensão espacial, às metodologias etnográficas aplicadas por antropólogos.Ver: (DUARTE, 2010.p.6)

> reconhecimento de que não há de haver distinção, todos são humanos, todos devem se ajudar, sem preconceitos.” . (registros do caderno de campo, 23/02/2019) [33]

Interessante notar, que apesar de estarmos em um evento musical e festivo, o debate ocorre em uma ambiência silenciosa, onde o que mais importa é a fala de cada participante. O debate é aberto com falas mais formalizadas dos representantes dos órgãos públicos e ONGs de acolhimento e passa para os “refugiados”. O relato que trouxemos aqui, nos faz refletir sobre alguns aspectos desse Lugar do exílio vivenciado por “refugiados”.

Podemos dizer que o aspecto da espacialidade seria o primeiro a ser notado nesse contexto do refúgio, o ato de deslocar-se marca uma espacialidade específica que irá atravessar vários outros aspectos desse Lugar do exílio. Assim, quando presenciamos a cena do rapaz estendendo sua camisa como quem diz: “esse sou eu, esse é o meu lugar” percebemos a dicotomia desse Lugar, cria-se em torno desse espaço uma ambiência de tensão, “estou aqui, mas sou lá” ou “sou aqui, mas estou lá”. Assim entendemos uma espacialidade em suspensão, marcada por sensações e sensibilidades. Quando ao aspecto sensível desse espaço vivenciado na cena, podemos ainda perceber fronteiras invisíveis que se criam entre falas, vestimentas e indivíduos. Nesse sentido, o reconhecimento e agradecimento da acolhida acontece de forma simultânea a necessidade de afirmar sua identidade, sua origem. Assim a tão conclamada integração dos refugiados se dilui reivindicando para além sua inclusão nos novos espaços.

Assim, apresentamos neste trabalho uma pequena parte de nossa pesquisa de doutorado em andamento. É importante destacar, que falamos a partir do campo da Arquitetura e Urbanismo, onde a maior parte dos debates acerca das migrações e refúgios acontece em torno de soluções técnicas e inovadoras para o provimento de habitações e acolhida. No entanto nossa pesquisa pretende incorporar um olhar sociocultural da

[33] Todos os nomes foram subtraídos ou modificados neste relato para preservar o direito à privacidade dos indivíduos envolvidos.

Arquitetura e Urbanismo, buscando alcançar um entendimento das relações subjetivas presentes entre indivíduo, espaço e cultura. Com isso, acreditamos ser possível fornecer novas referências e informações sobre a complexidade de um habitar no exílio, enriquecendo também as fontes de pesquisa para novas soluções projetuais promovendo cidades e espaços mais inclusivos.

Referências

BACHELARD, Gaston. 1884-1962. A poética do espaço. Trad. Antonio de Pádua Danesi. Ed. Martins Fontes. São Paulo,2008.

DERRIDA, Jaques; MEYER, Eva. Uma arquitetura onde o desejo pode morar. In. NESBITT, Kate. Uma nova Agenda para a arquitetura. Cosac & Naify. São Paulo. 2013. (pp. 166-173).

DUARTE, Cristiane Rose S. Olhares possíveis para o pesquisador em arquitetura. I ENANPARQ, Dezembro de 2010. Disponivel em: http://www.anparq.org.br/dvdenanparq/simposios/105/105-690-2-SP.pdf [acessado: 14 de outubro de 2017]

FISCHER, Gustave-N. Psicologia Social do Ambiente. Instituto Piaget. Lisboa, 1994.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à Multiterritorialidade. Anais do IX Encontro Nacional da Anpur. vol. 3, 2001.

HIEDEGGER, Martin. Construir, Habitar, Pensar, 1954. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback. Disponível em: http://www.prourb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf Acessado: 22 de maio de 2015.

PALLASMAA, Juhani. Habitar. Ed. Gustavo Gilli. São Paulo, 2017.

SAID, Edward. Fora do Lugar. Companhia das Letras. São Paulo, 2004.

THIBAUD, Jean Paul. A Sonic Paradigm of Urban Ambiance. In: Journal of Sonic Studies, volume 1, nr. 1. 2011. Disponível em: <http://journal.sonicstudies.org/vol01/nr01/a02> Acesso em:17 de outubro de 2015.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

DA IMIGRAÇÃO À INTEGRAÇÃO SOCIAL

o papel das iniciativas cidadãs [34]

FROM IMMIGRATION TO SOCIAL INTEGRATION

the role of citizens' initiatives

Anaëlle Poulet[35]

***Resumo**: Le Brésil connaît depuis plusieurs années une augmentation des flux de migrations Sud-Sud. Ces nouvelles migrations sont à la fois un défi pour le programme d'asile et migratoire brésilien, mais aussi pour les habitants. L'arrivée de personnes migrantes implique les citoyens dans le processus d'intégration sociale des migrants et nécessite leur participation. Dans ce contexte, je m'intéresse au rôle des citoyens pour l'intégration sociale de ces nouvelles populations. Je propose d'étudier comment se met en place l'hospitalité dans les villes, au travers de micro-actions, menées pour et avec les migrants dans la ville de Rio de Janeiro. Comment le faire-ensemble se met-il en place et quel est le rôle des pouvoirs publics dans la mise en place de ces projets ? Je m'intéresserai aux conséquences de ces actions, à la fois sur les habitants, par la possible mise en place d'une résistance à la pensée ambiante qui peut être celle du rejet, ainsi qu'à l'impact de ces actions sur l'intégration sociale des arrivants. Il s'agira notamment de voir la forme que ces projets peuvent prendre, et comment ils peuvent permettre une intervention sociale et culturelle du migrant au sein de la ville, en même temps que son acceptation.*

***Palavras-chave**: Integração social. Integração local. Hospitalidade. Iniciativas cidadãs.*

---

[34] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[35] Consorcio Erasmus Mundus MITRA: Université Lille 3, Universidade Federal Do Rio de Janeiro, Mestranda MITRA, Médiations interculturelles: identités, mobilités, conflits. E-mail: anaelle0401@gmail.com

Cette recherche propose d'étudier les conditions d'accueil des migrants et réfugiés à Rio de Janeiro afin de comprendre ce qu'il se passe à l'échelle de la ville, des quartiers et des collectifs. Le Brésil connaît depuis plusieurs années une forte arrivée de migrants humanitaires et de demandeurs d'asile. Il s'agit de nouvelles formes de migrations, majoritairement Sud-Sud, liées aux conflits, notamment en Syrie, ainsi qu'à des catastrophes naturelles, facteurs qui poussent à l'émigration les Haïtiens (WESJA, LESSER 2018). De plus, la fermeture partielle des frontières de l'Europe a pour conséquence de créer de nouvelles routes migratoires (SAGLIO-YATZIMIRSKY, GEBRIM, 2017).

1. L'immigration, un défi actuel pour le Brésil

Si ces arrivées représentent un défi pour le programme d'asile et migratoire brésilien, elles sont aussi un défi considérable pour la société civile brésilienne. L'arrivée de nouvelles cultures incite en effet à s'interroger sur l'impact de l'immigration sur la construction de l'identité nationale. Le sujet de l'immigration s'enkyste au coeur du débat social et cette situation coïncide avec une crise née de la récession économique du pays et de son instabilité politique. La situation est alors devenue propice aux crispations identitaires et à l'intolérance à l'égard de l'« étranger »(SAGLIO-YATZIMIRSKY, GEBRIM, 2017). En ce sens, la situation au Brésil semble être intéressante à étudier, d'autant plus que ce pays a longtemps été considéré comme un leader en matière d'asile en Amérique latine avec un positionnement influent sur les politiques des pays voisins (JUBILUT, 2006).

Le Brésil dispose d'un appareil juridique important pour accueillir les réfugiés mais sa législation migratoire est jugée inefficace (TODELO, CORSINI, 2014). Des associations telles que CARITAS agissent contre ces manquements au niveau local, notamment en

logeant les personnes migrantes et en les orientant (SAGLIO-YATZIMIRSKY, GEBRIM, 2017). Cette association fait partie du CONARE, Comité National pour les Réfugiés au Brésil, auprès du gouvernement et du Haut Commissaire aux Réfugiés. Cette position donne à la société civile un rôle important dans la prise de décision au niveau national (BERTINO MOREIRA, 2014).

2. Hospitalité et enjeux de l'implication citoyenne au niveau local pour l'intégration sociale

Cependant, l'hospitalité ne repose pas uniquement de la responsabilité des associations ou des institutions et organisations étatiques, mais requiert aussi une relation entre la société civile et les personnes migrantes. Michel Agier définit la notion d'hospitalité comme:

> "Une forme sociale qui a pour fonction la médiation entre moi et l'autre, et, plus largement, entre la structure en place et les gens qui arrivent. Elle est ce geste qui dit à l'autre : tu n'es pas mon ennemi, qui fait de l'étranger un hôte dans une relation d'accueil et non un ennemi dans une relation guerrière". (AGIER, 2018)

Cette notion souligne l'importance du rôle de la société civile dans l'accueil des migrants au sein de la ville. Tout d'abord par leur rôle de médiateur au travers de l'hospitalité et de guide face aux institutions, aux travers d'aides administratives, de cours de langue ou autre, mais aussi en permettant l'accès à la culture de la société d'accueil, au travers des relations sociales tissées, qui permettront ainsi à l'immigré de s'intégrer socialement.

Nous considérons ici le concept d'intégration dans sa dimension locale. Julia Bertino Moreira propose une approche intéressante de ce concept, le définissant comme le processus qui s'exerce lorsque l'étranger interagit dans un nouveau contexte, dans la

société d'accueil, en contact avec la population. Dans leur article Understanding Integration : A conceptual Framework Journal of refugee studies, Ager et Strang (2008) définissent l'intégration comme l'accès au travail, au logement, à la santé, à l'éducation, à la citoyenneté et aux droits. Cet accès peut être perturbé par des freins structurels comme le langage, la culture et l'environnement local. D'après les auteurs, l'intégration structurelle doit alors être connectée à d'autres dimensions, comme la participation aux différentes sphères sociales. Lockwood, dans son article Social Integration and System Integration (1964), distingue l'intégration au système, qui est le résultat du fonctionnement anonyme des institutions, à l'intégration sociale, qui se réfère à l'inclusion des individus à un système, par la création de relations entre les individus dans une société. Cette intégration est alors le résultat d'une interaction consciente, motivée et coopérative de la part de l'étrangers et du groupe d'accueil. Cette approche de l'intégration est cruciale pour ma recherche, car sa concrétisation implique une société accueillante et réceptive. Ainsi, il ne s'agit pas pour le migrant de perdre son identité afin de "s'adapter" à la société, mais d'avoir accès à la sphère sociale, par le biais de relations créées avec la population.

Comme le souligne Camille Guenebeaud dans sa thèse (2017), étudier au niveau local permet d'analyser les mobilisations autour de la place faite aux migrants. Cela permet d'interroger les motivations de ceux qui accueillent, mais aussi les différents processus de mise à l'écart des étrangers, et ainsi prendre en considération la question du rejet des migrants au sein de la ville. La construction de l'altérité dans le contexte multiculturel que connaît le Brésil est alors à prendre en compte dans ma recherche, afin de comprendre les freins que ce rejet peut avoir sur le processus d'intégration sociale des migrants.

Dans l'ouvrage Entre accueil et rejet : ce que les villes font aux migrants, le collectif Babels (2018) pose la question de ce que la ville fait aux migrants. Ici, je propose de faire de même, en prenant en compte le rôle des habitants dans la trajectoire des migrants dans la ville. Comment les habitants peuvent-ils alors jouer un rôle de médiateur en accueillant les

migrants et quelles sont leurs motivations ? Quels résultats l'investissement citoyen peut donner pour une meilleure intégration des migrants dans la société ?

Il s'agira, dans un deuxième temps, de se demander ce que les migrants font à la ville. Comment l'accueil de migrants dans un quartier peut-il engendrer des modifications dans celui-ci? Observe-t-on des modifications de la relation que les habitants entretiennent à la ville et plus largement à leur identité citoyenne ?

Afin de pouvoir répondre à ces questions, il est important de prendre en compte le rôle du migrant lui-même dans ce processus. Il ne s'agira donc pas ici de s'intéresser uniquement aux initiatives citoyennes, mais de prendre en considération la place du migrant dans des initiatives ayant comme objectif de *"faire ensemble"*, car ce sont ces actions qui permettent une inclusion dans la société, en mettant en avant des savoirs-faire collectifs. Jean-Jacques Schaller définit la notion de faire ensemble de la manière suivante:

> Le "faire ensemble" nécessite un respect, une estime mutuelle (une parité d'estime dépassant les diversités de forces, de compétences…). C'est forcément un "laboratoire de plein air", plein d'inattendus et de découvertes, et ce côté expérientiel (et non expérimental car il n'y a pas de protocole prédéterminé) est souvent lié pour ceux qui s'y engagent à un imaginaire collectif fort (à la fois leurrant et moteur). Alors "Pourrons-nous vivre ensemble ? Égaux et différents" (Touraine, 1997) pour construire un monde commun dans le conflit et la contradiction. "Ce monde, un parmi tous ceux qui auraient pu advenir, a pour propriété d'avoir été négocié, discuté, éprouvé, de manière à transformer les identités jusqu'à les rendre, au moins pour un instant, compatibles les unes avec les autres. C'est pourquoi ce monde peut être qualifié de commun" (Callon, Lascoumes, Barthe, 2001 : 2011). (SCHALLER, 2013)

Ces différents questionnement me mène à une question préalable : comment les populations assimilent que leur territoire (un quartier, une rue, un ensemble qui compte pour l'imaginaire de la population) doit faire face à une situation nouvelle, qui peut être considéré comme un problème, et comment se met alors en place une intelligence collective, telle que définie par Jean-Jacques Schaller, c'est à dire une mobilisation, hors institutions et à partir d'intuitions, pour trouver des solutions.

3. Problématique

Mon sujet de recherche consistera alors à étudier les formes de coopérations entre les habitants et les migrants ainsi que les formes de recherche de solutions collectives pour les inclure qui peuvent exister. Je propose d'étudier les conditions de réussites de celles-ci, ainsi que le rôle de l'Etat et des associations institutionnelles, qui peuvent aider, décourager ou ignorer ces formes d'adaptations. Mes recherches de terrain porteront alors sur ces micro-actions en lien avec l'accueil des migrants. J'interrogerai le rôle des habitants dans la réussite de l'intégration sociale des migrants, en m'intéressant aux différentes formes de ces mobilisations collectives et aux facteurs nécessaires à leur existence. Ce dernier point permettra notamment de mettre en avant les motivations des habitants à monter ces projets. Il serait pertinent de se pencher sur la possible résistance à la pensée ambiante, qui peut être celle du rejet, qui pourrait se dégager de ces actions. Par la suite, je souhaite interroger l'impact de ces formes d'intelligence collective sur le long terme. Produisent-elles une culture, au sens d'une création qui transforme les habitants et les migrants, à laquelle ils se réfèrent et qui s'ancre dans le temps ? (Création urbaine, coopérative de services, festivals culturels, rituels conviviaux...).

Enfin, la question centrale de cette recherche sera de voir comment ces actions au niveau local permettent une intervention sociale et culturelle du migrant, en même temps que son acceptation.

Références

AGER, A; STRANG, A. Understanding Integration: A conceptual Framework. Oxford : Journal of Refugee Studies, 2008.

AGIER, M. L'Etranger qui vient, Repenser l'hospitalité, Paris: Seuil, 2018.

BABELS, Entre accueil et rejet : ce que les villes font aux migrants, Lyon: Le passager clandestin, 2018.

BERTINO MOREIRA, J. Refugiados no Brasil: Reflexões acerca do processo de integração local, Brasília: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 2014.

GUENEBEAUD, C. Dans la frontière : migrants et luttes des places dans la ville de Calais, Lille, Université de Lille, 2017.

JUBILUT, L. Refugee law and Protection in Brazil: a Model in South America, Oxford, Oxford University Press, 2006.

LOCKWOOD, D. Social Integration and System Integration. London : Explorations in Social Change, 1964.

SAGLIO-YATZIMIRSKY, M; GEBRIM, A. « Nouvelles migrations » au Brésil : des représentations de l'accueil aux formes contemporaines de racisme. Paris, *Brésil(s)*, 2017

SCHALLER, J. Faire pour, faire avec ou faire ensemble : l'intelligence collective constitutive d'un monde commun. Paris: Le sujet dans la cité, 2013.

TODELO DE SOUZA, F, CORSINI, L. La lutte des réfugiés. Entre droit de fuite et droit de rester, Paris: Multitudes, 2014.

WESJA, S; LESSER, J. Migration in Brazil: The Making of a Multicultural Society. Washington, DC: Migration Policy Institute, 2018

O DESLOCAMENTO POR RAZÕES AMBIENTAIS

uma análise do regime de proteção jurídica [36]

THE DISPLACEMENT FOR ENVIRONMENTAL REASONS

an analysis of the legal protection regime

André Ricci de Amorim[37]

Silvia Gabriel Teixeira[38]

***Resumo**: O presente artigo tem por objetivo analisar, no contexto da mobilidade humana, o arcabouço jurídico disponível para a proteção de pessoas deslocadas por motivos ambientais. Nesse sentido, primeiramente se busca demonstrar a qual dentre as nomenclaturas mais usadas seria o ideal, qual sejam, "refugiado ambiental", "migrante ambiental" e "deslocado ambiental". Posteriormente, o trabalho busca fazer com que o leitor reflita sobre o regime de proteção concedido às pessoas que deixam o seu lar por razões ambientais e, no segundo momento, se é possível falar em construção e/ou aprimoramento de (novos) meios para a proteção desse grupo em vulnerabilidade no âmbito internacional.*

***Palavras-chave:** Deslocamento ambiental. Refugiado ambiental. Mobilidade humana.*

---

[36] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[37] Mestre em Ciências Jurídico-Políticas, com menção em Direito Internacional Público e Europeu pela Universidade de Coimbra, Portugal. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi professor substituto na Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é advogado e pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direito Internacional da FND/UFRJ. E-mail: andrericci_8@hotmail.com.

[38] Mestre em Direito Internacional Público e Europeu pela Universidade de Coimbra, especialista em Direito Internacional pelo Centro de Direito Internacional, bacharel em Direito pela PUC Minas. Advogada. E-mail: silviagabriel@hotmail.com.br.

O fenômeno da mobilidade humana internacional tem despertado o interesse da sociedade que constantemente é nutrida com informações sobre suas causas e efeitos. Giddens (2008) lembra que esse fenômeno parece acelerar a integração global, mas que ao mesmo tempo pode refletir um lado obscuro, qual seja, ser causado por uma circunstância forçada ou por consequência de um evento traumático.

Dentre as pessoas que se deslocam internacionalmente, a delicada questão dos refugiados vem chamando bastante a atenção nas discussões sociais e até mesmo no âmbito acadêmico. Ocorre que a definição do termo refugiado guarda uma interpretação estrita, mui influenciada pelo principal documento nessa matéria: a Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951.

Nesse sentido, o presente trabalho visa, ainda que brevemente, analisar a possibilidade de existência dos "refugiados ambientais", bem como a viabilidade de construção de um regime jurídico específico e eficiente de proteção aos que se deslocaram por razões ambientais.

Ora, nos termos do Artigo 1º (A)(2) da Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, o termo "refugiado" se aplicará a qualquer pessoa:

> [T]emendo ser perseguida por motivos de **raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas**, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (grifo nosso)[39].

Portanto, se trata de uma análise objetiva no qual será verificado se o solicitante se enquadra nas razões de perseguição descritas na referida Convenção. Ressalte-se que tal

[39] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 05 Jul. 2019.

documento não condiciona a análise do pedido à entrada regular do indivíduo (HATHAWAY, 1991, p. 51).

Ocorre que, analisando estritamente o texto sobre a definição do termo "refugiado" e partindo de considerações das normas de Direito Internacional, existe uma grande dificuldade, senão impossibilidade, de tornar correto o uso da nomenclatura "refugiado ambiental".

A primeira definição do termo "refugiado ambiental" foi criada por Lester Brown, do *World Watch Institute*, ainda na década de 1970. Contudo, o termo ganhou notoriedade a partir da publicação dos trabalhos dos professores Essam El-Hinnawi, do *Egyptian National Research Center*, em 1985; e, posteriormente, Jodi Jacobson, em 1988 (BLACK, 2001, p.1).

De acordo com Myers e Kent (1995, p. 18), "refugiados ambientais" são pessoas que não conseguem mais viver seguramente em seu local de origem em razão de fatores ambientais, tais como secas, mudanças climáticas e desastres ambientais.

Muito embora existam doutrinadores que defendem o uso do referido termo, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2009, p. 8) já se manifestou contra a existência de um "refugiado ambiental", informando que não existe base legal no Direito Internacional dos Refugiados para definir a condição jurídica daqueles que se deslocam por razões ambientais.

Então, como se referir afinal àqueles que precisam se mover por questões ambientais? Existe um estatuto específico de proteção para essas pessoas?

Primeiramente, cumpre salientar que atualmente parte considerável da doutrina se refere a essas pessoas como deslocados ambientais. Isso porque, reiterando o que foi dito anteriormente, não lhes é garantido *status* de refugiado. Além disso, há quem entenda que os Estados tendem a não alargar a interpretação da Convenção de 1951 por entenderem

que isso poderia enfraquecer a proteção ao refugiado já que o deslocamento por razão ambiental é excepcional (PENTINAT, 2006, p. 92).

Outra questão que merece destaque é quanto ao uso do termo "deslocado" e "migrante" ambiental. Sobre isso, entendemos mais adequado o uso do primeiro termo, pois vai de encontro ao que Oakes *et al* (2016, p. 19) disseram sobre o fato de a migração inferir certo grau de escolha em como e quando se mover, enquanto o deslocamento traz a ideia de ser algo forçado, pois significa que as pessoas foram expulsas de suas casas por eventos ambientais isolados ou repetidos.

Qualquer que seja a corrente da qual o leitor seja mais adepto, entendemos ser primordial dar menos visibilidade a questão da nomenclatura para dar maior destaque para a questão da mobilidade humana e o meio ambiente. Isso porque, enquanto não se alcança uma solução duradoura nessa matéria, a proteção gozada por essas pessoas não é específica, ou seja, apenas é assegurada através de um sistema de proteção complementar baseada em tratados de direitos humanos ou em princípios gerais de direito humanitário (MCADAM, 2005, p. 1).

Para tornar ainda pior a situação, nota-se que os efeitos de um desatre ambiental são proporcionalmente mais agravados em locais mais pobres (O'BRIEN *et al*, 2006). Assim, além de os mais pobres estarem mais propícios a sofrerem com os efeitos de um desastre ambiental, caso sejam atingidos e se vejam forçados a saírem de seus países, ainda se colocarão em situação de vulnerabilidade jurídica em razão da ausência de um instrumento específico que garanta a sua proteção enquanto deslocado ambiental.

Portanto, embora muito já se tenha avançado, por exemplo, ao reconhecer que em algumas circunstâncias existe uma interação entre mobilidade humana e desastres

naturais[40], não se pode olvidar de que a comunidade internacional ainda precisa prosseguir na busca por soluções duráveis.

Assim, o presente trabalho propõe que sejam discutidas: *i)* a adoção de políticas públicas capazes de reduzir o risco de desastres ambientais; e *ii)* se existe a viabilidade de construção de (novos) meios de proteção ao deslocado ambiental.

Referências

BLACK, R. *Environmental Refugees: myth or reality? In*: New Issues in Refugee Research, United Nations High Commissioner for Refugees. Working Paper n. 34, 2001, pp. 1-20;

GIDDENS, A. Sociologia, 6ª edição. Tradução de Alexandra Figueiredo; Ana Patrícia Duarte Baltazar; Catarina Lorga da Silva; Patrícia Matos e Vasco Gil. Coordenação e revisão científica de José Manuel Sobral. Tradução do original inglês intitulado SOCIOLOGY 4'h Edition. Lisboa: Fundação Colouste Gulbenkian, 2008;

MCADAM, J. *Complementary protection and Beyond: how States deal with human rights protection*. *In*: New Issues in Refugee Research, United Nations High Commissioner for Refugees, Working Paper n. 118, 2005, p. 1-21;

MYERS, N.; KENT, J. *Environmental Exodus: An Emergent Crisis in the Global Arena*. Washington DC: Climate Institute, 1995;

OAKES, R.; MILAN, A.; CAMPBELL, J. *Kiribati: Climate change and migration – Relationships between household vulnerability, human mobility and climate change*, (Report N. 20). Bonn: United Nations University Institute for Environment and Human Security (UNU-EHS), 2016;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Disponível em: *<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>*. Acesso em: 05 Jul. 2019;

_____. The Global Compact on Refugees (2018). Disponível em: *<https://www.unhcr.org/events/conferences/5b3295167/official-version-final-draft-global-compact-refugees.html>*. Acesso em: 18 Jul. 2019;

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Climate change, natural disasters and human displacement: a UNHCR perspective* (2009). Disponível em: *<http://www.refworld.org/docid/4a8e4f8b2.html#_ga=1.142270706.1503118157.1485366719>*. Acesso em: 06 Jul. 2019.

[40] Vide o item 8 do *Global Compact on Refugees*, de 2018.

A FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES
uma reflexão sobre as categorias de análise [41]

FEMINIZATION OF MIGRATIONS:
a reflection of categories of analysis

Maria Paula Botero Rodriguez[42]

Corina Evelin Demarchi Villalón[43]

Cláudia Medeiros de Castro[44]

Resumo: *Na atualidade há um aumento do número de mulheres imigrantes, fenômeno nomeado por alguns/as autores/as como "feminização das migrações". Se, por uma parte, a relação numérica reflete em termos quantitativos a movimentação das mulheres dentro das migrações, por outra, não leva em conta outras categorias de análise que são essenciais no reconhecimento da agência das mulheres. Assim, esse trabalho se propõe a discutir o conceito de feminização das migrações desde uma perspectiva de gênero, e introduzir a orientação sexual e a agência política das mulheres imigrantes como elementos determinantes na experiência migratória.*

Palavras-chave*: Feminização das migrações. Gênero. Orientação Sexual.*

---

[41] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[42] Programa de Pós-graduação Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) Universidade de São Paulo (USP). mariapaulabotero@gmail.com

[43] PROMUSPP- EACH- USP coridemarchi@gmail.com

[44] PROMUSPP- EACH- USP claudia.medeirosc@gmail.com

Segundo a Organização das Nações Unidas (2015) desde o ano 2000 a proporção de mulheres imigrantes vem crescendo, segundo a OIM, em 2018 as mulheres representavam, no mundo, aproximadamente 124,8 milhões. Na atualidade as mulheres representam quase a metade da população internacional migrante, fenômeno conhecido por alguns/as autores/as como um processo de "feminização das migrações". É importante considerar que esse processo é um processo heterogêneo, tanto em relação à magnitude quanto em termos qualitativos em cada contexto internacional, como no interior de cada país, onde algumas regiões atuam como emissoras e outras como receptoras de migrantes (GUIZARDI; GONZÁLVEZ TORRALBO; STEFONI, 2018, p.41).

No Brasil, de acordo com os dados da Polícia Federal coletados pelo OBMigra, em 2017 os migrantes registrados a nível nacional eram aproximadamente 100.000, sendo 60.000 homens e 40.000 mulheres. Dos 22.245 migrantes registrados no município de São Paulo, 13.235 são homens e 9.010 mulheres (SINCRE, 2018). Apesar das diferenças numéricas, a tendência brasileira acompanha a tendência global de aumento de mulheres migrantes internacionais.

Nesse contexto, enquanto pesquisadoras de processos de organização coletiva de mulheres imigrantes na cidade de São Paulo, consideramos que essa relação numérica reflete em termos quantitativos a movimentação das mulheres dentro das migrações, mas não leva em conta as categorias de análise que são essenciais na existência e reconhecimento da agência das mulheres no contexto da imigração. Assim, esse trabalho tem como intuito discutir o conceito de feminização das migrações desde uma perspectiva de gênero, e dentro desta categoria introduzir a orientação sexual e a agência política das

mulheres imigrantes como elementos que podem ser determinantes na experiência migratória[45].

Sobre a questão numérica, como sugerem vários estudos (BRASIL; ARAUJO, 2016; JULIANO, 2000; GREGORIO, 1998, 2011; MAGLIANO; DOMENECH, 2009), o aumento das mulheres na composição dos fluxos migratórios não significa que nos últimos tempos as mulheres têm migrado com maior frequência, mas pode estar vinculado ao não reconhecimento, nem registro dessas mulheres que durante muito tempo foram retratadas como acompanhantes dos maridos e/ou família no processo migratório, o que pode ter dificultado a visibilidade delas nas estatísticas.

Segundo Dolores Juliano (2012), as mulheres se deslocam por motivos muito diversos mas existem, pelo menos, três tipos de migrações que afetam de maneira específica às migrantes: as migrações por patrilocalidade, nas quais as mulheres abandonam o seu local de origem para morar no local de origem do seu marido[46]; a econômica[47] que, embora também afete os homens, o faz de maneira diferente se levarmos em conta a divisão social de tarefas por sexo, a distribuição da herança, a informalidade do mercado laboral, etc; e, por último, o «refúgio por motivos de género», que faz referência às migrações de mulheres com status desvalorizado nas sociedades de origem ou cujas vidas e desejos resultam incompatíveis com as tradições (matrimônios indesejados, trabalhadoras sexuais, mães solos e vítimas ou ameaçadas de agressões sexuais, lésbicas e

---

45 Entendemos experiência migratória de acordo com Camila Daniel (2013, p. 26).

46 Juliano diz que a ideia da imigração feminina como dependente da masculina é baseada no estereótipo, fortemente consolidado, de que o homem em termos geográficos tem mais mobilidade do que a mulher. Segundo a autora, isto é falso já que a grande maioria das nossas sociedades é patrilocal. "Así pues, podemos hablar de mujeres estructuralmente viajeras en contraposición a la imagen estereotipada de mujeres accidentalmente viajeras" (2000, p. 382).

47 A feminização das migrações se relaciona com processos como a feminização da força de trabalho e a feminização da pobreza (CAMACHO, 2010, p. 46), ou ainda, com a feminização da sobrevivência (SASSEN, 2013, p. 54).

mulheres com experiências afetivas não heteronormatizadas). Além disso, a autora relata motivações para a migração que são comuns à homens e mulheres.

Dessa forma, se sugere que para entender a feminização das migrações desde um ponto de vista qualitativo, é necessário desconstruir conceitos relacionados com o papel e as motivações das mulheres e reconhecer que, além do crescimento das cifras de mulheres migrantes, elas não estão migrando como sujeitos passivos nem como dependentes de um núcleo familiar específico.

Assim, o gênero, aparece como uma categoria de análise que permite levar em conta, nos estudos de migração, as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, e como aponta Valverde (2013) permite evidenciar o modo em que afeta a vida e as oportunidades das pessoas para resolverem seus problemas e dificuldades. Algumas dessas desigualdades são baseadas na forma como a migrante é representada na sociedade e o tipo de papel que ela deve performar para encaixar em um sistema heteronormativo. Em outras palavras, as mulheres imigrantes devem se adaptar a um papel de cuidado e passividade que mantenha elas dentro de uma estrutura que historicamente tem apagado sua agência política, independente da sua orientação sexual, cor ou raça.

O estudo de gênero dentro das migrações precisa ser entendido, então, não simplesmente como a presença e rol passivo da mulher ligado ao universo doméstico e sim é necessária uma visão mais ampla que como afirma Scott, inclua não só o parentesco, mas também o mercado de trabalho, a educação e o sistema político (SCOTT, 1989, p. 22):

> Não tem muito sentido sustentar que as relações contemporâneas entre homens e mulheres são produtos de sistemas anteriores de parentesco baseados nas trocas de mulheres. O gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia, na organização política e, pelo menos na nossa sociedade, opera atualmente de forma amplamente independente do parentesco.

No entanto, apesar deste fenômeno ser um foco de atenção importante, as mulheres migrantes tem dificuldades relacionadas com o acesso a direitos sociais e recursos públicos. Sendo a migração historicamente reconhecida como uma ação feita por homens, as legislações e políticas públicas tem se desenvolvido sem levar em conta sua existência e sua agência dentro das estruturas do poder económico, político e social.

Nesse sentido, Carmen Gregorio Gil enfatiza a necessidade de pensar as migrações como "procesos generizados", entendendo que são procesos "enraizados en la producción de desigualdades sociohistóricas y geopolíticas encarnadas en diferenciaciones socioculturales de 'género', pero también de 'raza', 'cultura' y 'nación'" (2017, p. 20). Gregorio Gil diferencia generização de feminização das migrações no sentido de marcar, com o primeiro, a adoção de uma perspectiva feminista que pretende analisar o papel dos sistemas de gênero como princípios organizadores das migrações e das sociedades em geral, enquanto o segundo, se associa, geralmente, ao aumento ou maior visibilidade das migrações de mulheres que pode, ou não, adoptar um enfoque feminista (GREGORIO, 2004, p.263). Assim, é possível focalizar as relações de poder e os trabalhos das mulheres migrantes, visibilizando sua transcendência social e econômica, e sua agência como sujeitas com projetos migratórios próprios, prestando atenção às diferenças de gênero, centrais na divisão do trabalho e na composição das migrações (2011, p. 48).

Nesse sentido, pensar as migrações desde a perspectiva da generização permite incluir outro elemento importante no estudo das mulheres migrantes, a orientação sexual. Ser lésbica ou bissexual intensifica as opressões e cria entornos que hostilizam o cotidiano. No mercado de trabalho, por exemplo, além da desvantagem econômica as mulheres são susceptíveis a situações onde tem que tolerar o assédio sexual. Segundo Rich (2010) para se manter em seus empregos aprendem a se comportar de uma maneira heterossexual complacente e agradável porque elas descobrem que esse comportamento indica uma qualificação para ter emprego, qualquer que seja o tipo de trabalho qualificação para ter

emprego, qualquer que seja o tipo de trabalho. Do mesmo modo, as mulheres imigrantes lésbicas se veem obrigadas a tolerar essas questões, agravadas com a superposição de outros tipos de violência como a xenofobia.

No entanto, além das formas de xenofobia e racismo que se manifestam na experiência migratória das mulheres imigrantes lésbicas, segundo Esguerra (2014), ela também é atravessada pela heterossexualidade como regime, imposto pelo sistema, que com sua organização heteronormativa, impõe uma experiência apartada do desejo.

Nessa ordem de ideias, a heterossexualidade obrigatória é um dos elementos que segundo Esguerra (2014) influem na decisão dessas mulheres de migrar ou permanecer no país de acolhida e que poucas vezes é levado em conta na análise das migrações, principalmente quando se entendem as migrações como um fenômeno não multicausal ou de motivações apenas econômicas desconhecendo o sistema sexo gênero, particularmente colonial, que tem sua própria economia e é tão complexo e estruturado quanto os sistemas econômicos (2014).

Embora existam diversas pesquisas sobre imigração que aportam dados relevantes para o estudo e elaboração de políticas públicas, a fim de entender e atender esse fenômeno que atinge toda a sociedade, ainda falta o reconhecimento e a compreensão das subjetividades associadas às diversas identidades construídas a partir de realidades de gênero e sexualidade que fazem parte dos processos migratórios e que determinam o cotidiano, no caso, das mulheres que migram.

Ao mesmo tempo, é imprescindível reconhecer a centralidade da presença e agência das migrantes tanto a nível subjetivo e pessoal, quanto nos coletivos e nas instituições migrantes. Isso, significa contestar, de certa forma, o estereótipo da mulher imigrante como dependente de um sujeito masculino (marido, pai, empregador, etc), passiva, sem capacidade de organização coletiva, sem agência política.

Para entender os processos migratórios dessas mulheres, é necessário reconhecer os paradoxos presentes nos processos de imigração, suas relações com os sistemas econômicos e políticos que são heteronormativos e vão além da orientação do desejo. Pensar na migração como um fenômeno que faz parte das configurações sociais que estão representadas pelo feminino e o masculino é significativo, no entanto, tais configurações não só representam as desigualdades relacionadas com os direitos sociais, mas também as opressões que operam nas diferentes formas de existir das mulheres que não performam feminidade.

Referências

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

CAMACHO, G. Mujeres inmigrantes. Trayectoria laboral y perspectiva de desarrollo humano, CLACSO, 2010.

DANIEL, C. P'a crecer en la vida: a experiência migratória de jovens peruanos no Rio de Janeiro, Tese (doutorado em Ciências Sociais)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2013.

ESGUERRA MUELLE, C. Dislocación y borderland: Una mirada oblicua desde el feminismo decolonial al entramado migración, régimen heterosexual, (pos) colonialidad, globalización. Universitas humanística. Bogotá: Vol.78, No 78, p. 137-162, 2014.

GREGORIO GIL, C. Migración femenina. Su impacto en las relaciones de género. Asparkía. Investigación Feminista. Castellón, No 15. 2004.

GUIZARDI, M..; GONZÁLVEZ TORRALBO, H.; STEFONI, C. De feminismos y movilidades. Debates críticos sobre migraciones y género en América Latina (1980-2018) Rumbos TS, Santiago de Chile, año XIII, No 18., p. 37-66, 2018.

JULIANO, D. Mujeres estructuralmente viajeras: estereotipos y estrategias. Papers: revista de sociología. Barcelona, No 60, p. 381-389, 2000.

_____Género y trayectorias migratorias. Papers: revista de sociología. Barcelona, No 97. p. 523-540, 2012. Disponible en: http://papers.uab.cat/article/view/v97-n3-juliano/pdf. Acceso en: 23 abr. 2017

MAGLIANO M.J.; DOMENECH, E. Género, política y migración en la agenda global: transformaciones

recientes en la región sudamericana. Migración y desarrollo. CDMX, v.12, p. 53-68, 2009.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU) Migration Data Portal, 2017. Disponible en: <https://migrationdataportal.org/?i=stock_abs_&t=2017&m=2&sm49=5>. Acceso en: 02 abr.2019.

RICH, A. (2010) Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas, n. 05, p. 17-44. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742. Acesso em: 25 jul 2019.

SASSEN, S. Contrageografías de la globalización Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.

SCOTT, J. (1989) Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press.

VALVERDE, A. (2013) Inmigración extranjera desde una perspectiva de género: El caso gallego. Máster Feminismo y Género Instituto de Investigaciones Feministas. Universidad Complutense. Disponível em: https://www.ucm.es/data/cont/docs/329-2013-12-17 FM%20Ana%20Valverde45.pdf. Acesso em: 25 jul. 2019

FAMÍLIAS MIGRANTES INTERCULTURAIS

desafios e estratégias [48]

INTERCULTURAL MIGRANT FAMILIES

challenges and strategies

Carolina Tavares da Silva Louback [49]

***Resumo**: As famílias interculturais imigrantes enfrentam múltiplos desafios no sentido de manter a conexão entre ambas as culturas do país de origem de seus pais e de favorecem a integração de seus membros com a cultura local sem que perca a sua identidade. Algumas estratégias são adotadas como a formação de rede social e de apoio através da internet e da formação de associações de pais.*

***Palavras-chave**: Família Intercultural. Rede de apoio. Migração.*

[48] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[49] Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, carolina.louback@gmail.com

1. Introdução

As famílias interculturais são formadas por casais biculturais ou binacionais que pertencem a nacionalidades distintas, com língua materna distinta e famílias de origem pertencentes a diferentes países (LIND, 2008), e por filhos que podem ter a mesma nacionalidade de um dos pais ou uma terceira nacionalidade diferente da de seus pais, sendo denominadas de crianças de terceira cultura[50] (REKEN; BETHEL, 2005).

Na formação da família intercultural, onde pelo menos um dos cônjuges é imigrante, os casais biculturais terão que lidar com duas culturas distintas, demandando deles a escolha de englobarem ou não ambas as culturas de origem na rotina doméstica e na educação de seus filhos. Tal decisão poderá resultar na construção de um sistema relacional familiar que valoriza a interculturalidade.

A fim de entendermos o processo vivenciado na construção desse tipo de família, partimos da definição de Walsh (2005) sobre interculturalidade e a adaptamos (LOUBACK, 2017). Assim definimos família intercultural (LOUBACK, 2017) como aquela cujos pais buscam propiciar, no convívio familiar com seus filhos, um intercâmbio equitativo entre ambas as culturas de suas famílias de origem, favorecendo entre seus membros um processo permanente de relacionamento, aprendizagem e comunicação que englobe as duas culturas, seus valores, tradições e conhecimentos, buscando desenvolver um novo sentido de convivência em que duas ou mais culturas familiares se encontram (no caso de terem filhos que pertençam a uma terceira cultura).

---

[50] Crianças de Terceira Cultura (*Third Culture Kids* – TCK) são crianças que enfrentam ao crescer múltiplos mundos culturais, como os filhos de expatriados, de casais biculturais, de imigrantes, de emigrantes, de refugiados, de minorias étnicas e quando adotivos internacionais (REKEN; BETHEL, 2005).

Ao pensar nas famílias interculturais frente aos desafios enfrentados, destacamos aqueles inerentes aos estágios do ciclo de vida familiar em contexto migratório, e engendramos um quadro (TAB 1) inspirado no modelo elaborado por Carter e McGoldrick (2001), com intuito de melhor explicitar a complexidade de tal evento (LOUBACK, 2017).

Para este estudo nos deteremos especificamente em alguns dos desafios e estratégias adotadas pela família migrante intercultural no sentido de manter a conexão com a família e a cultura do país de origem e favorecem a integração de seus membros com a cultura local.

TABELA 1 – Ciclo vital familiar e migração

Estágio do ciclo de vida familiar durante a migração	**Desafios**
Jovem adulto solteiro	Adaptação e/ou inserção ao novo projeto de vida: estudo ou trabalho no país de migração.
	Domínio da língua do país de migração.
	Adaptação à cultura e ao modo de vida no novo país.
	Relacionamento com pessoas de outras culturas.
	Adaptação a vida em comunidade, nova rede de apoio (trabalho, vizinhos, clube).
	Manutenção do vínculo com a família e amigos no país de origem via Internet.
Família monocultural	Domínio da língua do país de migração.
	Adaptação e/ou inserção no mercado de trabalho.
	Adaptação a cultura e ao modo de vida no novo país
	Adaptação a vida em comunidade, nova rede de apoio (escola, associações de pais, igreja, etc.).
Os cônjuges têm a mesma cultura e os filhos podem pertencer à mesma cultura dos	Adaptação dos filhos ao sistema de ensino (mesmo para as crianças que nasceram no país de migração, pois os pais pertencem à outra cultura).
	Integrar a língua falada em casa com a língua falada na escola e na comunidade.

pais, ou ter nascido no país de migração, ou ainda em outro país em se tratando de migrações sucessivas.	Relacionamento com pessoas de outras culturas.
	Adoção de novos rituais culturais inerentes ao país de migração.
	Construção da identidade cultural através dos elementos de transmissão da cultura: os rituais e a língua de herança.
	Manutenção do vínculo com a família de origem (principalmente os intergeracionais, com avós), e amigos no país de origem via Internet, e através de viagens ao país de origem, etc..
Família intercultural	Domínio da língua do país de nascimento do cônjuge e/ou do país de migração.
	Adaptação e/ou inserção no mercado de trabalho.
	Adaptação a cultura e ao modo de vida no novo país.
	Adaptação a vida em comunidade, nova rede de apoio (escola, associações de pais, igreja, vizinhos, etc.).
	Adaptação dos filhos ao sistema de ensino (mesmo para as crianças que nasceram no país de migração, pois os pais pertencem à outra cultura).
Ao menos um ou ambos os cônjuges são imigrantes e os filhos podem pertencer a uma terceira cultura diferente dos pais (TCK).	Integrar as muitas línguas faladas em casa com a língua falada na escola e na comunidade.
	Relacionamento com pessoas de outras culturas.
	Escolha e adoção de rituais e rotinas que a família tomará para si, frente a sua multiplicidade de culturas.
	Adoção de novos rituais culturais referentes ao país de migração.
	Construção da identidade cultural através dos elementos de transmissão da cultura: os rituais e a língua de herança (de ambas famílias, materna e paterna).
	Manutenção do vínculo com a família de origem de ambos os cônjuges (principalmente os intergeracionais, com avós), e amigos no país de origem de ambos os cônjuges via Internet, e através de viagens ao país de origem de ambos os cônjuges.

FONTE – LOUBACK, 2017, p. 21.

2. Desafios enfrentados e estratégias utilizadas

O imigrante transportado para terras distantes enfrenta múltiplos desafios ao receber a influência de diferentes sistemas culturais e ser obrigado a negociar com essas

novas culturas, a do país de migração e a do país de seu cônjuge, sem que perca a sua identidade, necessitando aprender a falar duas ou mais línguas, a negociar e traduzir entre elas, a habitar no mínimo duas identidades, a viver entre a tradição que buscam preservar e a tradução que são levados a fazer de si mesmos.

Os desafios enfrentados pelas famílias interculturais durante o processo de migração compreendem algumas ações adaptativas, integrativas e construtivas no país de acolhimento, como explicitado no quadro (TAB 1), sem, no entanto negligenciar as ações de manutenção dos vínculos estabelecidos com o país de nascimento, a família de origem e os amigos.

Em nossa pesquisa "A conjugalidade intercultural de brasileiras: uma análise sistêmica de posts em blogs" (LOUBACK, 2012), analisamos o conteúdo de 10 blogs de brasileiras casadas com estrangeiros e domiciliadas fora do Brasil (Alemanha, Áustria, Espanha, Estados Unidos, França Noruega e Irlanda) e concluímos que o processo de adaptação cultural vivenciado pelas imigrantes brasileiras contou com o apoio do cônjuge, das famílias de origem e de recursos pessoais da própria imigrante. Além da rede de apoio imediata, os casais interculturais estudados desenvolveram ações integrativas e construtivas ao englobarem ambas as culturas por meio da realização da cerimônia de casamento nos dois países, da valorização da culinária de ambas as culturas, da transmissão das duas línguas maternas aos filhos, bem como da junção dos rituais comemorativos das duas culturas.

Devido ao impacto causado pela Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), constatamos em nossa pesquisa (LOUBACK, 2012) que a internet vem sendo utilizada como poderoso instrumento na transmissão e preservação dos afetos servindo como ponte para manutenção do contato com a família e os amigos que residem em outro país, superando distâncias, aproximando geograficamente, e assim contribuindo para promoção

da saúde da imigrante e de sua família. Os registros postados pelas imigrantes em mídias sociais (blogs), realizados em linguagem escrita, vem a ser um veículo importante na elaboração das etapas do processo de migração, e como forma catártica de expressão dos sentimentos (LOUBACK, 2012).

Além desse uso, a internet tem facilitado o contato com as comunidades on-line de imigrantes e, por meio destas, vem possibilitando a formação de redes sociais e de apoio estabelecidas entre eles para lidar com questões relacionadas à adaptação no novo país e a fim de obter suporte para o desafio de educar filhos longe da família de origem, dos amigos, da comunidade e do próprio país. Foi em resposta a essas demandas que os brasileiros residentes no exterior vêm se mobilizando e organizando comunidades e associações, que estão se multiplicaram pelo mundo, e até 2009 já tinham sido identificadas 352 associações e organizações de brasileiros em 45 países, além de 216 veículos de mídia a eles dirigidos, segundo o relatório do III Encontro Europeu da Rede de Brasileiras e Brasileiros no Exterior, realizado em 2009 na Espanha (CARVALHO, 2009).

Em nossa tese "Entre a tradição e a tradução: um estudo de caso de uma associação de pais imigrantes brasileiros na Espanha" (LOUBACK, 2017), constatamos que a participação do imigrante e seus filhos juntamente com outras famílias imigrantes brasileiras em uma associação fornece aos pais pertinência, informação, apoio emocional, convívio social, proporcionando rede de apoio e ponto de referência significativo no exercício da parentalidade, contribuindo para organização da família intercultural. Assim, a questão, motivo de preocupação desses pais, encontra aporte em outros pais, fazendo emergir uma rede social estratégica que vem atuar na manutenção da saúde mental dos imigrantes brasileiros, ajudando-os na formação e na manutenção de vínculos identitários com a família no Brasil e com a cultura brasileira.

As famílias interculturais migrantes têm lançado mão de diferentes e diversificas estratégias para lidarem com os inúmeros desafios que enfrentam, no entanto muito pode ser feito para ajudá-las demandando o desenvolvimento de novas pesquisas sobre este tema.

Referências

CARTER, B.; McGOLDRICK, M. e col. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. p.7-29, 65-83.

CARVALHO, F. 3º Encontro europeu da rede de brasileiras e brasileiros no exterior. Relatório final. Barcelona, Espanha. 2009. p. 72. Disponível em: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/BRMundo/ptbr/file/Documento%20Barcelona%202009%20(versao%20atualizada%2004%20de%20outubro).pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

LIND, W. R. Casais biculturais e monoculturais: diferenças e recursos. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa. Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação. 2008. p. 455. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/977/1/15352_Tese_Wolfgang_Lind_2008.pdf

LOUBACK, C. T. S. A conjugalidade intercultural de brasileiras: uma análise sistêmica de posts em blogs. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2012, p. 92. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/15206/1/Carolina%20Tavares%20da%20Silva%20Louback.pdf>.

_____. Entre a tradição e a tradução: um estudo de caso de uma associação de pais imigrantes brasileiros na Espanha. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2017, p. 97. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20491/2/Carolina%20Tavares%20da%20Silva%20Louback.pdf>.

REKEN, R. V. e BETHEL, P. Third culture kids: prototypes for understanding other cross-cultural kids. Intercultural Management Quarterly, 2005, p. 8-10. Disponível em: <http://www.eurotck.net/wp-content/uploads/2016/05/06_cross_cultural_kids.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017.

WALSH, C. La interculturalidad en la educación. Lima, Perú: Ministerio de Educación e UNICEF, 2005. Disponível em: <http://issuu.com/paul_sanchez/docs/la_interculturalidad>. Acesso em: 08 ago. 2016.

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AFRICANAS NEGRAS EM DUQUE DE CAXIAS/RJ

diálogos culturais a favor de um de uma pedagogia antirracista [51]

SCHOOL INCLUSION OF BLACK AFRICAN CHILDREN IN DUQUE DE CAXIAS / RJ

cultural dialogues in favor of one of an anti-racist pedagogy

Caroline Delfino dos Santos [52]

***Resumo**: O presente trabalho objetiva analisar a chegada de crianças africanas negras e suas famílias em contexto migratório à cidade de Duque de Caxias/RJ a partir da perspectiva pedagógica de três unidades escolares. Tratam-se de resultados parcias de uma pesquisa de doutorado*[53] *em processo, cuja metodologia pauta-se nas contribuições da História Oral. A primeira fase do projeto compreende um processo investigativo com vistas a identificar se e como as escolas vêm pensando o processo de inclusão desses alunos, tendo como segunda etapa o cruzamento de dados buscando perceber de que forma os currículos vêm sendo (re)adaptados em razão de uma pedagogia a favor das diferenças de cunho cultural, mais especificamente, com a elucidação de conhecimentos africanos, como previsto na Lei 10.639/2003. Para o desenvolvimento do presente estudo, utilizamos como referencial teórico especialistas do campo do pós-colonialismo como Frantz Fanon, Aimè Cesaire e Homi Bhabha.*

***Palavras-chave:** Currículo. Culturas. Educação Descolonizada.*

---

[51] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[52] UNIGRANRIO-Universidade do Grande Rio, Doutoranda em Humanidades, Culturas e Artes, Professora e Orientadora Educacional na Rede Pública Municipal de Ensino de Duque de Caxias, carol.delfino.santos@gmail.com.

[53] "Limites e possibilidades na escolarização de crianças africanas negras em Duque de Caxias/RJ: Um estudo sobre (re)configuração curricular"-CAAE: 98606918.7.0000.5283/Nº Parecer: 2.923-350.

1. Introdução

Os contextos sociais e políticos pós-coloniais vêm intensificando e reformulando as formas de deslocamentos, conduzindo os civis em circunstância de vulnerabilidade à travessia de mares em busca de melhores formas de (sobre)vivência. Tal fenômeno migratório pode ser observado em unidades públicas de ensino no município de Duque de Caxias, Baixada Fluminense, a partir da chegada de famílias africanas, gerando-nos preocupações não apenas com seu processo de escolarização, no que se refere ao acesso ao currículo mínimo, mas, sobretudo, com a forma pela qual vem sendo construída a socialização e posicionamento dessa criança negra na sala de aula.

Assim, o presente trabalho tem como questão norteadora se e como as escolas da rede pública municipal de ensino de Duque de Caxias/RJ vêm reconfigurando seu currículo em razão da chegada das crianças africanas com vistas ao reconhecimento e valorização de suas culturas e em que medida sua presença pode corroborar para a construção de práticas descolonizadas e antirracistas.

No exercício de pensar as razões pelas quais anualmente milhares de africanos chegam às terras brasileiras, compreendemos que os deslocamentos não se dão de forma natural, mas desde sempre resultam das intervenções de um mercado. É a partir desse contexto que nossas reflexões se inscrevem como um estudo com crianças de origem africana em contexto de escolarização, mas especificamente o seu processo de inclusão em três escolas públicas municipais na cidade de Duque de Caxias/ RJ.

2. A descolonização do currículo a partir do processo migratório

A cidade *lócus* da pesquisa é marcada por traços de pobreza e desigualdade social, embora apresente uma das mais altas arrecadações de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) do estado do Rio de Janeiro. Não por acaso, a cidade é uma das rotas das famílias africanas. O baixo custo das moradias em comunidades locais, somado ao fato de já terem outros conhecidos na área, torna-se uma opção para aqui se instalarem.

Diante do exposto, é crescente o número de crianças impactadas pelo deslocamento África-Brasil matriculadas nas escolas da rede pública municipal de ensino, levando-nos a refletir sobre os limites, caminhos e possibilidades encontrados no cotidiano dos professores em seu exercício profissional frente ao desafio de incluir tais crianças.

Os mais variados deslocamentos e com eles contínuos processos de desterritorialidade implicam-nos um olhar em torno das práticas de aculturamento, silenciamento e apagamento culturais dos povos negros. A constatação de que crianças em situação de deslocamentos vêm chegando às escolas públicas locais, nos motiva a investigar práticas pedagógicas a favor de sua inclusão, valorização de suas culturas e a potencialidade de suas memórias em consonância ao previsto nos documentos educacionais oficiais.

Em análise aos Parâmetros Curriculares Nacionais, observamos uma preocupação quanto à oferta de *uma educação comprometida com a cidadania*. Para tal, elege como um dos princípios a igualdade de direitos:

> Refere-se à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Para tanto há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas, etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada. (BRASIL, 1997, p. 20)

O texto apresenta em seu corpo, como um dos temas transversais, a pluralidade cultural, chamando-nos a atenção para a diversidade dos grupos que compõem a cultura

brasileira, de modo a nos alertar, ainda, para a emergência de se investir *na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade.* (BRASIL. 1997. p. 20)

Embora as legislações contemporâneas sustentem um discurso a favor da igualdade e diversidade, a distância entre a letra e o que comumente pode ser observado nas relações cotidianas presentes no cenário escolar ainda é extensa. A escola, como subproduto do meio, tende a projetar nos alunos um modelo de personalidade baseado em valores aceitos socialmente: a cultura do masculino, hétero, cristão, branco. Em nome desse padrão, a história revela múltiplas formas de racismo contra a população negra. A linguagem atribuída, as desigualdades salarias, as assimetrias funcionais anunciam o lugar subalterno que os negros ainda ocupam nessa sociedade.

Considerando ainda a necessidade de uma (re)configuração curricular, via legitimação de conhecimentos outros para além um saber historicamente tido como universal, a escuta às narrativas de crianças africanas e suas culturas implica em um movimento de ruptura às práticas de exclusão e silenciamento aos negros, população amplamente oprimida em circunstância da colonização. Trata-se, pois, de um possível caminho contra argumentações em torno das narrativas eurocêntricas e hegemônicas.

A teoria que prescreve sobre processos de decolonialidade, supera, contudo não subestima, as leituras construídas sobre pensamento colonial. As formas de opressão e subalternização praticadas em decorrência da colonização, em especial as que são vinculadas às questões étnico-raciais, geram reações para além do campo das críticas ao racismo. Os movimentos direcionam-se para a mudança da rota, para a leitura a partir de outras perspectivas, senão a do colonizador. Assim, interessam-nos fazeres cotidianos construídos no chão das escolas que posicionem essas crianças migrantes, refugiadas,

deslocadas como sujeitos, autores de suas histórias e produtores de narrativas. A história contada por si e não a história de si contada por outrem. Trata-se, pois de uma reconfiguração de posicionamentos a favor da história e culturas africanas.

3. Considerações Finais

Muito mais que um resultado da soma de identidades diversas, é importante repensar a escola como um território híbrido, cujas culturas e experiências se entrelaçam na construção de um todo. Longe de configurar-se como elemento de neutralidade, o programa curricular é, sobretudo, uma escolha não aleatória de conteúdos culturais previamente selecionados. Ele revela quais conhecimentos são validados pela escola, assim como pela sociedade, mostrando com isso seu posicionamento político-ideológico e seus ideais.

A inserção de crianças negras africanas vem se tornando uma crescente realidade em algumas escolas municipais de Duque de Caxias. Diante do presente quadro, questionamos quais os limites encontrados pelos docentes no processo de escolarização, em especial por se tratar de populações historicamente estigmatizadas pelo olhar eurocêntrico. Tal questão fundamenta-se na ideia de que embora a diversidade seja uma importante característica na formação da população brasileira, com fortes contribuições das culturas negras africanas, tais grupos seguem assumindo posições estereotipadas e hierarquicamente desprestigiadas na sociedade.

Assim, os dados coletados até o presente momento revelam que apesar de o momento político não ser favorável à elucidação de culturas lidas como subalternizadas, os profissionais da educação vêm manifestando práticas de resistência reconfigurando o currículo escolar, a partir da presença das crianças africanas negras em sala. Salienta-se

contudo que tais profissionais, em sua maioria, apresentam um perfil militante que sobressai aos muros da escola sendo motivados por experiências de formação acadêmica alinhavadas a partir de um outro olhar sobre as diferenças, bem como experiências de cunho politico oriundas de grupos socialmente lidos como minoritários: Grupos feministas, movimento negro, religiões de matriz africana.

Referências

APPLE, M. A política do Conhecimento Oficial: Faz sentido a ideia de um currículo nacional? In MOREIRA. Antônio F; SILVA. Tomaz T. (Orgs.) Currículo, Cultura e Sociedade. 8ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

BHABHA, Homi K. O pós-colonial e o pós-moderno. A questão da agência. In: _____. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRASIL. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em 10/set/2017

_____. Lei nº 9474. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm Acesso em 05/set/2017.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1997.

_____. Lei nº 10.369/03. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira" e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em: 10/set/2017

CÉSAIRE, A. Discurso sobre o colonialismo. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.

FANON, F. Pele Negra Máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. F. Os condenados da Terra. Minas Gerais: Editora UFJF, 2010.

MEIHY, José C. S. B.; RIBEIRO, Suzana L. S. Guia prático de história oral para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. 2ª Ed. Editora Ática, 1988.

SILVA, Tomaz T. da (org.). Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. 15ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SPIVAK, Gayatri C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

LINGUAGEM AFETIVA NAS RELAÇÕES INTERCULTURAIS COM CRIANÇAS MIGRANTES[54]

AFFECTIVE LANGUAGE IN INTERCULTURAL RELATIONS WITH MIGRANT CHILDREN

Catarina Gonçalves[55]

Fernanda Paraguassu[56]

***Resumo**: Este artigo pretende investigar o papel da linguagem afetiva na comunicação intercultural com crianças forçadas a migrar para a identificação de traços subjetivos que vão interferir na sua convivência no novo espaço social e simbólico. Partimos de estudos psicanalíticos de Lacan e Freud para tratar da ligação entre afeto e linguagem e seguimos para uma análise da situação da criança refugiada no contexto intercultural. Considerando que a criança migrante encontra dificuldade de interação e/ou integração no país acolhedor, não seria a linguagem afetiva na comunicação intercultural um caminho para o acesso a sentimentos mais profundos, facilitando a vivência no novo lugar?*

***Palavras-chave:** Migração infantil. Interculturalidade. Linguagem afetiva.*

---

[54] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[55] Mestranda em Psicossociologia de Comunidades, Eicos, pela UFRJ, e bolsista Capes. Integrante do grupo de pesquisa Diaspotics. Graduação em Jornalismo pela Facha. E-mail: catarina.cgo@gmail.com.

[56] Mestranda em Comunicação e Cultura, ECO, pela UFRJ, e bolsista do CNPq. Jornalista e integrante do grupo de pesquisa Diaspotics. E-mail: fparaguassu@gmail.com.

1. Introdução

Encontros interculturais passaram a integrar cada vez mais o contexto social em diferentes áreas em todo o mundo. A globalização tornou os movimentos migratórios um fenômeno irreversível e a migração forçada de pessoas que deixaram seus lares por conta de perseguições, conflitos de guerra e violação generalizada de direitos humanos atingiu patamares recordes na última década. A magnitude do fluxo levou a mudanças significativas na complexidade das questões globais relacionadas à migração e impôs novos desafios aos países acolhedores para viabilizar a reconstrução das vidas dessas pessoas de forma digna e segura.

De acordo com dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2019, 26 milhões de pessoas cruzaram a fronteira de seus países em busca de refúgio em outras nações. Metade dos refugiados são crianças (ACNUR, 2018).

É necessário um comprometimento coletivo para criar oportunidades duradouras para os refugiados. O processo de integração no país acolhedor é gradual e complexo, e envolve aspectos legais, econômicos, sociais e culturais. Em relação às crianças, o Unicef alerta que elas enfrentam perigos graves e violação de direitos básicos, como o acesso à saúde e educação, e que, nos países acolhedores, sofrem xenofobia e discriminação. Nesse sentido, o Unicef recomenda que os Estados-membros que acolhem crianças refugiadas promovam ações de sensibilização com a população local e para a garantia de seus direitos.

2. Comunicação intercultural

Apesar da variação do conceito, é possível definir a interculturalidade como uma dimensão de interação, do contato entre pessoas de culturas distintas, de universos simbólicos compartilhados (DANTAS, 2017). Partimos da compreensão do conceito de comunicação intercultural como sendo o envolvimento de problemas e processos de interação verbais e não-verbais entre indivíduos pertencentes a grupos ou subgrupos culturais diferentes em contextos variados.

Vale lembrar ainda que a comunicação "adulto – criança" já é, em si, de algum modo cultural, no sentido que suas grades simbólicas são diferentes. Ou seja, esse tipo de comunicação (entre faixas etárias e culturas diferentes) requer a combinação de grades simbólicas diferentes tanto no ato de codificação como de decodificação. A comunicação intercultural com a criança migrante apresenta desafios específicos, já que ela integra um grupo de evidente vulnerabilidade, em especial as refugiadas. Seu desenvolvimento sofre uma ruptura brusca a partir do momento em que é forçada a realizar uma migração que, muitas vezes, tem como consequência o rompimento de importantes vínculos afetivos.

Segundo Ramos (2001), "a relação intercultural deriva de uma ética pessoal e de uma ética da alteridade". Portanto, comunicar com o outro implica levar em conta sua identidade na interação e suas reações à alteridade. Ramos (2001) destaca que a interculturalidade conduz a colocar em questão sistemas de valores próprios de cada um. É preciso, portanto, conhecer a si mesmo para identificar os próprios valores e limitações, e ter consciência de sua própria teoria de mundo. Pesquisadores apontam caminhos para tratar as discrepâncias na comunicação intercultural que passam pela luta contra o etnocentrismo e a xenofobia.

Julia Kristeva (1994) explica que viver com o estrangeiro, não se trata apenas de aceitar o outro, mas de estar em seu lugar, "o que equivale a pensar sobre si e a se fazer outro para si mesmo" (KRISTEVA, 1994, p. 21). Torna-se necessária, portanto, uma postura

observadora na comunicação intercultural, a fim de que a relação vá além de uma troca de códigos linguísticos e alcance a essência da alteridade que se busca no contato com o diverso.

3. Linguagem afetiva

É na relação da mãe com o bebê que existe o início da experiência do afeto (MAIA, 2004). Essa relação independe da linguagem. O calor do seio da mãe conforta o bebê, assim como os batimentos cardíacos e os movimentos da respiração. Winnicott fala de uma comunicação silenciosa entre mãe e bebê, uma comunicação não-verbal, inconsciente (MAIA, 2004).

Lacan, por sua vez, fundamentou sua teoria do afeto na operacionalidade da linguagem do inconsciente, através da qual, pela perda do gozo, dá-se origem a uma insaciável demanda por amor. O inconsciente, para Lacan, é um efeito da linguagem, assim como o poema. Se o inconsciente é um poema, sua interpretação poética é o que permite ter impacto no afeto que ele produz. É o que acontece na *lalangue*, neologismo criado por Lacan, que remete à lalação do bebê.

Segundo Freud (2012), no livro *Interpretação dos sonhos,* é na língua que ocorrem os processos metafóricos, em que uma mesma coisa pode representar outra coisa ou outra função. A língua é, na concepção de Milner (2012), um espaço da realidade que tem falhas. Ao falar uma língua, o sujeito não pode dizer tudo.

Na análise das relações interculturais com migrantes, adultos e crianças, é possível identificar a barreira linguística como um dos motivos de dificuldade de integração no país que os acolhe. O encontro com o outro no contato intercultural deve, portanto, ser

estabelecido através de uma compreensão efetiva do contexto do qual os imigrantes fazem parte, e também por meio de uma compreensão afetiva (DANTAS, 2017). De acordo com a professora Sylvia Dantas, na escola, quando um professor troca o olhar de desconforto pelo de compreensão, a criança percebe, pois ela acaba de se mudar, e está muito sensível à forma como olham para ela. E então ela se acalma e o clima emocional é de acolhida (Idem, Ibidem).

Winnicott (1945/1988, apud BARROS e ARRUDA, 2010) avalia que a criança só se sente livre para expressar sua espontaneidade após ter experimentado um ambiente estável e acolhedor, que receba sua criatividade. E a cultura pode ser "uma forma de favorecer a criatividade e a adesão a valores compartilhados" (BARROS, ARRUDA, 2010).

Na migração infantil transnacional, a criança que começa a interagir na nova cultura não tem mais a língua como segurança e estabilidade da própria identidade. Com isso, é forçada a negociar com os próprios valores e com a identidade do grupo, muitas vezes sendo levada a escolher entre o eu ou o Outro. A criança é rotulada de diferente, um conceito excludente. Consciente de sua posição como estrangeiro, a criança busca um lugar para entrar no novo espaço simbólico.

Levar a criança a substituir sua língua materna por um código que lhe é estranho, com o qual ela não se identifica, é tornar estranho o que para ela era familiar. Assim, ao tentar silenciar de pronto a língua materna, esta vai sendo transformada em língua estranha e cria-se um hiato entre a sua língua e aquela da qual precisa se apropriar.

De Nardi (2008) sugere, porém, olhar a própria língua por outros olhos, trabalhando o estranho como elemento que possibilita o surgimento do novo, para que o migrante encontre seu novo lugar, num encontro de alteridade, que a relação intercultural consciente permite, e em que o estranho não será excluído. Pelo contrário, o estranho se aproximará para se tornar conhecido.

Assim como De Nardi coloca a possibilidade para o estrangeiro recuperar o seu lugar, também consideramos válido que o espontâneo e natural não deva ser abafado. Propomos a linguagem do afeto no contato intercultural com o pequeno refugiado como forma de tornar mais leve a estranheza, deixando a criança retornar à sua língua, porto-seguro remanescente, sempre que necessário para se reencontrar, se reconhecer, se fortalecer, e seguir adiante, enfrentando os desafios para se integrar ao novo espaço social, cultural e simbólico.

Referências

ACNUR. Tendências globais 2018. Genebra, 2019. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/ Consulta em: 24 jun. 2019.

BARROS, C.F.P.; ARRUDA, A.M.S. Afetos e representações sociais: Contribuições de um diálogo transdisciplinar. In: Psicologia: Teoria e Pesquisa. Abr.-Jun. 2010, vol. 26, n. 2, pp. 351-360.

DANTAS, S. Saúde mental, interculturalidade e imigração. Revista USP. São Paulo: n. 114, jul/ago/set., 2017, pp. 55-70.

DE NARDI, F. S. A estranha relação do sujeito com a língua materna: algumas reflexões sobre língua e identidade. In: MITTMANN, S., GRIGOLETTO, E., CAZARIN, E., A. (Orgs). Práticas discursivas e identitárias. Ensaios PPG Letras UFRGS. Porto Alegre: Nova Prova Editora. pp. 124-136, 2008.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. Rio de Janeiro: Imago, 1969 - vol. V, 1900, 2012.

KRISTEVA, J. Estrangeiros para nós mesmos. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.

LACAN, J. O seminário: livro 11 – os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1973). 2ª Ed., 1988.

LEJARRAGA, A.L. Os afetos em Winnicott. Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. 87. Cad. Psicanál., CPRJ, Rio de Janeiro, ano 30, n.21, p.87-101, 2008.

MAIA, M.V.C.M. A comunicação silenciosa: reflexões sobre a linguagem não verbal em Winnicott. Revista Brasileira de Psicanálise, 38(1), 83-93., 2004.

MILNER, J.C. O amor da língua. Trad: Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

RAMOS, N. Comunicação, cultura e interculturalidade: para uma comunicação intercultural. Revista Portuguesa de Pedagogia. Ano 35, n. 2, 2001, pp. 155-178.

SODRÉ, M. As estratégias sensíveis: Afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2016.

UNICEF, 2019. Convenção sobre os direitos da criança. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em: 5 ago. 2019.

WINNICOTT, D. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEMÓRIA NA RESSIGNIFICAÇÃO DAS IDENTIDADES DOS REFUGIADOS QUE MIGRARAM PARA O RIO DE JANEIRO

o caso da Feira de Refugiados Chega Junto[57]

SOCIAL REPRESENTATIONS AND MEMORY IN THE REFRAMING OF THE IDENTITIES OF REFUGEES WHO MIGRATED TO RIO DE JANEIRO

the case of the Refugee Fair Chega Junto

Conceição Aparecida Nascimento de Souza[58]

Resumo: *Neste artigo, procuro entender como, a partir das representações sociais e da memória, os refugiados que migraram para a cidade do Rio de Janeiro, constroem, afirmam, ressignificam e expressam suas identidades, num processo dinâmico e contínuo de produção de sentidos. As pessoas interagem em diferentes grupos e são nessas interações e sociabilidades que ocorre a apreensão de vários e distintos elementos, fazendo com que haja a identificação de si e do outro, dando origem ao sentimento de pertencimento. As representações surgem nas práticas sociais presentes no cotidiano, regendo as relações do eu com o outro e favorecendo trocas e hibridismos.*

Palavras-chave: *Identidade. Representação Social. Memória.*

---

[57] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[58] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UERJ (PPGCOM – UERJ); Docente de Cursos de Graduação da Universidade Castelo Branco. E-mail: conceicaosouza6614@gmail.com

A questão migratória, indissociável do objeto deste estudo, é de ordem transnacional e própria da sociedade globalizada. Como fenômeno pós-estado-nação, e por isso mesmo, marcado pela ruptura entre questões nacionais e identitárias, é preciso que sejam levados em consideração aspectos culturais, territoriais e linguísticos, indo além da questão das fronteiras formais (ELHAJJI, 2010). Para Sayad (1998), a migração é um fato social total, uma vez que extrapola as fronteiras do cotidiano e influencia as ações humanas, no espaço público e privado.

Pessoas e famílias inteiras, ao migrarem, vítimas de um processo diaspórico forçado, o fazem por diversos motivos. Embora as histórias sejam diferentes, normalmente possuem traços comuns, tais como: como dificuldades econômicas, luta por emprego e/ou trabalho, moradia, educação e saúde. Enfim, fatores ligados à luta pela cidadania que, de alguma maneira lhes foi negada no país de origem e que igualmente é difícil de conquistar no local de destino. Essas pessoas deixam para trás famílias, histórias, identidades e afetos. O refugiado se apresenta como um sujeito híbrido por excelência, e mais, é símbolo do sujeito contemporâneo, ao mesmo tempo nativo e estrangeiro, cosmopolita e de lugar nenhum, se configurando como um objeto de reflexão para entender os fenômenos sociais e políticos que marcam a contemporaneidade, fazendo surgir, ainda, uma maior compreensão de si e do outro.

Hall (2009), um dos principais pensadores a tratar o tema da diáspora, afirma que em seu sentido puro, ela é baseada na perspectiva da diferença, onde há o pressuposto da existência do outro, que coloca em oposição o que está dentro e o que está fora. O autor define bem o sentimento diaspórico ao dizer que as essas pessoas estão "longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda, perto o bastante para entender o enigma de uma chegada sempre tardia" (2009, p. 393). Sayad (1998, p. 11), complementa ao dizer que "[...] o imigrante é atopos, sem lugar, deslocado [...], nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do mesmo, nem totalmente do lado do outro". É a experimentação

do sentimento da ruptura e perda onde, de maneira dicotômica, vivem a situação de querer partir tendo que ficar e ter que ficar querendo partir, numa incessante busca pelo seu lugar no mundo.

A realidade deixada para trás carrega consigo tanto as chagas de uma vida de sofrimento quanto o vislumbre de um amanhã melhor, pois apesar de todas as dificuldades vividas há um "querer viver teimoso, irrepreensível" (MAFFESOLI, 2012, p.17). É como um grande devir, que traz consigo inúmeras potencialidades (DELEUZE; GUATARRI, 2011) e possibilidades.

As pesquisas acerca das representações sociais e da memória possibilita o entendimento de como indivíduos e grupos formam e expressam ideias, conceitos, pensamentos e identidades, ou seja, como interpretam e agem na sociedade em que vivem. Tanto as identidades quanto as representações sociais se encontram em constante movimento, num incessante processo de construção e reconstrução de sentidos. Dessa forma, as culturas não podem mais ser consideradas como unidades estáveis, inseridas em limites precisos da ocupação de um território (CANCLINI, 2015).

As pessoas interagem em diferentes grupos. Essas interações e sociabilidades proporcionam a apreensão, na maioria das vezes de forma inconsciente, de vários e diferentes elementos, fazendo com que haja a identificação de si e do outro, dando origem ao sentimento de pertencimento. Nas sociabilidades, as relações se multiplicam, colocando as pessoas em permanente contato, gerando novas e inusitadas fontes de trocas, em função da mutabilidade das motivações e interesses. Conforme atesta Simmel, "é a forma pela qual os indivíduos constituem uma unidade no intuito de satisfazer seus interesses, onde forma e conteúdo são, na experiência concreta, indissociáveis" (2016, p.65).

As representações sociais estão presentes nas práticas sociais do dia-a-dia e fazem parte, de forma peremptória, do processo das ressignificações identitárias e culturais.

Presente em diferentes contextos e espaços sociais "regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais" (JODELET, 1989, p. 5). Durkheim (1989) foi o primeiro teórico a tratar do tema, sob o ponto de vista sociológico. O autor apresenta o conceito de Representações Coletivas para se referir à forma como determinada sociedade se expressa no mundo. Essas formas de expressão são chamadas pelo autor de categorias de pensamento, que por sua vez, são resultados das observações e interpretações dos fatos sociais.

Para Moscovici (2005), as representações operam psiquicamente o conhecimento, tornando o mundo compreensível para quem nele vive. Estão diretamente relacionadas aos grupos sociais, sendo, portanto, produtos sociais dinâmicos e culturalmente aceitos. As identidades surgem a partir da existência da diferença entre o eu e o outro e são desenvolvidas ao longo de toda uma existência, se revestindo, cumulativamente, de vários e mutáveis vieses identitários.

Jodelet (2001), por sua vez, chama a atenção para a complexidade das representações sociais, fazendo alusão a sua "riqueza fenomêmica", onde estão presentes "elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, etc." (p. 4). Para a autora, esses elementos são organizados numa forma de saber, dando significado ao estado da realidade.

Além das representações sociais, a memória também faz parte do processo de construção e (re) construção identitária. Hawbachs (2004) afirma que a memória é um fenômeno social e fundamentalmente coletivo. Dessa forma, pode ser entendida como um elemento constitutivo da formação da identidade, seja ela individual ou coletiva. Ao destacar a participação do grupo social na reconstrução das lembranças, o autor coloca o tema da memória na relação do indivíduo com a sociedade. Dessa forma, as memórias

individuais nada mais são que um ponto de vista da memória coletiva, ou seja, um ponto de convergência de diferentes influências sociais.

Ao lembrar-se de algo, as pessoas se valem de quadro de significados compartilhados, que servem como quadro de referência. A noção de tempo e espaço é igualmente fundamental para a rememoração de uma situação, independentemente de que ordem seja. Isso porque as localizações espaciais e temporais são a essência da memória.

Hawbachs (2004), nos alerta que a memória é reconhecimento e reconstrução. É reconhecimento por trazer em si o sentimento de algo já visto e reconstrução por ser elaborada em um novo tempo e em um novo lugar, onde novas representações se fizeram presentes. Isso faz da imagem do tempo antigo algo alterado e possuidor de novos significados. Dessa maneira, a memória também, tal quais as identidades, são ressignificadas em função de novas experiências e interações.

Identidade e memória, então, fazem parte de um diálogo social. A percepção de si e do outro são referenciadas nas origens históricas de cada grupo, em especial a família, e são definidas por meio de uma memória social compartilhada. Essa memória compartilhada é responsável pela expressão dos valores e crenças culturais do grupo.

O *locus* de observação é a Feira de Refugiados Chega Junto, que ocorre mensalmente na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo é promover a integração dos refugiados que migraram para a cidade do Rio de Janeiro, por meio da produção e comercialização da gastronomia típica, reforçando o papel da comida como um elemento que valoriza a interculturalidade e o empoderamento dos participantes. Neste sentido, a comida atua como uma linguagem comum, capaz de construir e partilhar significados. Para os refugiados, é uma forma de religação com suas culturas primordiais, enquanto que para os visitantes é a oportunidade de experimentar novos e renovados sabores, de países não visitados, ou ainda, é a oportunidade de revisitar lugares conhecidos por meio da

renovação sensorial do paladar. A Feira existe desde 2016 e acontece sempre no último sábado de cada mês, nos jardins da Igreja Anglicana Christ Church Rio, localizada na Rua Real Grandeza, 99, no bairro de Botafogo, um dos mais tradicionais da cidade do Rio de Janeiro. Como um grande mosaico societal, se traduz numa grande festa, num espaço de celebração em constante movimento. Nesse *locus*, as pessoas têm a oportunidade de visitar diversos países e experimentar novos e inusitados sabores, sem sair do lugar. É uma experiência imersa nos mais variados sons, imagens, cheiros, e acima de tudo, paladares. Enquanto espaço de celebração intercultural e gastronômica, proporciona uma reflexão sobre interculturalismo, ressignificações identitárias e culturais, e cidadania.

Caminhar por entre as barracas, envoltas numa rica paleta de cores, sotaques, cheiros e sabores, é uma forma de tentar compreender os sistemas de representações sociais e de memória existentes no processo das ressignificações identitárias dos refugiados e dos visitantes ali presentes. Os hibridismos e as ressignificações ocorrem em meio a partilha de valores, pensamentos, sentimentos e experiências, perpassadas por inúmeras representações. E é nesse cenário que as pessoas, de forma paulatina e contínua, percebem e questionam suas identidades. Por meio das múltiplas interações, as identidades de todos os que ali estão, vão sendo hibridizadas e ressignificadas. Para muito além do viés transacional, a Feira é um lugar que abriga múltiplas sociabilidades e socialidades. De forma tátil, porém lúdica, as relações são efetivadas e os grupos são formados. São como o cimento que sustenta e mantém as mais variadas formas sociais. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, a observação participante e entrevistas abertas.

Referências

CANCLINI, N. G. Culturas Híbridas. São Paulo: EDUSP, 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5: Ed. 34, 1997.

DURKHEIM, É. As formas elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HAJII, E. Rio de Janeiro-Montreal: conexões transnacionais/ruídos interculturais. In: Revista

Fronteiras – estudos midiáticos 12(3): 177-184, setembro/dezembro 2010.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, S. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte, 2009.

_____. Cultura e Representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org). As Representações Sociais. Rio de Janeiro, 2001, p. 17-44.

MAFFESOLI, M. O Tempo Retorna: formas elementares da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MOSCOVICI, S. Representações Sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

ABDLMALEK, S. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP. 1998.

SIMMEL, G. Questões Fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade: Zahar, 2006.

CRISE MIGRATÓRIA NO SÉCULO XXI

Uma análise de economia política [59]

MIGRANT CRISIS IN THE 21ST CENTURY

A political economy analysis

Hugo Cordeiro Mota Pinheiro[60]

***Resumo**: Este trabalho tem por objetivo analisar e apreender a crise migratória sob a perspectiva da crítica da economia política. Neste caso significa que a questão migratória mundial será abordada a partir do método materialista histórico-dialético, cuja proposta é alcançar não somente a dimensão mais imediata do fenômeno, mas também a sua essência, como elemento constituinte da legalidade própria de determinada sociedade. Desta forma, compreender a crise migratória no século XXI tem como imperativo abordar sua relação com as possibilidades de trabalho, emprego e renda e com a divisão de funções desempenhadas pelos países na economia mundial*

***Palavras-chave:** Crise migratória. Trabalho. Divisão Internacional do Trabalho.*

[59] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[60] Aluno de mestrado no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS-UFRJ), bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: hugo.motapinheiro@gmail.com

1. Mudanças recentes nas políticas de imigração

Analisar o fechamento das fronteiras e a importação de força de trabalho depreende compreender fundamentalmente a necessidade estratégica que cada país dominante precisa suprir no campo da economia global. Por isso mesmo, a migração para esses países passa pela seleção cada vez mais intensificada de força de trabalho estrangeira, caracterizando-se, desta forma, não necessariamente uma restrição à imigração, mas uma permeabilidade das políticas migratórias orientada na absorção de trabalhadores cuja formação acadêmica/técnico-científica será utilizada em proveito da permanência desses países como dominantes na divisão internacional do trabalho (DIT).

Essa seletividade segue recheada, também, por um processo reiterado e intensificado de criminalização da figura do imigrante; os Estados Unidos se lançam à frente neste processo. A criminalização do imigrante nos Estados Unidos acontece de duas formas. A primeira delas refere-se ao sentido de afixar no imigrante o caráter de culpado e de potencial ameaça à ordem pública, sobremaneira entre minorias étnicas. A outra, situa-se na criminalização de indivíduos por sua própria condição de imigrante, em outras palavras, o ato de entrar no país ou sua tentativa se torna crime.[61]

O avanço e o recrudescimento das tentativas de criminalização das migrações, colocadas em prática desde a década de 1990 nos países de capitalismo dominante, consubstanciaram-se posteriormente na implementação de dispositivos jurídico-legais que passaram a avalizar encarceramento por parte dos governos estadunidenses ao imigrante. Agora, esses dispositivos vigoram sobre indivíduos enquadrados em crimes como ingresso clandestino, permanência no país por período superior ao qual fora determinado previamente no departamento de imigração, ou pelo simples exercício de atividade

[61] Ver POVOA NETO, p. 296

laborativa no interior das fronteiras do país de recepção dos imigrantes.[62] Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 deram o pretexto necessário à defesa de políticas que garantissem a manutenção de uma suposta *identidade nacional original americana* por parte significativa da população e de políticos mais conservadores, ligados geralmente aos nativistas, ultranacionalistas e neonazistas.[63]

A partir de 11 de setembro de 2001, cria-se um marco: o imigrante passa a ser equiparado à estirpe de criminoso, culpabilizado como sujeito em suspeição ou responsável direto pela instabilidade política e social dos países do capitalismo dominante. Os acontecimentos do referido dia e a participação cada vez mais ativa de imigrantes em movimentos sociais serviram como justificativa para o aprofundamento das tendências de controle das migrações internacionais já postas em marcha desde a década de 1990. Essas tendências são lançadas a pretexto de medidas legítimas, inevitáveis ou desejáveis à recuperação da estrutura societária então ameaçada.[64]

Neste contexto, são dadas duas repostas à suposta ameaça estrangeira. A primeira delas refere-se ao aumento do controle das fronteiras, cuja defesa baseia-se sobremaneira em atenuar ditas facilidades de ingresso de migrantes de modo geral, inclusive partindo do pressuposto de terem terroristas infiltrados – o controle das fronteiras é colocado como solução para a questão migratória, mas traz com ela um conflito entre o suposto combate ao terrorismo e as retóricas liberais em favor da mobilidade do trabalho e da globalização. A segunda se trata da redução das admissões de imigrantes, seja solicitante de asilo

---

[62] Idem, p. 296

[63] Ver CASTELLS

[64] Ver POVOA NETO, p. 297-298

político, seja de estrangeiros em geral – isto é, turistas e estudantes estrangeiros se tornariam alvos desta política de controle migratório e teriam seu ingresso dificultado.[65]

Entre os setores do Partido Republicano, supremacistas brancos e anti-imigração, a apologia ao *combate à descaracterização da América* resultou numa lógica interna de guerra à *imigração descontrolada* e ao terrorismo. Em ambos os casos, a figura do imigrante é a expressão do indivíduo declarado inimigo, cujo combate deveria ser além-fronteiras – impedindo sua entrada – ou internamente, por meio do encarceramento ou de extradição, caso tenham ingressado no país.[66]

A Europa também realiza esforços para criminalizar o imigrante, mas com a substituição e em detrimento dos resquícios de uma estrutura de *Welfare State* construída ainda na *Era de Ouro*[67] do capitalismo e pela potencialização de um *estado penal* – embora seja um fenômeno com raízes fincadas ainda na década dos anos de 1970[68], período no qual vigorou um período de descenso do processo de valorização do capital. Desta forma, estabelecidos legalmente ou não nos Estados Unidos ou na Europa, os imigrantes, num primeiro momento, de ameaça uma pretensa identidade nacional – nos campos da cultura, da religião e da língua – passam a representar uma ameaça iminente de assassinato e de terrorismo.[69]

Em países da periferia europeia – Itália, Espanha e Grécia, especialmente – a questão ganha contornos mais dramáticos, haja vista, além da sua própria condição de periferia, seu posicionamento geográfico, localizado entre os países do capitalismo dominante

---

[65] Idem, p.299

[66] *Ibidem*, p.300

[67] Ver HOBSBAWM

[68] Ver WACQUANT

[69] Ver POVOA NETO, p. 301

europeu e as zonas de tensão do Oriente Médio e da Ásia Central. Empreendimentos como as barreiras colocadas nas cidades de Ceuta e Melilha[70] pelo Estado espanhol (para evitar a migração do Marrocos para a Europa pelo Estreito de Gibraltar), acirramento das políticas anti-imigração na Itália e na Grécia (para evitar as migrações pelo Mar Mediterrâneo, oriundas da região do Chifre Africano, da Síria e do Afeganistão).

As medidas tomadas após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 representam o fortalecimento de tendências postas em movimento já nas últimas décadas do século XX. Representam, de forma concomitante, a superação de barreiras à emigração vigentes no período da Guerra Fria e o aumento do controle de certos fluxos migratórios, cujo significado geopolítico vem perdendo relevância após o fim da disputa entre Estados Unidos e União Soviética.[71]

É possível afirmar, com isso, que o colapso do socialismo no Leste Europeu teve como uma de suas principais consequências o desvelamento do caráter político-ideológico que envolviam até então as políticas de acolhimento de emigrantes de determinados países. Sob o pretexto de combater o terrorismo e a instabilidade social provocada pelos imigrantes, a retórica liberal da livre circulação de força de trabalho convenientemente dá lugar à defesa laudatória do enrijecimento do controle da circulação desses indivíduos, bem como à negação do direito ao livre deslocamento.[72]

Fatos históricos de grandes deslocamentos humanos como o *boat-people* vietnamita[73], os emigrantes cubanos rumo à costa da Flórida, os alemães orientais na travessia do Muro de Berlim, tiveram políticas para sua recepção elaboradas num período de disputas entre

---

[70] Ver ALBUQUERQUE JÚNIOR

[71] Ver POVOA NETO, p. 305

[72] *Ibidem*, p. 305

[73] *Boat-people* vietnamita representa a fuga, pelo mar, de refugiados vietnamitas da Guerra do Vietnã, recebidos, em alguns casos pelos Estados Unidos.

os dois projetos da modernidade. Ao ter esse conteúdo político-ideológico esvaziado de sua razão de ser, os termos para a cessão de autorização de permanência de cubanos[74] e haitianos nos Estados Unidos foram alterados.

Os imigrantes do Leste Europeu, por sua vez, passaram a sofrer preconceito nos países da União Europeia (UE). A esses países, do Leste Europeu, é oferecida como moeda de troca a entrada no bloco europeu, desde que cumpram a função de postos fixos de bloqueio à entrada de migrantes vindos da Ásia e da África. O estímulo à emigração foi substituído pela celebração de pactos migratórios entre emissores e receptores de migrantes.[75]

As transformações no campo da geopolítica internacional, assim como seus rebatimentos na dimensão interna de cada país, têm provocado deslocamentos populacionais cada vez crescentes – essas transformações são acompanhadas pela multiplicação de conflitos regionais. Países da África (Somália, Sudão, Congo), América Latina (Colômbia, El Salvador, Nicarágua) e Ásia (Paquistão, Bangladesh, Mianmar, Iêmen) foram palcos de grandes conflitos internos que extrapolaram suas fronteiras, resultando no engrossamento dos fluxos de refugiados, no aumento das demandas por asilo político relacionadas a esses conflitos e o congestionamento dos centros de recepção de imigrantes dos países do capitalismo dominante.[76]

Isto posto, é preciso considerar também como importantes motores desta dinâmica de restrição às migrações internacionais – e correspondem, portanto, às novas políticas migratórias – as mudanças no mercado de trabalho nos países de capitalismo dominante,

---

[74] A Lei de Ajuste Cubano determina direito de residência a qualquer cubano que sair de Cuba e alcançar a costa dos Estados Unidos.

[75] POVOA NETO, p. 305

[76] *Idem*, p. 306

bem como a crise dos resquícios dos estados de bem-estar social. Devido às crises econômicas e às mudanças na organização das forças produtivas, segue em marcha o aumento do desemprego e a flexibilização das atividades laborais dos trabalhadores natos desses países, além da exportação da indústria para os países de capitalismo dependente.

Assim, os trabalhadores natos dos países dominantes são empurrados a disputar empregos em setores nos quais geralmente imigrantes com baixa qualificação técnico-científica se inseriam. Elemento que, associado à busca individual dos imigrantes por melhores condições de trabalho, emprego e renda, cria um ambiente de conflito social onde a xenofobia cresce e os pretextos de "roubo" de empregos e da descaracterização da identidade nacional – supostamente frutos da globalização – se proliferam. Mesmo assim, os países dominantes ainda importam força de trabalho qualificada para atuar em setores que lhes são estratégicos, um fenômeno bastante conhecido como a *fuga de cérebros*.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. Xenofobia**:** medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PÓVOA NETO, Helion de. A criminalização das migrações na nova ordem internacional**.** *In*: Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios. PÓVOA NETO, Helion; PACELLI, Ademir (orgs.). Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

VIDAS EM TRÂNSITO

ascensão financeira e o enredo identitário que aprisiona na condição liminar. Sorveteiros ítalo-brasileiros entre itália, alemanha e brasil como (não) lugares [77]

LIVES IN TRANSIT

financial growth and the entanglement of identity imprison people in liminality. italian-brazilian workers at an ice-cream parlor living between italy, germany and brazil as (no) places

Diane Portugueis [78]

Resumo: *Investigamos como se organiza o processo de constituição, metamorfose e rearranjo identitário, dentro da perspectiva de liminaridade que atravessa a vivência de indivíduos em sua busca por maior autonomia financeira. Procuramos compreender as crises implícitas aos seus movimentos no trânsito entre distintos espaços de vivência, em diferentes países. Nossos sujeitos são ítalo-brasileiros que atuam como trabalhadores em sorveterias na Alemanha. São jovens estimulados a adquirir o passaporte italiano pela rede existente entre as cidades de Urussanga-SC e Longarone, na Itália, que possibilita o recrutamento para o trabalho em gelaterias e a inserção na Alemanha. São relações com territórios diversos, uma vez que continuam a visitar sua cidade natal, onde adquirem propriedades para um futuro retorno definitivo. Englobam-se questionamentos acerca da relação construída com os territórios, inclusão/exclusão, produção de subjetividades, modos de opressão e políticas de identidade. Como os indivíduos lidam com a vida entre lugares e como isto transforma suas identidades são questões exploradas. A metodologia escolhida é a de narrativas de histórias de vida, que são analisadas com base no sintagma identidade-metamorfose-emancipação de Antônio da Costa Ciampa, etnografia multissituada e entrevistas.*

Palavras-chave*: Redes. Políticas de Identidade. Liminaridade.*

---

[77] Trabalho apresentado na mesa Fluxos migratórios, territórios e identidades.

[78]Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, colaboradora do IMIS – Institut fuer Migrationsforschung, Universidade de Osnabruque, Alemanha. dportugueis@gmail.com.

1. Fluxos migratórios, territórios e identidades

Nossa pesquisa se deu junto a uma população de descendentes de imigrantes italianos cujo contexto da obtenção de sua cidadania italiana visa um objetivo específico. Trata-se de uma imigração de trabalho que começou no início da década de 1990 (SAVOLDI, 1998; SERAFIM, 2007). Esta diz respeito aos descendentes de imigrantes italianos nascidos no Brasil, que emigram para a Alemanha com a finalidade de exercerem trabalhos em sorveterias. Para tanto, adquirem a cidadania italiana em um processo que envolve investimento econômico e emocional.

Chamou nossa atenção a peculiaridade com que tal imigração acontece: os brasileiros descendentes de italianos trabalham na Alemanha, não falam o idioma alemão. Vivem neste país durante a temporada da venda de sorvetes (quando as temperaturas se elevam) retornando ao Brasil no inverno europeu. Os brasileiros permanecem na Alemanha por cerca de oito meses, voltam ao Brasil e posteriormente reiniciam o novo ciclo na reabertura das gelaterias fechadas durante o inverno. Caracteriza-se relação de circularidade, sendo a temporalidade importante fator de escolha para o trabalho que torna possível o retorno anual.

No ano de 2014, quando iniciamos a pesquisa, encontramos poucos sites na internet que retratasssem a existência desta imigração[79]. Nestes, o que capturou nossa atenção foi a descrição deste fato como possibilidade de rápida ascensão social, sendo o recrutamento da mão de obra exclusivo para pessoas possuidoras do passaporte italiano. Trata-se de um mercado específico, ligado à características que envolvem a formação de uma rede atrelada à questões de ordem identitária e políticas de identidade (CIAMPA, 2002). Tais redes, em

[79]http://panorama.sc/os-sorveteiros-de-urussanga-nas-terras-de-bethoven/; http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0741/noticias/mao-de-obra-absorvida-m0045521; http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,MUL1132071-16022,00-DELICIA+DE+TRABALHO.html

sua gênese, incluem ao mesmo tempo em que excluem. O público visado para o trabalho em sorveterias deve ser necessariamente de descendentes de italiano, com possibilidade de viver na Europa sem restrições documentais. Este deve ainda possuir respaldo financeiro antes mesmo da candidatura ao trabalho na Europa. Seja para a aquisição dos documentos para a retirada do passaporte italiano, como para arranjos familiares pré imigração: organização de casamentos que antecedem a viagem, busca por acolhimento para os filhos que permanecerão no Brasil, ou mesmo outras estratégias para a aquisição do passaporte, à exemplo de sua solicitação diretamente na Itália. Alguns processos podem levar anos e além do projeto de vida focado na ida para a Alemanha é necessário sanar dívidas feitas para a aquisição dos papéis. A expectativa é que o investimento seja recuperado nas primeiras temporadas vendendo sorvetes.

Destaca-se tal possibilidade migratória como chance de ascensão social e financeira rápida no imaginário daqueles que ainda não empreenderam a imigração. Trata-se ainda de um projeto de vida construído junto ao ideal do "retorno" do descendente italiano para a Europa. Retorno esse que deve ser "bem sucedido", revertido em ganhos materiais como carros, terrenos e aquisição da casa própria no Brasil. São estes fatores que levam muitos jovens ao consulado italiano para a obtenção do passaporte europeu tão logo atinjam a maioridade.

Para além da aproximação com a Itália, uma vez que são recrutados por italianos donos de gelaterias na Alemanha, a motivação principal é em primeira ordem econômica. De acordo com nossos entrevistados a região em que vivem não proporciona meios para que alcancem seu principal objetivo- a casa própria, sendo a Alemanha constituída desde a adolescência como possibilidade de ascensão social e econômica[80]. Há também um suposto prestígio creditado aos brasileiros que vão morar na Europa, podendo este também ser um

[80] É usual que a cidade fique esvaziada na maior parte do ano.

fator motivacional. (PISCITELLI, 2008)

A partir das informações coletadas acerca do fluxo migratório de jovens da região de Urussanga-SC para a Alemanha, surgiu a necessidade de investigação detalhada. Caberia averiguar como a rede migratória surgiu, como funciona, se mantém e se multiplica. Através de entrevistas com associações italianas de Urussanga soubemos que anualmente é comemorado o aniversário da assinatura do acordo *gemellaggio*[81] com a cidade italiana de Longaranore.

Longarone está localizada na região do Vêneto. É conhecida pela arte da manufatura de sorvetes. Desta região, emigraram muitos italianos para a Alemanha, onde administram sorveterias desde os anos 50, após a Segunda Guerra Mundial. Na cidade também é realizada a Mostra Internacional do sorvete, que recebe visitantes do mundo inteiro.

A rede que se desenvolveu por meio da assinatura do acordo *gemellaggio* entre as mencionadas cidades proporcionou que fossem facilitados acordos de trabalho e solicitações de passaportes aos interessados em trabalhar em gelaterias na Alemanha. Tal acordo, firmado nos anos 90, gerou a possibilidade de aproximação da região para o suposto resgate e reaproximação com a Itália através do intercâmbio de seus jovens cidadãos. Em Urussanga são conhecidas as festas de exaltação a tradição italiana, como a festa *Ritorno alle origini* e a Festa do Vinho, que recebem, além da população local, italianos de Longarone ligados à sorveterias que angariam jovens interessados no trabalho.

Trabalhar neste ramo não é uma atividade qualquer. Ligado ao imaginário do "retorno às origens" passou a ser, além de chance de ascensão econômica, um rito de passagem para jovens descendentes de italianos "fazerem a América", em alusão ao seus antepassados italianos. Esse caminho não é fácil. Tratam-se de longas jornadas de trabalho que podem chegar a 14 horas por dia, com uma folga semanal. Os sorveteiros moram e

[81] Pacto entre cidades irmãs.

fazem suas refeições no local de trabalho, não têm acesso ao aprendizado da língua alemã, bem como à socialização ou lazer. O objetivo é guardar dinheiro para construir a casa própria no Brasil, para então retornar. Retorno esse que dificilmente ocorre.

Encontramos nos relatos e nas visitas ao campo importantes questões ligadas a problemas de ordem psicológica. O ir e vir constante, ligado a uma construção subjetiva que não se objetiva de fato, leva a um esvaziamento de sentidos e ao aprisionamento a uma condição liminar (TURNER, 2013).

Passado, presente e políticas de identidade se misturam nos projetos de vida dos sorveteiros constituindo um espaço de vidas entre (não) lugares. Essas configurações surgem em resposta à indefinição de status, desencadeada pela relação socioeconômica, histórica e política em que os sujeitos são socializados, ocasionando a permanência na liminaridade.

Referências

CIAMPA, A. C. Políticas de identidade e identidades políticas. In: DUNKER,Christian Ingo Lenz, PASSOS, Maria Consuêlo (Orgs.). Uma psicologia que se interroga: ensaios. São Paulo: Edicon, 2002.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, v.11, n. 2, jul/dez, 2008. Disponível em http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/5247 acesso em 07/04/2014.

PORTUGUEIS, D. Vidas em trânsito: ascensão financeira e o enredo identitário que aprisiona na condição liminar. Sorveteiros ítalo-brasileiros entre Itália, Alemanha e Brasil como (não) lugares. Doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

SAVOLDI A. O caminho inverso: a trajetória dos descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 1998.

SERAFIM C. N. Construção da italianidade entre descendentes de imigrantes no município de Urussanga, Santa Catarina. Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2007.

TURNER V.W. O processo ritual. Estrutura e antiestrutura. Tradução Nancy Campi de Castro e Ricardo A. Rosenbusch. Vozes: Petrópolis, 2013.

EXPERIÊNCIAS DE ACOLHIMENTO HUMANITÁRIO DE MIGRANTES

agentes em disputa por um modelo Curitibano[82]

EXPERIENCES OF HUMANITARIAN HOSPITALITY FOR MIGRANTS

agents in dispute for a Curitiba model

Eloisa Pissaia[83]

Matheus Kich[84]

***Resumo**: Este trabalho tem como objetivo levantar dados e reflexões a respeito dos agentes e equipamentos de acolhida humanitária na cidade de Curitiba - PR, considerando também o contexto mais abrangente do estado do Paraná. Entre estes variados agentes, destacamos a presença de organizações da sociedade civil católicas que atuam na recepção de migrantes, sobretudo de origem venezuelana e haitiana, e que intermediam relações e negociações destes com os mecanismos estatais de atendimento a estas populações Através de uma abordagem antropológica, buscamos na pesquisa de campo etnográfica conhecer e compreender duas destas organizações: 1) a Pastoral do Migrante de Curitiba; e 2) a Cáritas. Estes dados são complementados pela pesquisa e revisão bibliográfica, bem como pela participação no Programa de Extensão Política Migratória e Universidade Brasileira da UFPR, que nos abriu portas para entender parte da atuação dos assim chamados agentes do refúgio.*

---

[82] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[83] Graduanda do Curso de Ciências Sociais oferecido pela Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas (SCH). Bolsista Voluntária de Iniciação Científica PIBIC sob orientação do Professor Dr. João Rickli, Departamento de Antropologia. E-mail: eloisa.pissaia@gmail.com

[84] Graduando do Curso de Ciências Sociais oferecido pela Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas (SCH). Bolsista Voluntário de Iniciação Científica PIBIC sob orientação do Professor Dr. João Rickli, Departamento de Antropologia. E-mail: matheus.allisson@gmail.com

Palavras-Chave: *Migração. Etnografia. Religião.*

1. Do atendimento e acolhimento em Curitiba

Este trabalho é fruto de reflexão conjunta após duas pesquisas independentes realizadas, uma sobre o acolhimento humanitário de venezuelanos, e outra sobre a religiosidade de grupos migratórios haitianos.

No Brasil, as cidades receptoras de fluxos migratórios internacionais de caráter forçado, em grande medida dependem da atuação de ONGs, pastorais, instituições filantrópicas, programas de extensão universitária, e outras organizações com marcada presença de grupos originados na Igreja Católica ou à ela vinculados, para acolher e orientar essas populações em deslocamentos, enquanto as instituições estatais ligadas ao tema aparecem de forma mais marcada em outros momentos na vida desses migrantes, destes, destaca-se o papel da regularização da entrada dos solicitantes de refúgio. O reconhecimento do status de refugiado é um processo que envolve uma rede dos assim chamados agentes do refúgio, que são todas as entidades, dentro e fora do Estado que participam de diversas formas na recepção da migração forçada. Os grupos devem trabalhar juntos e tomar decisões a respeito do refúgio no Brasil, através do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) respaldado por conselhos regionais, como o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA-PR), o conselho é integrante do contexto de pesquisa deste trabalho, mesmo que não esteja no foco da discussão.

Constituintes de uma rede Curitiba de acolhimento humanitário em formação, a Pastoral do Migrante e a Cáritas se destacam. Através de uma divisão informal de ordem

prática, a primeira é responsável pelo acolhimento aos haitianos, e a segunda pelos venezuelanos.

A Pastoral do Migrante de Curitiba, então, se constitui enquanto a principal rede de acolhimento aos migrantes haitianos na cidade de Curitiba. Tal fenômeno se explica principalmente (1) o intenso fluxo migratório dos haitianos em direção ao Brasil no período pós-terremoto em 2010; (2) a Pastoral do Migrante de Curitiba é a única instituição paranaense credenciada para a emissão de documentos juntos ao Consulado do Haiti, possibilitando aos haitianos a obtenção de passaporte e certidão consular sem a necessidade de ir até a embaixada em Brasília e; (3) pelo Padre responsável pelas atividades da Pastoral também ser haitiano, o que facilita as interações com os migrantes de mesma nacionalidade no que diz respeito ao idioma falado, o creole haitiano. Sendo assim, a atuação se dá em dois eixos: o eixo espiritual e o eixo social.

Já a migração venezuelana tem como destino diversos países da América Latina, em especial Colômbia, seguida por Peru, Chile, Equador, Argentina e o Brasil. O modelo de organização dos fluxos migratórios que entram pelo Brasil se dá através de medidas tomadas pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, comitê fundado pelo Decreto nº 9.286 em fevereiro de 2018[1]. Composto por representantes de doze ministérios presididos pela Casa Civil, entre eles, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério da Defesa, e o Ministério dos Direitos Humanos. O Decreto define que o comitê tem a liberdade de convidar a sociedade civil para colaborar em atividades. É de competência de este comitê articular com todas as esferas da sociedade e do poder para a adoção de medidas para mitigação de riscos. As Forças Armadas são responsáveis pela construção de abrigos no estado de Roraima e o transporte de insumos.

Em março de 2018, o governo federal em esforço de combater a crise humanitária no estado de Roraima, lança a Operação Acolhida, coordenada por uma força-tarefa reunindo diversos ministérios e representantes federais, estaduais e municipais. O objetivo, de início, é recepcionar e atender os refugiados, por meio de medidas assistenciais, como distribuição de alimentos, melhoras nas condições dos abrigos e apoio de saúde. De modo paralelo, o Exército Brasileiro fundou, através da 1º Brigada de Infantaria de Selva, a Operação Controle, [2] com objetivo de aumentar a segurança na faixa de fronteira roraimense, com triagem e controle dos refugiados, orientando-os para os centros de acolhimento e auxiliando o processo de interiorização no Brasil ou seu retorno à Venezuela. [3]

O Programa de Interiorização deu-se início em abril de 2018. [1] Participaram do planejamento e execução membros da Casa Civil; a Força-Tarefa Humanitária; a ACNUR, e as forças de segurança de Roraima. Com o marcado apoio das entidades da sociedade civil, apontadas pelo governo federal como a principal estratégia para a integração social e econômica dessa população em deslocamento. No Paraná e em boa parte do Brasil, destaca-se a atuação da Cáritas.

Por fim, o trabalho discute os modos pelos quais se dá o acolhimento na capital paranaense e os potenciais conflitos inerentes às relações, mediações e negociações nele implicadas, relacionando-os com outros projetos semelhantes em cidades próximas. Pela análise de campo, observamos a atuação de uma rede de agentes no processo de recepção dos fluxos de deslocamento da migração forçada, envolvendo do voluntariado, da universidade, do funcionalismo público e de religiosos. Por conta de sua diversidade de posições e competências, esses agentes também são interpelados por diferentes noções acerca do papel do acolhimento de migrantes, construindo relações de conflito no que toca do humanitário e da segurança nacional; da caridade e da hierarquia institucional.

Percebemos, portanto, um complexo jogo no qual agentes do refúgio entram em negociações para classificar, ordenar e receber essas pessoas deslocadas, seja em conselhos oficiais ou em negociações de visões de mundos em suas práticas cotidianas.

Referências

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951). Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf . Acesso em: mai. 2019.

BALKENHOL, Markus. "Tracing slavery. an ethnography of diaspora, affect, and cultural heritage in Amsterdam". VIRJE UNIVERSITEIT, 2014, p.103-134.

BERTOLDO, J. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 313-323, mai./ago. 2018.

BLOG DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA BRASIL). João Batista Scalabrini, Apóstolo dos Migrantes. Não paginado. Disponível em: https://mpabrasil.org.br/joao-batista-scalabrini-apostolo-dos-migrantes/. Acesso em: jan. 2019.

BLOG DA CANÇÃO NOVA. São Carlos Borromeu. Não paginado. Disponível em: https://santo.cancaonova.com/santo/sao-carlos-borromeu/. Acesso em: jan. 2019.

BLOG DA PARÓQUIA SÃO JOSÉ E SANTA FELICIDADE. Pastoral do Migrante. Não paginado. Disponível em: https://www.paroquiasantafelicidade.com/migrante. Acesso em: jan. 2019.

BLOG DA PASTORAL DO MIGRANTE DE CURITIBA. Disponível em: https://paroquiasfelicidade.wixsite.com/pastoraldomigrante. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. Lei n°. 6.815, de de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 ago. 1980. p. 16534

BRASIL. Lei n°. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 mai. 2017. p. 1.

CUNHA, M. C. da. Etnicidade: da cultura residual mas irredutível. In: Cultura com aspas e outros ensaios. Cosac & Naify. 2009. p. 235-244.

DECKER, N. Nessa terra somos todos migrantes: Interfaces entre religião, acolhida humanitária e políticas de imigração no Brasil de ontem e de hoje. 405 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172393/001057083.pdf?sequence=1 . Acesso em: mai. 2018.

DRESCH, Gabriella Ane. "Imigração em Curitiba: uma proposta de melhoria do acesso aos serviços básicos da Fundação de Ação Social". UFPR, 2019.

FACUNDO, Ángela. "Êxodos, refúgios e exílios: colombianos no sul e sudeste do Brasil". RJ: Papéis Selvagens, 2017, p. 19-141.

FARIA, A. V. de; FERNANDES, D. O visto humanitário como resposta do pedido de refúgio dos haitianos. Revista brasileira de Estudos Populacionais, Belo Horizonte, v.34, n. 1, p.145-161, jan./abr. 2017

FELDMAN-BIANCO, B. Antropologia Hoje. Cienc. Cult. São Paulo, v. 63, n. 2, abr./2011

GUIA DE CONTATO PARA MIGRANTES E REFUGIADOS NO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2015/guiacontatosmigref_web.pdf. Acesso em: mai. 2019.

KOMINSKY, E. V. Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 15 (3): 336, p. 773-804, set./dez. 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Glossário sobre Migração. Suíça, 2009. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf . Acesso em: jun. 2019.

PARANÁ PORTAL. Pastoral orienta imigrantes para obtenção de documentos. 2019. Não paginado. Disponível em: https://paranaportal.uol.com.br/cidades/pastoral-orienta-imigrantes-para-obtencao-de-documentos/ . Acesso em: mai. 2019.

SEYFERTH, G. A dimensão cultural da imigração. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 26, n. 77, p. 47-62, out. 2011.

MIGRAÇÃO E CONTROLE

A fronteira como espaço de poder e conflito [85]

MIGRATION AND CONTROL

Border as space of power and conflict

Fábio Ferreira Agra [86]

***Resumo**: Na esteira da crise migratória desta segunda década do século 21, houve um aumento substancial de construção de muros e outros aparatos de vigilância para conter a entrada de migrantes nos países do Norte global. As fronteiras passaram então a ser o espaço de conflito onde as narrativas jornalísticas jogavam luzes sobre o processo de controle de corpos. O impedimento do fluxo de pessoas que fogem de guerras, conflitos e outros tipos de vulnerabilidades em seus respectivos países configurou-se no que Haesbaert conceitua como contenção territorial. Nesse sentido refletimos se esta configuração de controle resulta de processo ainda anterior à crise migratória, como as relações de poder outrora coloniais que se deram entre o Norte e Sul globais. Consideramos os textos publicados em 2015 pela Folha de São Paulo para servir como corpus de análise do conflito que se dá nas fronteiras.*

***Palavras-chave:** Controle. Fronteira. Migração.*

---

[85] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[86] Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: ff-agra@hotmail.com

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo pensar a fronteira como espaço de conflito, onde as narrativas jornalísticas jogam luzes sobre o processo de controle de corpos por aqueles que detêm o poder de decidir quem pode tê-la como passagem ou como barreira, entendendo que é ali que se acionam os mecanismos de controle e conflito. O estabelecimento de fronteiras, além de se constituir a materialização da separação entre os Estados modernos, ela é, em alguma instância, a linha tênue que distancia as alteridades a partir de uma relação de poder assimétrica. Essa assimetria, tanto político quanto discursivo/narrativo, estabelece um problema que nos remete à geopolítica em termos de controle de corpos através do seu movimento, do seu fluxo, em uma contenção territorial (HAESBAERT, 2008). Nesse sentido inquire-se se o aumento de barreiras nas fronteiras e a instalação de aparatos de vigilância para impedir a entrada de migrantes resultam de processo ainda anterior à crise migratória, como as relações de poder outrora coloniais que se deram entre o Norte e Sul globais.

2. Fronteira

Michel de Certeau (1998, p. 213-215) diz que a fronteira é um paradoxo, pois "os pontos de diferenciação entre dois corpos são também pontos comuns. A junção e a disjunção são aí indissociáveis" enquanto esses corpos estiverem em contato um com o outro. Assim, Michel de Certeau lança uma pergunta fundamental: "qual deles possui a fronteira que os distingue? Nem um nem outro", responde. Isto posto, a fronteira é, em si mesma, a demarcação que separa, mas a que une, um elo entre distintos. A fronteira é também uma ponte à qual nos imputa a condição de que só será possível conhecer o outro

lado se atravessá-la. Então, Certeau conclui ao dizer que nessa travessia "tudo ocorre como se a própria delimitação fosse a ponte que abre o dentro para o seu outro".

É nesta fronteira constituída de paradoxos que o presente trabalho se envereda e a atravessa, como se fosse um balançar de um pêndulo, para entender as relações que se dão entre os que erguem cercas e muros, que criam demarcações, e aqueles que ficam do outro lado de sua margem, querendo usá-la como passagem e a enxergam assim. Essa linha tênue, que serve de clivagem, revela-se mais nítida neste início de século 21 quando se tem um processo de deslocamento forçado no mundo que atinge mais de 70 milhões de pessoas, o maior já registrado pela Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em sua história,[87]o que nos leva a depararmos com migrantes submetidos a um controle fronteiriço em massa em países da Europa, do sudeste asiático, Oriente Médio e América do Norte.

Stuart Hall (2013, p. 36), ao pensar a diáspora, diz que seu conceito está tacitamente atrelado ao de fronteira, diferença e às configurações da identidade cultural. Para Hall há dois caminhos para seu entendimento: um que é fechado e "se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um 'Outro' e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora". Nesse aspecto, estabelece-se a hipótese de que as políticas atuais de segregação se pautam por esse caminho. Mas, por outro lado, ao pensar a diáspora emaranhada nas configurações de identidade cultural a partir da experiência caribenha, Hall salienta que elas requerem:

---

[87] O ACNUR foi criado em 1950 e iniciou suas atividades em 1951 para reassentar refugiados europeus após a Segunda Guerra Mundial. A partir de 1967, a Agência universaliza seus trabalhos e passa a atuar na proteção de refugiados em todo o mundo. Desde 2004, a ACNUR publica a cada ano no mês de junho um relatório global sobre deslocamentos forçados e refugiados (Global Trends Report) referente ao ano anterior. Os dados sobre o número de deslocamentos forçados publicados em junho de 2019 indicaram que no ano de 2018 havia 70,8 milhões de pessoas nessa situação, sendo 25,9 milhões de refugiados.

> a noção derridiana de *différance*[88] – uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também *places de passage*, e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim (ibid.)

Assim, há ao menos essas duas maneiras de experimentar as fronteiras, sendo esta última entendida como um lugar de passagem, onde se proporciona o contato, o encontro, estabelecendo o paradoxo que Certeau (ibid) propunha, e gestando as configurações das identidades culturais, que para Hall não podem ser tomadas como reproduções de tradições imutáveis, mas como uma produção constante, de uma tradição enquanto em "mutação". No entanto, leva-se em conta que esse processo simbiótico não se dá de forma isonômica, mas "são inscritos diferentemente pelas relações de poder" (HALL, 2013, p. 38). As fronteiras seriam assim espaços de negociação, passagem, subjetivação, mas de separação e afeita a desamparar o outro.

Mas, podemos acrescentar dois aspectos para que sua materialização seja sentida e refletida: a visibilidade e dizibilidade, estas utilizadas como estratégias de disputa de poderes e narrativas que se exteriorizam e ganham ressonância a partir do campo midiático, sobretudo no jornalismo. Desta forma, a imprensa é também uma ponte por onde as narrativas transitam. E aqui ao pensar a migração e o refúgio e os tempos de construções de muros e cercas, situamos o jornalismo como uma instância fronteiriça que pode se dar a ver para ambas as margens. Por outro lado, o jornalismo pode se tornar uma barreira se for lugar de passagem para apenas as narrativas que são tecidas de um dos lados da fronteira. Nesse sentido, partindo da concretude da fronteira e análise de textos jornalísticos publicados em 2015 pelo jornal Folha de São Paulo, propomos problematizar também o jornalismo como uma instância de poder que se pretende ordenar o mundo em meio às disputas de narrativas que se dão em sua arena.

---

[88] Ver DERRIDA, Jacque. Margens da filosofia. Papirus: Campinas - SP, 1991.

3. Migração e contenção territorial

Os cruzamentos culturais e deslocamentos de pessoas entre os países se constituíram em um fenômeno carregado de contradições, pois ao mesmo tempo em que se permite uma maior integração social entre as pessoas de vários países e possibilidades de movimentos tanto físicos quanto virtuais em escala jamais vista, têm-se por outro lado a construção de muros, a vigilância das fronteiras, dos espaços aéreos e marítimos e outros tipos de barreiras impostas a determinadas pessoas oriundas de países do Sul global, impossibilitando-as de transitar em alguma medida, em nome da segurança. Essas configurações contribuem para o que Haesbaert (2008) vai chamar de "contenção territorial" ou "território de contenção", que tem como objetivo controlar a circulação dos sujeitos que se deslocam "de forma mais aleatória e difusa" em ambientes externos e não mais como na sociedade disciplinar de Foucault (2014), onde o sujeito estava cercado por instituições fechadas para normatizar o indivíduo.

Esse quadro de "contenção territorial" ou um novo tipo de "sociedade de controle" apresentado por Haesbaert dialoga com a reativação da lógica racial, que Mbembe (2018) diz estar em curso, onde há um fortalecimento da "ideologia da segurança" e instalação de mecanismos de proteção em uma nova economia política da vida. Para Mbembe há uma "instauração de dispositivos globais de controle dos indivíduos e a tomada de poder sobre um corpo biológico não apenas múltiplo, como também em constante movimento".

Ainda para Haesbaert, as razões que levam a normalização desse sistema de segurança e controle, em especial a partir dos países do Norte global, são a não aceitação do diferente, do outro. Aqui refletimos se esse controle se dá a partir das relações de poder outrora coloniais que ainda se mantém através de seus resquícios.

Um mapeamento realizado por Vernon e Zimmermann (2019) sobre a quantidade de barreiras erguidas nas fronteiras desde os anos 1960 até esta segunda década do século 21 indica que elas estão se multiplicando e não desaparecendo. Até 2018 havia 67 barreiras, como muros e cercas, nas fronteiras de todo mundo. Somente entre os anos de 2011-2018 foram erguidas 27 novas barreiras. Apenas os países da América do Sul se abstiveram até o momento desse tipo de política para controle de migrantes.

Ao direcionarmos nosso olhar para além da fronteira, observa-se que os corpos da África, Oriente-Médio e mesmo da América Latina são ignorados quando não se movimentam em direção aos países do Norte. No entanto, quando se insurgem contra as fronteiras simbólicas e físicas pré-estabelecidas e se deslocam, teimando em garantir a sobrevivência fora do Sul global durante crises humanitárias e conflitos, passam de esquecidos a sujeitos indesejáveis. Suas identidades são coletivizadas e denominadas de imigrantes ou refugiados para que se tenha controle sobre seus corpos, para permitir ou não o atravessamento da fronteira.

Referências

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; Tradução de Raquel Rmalhete. 42. ed. Petrópoli, RJ: Vozes, 2014.

GOMES, Mayra Rodrigues. Jornalismo e Filosofia da Comunicação. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos. Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (org.) --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, Liv (Org.). Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardia Resende… (et al.). – 2. ed – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 27-55.

VERNON, Victoria; ZIMMERMANN, Klaus F. Walls and Fences: A Journey Through History and Economics. GLO Discussion Paper, No. 330, Global Labor Organization (GLO), Essen, 2019.

AMANAR: utilizando a realidade virtual na divulgação de ciência[89]

AMANAR: using virtual reality in science communication

Felipe Carrelli Sá Silva[90]

***Resumo**: O presente projeto propõe analisar como a realidade virtual (VR) pode ser uma ferramenta para o campo da divulgação científica (BROSSARD e LEWENSTEIN, 2010), em particular da etnoastronomia (MAGAÑA, 1986), ciência que estuda, por intermédio dos costumes de um povo, os seus conhecimentos astronômicos contados através da oralidade. Para isso, a pesquisa pretende realizar um documentário em realidade virtual para registrar a cosmovisão dos refugiados do Saara Ocidental que vivem em campos cerca de Tindouf no sudoeste da Argélia desde 1975. A hipótese do trabalho é que a VR é uma linguagem com um grande potencial para ser utilizada na divulgação de assuntos científicos, por ter um alto potencial de gerar empatia com o usuário. Portanto, o objetivo geral do projeto é documentar a cosmovisão dos refugiados do Saara Ocidental para a preservação e divulgação da memória desse grupo.*

***Palavras-chave:** Realidade virtual. Divulgação científica. Refugiados.*

---

[89] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[90] Mestrando do PPMC da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: felipecarrelli@gmail.com

1. Introdução

Segundo o site da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) “Estamos testemunhando os maiores níveis de deslocamento já registrados. Cerca de 68,5 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a sair de casa".[91]

A situação dos refugiados saarauís é uma das mais prolongadas do mundo, com refugiados que vivem em campos perto de Tindouf, na Argélia, desde 1975. No total, cinco campos do tamanho de pequenas cidades emergem do deserto ocidental da Argélia, lar de dezenas de milhares refugiados saarauís.[92]

Segundo a ACNUR os jovens representam 60% da população refugiada saarauí, e a taxa de absentismo nas aulas e o desemprego aumentam nos campos. O documento ainda enfatiza a importância de motivar os jovens nos campos de refugiados, já que são afetados por altos níveis de frustração e perspectivas limitadas de seu futuro. O acesso a recursos básicos é muito limitado e as agências da ONU identificaram várias necessidades humanitárias para 2018-2019. Entre elas, a necessidade de fortalecer a educação continuada para crianças nos campos.

As escolas saarauís enfrentam desafios em termos de qualidade de ensino, bem como falta de materiais educacionais, equipamentos e infraestrutura. As oportunidades de formação de professores são identificadas pelo ACNUR como fundamentais para manter professores qualificados e engajados, assegurando a educação continuada nos campos de refugiados.

---

[91] Disponível em https://www.acnur.org/portugues/ Acesso em 23 de maio de 2019

[92] Disponível em https://www.refworld.org/country,,UNHCR,,ESH,,52eba8ac4,0.html Acesso em 23 de maio de 2019

Criado em 2008, o GalileoMobile é composto por astrônomos profissionais, físicos, jornalistas, comunicadores de ciência, antropólogos e cineastas de diversos países. Segundo Spinelli (2014), o GalileoMobile é um programa internacional de divulgação em ciências e sem fins lucrativos que leva a Astronomia a estudantes, professores e moradores de comunidades de difícil acesso. Desde 2014, o proponente desse projeto de pesquisa participa como documentarista da equipe GalileoMobile, inclusive tendo participado em trabalhos anteriores nas áreas de etnoastronomia.

Em 2019, a equipe do GalileoMobile viajará até a Argélia para realizar o projeto Amanar. Amanar é uma expedição organizada pelo GalileoMobile em colaboração com o Instituto de Astrofísica das Canárias (IAC) e a Associação Canariana de Amizade com o Povo Saharaui (ACAPS). O objetivo é utilizar a divulgação científica para inspirar crianças e professores dos campos de refugiados saarauís, localizado cerca de Tindouf, promovendo a educação científica de qualidade e apoiar os jovens e os professores de quatro campos de refugiados (Laayoune, Smara, Boujdour, Awserd), aumentando a sua resiliência e envolvimento na comunidade através do desenvolvimento de competências e atividades de capacitação. A expedição já conta com o apoio e autorização da comunidade local.

Nesse contexto, o presente projeto de pesquisa acompanha o GalileoMobile durante suas atividades a fim de analisar como a realidade virtual pode ser utilizada no campo da divulgação científica. Utilizando a realidade virtual, a pesquisa pretende desenvolver um vídeo para registrar a cosmovisão dos refugiados do Saara Ocidental que vivem em campos cerca de Tindouf no sudoeste da Argélia. Esse estudo busca responder à pergunta de como a realidade virtual pode ser utilizada na divulgação científica, especificamente na etnoastronomia, a fim de preservar e divulgar a memória desse grupo.

A hipótese do trabalho é que a realidade virtual, por propiciar uma maior empatia com o usuário, é uma linguagem com um grande potencial para ser utilizada na divulgação de

assunto científicos. Para a realização desse documentário serão feitas entrevistas com a população saarauí abordando sua cosmovisão, criando assim um documentário em realidade virtual de maneira colaborativa. O objetivo é dar lugar a fala dessa comunidade, registrando suas crenças, fábulas e outros conhecimentos relacionados com o céu.

É importante ressaltar que esse trabalho contará com o apoio da equipe do GalileoMobile, especialmente astrônomos, antropólogos e comunicadores de ciência.

2. Metodologia

A consolidação da internet e o rápido avanço tecnológico possibilitaram com que os I-Docs (ASTON, GAUDENZI, ROSE, 2017), se estabelecessem como um novo campo de prática dentro da narrativa não-ficcional. O termo I-Doc abrange qualquer trabalho que se relacione com o real, incluindo, entre outros, projetos de realidade virtual (VR) de não ficção.

Nesse contexto, o presente projeto de pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa para estudar o potencial da realidade virtual na divulgação científica de etnoastronomia. Para isso utiliza os modelos de divulgação científica propostos por Brossard e Lewenstein (2010): modelo de conhecimento leigo (em que os conhecimentos do público são também levados em consideração) e de engajamento público.

Portanto, durante as atividades de astronomia e observações do céu realizadas pelo GalileoMobile, serão realizadas uma série de entrevistas não diretivas com a população sarauí abordando sua cosmovisão, a fim de desenvolver um documentário em realidade virtual de maneira colaborativa. Serão entrevistadas aproximadamente 15 pessoas entre adultos e jovens (nesse caso, sempre com o consentimento dos responsáveis) com o

objetivo de dar lugar a fala dessa comunidade, assim registrando suas crenças, fábulas e outros conhecimentos relacionados com o céu.

Após a edição e finalização desse documentário em realidade virtual, a pesquisa irá apresentar o resultado final aos participantes, a fim de entender suas críticas e sugestões a respeito do material coletado. Será realizado uma nova edição absorvendo essas eventuais críticas. Ao final, o documentário em realidade virtual será disponibilizado nos campos de refugiados visitados para que eles possam assistir e divulgar esse conhecimento entre si.

3. Estado da Questão

O referencial teórico consiste principalmente da bibliografia já citada na área de documentário interativo e realidade virtual especialmente nos trabalhos de Gaudenzi, (2013); Nash (2014); Zambrano e Gifreu (2016) e Paz (2017).

Na área de divulgação científica a presente pesquisa foca nos trabalhos de Brossard e Lewenstein (2010) e Massarani e Moreira (2012).

No campo da etnoastronomia, a pesquisa se embasa nos trabalhos Faulhaber (2004); Pucci (2009); Garcia (2016); Germano (2017). Com relação a questão dos refugiados, a pesquisa utiliza os pensamentos de Alcade (2017); Magalhães (2013); Mohammed (2017) e Sayad (1979).

Referências

ALCADE, G. A Museum in a Refugee Camp. The National Museum of the Saharawi People in Algeria, Its Use and Function. Curator, 60: 191-203. doi:10.1111/cura.12199, 2017.

BROSSARD, D.; LEWENSTEIN, B. V. A Critical Appraisal of Models of Public Understanding of Science, 2010.

FAULHABER, P. As estrelas eram terrenas: antropologia do clima, da iconografia e das constelações Ticuna. Rev. Antropol., vol. 47, n. 2, 2004.

GARCIA, C. S.; COSTA, S. C.; PASCOALI, S.; CAMPOS, M. Z.. 2016. As Coisas do Céu: Etnoastronomia de uma comunidade indígena com subsídio para a proposta de um material paradidático. Revista Latino-Americana de Educação em Astronomia - RELEA, 21: 7-30.

GAUDENZI, S. 2013. The Living Documentary: from representing reality to co-creating reality in digital interactive documentary. Goldsmiths, University of London [Thesis]

GERMANO, A. P. Gâni kapân, txoykab e y eitxa elewa (O Céu Escuro é a Morada das Estrelas), Niterói, 2017.

MAGAÑA, E. South American etno-astronomy. Em E. Magaña & P. Mason (eds.) Myths and the imaginary in the New World. Foris Publications: Holanda, 1986.

MAGALHÃES, G. M. O direito humano à educação e as migrações internacionais contemporâneas: notas para uma agenda de pesquisa. Cadernos Cenpec | Nova série, [S.l.], v. 2, n. 2, set. 2013. Disponível em: http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/178. Acesso em: 16 jul. 2019.

MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C. A divulgação científica no Brasil e suas origens históricas. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 188, p. 05-26, jan./mar. 2012.

MOHAMMED, E. Migrantes, uma minoria transacional em busca de cidadania universal. p. 203-220, 2017.

NASH, K. What is interactivity for? The social dimension of web- documentary participation. Continuum: Journal of Media & Cultural Studies: 37-41, 2014.

PAZ, A. F. Documentário interativo e estratégia de impacto social. Doc Online: revista digital de cinema documentário. N. esp, p. 81-108, 2017.

PUCCI, M. D. A arte oral Paiter Suruí de Rondônia. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica. 2009.

SAYAD, Abdelmalek. O que é Imigrante? Peuples méditerranéens, n. 7, 1979.

SPINELLI, Patrícia Figueiró. Relatório sobre o projeto GalileoMobile BraBo (Brasil-Bolívia). Astronomia na Amazônia. Relatório entregue ao CNPq. 2014.

ZAMBRANO, V.; GIFREU, A. Aproximación al potencial colaborativo de la narrativa documental interactive en los procesos de cambio social. *Cultura, Lenguage y Representación*, XV: 53-169, 2016.

A "LEGALIZAÇÃO" DO PRINCÍPIO DO NON-REFOULEMENT

avanços e recuos no contexto regional americano[93]

THE "LEGALIZATION" OF THE PRINCIPLE OF NON-REFOULEMENT

advances and setbacks in the regional context

Filipe da Silva Felix Gomes[94]

Resumo: *Esse trabalho pretende analisar o atual estado de "legalização" do princípio do non-refoulement (não-devolução) e as práticas dos Estados-partes do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Considerando os problemas apontados pela doutrina em relação à "obrigatoriedade", "precisão" e "delegação" de determinados instrumentos internacionais de proteção dos refugiados, compreende-se que estes elementos possuem diferentes efeitos sobre as técnicas com as quais os Estados podem operá-los, destacando-se a participação dos órgãos regionais de direitos humanos e a relação entre baixo nível de "obrigatoriedade", soft law, e as práticas dos Estados.*

Palavras-chave: *Refugiados; Não devolução; Sistema Interamericano de Direitos Humanos.*

---

[93] Trabalho apresentado para o VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[94] Mestrando em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). E-mail: fsfelix@gmail.com.

1. O princípio do *non-refoulement* no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, considerada marco do Direito Internacional dos Refugiados, no seu artigo 33, previu a criação do chamado princípio do *non-refoulement* (não devolução), segundo o qual:

> Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas.[95]

A menção a este princípio, ainda que não expressa, aparece em diversos instrumentos de proteção aos direitos humanos, tais quais a Convenção das Nações Unidas contra Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanas ou Degradantes de 1984, a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, e o Pacto de Direitos Civis e Políticos de 1966. Devido a sua previsão em diversos tratados, este princípio foi evocado pela doutrina como um fator de convergência entre as três vertentes da Proteção Internacional dos Direitos da Pessoa Humana (CANÇADO TRINDADE, PEYTRIGNET, SANTIAGO, 1996, p. 29; ALMEIDA, 2018, p. 98).

No que concerne o Direito Internacional dos Refugiados, entretanto, o princípio do *non-refoulement* se relaciona com a própria definição de "refugiado", que apresenta imprecisões em diversos instrumentos internacionais. A Convenção de 1951, por exemplo, suscetível às particularidades políticas da Guerra Fria, define como refugiado a pessoa que sofre "perseguição" por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões

[95] Artigo 33. 2. O benefício da presente disposição não poderá, todavia, ser invocado por um refugiado que por motivos sérios seja considerado um perigo para a segurança do país no qual ele se encontre ou que, tendo sido condenado definitivamente por crime ou delito particularmente grave, constitui ameaça para a comunidade do referido país".

políticas, sem, no entanto, definir este termo – "fato que pode servir de catalisador de problemas para a aplicação do instituto" (JUBILUT, 2007, p. 47).

No âmbito americano, o termo "refugiado" teve a sua definição ampliada pela Declaração de Cartagena de 1984, segundo a qual:

> A definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (Parte III, Conclusão Terceira).

A doutrina aponta, entretanto, que os novos elementos da condição de refúgio também carecem de definição em instrumentos internacionais, particularmente a "violência generalizada", a "violação maciça dos direitos humanos" e a "perturbação grave da ordem pública" (CHOW, 2018). Os outros dois elementos – "agressão estrangeira" e "conflitos internos" – são definidos pelo Direito Internacional Humanitário; alguns autores, entretanto, apontam as limitações deste ramo do direito para a proteção de refugiados, como a não concessão de direitos civis e socioeconômicos (HOLZER, 2015).

Além destes elementos, alguns critérios do princípio do *non-refoulement*, como o critério da territorialidade – observado nos termos "expulsão" e "rechaço" –, são operados pelos Estados por meio de interpretações restritivas que podem colocar em risco iminente a vida de milhares de pessoas, como foi o caso de haitianos no final dos anos 1980. À época, os Estados Unidos impediram que barcos que levavam haitianos entrassem em seu mar territorial, alegando que o princípio do *non-refoulement* não seria aplicável às pessoas objeto de interdição em alto mar, ou seja, este princípio só seria válido se eles tivessem de fato entrado em território estadunidense. Tendo em vista que a Suprema Corte Americana julgou o procedimento legal, o caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 1990. Na decisão do Caso 10.675, a Comissão concluiu que os Estados

Unidos "violaram o 'direito à vida', de acordo com o artigo I da Declaração Americana", e o direito a 'procurar e receber asilo', de acordo com o artigo XXVII da Declaração Americana. A Comissão também destacou que não concordava com a Corte Suprema Americana e endossou a argumentação do ACNUR de que "o artigo 33 [da Convenção de 1951] não reconhece limitações geográficas"[96].

A imprecisão nas definições de vários elementos contidos em tratados e declarações sobre proteção dos refugiados está, portanto, no cerne do debate sobre migrações forçadas e tem sido objeto de constante análise de órgãos regionais de direitos humanos. Em 2004, pela primeira vez, a Corte Europeia de Direitos Humanos estabeleceu quatro critérios para se definir o que seria "violência generalizada" no caso *Sufi and Elmi vs The United Kingdom* (CHOW, 2018).

Somando-se à imprecisão destes elementos, um outro problema apontado pela doutrina se refere ao status jurídico de declarações ou de decisões de alguns órgãos regionais. A Comissão Interamericana, por exemplo, emite apenas resoluções e recomendações sem força juridicamente vinculante, enquanto a Declaração de Cartagena de 1984, também surgiu desprovida de caráter jurídico, conformando o chamado *soft law*. Embora parte da doutrina aponte que apenas compromissos juridicamente vinculantes, como a ratificação de tratados – o chamado *hard law* –, podem potencialmente alterar a agenda legislativa nacional e influenciar efetivamente o comportamento dos Estados, deixando para um segundo plano a capacidade de outras fontes do direito internacional, como o costume e o *soft law* (SIMMONS, 2009; ESTREICHER, 2003), outros autores defendem que o *soft law* não seria o oposto do *hard law*, mas, sim, uma fonte de diminuição das incertezas dos sistemas legais, aumentando a estabilidade das interações estatais e contribuindo, de fato, para alterações no comportamento dos Estados (DEMIN, 2018).

---

[96] Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Organização dos Estados Americanos. *Relatório Anual 1996*, *Relatório No. 51-96. Mérito do caso 10.675*, Estados Unidos, 13 de março de 1997, Parágrafos 183, 188 e 157.

As questões trabalhadas nesta pesquisa, como o caráter jurídico das normas internacionais, a precisão de suas definições, e, ainda, a atuação de organismos regionais, como a Comissão Interamericana e a Corte Interamericana, são analisadas à luz do conceito de "legalização", constituído por três elementos: "obrigatoriedade", "precisão" e "delegação" (ABOTT, KEOHANE, MORAVCSIK, SLAUGHTER, SNIDAL, 2000). Estes elementos, entretanto, não são considerados como rígidos e dicotômicos, mas, podem, na verdade, variar em diferentes níveis e combinações, seja em um tipo ideal de *hard law*, seja em um tipo ideal de anarquia proeminente nas teorias de relações internacionais (ABOTT, KEOHANE, MORAVCSIK, SLAUGHTER, SNIDAL, 2000).

Diante dos problemas apresentados, esse trabalho identifica o atual estado dos diferentes arranjos de "legalização" do princípio do *non-refoulement*, buscando-se analisar a relação entre o aumento de crises humanitárias e a crescente "legalização" deste princípio. No que concerne ao comportamento dos Estados da região, entretanto, os efeitos até então observados dos diferentes elementos – "obrigatoriedade", "precisão" e "delegação" – não foram os mesmos em relação às técnicas com as quais os Estados podem operá-los, destacando-se a relação entre baixo nível de "obrigatoriedade", *soft law* e o comportamento dos Estados.

Referências

Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951.

Declaração de Cartagena sobre os Refugiados, 1984.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Organização dos Estados Americanos. Relatório Anual 1996, Relatório No. 51-96. Mérito do caso 10.675. Estados Unidos, 13 de março de 1997.

ABOTT, Kenneth W; KEOHANE, Robert O; MORAVCSIK, Andrew; SLAUGHTER, Anne-Marie Slaughter; SNIDAL, Duncan. The Concept of Legalization. International Organization 54, 3, Summer 2000.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. A Proteção da Pessoa Humana no Direito Internacional: Conflitos Armados, Refugiados e Discriminação Racial. São Paulo, Ed. CL-A Cultural, 2018.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto; PEYTRIGNET, Gérard Peytrignet; SANTIAGO, Jaime Ruiz de (orgs). As Três Vertentes da Proteção Internacional dos Direitos da Pessoa Humana – Direitos Humanos, Direito Humanitário, Direito dos Refugiados. EIIDH, 1996.

CHOW, Zi En. Evaluating the Current International Legal Framework Governing the Status of Refugees in Light of Contemporary Refugee Crises: Making the Case for Granting Refugee Status to Persons Fleeing Generalised Violence. Singapore Academy of Law Journal, Vol. 30, Issue 1, March 2018.

DEMIN, Alexander. Soft Law Concept in a Globalized World: Issues and Prospects. Journal of the Higher School of Economics, Vol. 2018, Issue 4, 2018.

ESTREICHER, Samuel. Rethinking the Binding Effect of Customary International Law. Virginia Journal of International Law, Issue 44, 2003.

HOLZER, Vanessa. Refugees from Armed Conflict: The 1951 Refugee Convention and International Humanitarian Law. Intersentia, 2015.

JUBILUT, Liliana L. O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento brasileiro. São Paulo, Método, 2007.

SIMMONS, Beth. Mobilizing for human rights: international law in domestic politics. Cambridge University Press, 2009.

ACOLHIMENTO DAS CRIANÇAS IMIGRANTES TRANSNACIONAIS PELA ABORDAGEM DA INCLUSÃO ESCOLAR[97]

WELCOMING TRANSNATIONAL IMMIGRANT CHILDREN BY THE SCHOOL INCLUSION APPROACH

Gabriela Azevedo de Aguiar[98]

***Resumo**: Quando falamos em inclusão escolar geralmente pensamos em crianças com necessidades específicas, tais como deficiências, síndromes ou transtornos, porém comumente ignoramos que as crianças imigrantes que chegam ao país passam por um período inicial que requer um acompanhamento diferenciado por parte dos professores e da escola. Porém, as escolas flluminenses não estão preparadas para receber essas crianças e, assim, será útil para os professores compreenderem o processo de acolhimento com a perspectiva da inclusão escolar.*

***Palavras-chave:** Crianças. Imigração Transnacional. Inclusão.*

[97] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[98] Doutoranda do Programa EICOS – Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: aguiargabriela@gmail.com

Quando falamos em inclusão escolar geralmente pensamos em crianças com necessidades específicas, tais como deficiências variadas, síndromes ou transtornos, porém comumente ignoramos que as crianças imigrantes que chegam ao país passam por um período inicial que requer um acompanhamento diferenciado por parte dos professores e da escola de maneira geral.

A convivência das crianças em um espaço com códigos culturais ou "esquema de interpretação" (SCHUTZ, 2010) distintos daqueles do país de origem traz desafios tanto para as próprias crianças, quanto para suas famílias, suas escolas e seus professores. A comunicação intercultural está, assim, no cerne do processo de convivência entre saberes e culturas diferentes. Como, então, as escolas no Rio de Janeiro recebem e trabalham com as crianças imigrantes que aqui chegam?

Diferentemente de São Paulo, onde a rede estadual conta com documentos para recepção e acolhimento de estudantes internacionais[99], o Rio de Janeiro carece desse tipo de suporte e as ações de apoio são fornecidas por diversas organizações não-governamentais, tais como a Cáritas RJ e a Casa de Rui Barbosa, no caso específico de refugiados, e a ONG Mawon. Ao chegarem ao país, as crianças imigrantes contam com o mesmo serviço de educação oferecido à população em geral, ou seja, nas escolas públicas das redes municipais e estadual.

Porém, o que está em jogo, no caso das escolas cariocas e fluminenses, é como apoiar professores para que trabalhem com as diferenças culturais dentro de diversos outros

[99] Governo do Estado de São Paulo. Documento Orientador CGEB/NINC – Estudantes Imigrantes: Acolhimento. São Paulo: julho de 2018. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/ACOLHIMENTO_FINAL-compressed.pdf > Acesso em 10 ago 2019

desafios cotidianos: como conversar com pais que não compreendem exatamente a dinâmica da escola, o pedido do dever/ lição de casa ou como lidar com os costumes e línguas que são estranhos à escola. Ou seja, como criar uma escola intercultural, na qual haja de fato uma comunicação intercultural com a promoção das diferenças sem enxergá-las como desigualdades.

Em um dos casos relatados à pesquisadora, uma criança equatoriana de 6 anos que recentemente começou a estudar no Brasil não compreende o que precisa ser feito em seu dever de casa, dificuldade expressada também por sua mãe. Na leitura da professora, o menino não se esforça e "passa o dia todo na praia". Somente depois de meses com dificuldades na escola, a mãe consegue uma reunião com a professora e a diretora e, com o apoio de uma pedagoga do grupo de pesquisa Diaspotics[100], explica que seu filho fica com o avô na praia de Copacabana enquanto o mesmo trabalha como camelô. A mãe fica com a filha mais nova também enquanto vende mercadorias de seu país de origem para os turistas na praia. Quando a pedagoga salientou a importância de valorizar a cultura e a língua de origem da criança, a reação da professora foi de surpresa, pois "não tinha pensado nisso, de que ele falava outra língua", ou seja, algo que ele poderia mostrar com orgulho às outras crianças.

Em outra situação, a professora orientou uma das mães imigrantes a falar em português com seu filho, também imigrante. Longe de crucificar posturas das escolas e dos professores, o que nos interessa desses relatos é que indicam a necessidade de discussão sobre o processo de inclusão desses estudantes nas escolas públicas fluminenses.

É importante levar em consideração que o processo migratório internacional pode ser descrito como a vivência de um embate cultural, como colocado por Alencar-

[100] DIASPOTICS é um grupo de pesquisa vinculado à Escola de Comunicação da UFRJ (ECO) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicossologia de Comunidade e Ecologia Social da UFRJ (EICOS), coordenado pelo Prof. Dr. Mohammed ElHajji: https://diaspotics.org/

Rodrigues, Strey e Espinosa (2009), pois "relaciona-se com o processo de adaptação cultural e pessoal." (p. 423). As repercussões de tal processo são vividas, portanto, de diferentes maneiras e "mudar de identidade pode ser uma questão privada, mas sempre inclui a ruptura de certos vínculos e o cancelamento de certas obrigações; os que estão do lado que sofre quase nunca são consultados, e menos ainda têm a chance de exercitar sua liberdade de escolha. " (BAUMAN, 2001, p. 105)

As crianças não escolheram mudar de país e, ao chegarem, têm que lidar com diferentes desafios, inclusive com os pais/responsáveis imersos em seus próprios dilemas oriundos da experiência migratória. Malala, em seu livro "We are displaced", conta que sua mãe, ao chegar na Inglaterra, vinda do Paquistão, dizia que "Não havia sentido de pertencencimento - ela se sentia como uma estranha em uma terra estranha"[101]. (p. 36, tradução minha). Além disso, vivemos em um país que acredita ser acolhedor com os estrangeiros, mas na prática não é exatamente assim.

> Nas palavras do professor ElHajji (2017), o Brasil é um país xenófobo e, nesse sentido, consideramos também que as práticas construídas cotidianamente para com os grupos de imigrantes são extremamente carregadas de sentidos preconceituosos, discriminatórios, excludentes e pautados na xenofobia. As crianças, nosso interesse principal neste texto, são vítimas destes processos que se constituem nos espaços sociais, incluindo a escola, onde passam a maior parte do tempo de que usufruem em seu cotidiano. Nesses espaços, as relações construídas, ao invés de propiciarem inclusão, reforçam a exclusão e a discriminação, por meio de atitudes que podem ser classificadas também como *bullying*. Esse processo dificulta ou até impede o desenvolvimento integral das crianças, além de sua integração plena enquanto estudantes, nos processos escolares didático-pedagógicos. (ASSUMPÇÃO e AGUIAR, 2019, p. 183)

Deste modo, é de suma importância apoiar a capacitação dos profissionais da rede pública de ensino do Rio de Janeiro. Mas, o que diferencia o processo de inclusão das crianças imigrantes do processo das crianças com deficiência para as quais as escolas já têm o olhar de inclusão? Se concordarmos com Schütz (2010), o estrangeiro ao longo do tempo

[101] "There was no sense of belonging – she felt like a stranger in a strange land."

passará a naturalizar o padrão cultural do grupo que o recebeu e, um dia, "(...) o estrangeiro não será mais um estrangeiro e seus específicos problemas terão sido resolvidos" (p.129). Será por meio do acompanhamento do processo de cada criança imigrante transnacional que essa hipótese de Schütz poderá ser checada. Assim como não há imigrações iguais, o processo de inclusão nas escolas é verdadeiramente uma empreitada individual que precisa de uma rede de apoio para além dos pais/responsáveis.

Referências

ALENCAR-RODRIGUES, R., STREY, M. N. e ESPINOSA, L. C. (2009). Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres. Revista Psicologia & Sociedade / Associação Brasileira de Psicologia Social. Vol. 21. n 3 Setembro/Dezembro 2009 – São Paulo: ABRAPSO

ASSUMPÇÃO, A. M.; AGUIAR, G. A. - Você precisa falar português com seu filho -: Desafios para o processo de inclusão de crianças imigrantes em escolas do Rio de Janeiro. REVISTA IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN (IMPRESA), v. 81, p. 167-188, 2019.

BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Governo do Estado de São Paulo. Documento Orientador CGEB/NINC – Estudantes Imigrantes: Acolhimento. São Paulo: julho de 2018. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/ACOLHIMENTO_FINAL-compressed.pdf > Acesso em 10 ago 2019

SCHÜTZ, Albert. (2010), O Estrangeiro: Um ensaio em Psicologia Social. Revista Espaço Acadêmico, ano X, n. 113, pp. 117-129.

Yousafzai, M. We Are Displaced: My Journey and Stories from Refugee Girls Around the World.

Little, Brown and Company, 2019.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MIGRATÓRIA POR MEIO DE REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS

a inovação que rompe estigmas latino-americanos [102]

CONSTRUCTION OF MIGRATORY IDENTITY THROUGH ARTISTIC REPRESENTATION

innovation that breaks Latin American stigmata

Jeniffer Fernandes Oliveira [103]

Jhosely Micaela Seminario Valero [104]

***Resumo**: O presente artigo tem como objetivo a análise do grupo musical afro-peruano conhecido como Negro Mendes, que, por meio de sua performance, levanta questões importantes como a relfexão da negritude no Peru e sua participação como construção cultural nacional. Dando atenção ao caminho já percorrido por esses imigrantes, que produz à quebra de estereótipos dentro da cultura hegemônica, esse trabalho, realizado através de pesquisas empíricas e dados bibliográficos, apresentará o desempenho do grupo migratório nos locais de apresentação como nas festas latinas que ocontecem do Rio de Janeiro. E, através da análise das letras musicais e observação do público que os prestigia, será possível identificar a produção da interculturalidade negra hispânica versos a brasileira.*

***Palavras-chave:** Negro Mendes. Afro-peruano. Imigrantes.*

---

[102] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[103] Discente bolsista da FAPERJ e graduanda em Relações Internacionais pela UFRRJ .

[104] Discente bolsista da FAPERJ e graduanda em Administração pela UFRRJ.

1. Introdução

Formado em 2002, inicialmente por três membros, Negro Mendes, nome elaborado através de uma brincadeira entre os integrantes e seus amigos peruanos, toma como base os principais gêneros da música afro-peruana. Gênero esse que, apresenta-se por meio de letras autorais influenciadas por tendências regionalista e, por vezes, como o rock, o jazz e a salsa dos anos 70.

O grupo, composto por cinco membros, desafia a cultura hegemônica brasileira, o samba, e rompe com os estereótipos de gênero musical hispânico, a salsa; além de utilizar o festejo e landó, da música afro-peruana, para recriar linguagem particular que os identifica e reafirma sua origem trazendo aproximação da cultura negritude peruana mesmo atuando no Brasil. Assim como a utilização dos instrumentos usados: cajita, a quijada, e, especialmente o cajón, também popularizado nos ritmos brasileiros, é um instrumento de percussão que teve sua origem no Peru colonial, onde os escravos africanos, separados de seus instrumentos de percussão pelos feitores da época, utilizaram-se das caixas de madeira e gavetas (outra tradução prara cajón) para tocarem seus ritmos.

Tendo em vista que nenhuma forma de cultura é pura e que a mesma está sempre em transformação, autores como Stuart Hall falam dessa descentralização que a globalização trouxe e das influências que as identidades sofrem como consequências das modificações. Assim como Nestor Canlini traz sobre a construção de comunidades imaginadas na atual interculturalidade existente entre os países, que em questão estão o Peru e o Brasil.

2. Metodologia antropológica

Após a leitura de autores que nos proporcionam um olhar descritivo da história e realidade cotidiana do Peru negro, como Henry Gates Junior, Heidi Feldman Carolyn e pela transcrição da entrevista realizada pela Maria Pilar Cabanzo Chaparro, pesquisadora e doutora em antropologia, ao Ricardo Brata, produtor musical do grupo Negro Mendes, foi possível apontar características peruanas expostas nos imigrantes presentes no estado do Rio de Janeiro e, notar, que suas atividades, que os identificam, são representadas primordialmente na dança e na música.

A partir da aproximação do grupo e da observação dos lugares de apresentação, torna-se perceptível o público presente, que encontra-se composto por pessoas mais maduras, e estão no local para encontrar os amigos já que o ambiente os propociona tal aproximação, por serem auditórios mais enxustos, como observado na apresentação do grupo no Beco das Garrafas em Copacabana. E, quando nota-se a performance do grupo em festas latinas, é identificavél o aparecimento da comunidade hispânica em maior número e mais variada, ou seja, nacionalidades para além de peruanos. Logo, também, nos possibilitando contextualizar as caracterísricas comuns entre o Brasil e o Peru por meio dos imigrantes, principalmente, quando desrespeito à diáspora negra e as origens das manifestações culturais na música e na dança.

3. A importância da música afro-peruana do grupo Negro Mendes

Ao tratarmos da melodia produzida no pacífico negro e especialmente as que remetem ao afro-peruano, prelimirares que os rotulam podem vir à tona trazendo essências rasas e, por vezes, pejorativas, como a menção do festejo, onde seu apontamento pode ser melhor entendido por nós, brasileiros, quando assimilamos na cultura a do samba no Brasil. Mas com o intuito de manter a singularidade da música afro-peruana, o grupo Negro Mendes, mesmo não realizando uma produção musical direcionada à melodia dançante, no entanto, identifica em suas letras características marcantes da exclusão afro-peruana.

Desse modo, ao pensar na migração forçada de africanos pelo mundo, tanto no Brasil como no Peru, o processo de identificação e resistência acontece em ambos os países latino-americanos.

> Os pretos peruanos estão preservando os costumes tradicionais cultivando sua música, catando suas canções – vivenciando a cultura afro-peruana com alegria, e não apenas suportando a existência passivamente. Usando assim o orgulho para vencer o racismo que ainda existe de alto a baixo no Peru (JUNIOR GATES, 2014, p. 95).

Assim, o grupo afro-peruano, por sua vez, não hesita em manifestar-se favoravelmente a sua cultura de origem que lhes pertence e aproximá-la do retrato brasileiro, causando assim um equilíbrio cultural e atração pelos que vão prestigiá-los.

4. Conclusão

Assim, diante do exposto, este artigo pretende mostrar a singularidade de um grupo latino especifico de estilo musical afro-peruano, trazendo músicas de autoria própria, com letras de satira social e do cotidiano dos imigrantes, como: Perdone Ute, Caramba, El Amo Miguel, entre outros. Sendo um dos poucos grupos musicais reconhecidos no Rio de Janeiro, chegou a tocar no bar Semente, fundado pelo compositor e maior violonista

brasileiro Yamandu Costa, que foi um dos palcos de grandes músicos sambistas, logo, conquistando seu público de brasileiros e estrangeiros da época.

Os espaços onde o grupo se apresenta ainda comporta seu público, já familiarizados. Isso é percebido também nos meios utilizados para a divulgação de seus eventos nas redes sociais como o uso do Facebook e Instagram, mostrando um pouco do interesse em fazer divulgação que atraia outra plateia, fazendo uso de cores chamativas ou linguagem coloquial, e sempre salientando em suas divulgações a imagem visual dos cinco integrantes por meio de chamadas de linguagem formal, além de enfatizar aos seus seguidores publicações de agenda e informações culturais propriamente do grupo (como locais de apresentação e a possibilidade de descontos em shows dos mesmos).

Esta despreocupação, em ter maior público e ainda estar no meio cultural do Rio de Janeiro, se deve aos seus integrantes terem seus trabalhos fixos na cidade, usando o grupo Negro Mendes como uma renda extra, mas principalmente pela identificação em comum de todos os integrantes com o estilo musical afro-peruano, que mistura o landó, festejo e valses; além do grande interesse desse grupo hispanico que é divulgar o conhecimento da existência de outros estilos musicais latinos, e não somente a salsa, propocionando assim uma integração cultural, por meio da imigração, para além do comum, para além do estereotipado.

Referências

GARCIA CANCLINI, Nestor. A globalização imaginada. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2007.

HALL, Stuart. A identidade na pos-modernidade. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&S, 2006.

JUNIOR GATES, Henry. Os negros na América Latina. Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

O MAR DA DOR, O MAR DA CORAGEM

Memória, testemunho e afeto em deslocamentos [105]

SEA OF PAIN, SEA OF COURAGE

Memory, testimonial and affection in displacements

Júlia de Freitas Motta [106]

***Resumo**: A produção de imagens sobre pessoas em situação de refúgio que circula na grande mídia é a de barcos repletos de pessoas anônimas, cujas diferentes histórias e trajetórias não são levadas em conta. O mar, que é rota de fuga de guerras e violências, aparece retratado como um mesmo cenário para esses corpos homogeneizados. Este trabalho propõe uma reflexão sobre a produção de imagens toleráveis e intoleráveis, tal como apontou Rancière. A partir da experiência de uma atriz e cantora em condição de refúgio, no Rio de Janeiro, procuro discutir sobre os caminhos para a quebra de estigmas. Ao se restabelecer no novo local de morada, o mar do medo tornou-se para ela o mar de coragem, por viabilizar o sonho de ser atriz.*

***Palavras-chave:** Refúgio. Memória do trauma. Mar.*

---

[105] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[106] Mestranda do programa de pós-graduação em Cultura e Territorialidades, da Universidade Federal Fluminense. E-mail: juliafmotta@gmail.com

1. Imagens intoleráveis: quais vidas são passíveis de luto?

Fotografias de pessoas em situação de refúgio aparecem diversas vezes na mídia. Entre essas imagens estão aquelas de barcos superlotados com pessoas anônimas homogeneizadas por seus dramas. Um modo de representação que estampa visões particulares sobre a chamada crise dos refugiados e contribuem para reforçar estereótipos. O Mediterrâneo – e outros mares – já foi testemunha de histórias em que pessoas que fogem da fome, da guerra, da escravidão se lançam em travessias. A imensidão daquelas águas que guardam medos, traumas e sonhos torna-se, em muitos casos, uma ponte para aqueles que estão num entre-lugar.

A charge Mediterraneo retrata um mar cujas ondas formam uma fronteira que divide um homem à deriva: no fundo do mar, seu corpo – negro – está sem vida. Na parte de cima das ondas, as costas desse mesmo corpo servem de ilha para outro homem – branco –, que curte uma praia sentado em sua cadeira. O mar é a única testemunha dessa fronteira que divide aquele ser sem rosto, que representa tantos anônimos que ficam no meio do caminho durante a travessia, de outros tantos que fecham os olhos para o que está acontecendo ao seu redor.

FIGURA 1 – Mediterraneo



FONTE – Desconhecida[107]

Que faz com que uma imagem se torne intolerável? Jacques Rancière ressalta que ao olhar para imagens que denunciam a realidade de um sistema já sugere uma cumplicidade no interior desse sistema. O autor aponta que é preciso deslocar o olhar. A questão não está em exibir ou não imagens violentas, mas "à construção da vítima como elemento de uma certa distribuição do visível. Uma imagem nunca está sozinha. Pertence a um dispositivo de visibilidade que regula o estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção que merecem" (RANCIÈRE, 2010, p. 144). Rancière ao refletir sobre imagens intoleráveis nos leva às indagações de Judith Butler sobre a responsabilidade que temos diante do outro.

> Uma boa maneira de formular a questão de quem somos "nós" nesses tempos de guerra é perguntando quais vidas são consideradas valiosas, quais vidas são enlutadas, e quais vidas são consideradas não passíveis de luto. Podemos pensar a guerra como algo que divide as populações entre aquelas pessoas por quem lamentamos e aquelas por quem não lamentamos (BUTLER, 2018, p. 64).

Refletir sobre a experiência do refúgio e sobre a produção da imagem do outro nessas circunstâncias torna-se, portanto, fundamental. Uma imagem é também um jogo complexo de relações entre o visível e o invisível, o dito e o não-dito. Diante de

[107] Não consegui achar a autoria, o local e data da publicação da charge. A imagem circulou nas redes sociais depois do decreto da prisão da capitã alemã Carola Rackete pelo governo italiano. Ela comandava o navio humanitário Sea-Watch 3, responsável pelo resgate de 42 pessoas em situação de refúgio, que atracou no porto Lampedusa, na Sicília, em junho de 2019.

acontecimentos tão violentos quanto a crise dos refugiados, é mais imediato, deixar-se siderar do que considerar, como aponta Marielle Macé.

> O sujeito da sideração não é o sujeito da consideração. O sujeito da sideração vê o extraordinário dos acampamentos, reencontra-o, nutre-se de imagens em que reconhece a relegação, a miséria, o sofrimento que ele imagina – e nesse reconhecimento está sua virtude e sua compaixão; mas aqui "a abundância das representações visuais mascara a debilidade das informações, análises e debates políticos", nas palavras de Michel Agier. O sujeito da consideração, por sua vez, deveria olhar situações, ver vidas, julgar, tentar, enfrentar e trabalhar para se relacionar de outro modo com aqueles em quem presta, assim, atenção, e por cujas vidas deveria também poder ser surpreendido (MACÉ, 2010, p. 30).

2. Para considerar: a escuta de testemunhos

As narrativas de traumas são repletas de trilhas, imprevistos, acasos. O inesperado toca lacunas isoladas de entre-lugares em que a memória do dito e do não-dito compõe essa colcha de retalhos. Como destacou Seligmann-Silva, em genocídios ou perseguições violentas de parcelas da população, a memória do trauma é uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e o coletivo.

> A linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de metáforas, tudo trabalha no sentido de dar esta nova dimensão aos fatos antes enterrados. Conquistar esta nova dimensão equivale a conseguir sair da posição do sobrevivente para voltar à vida. Significa ir da sobre-vida à vida (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69).

Ao narrar histórias de pessoas que viveram traumas causados pelo deslocamento forçado é preciso atravessar fronteiras físicas e simbólicas. Fronteiras são configuradas para definir os lugares que são seguros e inseguros, para nos distinguir a partir deles (ANZALDÚA, 2005). Pessoas em situação de refúgio enfrentam essas duas fronteiras: a física, que as impede de se estabelecer em novo local; e a simbólica, que as prende em estereótipos e constroem novos muros. Muros sociais que dificultam o caminhar. Quando sofremos algum tipo de violência, o trauma é como uma ferida aberta na alma ou no

próprio corpo. Busca-se, então, por uma testemunha, que não é apenas aquele que viu com os próprios olhos.

> Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente esta retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2006, p. 57)

Falar sobre a travessia e a vida a partir disso, não é fácil para a cantora e atriz Nataniela[108]. Desde que nasceu, precisou refugiar-se. Ainda bebê, saiu da Angola para o Congo junto a mãe. Já adolescente, a guerra chegou no Congo e precisou voltar para a terra natal. Na travessia, enfrentou o mar e a floresta. Em seu testemunho, o silêncio esteve presente diversas vezes. Na pesquisa, propus à Nataniela trabalhar com fotografias. Pedi que fizesse cinco registros, livremente. A imagem do mar foi a única a se repetir.

3. O mar me devolveu o que pensava mal dele

Uma das fotos que Nataniela apresentou foi a reprodução do cartaz de "Kondima – Sobre Travessias", que estreou em novembro de 2018. A peça marca o início de sua carreira como atriz. Ela usou o cartaz para falar do medo do mar e de como ele, ironicamente, agora faz parte da realização de um sonho. O barco-arte que Nataniela acessa a partir da experiência da peça aponta para o barco/navio que Paul Gilroy destaca para representar um sistema vivo, microcultural e micropolítico em movimento, que coloca em circulação, ideias, ativistas, artefatos culturais e políticos. O mar é a mistura, o movimento na diáspora, local de comunicação e expressão (GILROY, 2001).

[108] Nome fictício como forma de proteção da sujeita de pesquisa.

FIGURA 2 – cartaz de "Kondima – Sobre Travessias"



FONTE – Companhia Troupp Pas D'argent

> Tem lembrança ruim do mar, tenho lembrança muito ruim. E lá mesmo, aonde eu tinha lembrança ruim, saiu o maior sonho da minha vida, que era ser atriz. E a minha primeira peça foi gravada no meio do mar. E naquele dia, eu pensava que já tinha esquecido tudo que passou na guerra, daqueles meses no meio do mar. Naquele dia era uma terapia ao mesmo tempo e umas *lembrança boa e ruim* ao mesmo tempo. Uma terapia por quê? Porque nunca pensei na minha vida que vou me jogar no mar. (...) Sentimento na minha cara era de medo e superação. (...) Fiquei muito feliz de ter feito. To muito feliz de ter feito. Uma obra que ficou gravado na minha mente. O mar me devolveu o que pensava mal dele. (...) O mar me devolveu a confiança (NATANIELA, Centro do Rio, 2019).

A outra foto que apresentou foi a dos filhos num dia de lazer, na Praia de Copacabana. O mar para Nataniela é o local de passeio da família na praia.

FIGURA 3 – Filhos na Praia de Copacabana



FONTE – Arquivo pessoal

> Essa [foto] me traz lembranças... Na Angola tem praia, nunca levei eles nenhum dia. Aqui eles se divertem, eles gostam de praia. (...) Quando vou numa praia, as pessoas estão tomando banho, mas eu para mim é acho um lugar de *reflexo*. Não sei porque. Nunca achei uma praia na minha cabeça como lugar de brincar. É de se divertir, como é, né? Eu quando chego na praia eu me *realiza*. Chego na praia começo a olhar pro mar, *começa* a pensar pra minha vida, aí minha ficha cai. Por que que estou fazendo isso? O que estou fazendo? O que não estou fazendo? Eu choro. Mas quando a pessoa vai na praia, toma banho e se diverte e eu *fica* vendo praia como lugar do *reflexo* para mim não sei porque. Eu *fica* com medo do mar. O sentimento é de pensar, de sentir. (NATANIELA, Centro do Rio, 2019).

Nataniela ultrapassa fronteiras e ressignifica o mar-dor. Com seu testemunho, a memória individual da travessia – que representa tantas outras – nos impulsiona a olhar para o mar a partir do sofrimento e se abrir para a construção de uma nova forma de ver, que considera essa outra como um ser criativo, uma fazedora de cultura que nos lança rumo a um campo de possibilidades, de diferenças e identidade.

Referências

ANZALDÚA, G. ”La consciência de la mestiza / rumo a uma nova consciência”. Revista Estudos Feministas. Vol. 13, nº 3. Florianópolis, set/dec 2005.

BUTLER, J. Capacidade de sobrevivência, vulnerabilidade, comoção. Quadro de guerra. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GAGNEBIN, J. M. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006.

GILROY, P. O atlântico negro. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afroasiáticos, 2012.

MACÉ, M. Siderar, considerar: migrantes, formas de vida; tradução Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

RANCIÈRE, J. O espectador emancipado. Tradução José Mirando Justo. Lisboa: Orfeu Negro, 2010.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o Trauma – A Questão dos Testemunhos de Catástrofes Históricas. Revista Psicologia Clínica. Rio de Janeiro: v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

O IDIOMA COMO UM FACILITADOR NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS [109]

THE LANGUAGE AS A FACILITATOR IN THE PROCESS OF REFUGEE INTEGRATION

Julia Toniolo[110]

Rodrigo Trapp[111]

Clarissa Trentini[112]

***Resumo**: O conceito de integração, apesar de não possuir uma única definição, é cada vez mais estudado por pesquisadores que buscam compreender como se dá o processo de integração, especialmente das populações em situação de refúgio. A literatura sobre o tema mostra que questões ligadas ao idioma se apresentam como alguns dos principais facilitadores para a integração. O presente trabalho busca investigar o papel que o idioma possui, cotidianamente, na integração pós-migração de refugiados e solicitantes de refúgio ao serem acolhidos na cidade de Porto Alegre. Para que o facilitador idioma fosse melhor compreendido, entrevistas foram realizadas com participantes com status de refugiados ou solicitantes de refúgio, vindos da Venezuela, do Haiti, do Senegal, da Costa do Marfim e da Síria. Os resultados envolvendo a aprendizagem do idioma português para uma melhor integração na sociedade brasileira foram apresentados nos discursos dos entrevistados que trouxeram a incomunicabilidade com os brasileiros e o preconceito linguístico como algumas das dificuldades enfrentadas. Assim, reitera-se a importância de políticas de atenção básica voltadas à assistência e à reintegração dos refugiados no contexto brasileiro.*

***Palavras-chave:** Refúgio. Integração. Idioma.*

---

[109] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[110] Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, julia.toniolo@yahoo.com.br.

[111] Psicólogo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Psicologia e Doutorando em Psicologia Clínica (UFRGS).

[112] Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1. Introdução

De acordo com a convenção de 1951 relativa ao estatuto do Refugiado, entende-se como refugiado aquele que é forçado a sair do seu país de origem em razão de perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais. Em razão das crises humanitárias, diversas questões significativas relacionadas à integração de refugiados surgiram nos países acolhedores que buscam cada vez mais, através de novos estudos sobre o assunto, alternativas para a inclusão daqueles que migram para um novo país e, consequentemente, para uma nova cultura.

O conceito de integração não possui uma única definição. Entretanto, está estabelecido pela lei internacional de refugiados da ONU de 1951 (ACNUR, 2010), que a integração local está diretamente relacionada à garantia de cidadania daqueles que migram. Sendo assim, políticas de inclusão que garantam o convívio social, como emprego, acesso à educação e à participação política, são indispensáveis para que o processo de integração seja realizado sem que a identidade cultural de cada indivíduo seja abandonada.

Para que houvesse uma maior compreensão sobre o tema abordado, um modelo teórico, publicado por Ager e Strang (2008), que sugere uma possível divisão dos domínios da integração local, foi utilizado como base para análise do fenômeno. O artigo referido, traz, por meio de embasamento teórico da literatura já existente sobre refúgio e de entrevistas qualitativas com refugiados de diversos países residentes no Reino Unido, uma divisão do conceito de integração em 10 domínios, os quais são subdivididos em 4 categorias: Marcadores e Meios, que abrange os domínios emprego, saúde, moradia e educação; Ligações Sociais, divididos entre os domínios pontes sociais (relacionamento com a comunidade local), vínculo social (relacionamento com outros refugiados) e

conexões sociais (relacionamento com o governo local); Base, vinculado aos domínios de direitos e cidadania; - e Facilitadores - escolhida para maior desenvolvimento do trabalho, a qual inclui os domínios linguagem e domínio cultural, e segurança e estabilidade.

O idioma, dentro da categoria de facilitadores, se destaca como uma das principais medidas que serviram para remover barreiras que dificultem a integração. O aprendizado da língua portuguesa é indispensável para os refugiados que acabam de chegar ao Brasil, pois permite que participem ativamente na sociedade, realizando atividades diárias mais simples e necessárias para se estabelecerem no país, como a solicitação da documentação para refúgio e a busca por moradia e emprego nas cidades brasileiras.

2. Objetivo

O trabalho tem como objetivo investigar o papel que o idioma possui, cotidianamente, na integração pós-migração de refugiados e solicitantes de refúgio ao serem acolhidos na cidade de Porto Alegre.

3. Metodologia

O presente estudo faz parte de uma dissertação de mestrado intitulada "O Processo de Integração de Refugiados Solicitantes de Refúgio Residentes em Porto Alegre", aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS. As informações para a pesquisa foram obtidas por meio de 14 entrevistas semiestruturadas e de um questionário sociodemográfico, ambos respondidos por participantes com status de refugiados ou solicitantes de refúgio migrantes de países como: Venezuela, Haiti, Senegal,

Costa do Marfim e Síria. Além do mais, todos os participantes eram maiores de 18 anos, de ambos os sexos e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Cada entrevista teve uma duração média de 90 minutos, totalizando mais de 20 horas de material gravado. Após a transcrição dos áudios, todas as entrevistas foram categorizadas de acordo com os fatores encontrados nas respostas dos participantes. O método utilizado para a análise dos dados foi a Análise de Conteúdo.

Os entrevistados foram contatados por conveniência, primeiramente a partir de contatos feitos com professores de espanhol e francês para imigrantes e, por conseguinte, com outros refugiados indicados pelos primeiros. Uma parte da amostra também é composta por refugiados contatados nas ruas da cidade. A coleta dos dados foi feita, quando possível, em local adequado, climatizado e silencioso e as respostas foram gravadas com a ajuda de um gravador e um celular, para serem posteriormente transcritas. Em todas as entrevistas esteve presente um tradutor, professor de espanhol ou francês (de acordo com o idioma primário do participante) e com fluência no idioma, para esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao significado das perguntas, respostas ou termos utilizados. Todos os participantes falaram português durante as entrevistas. As transcrições foram feitas mantendo-se fielmente a forma de falar e de se expressar dos entrevistados, independentemente do nível de seu português.

4. Resultados

Os resultados foram apresentados a partir da fala de cada um dos entrevistados, que trouxeram, em seus discursos, as mais diversas relações com o idioma aprendido. Muitos refugiados adotaram “técnicas” para a compreensão do idioma, como a compra de gramáticas e dicionários para melhor apropriação ou a utilização da televisão para a

habituação com o português. Entretanto, a maioria dos entrevistados diz ter aprendido com mais facilidade através da escuta diária de conversas entre brasileiros nos mais diferentes lugares: nas ruas, nos transportes públicos, em seus empregos. Apesar da pesquisa ter sido realizada com falantes de vários idiomas, as maiores dificuldades encontradas com a aprendizagem e compreensão do português fora com os nativos de países africanos como Haiti, Senegal e Costa do Marfim. Além do mais, os refugiados venezuelanos entrevistados relatam terem enfrentado dificuldades com o idioma relacionadas não tanto com a compreensão, mas com o preconceito linguístico dos brasileiros.

Tendo em vista tamanha necessidade de aprendizado do idioma do país para o qual os refugiados migram, muitos deles buscam aulas e cursos de português gratuitos para refugiados em instituições como universidades e ONGs. Porém, além de serem poucos os lugares que disponibilizam as aulas, o acesso a elas muitas vezes acaba sendo complicado, em razão da distância, do horário em que acontecem ou à falta de professores voluntários para o trabalho. Não tendo o domínio do idioma, dificuldades relatadas pelos entrevistados como a incomunicabilidade com os brasileiros em postos de saúde, agências de emprego, aeroportos ou instituições do governo brasileiro foram recorrentes, o que mostra a falta de preparo nos serviços oferecidos, principalmente, em relação ao conhecimento dos servidores nos idiomas dos principais países de onde o Brasil recebe os refugiados.

Questões relacionadas ao idioma e a necessidade de se ter o conhecimento suficiente do português para que seja possível a comunicação entre refugiados e brasileiros, apresentam-se como um dos principais fatores para se discutir dentro do conceito de integração. A influência da aprendizagem do idioma para a integração dos refugiados foi um aspecto notado nas falas dos mesmos. O fato de não falarem fluentemente o idioma e

de não compreenderem aquilo que lhes era solicitado dificultava a contratação dos mesmos para um emprego formal fazendo com que grande parte permanecesse ainda desempregada e sem oportunidades de trabalho.

As dificuldades relacionadas à comunicação também refletem em outros aspectos ligados à integração como, por exemplo, a construção de relações interpessoais e o vínculo dos refugiados com os brasileiros. Como uma consequência, o isolamento social se apresentou como uma forma encontrada pelos refugiados para lidar com essas dificuldades, prejudicando o processo de integração como um todo.

5. Considerações Finais

Apesar de haver um esforço constante dos pesquisadores para a evolução do tema em questão, existem ainda certas lacunas relacionadas a como o idioma pode se tornar um facilitador para a integração dos refugiados. Sendo assim, é importante salientar o papel das políticas públicas de inclusão específicas para refugiados e que, talvez, dentre elas, as que auxiliem no aprendizado do idioma trazendo, por exemplo, a ampliação de vagas em cursos de português e até mesmo a divulgação dos serviços oferecidos para os refugiados, visto que essas impactam diretamente em vários outros fatores de integração analisados.

Compreender de que maneira o idioma atua como um facilitador para a integração vem sendo pesquisado especialmente em estudos feitos com populações em situação de refúgio, e representa um ato político que reitera a importância da garantia dos direitos humanos, principalmente, para aqueles que fogem de cenários de crises humanitárias mundialmente experienciadas. Destaca-se, portanto, a importância de ouvir os relatos e as vivências de refugiados e imigrantes no Brasil para que as políticas voltadas à assistência e à reintegração dos refugiados sejam aprimoradas ao contexto brasileiro.

Referências

AGER, A; STRANG, A. Understanding Integration: A Conceptual Framework. Journal of Refugee Studies, Oxford University Press, v. 21, n. 2. 2008.

AGER, A; STRANG, A. Refugee Integration: Emerging Trends and Remaining Agendas. Journal of Refugee Studies, Oxford University Press, v. 23, n. 4. 2010.

ACNUR. Lei 9474/97 e Coletânea de Instrumentos de Proteção Internacional dos Refugiados. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Lei_9474-97_e_Coletanea_de_Instrumentos_de_Protecao_Internacional_dos_Refugiados.pdf

"PESSOAS PERIGOSAS" NA POLÍTICA MIGRATÓRIA

da capoeira como ameaça de expulsão à deportação sumária que legitima violências e arbitrariedade [113]

"DANGEROUS PEOPLE" IN MIGRATION POLICY

from capoeira as a threat of expulsion to express deportation that legitimates violence and arbitrary decisions

Karina Quintanilha Ferreira[114]

***Resumo**: O trabalho se propõe a traçar breves considerações históricas sobre a ideia de "pessoa perigosa" na Portaria 666/2019 emitida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. Trata-se de uma análise crítica sobre a Portaria que institucionaliza a ideia de "pessoa perigosa" para fins de impedimento de ingresso no território nacional, repatriação e deportação sumária de "suspeito", mesmo sem uma sentença condenatória, com apenas 48 horas para tentativa de recurso. Busca-se com essa proposta conhecer as histórias de migrantes classificados como "perigosos" por políticas autoritárias do passado e trazer elementos concretos do impacto de políticas arbitrárias que autorizam a banalização de direitos fundamentais no presente. A discussão se insere no debate sobre a intensificação global das políticas anti-imigrantes no contexto de crise do capital em que observa-se uma ascensão do racismo de Estado e de forças políticas identificadas com a extrema direita.*

***Palavras-chave:** Deportação. Políticas anti-imigrantes. Racismo de Estado.*

---

[113] Trabalho apresentado na Mesa Migrações contemporâneas e políticas públicas.

[114] É advogada, mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e integra a Comissão de Organização do Fórum Internacional Fontié ki Kwaze – Fronteiras Cruzadas na Universidade de São Paulo. Email: kaqferreira@gmail.com

1. Introdução

Neste trabalho, busco em um primeiro momento traçar breves considerações históricas sobre a ideia de "pessoa perigosa" na política migratória brasileira para, em seguida, analisar a Portaria 666/2019 emitida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil no contexto de intensificação de políticas anti-imigrantes no capitalismo contemporâneo.

A Portaria do Ministro Sergio Moro, publicada no dia 26 de julho de 2019, institucionaliza a ideia de "pessoa perigosa" para fins de impedimento de ingresso no território nacional, repatriação e deportação sumária de "suspeito", mesmo sem uma sentença condenatória, com apenas 48 horas para tentativa de recurso.

Para contextualizar historicamente a Portaria, apresento na primeira parte do texto referências bibliográficas sobre o pensamento colonial e ditatorial brasileiro e me baseio em registros históricos que evidenciam práticas arbitrárias do Estado relacionadas com a ideia de "pessoa perigosa" em procedimentos de expulsão.

Na história brasileira, a expulsão esteve inicialmente vinculada à punição de africanos escravizados e libertos acusados de envolvimento em rebeliões, como a Revolta dos Malês, durante o Brasil Império. No início da República, por exemplo, até mesmo a capoeira - incorporada à cultura brasileira - era considerada uma ameaça sujeita à expulsão (MORAES, 2016).

No século XX, porém, a política de expulsão se consolida principalmente contra os classificados como subversivos da ordem, principalmente comunistas e anarquistas durante as greves (MAGALHÃES, 2017), e como forma de contenção dos movimentos de esquerda durante as ditaduras (SADA e VALENTE, 2017).

Já no século XXI, mais de dez anos após o período chamado de redemocratização, o principal alvo das expulsões pelo Estado brasileiro tem sido as "mulas" do tráfico transnacional de drogas no contexto de uma galopante política de encarceramento em massa.

Se é certo que há mais de um século no Brasil termos como "nocividade", "pessoa perigosa", "conveniência", "interesses nacionais" estão ligados a um projeto racista de embranquecimento da população, e também à repressão política de pessoas consideradas subversivas, há motivos para acreditar que a Portaria 666 representa um marco nas arbitrariedades pós Constituição federal de 1988 mediado pelo aprofundamento neoliberal do novo dispositivo policial-prisional. Trata-se, como analisa o sociólogo italiano Pietro Basso, de inferiorizar os imigrantes no plano jurídico e simbólico, seja perante a si mesmos, seja perante as populações e os trabalhadores nativos (BASSO, 2015, p. 24).

Nesse sentido, na segunda parte do texto, busco analisar se a Portaria 666 inaugura um novo capítulo na "virada punitiva" do período democrático do Estado brasileiro.

Dialogando com as duas partes do texto, pretendo, por fim, deslocar a discussão para entender como o Brasil se insere no debate sobre a intensificação global das políticas anti-imigrantes no contexto de crise do capitalismo, acentuada pós crise econômica mundial de 2007, em que observa-se uma ascensão do racismo de Estado e de forças políticas identificadas com a extrema direita.

2. A ideia de "pessoa perigosa" na raiz do pensamento colonial e ditatorial

Nessa seção, tento demonstrar, ainda que de forma breve, como a política de expulsão contemporânea revela continuidades dramáticas da herança escravocrata e

ditatorial brasileira impressas também na política migratória (MORAES, 2016), buscando conhecer as histórias de migrantes que resistiram a políticas arbitrárias do passado.

Pretendo enfatizar que termos racistas e pejorativos como "pessoa perigosa", "nocividade", "conveniência" e "interesses nacionais", tem sido aplicados para embasar a expulsão de não nacionais há mais de um século no Brasil e convivem com fronteiras porosas aos interesses do capital.

3. Ruptura radical: a Portaria de deportação sumária como marco de arbitrariedades pós Constituição Federal de 1988

O meu interesse a partir daqui será relacionar o contexto brevemente apresentado sobre a ideia de "pessoa perigosa" na história da política de expulsão do Brasil com elementos concretos do impacto de políticas arbitrárias que autorizam a banalização de direitos fundamentais no presente.

Apesar dos elementos de continuidade, o objetivo será analisar como e se a Portaria 666/2019 representa um marco na violação a direitos conquistados desde a Constituição Federal, como a presunção de inocência e ampla defesa.

Se é verdade que ao longo da história o Estado brasileiro buscou ocultar a produção de leis que abertamente discriminavam os trabalhadores migrantes (MORAES, 2015), busca-se analisar como o posicionamento do Ministro Sergio Moro e do presidente Jair Bolsonaro sobre a migração, e sobre direitos humanos em geral, evidencia a formação de um projeto político que se insere na raiz do pensamento colonial e ditatorial, representando uma ruptura na construção histórica-social da imagem do Brasil como um país desenvolvido com políticas acolhedoras aos migrantes, mesmo que essa imagem tenha sido construída sob profundas contradições no campo dos direitos e das condições de vida

e trabalho dos migrantes ao longo do período democrático no país (PATARRA, 2012; MAGALHÃES, 2015; VILLEN, 2018) .

Referências

BASSO, Pietro. Racismo de Estado e antirracismo de classe. Margem Esquerda, Boitempo Editorial, ensaios marxistas n. 24, v. número 24, junho de 2015, p. 56–71.

____. Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje. In: TAVARES; Maria Augusta. A.; CLÁUDIA, G. Intermitências da crise e questão social: uma interpretação marxista. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

CARCERÁRIA, Pastoral. Luta Antiprisional no Mundo Contemporâneo: um Estudo Sobre Experiências de Redução da População Carcerária em Outras Nações. 2018. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/09/relatorio_luta_antiprisional.pdf > Acesso em 10 dez. 2018.

CERIANI CERNADAS, Pablo. Immigration Detention through the Lens of International Human Rights : Lessons from South America. In: The Global Detention Project Working Paper Series. Editado por Michael Flynn (GDP) and Matthew Flynn (Georgia Southern University). 2017.

DOMENECH, Eduardo. O controle da imigração "indesejável": expulsão e expulsabilidade na América do Sul. Ciência e Cultura: vol. 67, issue 2, pp: 25-29.

_____. La gobernabilidad migratoria en la Argentina: hacia la instauración de políticas de control con "rostro humano". IV Congreso de la Red Internacional de Migración y Desarrollo. Crisis global y estrategias migratorias: hacia la redefinición de las políticas de movilidad, "Journal of strategic studies", vol. 34 (2) pp. 281-293, Córdoba, Argentina, 2011.

ITTC. Instituto Terra Trabalho Cidadania. ITTC ANALISA: INFOPEN MULHERES 2016. Disponível em:

http://ittc.org.br/infopen-mulheres-2016-e-marcadores-sociais-da-diferenca/

MAGALHÃES, Bell. A greve que parou as indústrias do país há 100 anos. Disponível em: < http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=5281&sid=24 > Acesso em: 01.09.2018.

MARTINS, Carla B. Distribuir e punir? Capitalismo dependente brasileiro, racismo estrutural e encarceramento em massa nos governos do partido dos trabalhadores (2003-2016). 2018. 353 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

MORAES, Ana Luisa Zago de. Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil. Porto Alegre, Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, PUCRS: 2016.

PIROLA. Ricardo F. A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte. Campinas, SP: s.n., 2012.

QUINTANILHA, Karina Ferreira. Migração forçada no capitalismo contemporâneo: trabalho, direitos e resistências no Brasil. Dissertação (Mestrado), Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SADA, Juliana; VALENTE, Rodrigo. De volta para o passado?. 2017. Disponível em: < https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2017/12/ponto_debate_ed17_web.pdf > Acesso em: 01.09.2018.

VILLEN, Patrícia. (In)visíveis globais: imigração e trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018.

A POLÍTICA NACIONAL PARA A IMIGRAÇÃO DIRIGIDA NO PÓS II GUERRA MUNDIAL[115]

The national immigration policy directed at the Post-World War II

Lara Novis Lemos Machado [116]

***Resumo**: Em 1938, o Decreto-Lei no 406 criava o Conselho de Imigração e Colonização (CIC) com o objetivo de coordenar os assuntos ligados à imigração, colonização e ao que fosse relativo aos estrangeiros no país. Nesse período já havia uma preocupação internacional com as consequências do conflito que, dentre elas, são os cerca de 40 milhões de europeus deslocados de seu local de origem. Sendo assim, alguns projetos pensando a colonização - visando a ocupação sobretudo do interior do território e a industrialização das cidades foram consideradas e por isso pode-se dizer que o Brasil foi um dos países que se mostrou interessado e engajado em buscar reassentar os deslocados de guerra visando articular a sua política nacional proporcionando uma imigração dirigida.*

***Palavras-chave:** Política imigratória brasileira**.** Refugiados. Conselho de Imigração e Colonização.*

---

[115] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[116] Fundação Getúlio Vargas, mestranda no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, laranovis@gmail.com

A II Guerra Mundial deixou, como um de seus saldos, cerca de 40 milhões de europeus deslocados de seu local de origem. Essa situação e as atrocidades cometidas durante o conflito despertaram a necessidade de efetivar medidas humanitárias de ajuda à essas pessoas que se encontravam em situação de vulnerabilidade visto que eram prisioneiros de guerra e de campos de concentração, escravos, trabalhadores estrangeiros forçados, etc (BRAVO, 2013).

Em 4 de maio de 1938, o Conselho de Imigração e Colonização foi criado com o objetivo de ser o órgão responsável pela coordenação e sistematização de todas as questões relativas aos estrangeiros no Brasil. Em 1945, o "conselho estava estudando a consolidação das leis de estrangeiros com o intuito de armar o país de uma legislação adequada aos problemas de após guerra..." (NEIVA, 1945)

A criação das Nações Unidas em 1945, possibilitou um novo tipo de organização no âmbito internacional cuja cooperação entre os países passaria a ser feita a partir de agências internacionais. Por isso, no imediato pós-guerra a Agência das Nações Unidas para Auxilio e Restabelecimento (ANUAR) foi a responsável por repatriar essas pessoas, porém sendo um contexto de Guerra Fria e tensões ideológica, houve dificuldades como a resistência dos deslocados em regressar ao seu local de origem, por exemplo.

Os "deslocados de guerra" eram formados majoritariamente por nacionalidades existentes na Alemanha e na Áustria no final do conflito. Sob a direção da Organização Internacional de Refugiados (OIR), eles foram encaminhados para diversos países que estavam iniciando o processo de modernização da agricultura e de intensificação da atividade industrial, a exemplo do Brasil. (SALLES, 2007, p. 188; PAIVA, 2008, p. 2-3). Sendo assim, o Brasil foi um dos países que se prontificou a auxiliar na realocação dessas pessoas, porém não se tratava exclusivamente do desejo de contribuir para a solução de

um problema humanitário, mas principalmente do interesse pela formação profissional desses imigrantes (SALLES, 2007, p. 188).

Após a publicação do decreto-lei n.7.967 de 18/09/1945, que retoma a imigração, antes suspensa por Vargas em 1938, o governo brasileiro ratificou um acordo administrativo com a Comissão Preparatória da Organização Internacional de Refugiados, no qual se definiu que cinco mil pessoas deslocadas da guerra e refugiados poderiam encaminhar- se para o Brasil (SANTOS, 2018 p.4). Esse acordo também dispôs sobre a criação de uma Comissão Mista Brasil–OIR e o livre direito de recrutamento dos imigrantes pelas autoridades brasileiras, auxiliadas pelos serviços especializados da OIR (ANDRADE 2005, p. 20). Deste modo, e ciente da potencialidade dos refugiados, em fins de 1946, o então presidente Eurico Gaspar Dutra enviou três comissões de seleção para o continente europeu, chefiadas por Artur Hehl Neiva. (NEIVA, 1949) Destas primeiras avaliações, foi gerado um extenso relatório onde se apresentavam de maneira detalhada o seu trabalho e buscava traçar o perfil dos refugiados compreendidos como "os ideais". (KOIFAMAN, 2012; MARQUES, 2016 p.4).

> ... é natural que o imigrante sofra um processo de seleção quando ainda se encontra no país de emigração. Nesse ponto, chocam-se os interesses dos dois países, o que envia e o que recebe os imigrantes. O primeiro tende sempre a selecionar os imigrantes de acordo com os seus interesses próprios, muitas vezes opostos às conveniências do país de imigração. (NEIVA, 1949, p. 78).

A busca por esses imigrantes e a criação de uma política nacional voltada para os interesses da colonização e da industrialização, onde inclusive, segundo NEIVA (1949, p. 110) havia interesse de que o Conselho se articulasse com industrias para traçar quais eram os principais ramos deficitários em matéria de mão de obra especializada para aproveitar ainda mais essa seleção e buscar por esses profissionais qualificados.

Esse tipo de articulação segundo REIS (1998 p. 46) entre a esfera do Estado e os interesses privados não são processos necessariamente excludentes, uma vez que pode

haver efeitos interativos entre ambos. Logo, isso possibilitaria uma instancia de caráter dinâmico entre os interesses privados e do Estado. Os interesses por certo tipo de imigrantes são um exemplo dessa questão: o Estado estava se modernizando e queria ocupar os territórios menos povoados e as indústrias que surgiam na época viam com bons olhos a chegada de qualificados.

Por ser uma questão delicada, outros órgãos foram criados buscando solucionar o caso dos deslocados e um dele foi o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), criado em 1952. Sem perder de vista o viés humanitário da época, o Brasil foi um dos países que se mostrou interessado e engajado em buscar reassentar os deslocados de guerra, sendo assim foi um dos países que participou das articulações do CIME.

Esse Comitê desenvolveu medidas especificas para os fluxos migratórios necessários e dispôs de uma ampla rede de funcionários e escritórios, sediados nos países que se interessavam pelos seus serviços. Os funcionários contatavam os órgãos governamentais responsáveis pela admissão de estrangeiros, bem como buscavam oferecer alojamento e oportunidades de emprego aos imigrantes. (SANTOS, 2018 p. 6). A imigração dirigida foi o fio condutor das negociações.

As atividades do CIME eram financiadas pelos Estados Unidos que tinha interesses ideológicos em difundir suas áreas de influência pelo mundo devido às disputas da Guerra Fria. Juntamente com a migração de capitais e empresas, os EUA estimularam a imigração de trabalhadores de países desenvolvidos industrialmente, cujo processo de reorganização produtiva estava em andamento e, portanto, não era capaz de empregar grande parte dessa mão de obra qualificada. Nessa conjuntura, coube à Europa um papel fundamental: a provisão de trabalhadores qualificados para outros continentes. (SANTOS, 2018 p. 6) e desta maneira, o Brasil acaba se beneficiando dessa conjuntura uma vez que a imigração

poderia ser estimulada tanto para a colonização quanto para a industrialização.

Referências

NEIVA, A.H. O problema imigratório brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Brasileira,1945.

_____. Deslocados de guerra, a verdade sobre sua seleção. Rio de Janeiro: A Noite, 1949.

ANDRADE, J.F. Direito Internacional dos Refugiados: evolução histórica (1924-1952). Rio de Janeiro:Ed. Renovar. 1996. 221p.

_____. O Brasil e a OIR (1946- 1952). Rev. Bras. Polit. Int, 48 (I): 60- 96, 2005.

BRAVO, A.L.M.Z. O milhão restante, o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952). Dissertação apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) para obtenção do grau de mestre. FGV/CPDOC, Rio de Janeiro, 2013.

BOUSCAREN, A. International Migrations since 1945. Nova York: Frederick A. Praeger, 1963.

KOIFFMAN, F. Quixote nas trevas: o embaixador Souza Santas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record, 2002. 540p.

_____. O imigrante ideal: o ministério da justiça e o aperfeiçoamento da raça (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARQUES, G.S.C.. Os Refugiados da Segunda Guerra e o Brasil: política e recepção (1946-1952) Anais Anpuh-Rio, 2016.

PAIVA, O.C. Refugiados de Guerra e a Imigração para O Brasil nos anos 1940 e 1950. Revista Travessia. Ano XIII, n. 37 mai/ago de 2000, p.p. 25-30.

_____. Migrações internacionais pós Segunda Guerra Mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. In: XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP, setembro de 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: 2008.

REIS, E.P. Poder privado e construção do Estado sob a Primeira República. In Processos e escolhas. Rio de Janeiro: Contra capa, 1998. pp.43-68.

SALLES, M.R.R. A Política Imigratória Brasileira no pós-segunda Guerra Mundial e os refugiados: uma leitura da Revista de Imigração e Colonização. Revista Cena Internacional, v. 9, n. 2, 2007, p.184-210.

SALLES, M.R.R. e orgs. Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembi Morumbi, Universidade Federal de São
Paulo. 2013.

SANTOS, A.P.. Política de Imigração e Colonização Pós-Segunda Guerra Mundial: práticas e debates nacionais sobre o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias. ANPUH RS, 2018.

LEILÃO DE AFRICANOS

A imigração na Líbia e os problemas de Direitos Humanos [117]

AFRICAN AUCTION

The immigration in Libya and its human rights issues

Mariane Monteiro da Costa [118]

***Resumo**: A Líbia é um país no norte da África que possui uma localização geográfica privilegiada. Por estar próximo da Europa, um grande número de migrantes e refugiados entram no país com o objetivo de chegar ao continente europeu e começar uma nova vida. No entanto, com a instabilidade política que o país enfrenta, o crime organizado se espalhou e teve como alvo os migrantes. Estes sofrem com o tráfico humano, a detenções arbitrárias, trabalho forçado e abusos sexuais, tanto por parte dos grupos organizados, contrabandistas e traficantes quanto por autoridades policiais e de segurança do país. Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as violações de direitos humanos que ocorrem atualmente na Líbia com os migrantes e refugiados a partir da ótica do Direito Internacional dos Direitos Humanos.*

***Palavras-chave:** Migrações. Líbia. Tráfico de Pessoas.*

---

[117] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[118] Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP), marianemonteirocosta@hotmail.com

1. Introdução

Mesmo com as belas paisagens, a enorme diversidade cultural e linguística e de ser um continente enorme, a África ainda carrega marcas de um passado não tão distante e que afeta milhares de vidas. A escravidão, por exemplo, apesar de superada na teoria, ainda é praticada em algumas regiões do grande continente. Isto, junto a vários outros problemas que são noticiados em uma base diária para o Ocidente, faz com que se enxergue a África como um continente falido, miserável e lotado de crises políticas.

Apesar disso, a África possui vários países com altos índices de desenvolvimento humano e grandes economias. No entanto, os aspectos positivos da África são pouco noticiados, gerando pouco interesse no estudo do continente. Assim, até em casos graves e bastante sérios de violações de direitos humanos, as notícias não são tão chamativas para o público mundial quanto aquelas que se referem a Europa e aos Estados Unidos. Este é o caso da Líbia, um país com um dos maiores índices de desenvolvimento humano e econômicos do continente africano, que sofre com uma grande crise humanitária atualmente, envolvendo os migrantes em seu território.

No fim de 2017, uma grande rede de notícias, a CNN, expôs para o mundo inteiro um leilão de pessoas que acontece no país, inclusive com um vídeo de um desses leilões. Após um grande choque, pouco tempo depois a notícia foi esquecida e o país continua com o mesmo problema. Os imigrantes são a população mais vulnerável na Líbia. Estes que chegam ao país com a intenção de conseguir entrar na Europa e recomeçar as suas vidas, são vítimas do tráfico de pessoas, do trabalho forçado, tortura, abusos sexuais e ainda podem passar pelo constrangimento de serem leiloadas. Diante da quantidade de migrantes que estão presos em centros de detenções que segundo a Organização das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2017) se aproxima de 20 mil pessoas (dados de

novembro de 2017), é extremamente importante voltar o olhar para a Líbia nesse momento, que passa por uma crise considerada humanitária.

Dessa maneira, o artigo se aterá a responder a seguinte pergunta de partida: "em que medida o fluxo migratório na Líbia leva a graves problemas em relação aos direitos humanos?".

2. Objeto de Pesquisa

Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), até abril de 2017, existem mais de 381 mil migrantes, refugiados e requerentes de asilo na Líbia. No entanto, a organização acredita que este número é ainda maior, entre 700 mil e 1 milhão, visto que a maioria dos imigrantes entram no país de forma irregular e não existem registros oficiais deles. A maior parte das pessoas que saem da Líbia e conseguem chegar na Itália são da Nigéria, Bangladesh, Guiné, Costa do Marfim e Gâmbia. (LEGHTAS, 2017).

Com o grande fluxo de pessoas saindo da Líbia em direção à Europa, em especial para a Itália, o governo italiano, a União Europeia e a Guarda Costeira do país norte-africano se uniram para impedir o contrabando de pessoas para o continente. Estima-se que entre 400 mil e um milhão de migrantes estão presos na Líbia em centros de detenção por terem sido pegos em barcos que levavam pessoas de forma ilícita. (QUACKENBUSH, 2017).

Existem grupos de crime organizado no país que fazem o contrabando de pessoas para a Europa. Eles enchem um barco com aproximadamente cem migrantes e não se importam se as pessoas chegam ou não na Europa, desde que sejam devidamente pagos. Entretanto, como a vigilância nas costas líbias aumentou bastante nos últimos anos, menos

barcos estão chegando ao mar, deixando os contrabandistas com muitos possíveis passageiros em suas mãos. Os criminosos se tornam os senhores enquanto os imigrantes e refugiados se tornam escravos. (ELBAGIR et al, 2017).

Os grupos criminosos organizam leilões, que já foram identificados em pelo menos nove cidades líbias (conforme imagem 2), para vender os migrantes e refugiados que não conseguiram chegar na Europa. Estes leilões foram denunciados a partir de uma reportagem do canal de notícias estadunidense CNN, em outubro de 2017, que mostra um vídeo em que pessoas são tratadas como mercadorias e são vendidas por aproximadamente 800 dólares (ou 1,200 dinares líbios). (ELBAGIR et al, 2017).

Porém, além de enfrentar a extorsão dos contrabandistas e grupos de crime organizado e serem explorados por eles, os imigrantes ainda podem sofrer prisões arbitrárias, torturas, exploração sexual e laboral também por agentes do Estado líbio. Estes são mantidos arbitrariamente em centros de detenção que são controlados pelo Departamento de Combate à Migração Ilegal (DCMI). Eles são levados para os centros onde não se há registro formal, nenhum procedimento legal e nenhum acesso a advogados ou a autoridades judiciais. Há denúncias que indicam que a Guarda Costeira Líbia e os funcionários do DCMI trabalham junto a organizações criminosas, contrabandistas e traficantes no intuito de explorar migrantes para obter lucros. (OHCHR; UNSMIL, 2016). Todas essas questões serão estudadas detalhadamente à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

3. Metodologia Aplicada e resultados

Tenho como hipótese a ser testada que dada a localização privilegiada e próxima ao continente Europeu, a Líbia acaba sendo um país de trânsito migratório e receptor de um

grande fluxo de imigrantes. Isto, unido ao fato de que há uma crise política assolando o país, gera uma oportunidade para que pessoas se aproveitem dos imigrantes, atrás de uma vida melhor na Europa. Como o Estado Líbio não cumpre com os seus compromissos internacionais e falha em garantir a sua população os seus direitos básicos, graves violações de direitos humanos acontecem.

Para comprovar esta hipótese e viabilizar o artigo, é necessário, em primeiro lugar apresentar um pouco da história migratória na Líbia que será buscada no *site* da *Central Intelligence Agency* (CIA). Em segundo lugar, farei uma exposição do contexto migratório atual, mostrando as rotas mais comuns para chegar até a Líbia e as que são feitas para chegar ao continente europeu, normalmente por vias marítimas com destino à Itália. Em seguida, versarei sobre a situação dos imigrantes na Líbia e sobre os lucros que são obtidos às custas deles por oportunistas. Pela dificuldade de encontrar fontes acadêmicas sobre o assunto, utilizarei a reportagem da rede de notícias CNN que denunciou ao mundo o leilão de imigrantes que acontece na Líbia e também relatórios feitos pela Organização das Nações Unidas.

Além disso, mostrarei as razões pelas quais tais situações que envolvem os imigrantes na Líbia constituem violações graves aos direitos humanos. Para isso, utilizarei a Declaração Universal dos Direitos Humanos, fazendo análises a partir do seu conteúdo. Ademais, analisarei pelo Direito Internacional o papel do Estado líbio em garantir e proteger os direitos humanos e como ele vem falhando em fazê-lo. A partir disso, será possível mostrar que cabe à Líbia evitar que essas violações aconteçam. Por fim, mostrarei qual tem sido a resposta internacional à situação líbia e o que foi feito internacionalmente tendo em vista a solução desses problemas.

Por meio das análises política e econômica sobre a situação da Líbia atualmente, poderei entender as razões pelas quais o fluxo migratório contribui para as grandes

violações aos direitos humanos no país. Sendo assim, tenho como objetivo geral estudar os fluxos migratórios na Líbia e a sua relação com as violações de direitos humanos existentes neste Estado.

O que se espera encontrar como resultados da pesquisa são indícios positivos que corroborem para a hipótese já apresentada. Assim, acredito que a análise do contexto atual da Líbia em vários temas como sociedade, política e economia, sejam a base para que evidências sejam encontradas de que os fluxos migratórios contribuam para graves violações de direitos humanos no país.

4. Conclusão

Este projeto tem a finalidade de auxiliar no desenvolvimento de uma pesquisa científica na temática de migrações e direitos humanos. Neste caso, o trabalho tem como objetivo entender como os fluxos migratórios influenciam ou não nas violações aos direitos humanos na Líbia. A hipótese de pesquisa é a de que por ser um país de localização privilegiada, a Líbia recebe uma grande quantidade de imigrantes e que isso influencia nas violações dos direitos humanos uma vez que o Estado líbio falha em garantir os direitos dessas pessoas, como se comprometeu internacionalmente.

Assim, considero que o trabalho seja relevante uma vez que estuda um continente pouquíssimo estudado pelo mundo, uma vez que a África normalmente tende a estar fora das notícias internacionais. Além disso, a questão da Líbia é bastante recente e pouco foi estudado sobre ele. Isto, no entanto, constitui também uma dificuldade e limitação da pesquisa pela falta de literatura específica sobre o assunto.

Referências

ELBAGIR, Nima; RAZEK, Raja; PLATT, Alex; JONES, Bryony. People for sale: where lives are auctioned for $400. CNN, World, Africa, 2017. Disponível em: < https://edition.cnn.com/2017/11/14/africa/libya-migrant-auctions/index.html?no-st=1546637834> Acesso em: 30 dez. 2018.

LEGHTAS, Izza. "Hell on Earth": abuses against refugees and migrants trying to reach Europe from Libya. Refugees International, Field Report, Junho 2017.

OHCHR; UNSML. "Detained and Dehumanised" Report on Human Rights Abuses Against Migrants in Libya. United Nations Support Mission in Libya, Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 13 dez. 2016. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Countries/LY/DetainedAndDehumanised_en.pdf> Acesso em: 03 jan. 2019.

QUACKENBUSH, Casey. The Libyan Slave Trade Has Shocked the World. Here's What You Should Know. Time, World, Libya, Dez. 2017. Disponível em: <http://time.com/5042560/libya-slave-trade/> Acesso em: 30 dez. 2018.

UNITED NATIONS. Libya's detention of migrants 'is an outrage to humanity,' says UN human rights chief Zeid. UN News, Global perspective human stories, novembro 2017. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2017/11/636022-libyas-detention-migrants-outrage-humanity-says-un-human-rights-chief-zeid#.WiEXwD9VgkE> Acesso: 07 jan. 2019.

IDENTIDADES E CONFLITO

a luta dos imigrantes em tempos de crise[119]

IDENTITIES AND CONFLICTS

the struggle of immigrants in times of crisis

Mariana de Araujo Castro [120]

Resumo: *A questão migratória compõe, atualmente, o quadro das múltiplas crises que o capitalismo vem enfrentando (ao lado da crise econômica, da crise ambiental e das várias manifestações de crise política ao redor do globo). Trata-se de um fenômeno político, social e cultural no qual os fluxos migratórios, volumosos e globais, tem se consolidado e, consequentemente, causado uma série de conflitos. Cada vez mais os imigrantes encontram obstáculos no processo migratórios, sobretudo os Estados reforçando suas fronteiras e os processos de violência xenófoba mais ou menos abertos. Sendo assim, este ensaio tem como objetivo pensar as dimensões políticas e culturais de luta a partir das elaborações dos sociólogos Pierre Bourdieu e Stuart Hall e o caso da ocupação autogestionada de venezuelanos (as) Ka-Ubanoko em Boa Vista.*

Palavras-chave: *Migrações Internacionais. Crise do Capitalismo. Identidade Cultural.*

---

[119] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[120] Mestranda do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: marianacastroufrj@gmail.com

1. Introdução

Os movimentos migratórios relacionados às dinâmicas do sistema capitalista alcançaram um patamar provavelmente nunca visto antes: 258 milhões de pessoas saíram de seu país de origem em direção a outros Estados em 2017 (ONU, 2017). De fato, a circulação de grupos e pessoas fez parte, historicamente, da construção e desenvolvimento das sociedades. No entanto, o que diferencia as migrações atuais em comparação às de outros períodos da história é que esta já não é mais limitada a determinados agrupamentos não-simultâneos. Em outras palavras, a migração atual é universal e global (KURZ, 2005). Ela se realiza em quase todos os lugares concomitantemente e se apresenta em novas proporções.

Neste contexto, o objetivo do artigo e da fala no Simpósio é um esforço de refletir, em conjunto, a importância da luta coletiva. Para isso, é preciso revisitar as elaborações de Pierre Bourdieu, sobre região, e Stuart Hall, sobre identidades deslocadas, em consonância a uma experiência empírica vivida por mim em junho deste ano na cidade de Boa Vista no Estado de Roraima. A partir da reflexão teórica, a vivência, ainda que incipiente, em um território de conflito deixou ainda mais nítido como os imigrantes rejeitam a objetificação de si mesmos e impõem sua existência no território através da luta por sobrevivência, tanto física quanto subjetiva. Nesta experiência tive a oportunidade de conhecer alguns abrigos de venezuelanos (as) "em busca de um lugar"[121]. Entretanto, a que mais me chamou atenção foi a ocupação autogestionada Ka-Ubanoko. Isto porque Ka-Ubanoko é forma de resistência comunitária construída e organizada por indígenas da etnia Warao e *criollos* – venezuelanos (as) não índios – que enfrentaram, e ainda enfrentam, adversidades numa tentativa de fazer-se existente.

[121] Na visita ao abrigo Janokoida, em Pacaraima, havia uma placa escrita e desenhada pelos indígenas da etnia Warao: "Origen: Venezuela. Refugiados peregrino en busca de lugar".

2. A crise do capital e suas múltiplas faces

A razão dos fluxos migratórios desde o final do século XX é uma nova crise socioeconômica, de caráter global, decorrente da Terceira Revolução Industrial. Com o aumento da inovação tecnológica (microeletrônica, globalização do capital, tecnologia da informação), a força de trabalho humana torna-se cada vez mais obsoleta e o desemprego uma característica estruturante da sociedade produtora de mercadorias. Ao mesmo tempo, a possibilidade de transformar dinheiro em mais dinheiro, isto é, a lógica do capital, se interrompe. Neste cenário, cada vez mais pessoas se tornam "dispensáveis" uma vez que não podem mais vender a sua força de trabalho (KURZ, 2005). Essa conjuntura, somado a outros fatores, tais como, a pobreza extrema e a crise ecológica, nos faz abordar criticamente a visão hegemônica dos Estados e da academia da migração como um ato voluntário, espontâneo.

Esse processo econômico-estrutural assume uma dimensão política-conjuntural quando se trata da questão migratória. Trata-se do fato de que o direito de ir e vir dos indivíduos, afirmado ideologicamente pelo liberalismo clássico, se mostra subordinado à justificativa dos Estado sobre segurança nacional. Estes, além do monopólio da violência simbólica legítima (BOURDIEU, 1989), também possuem o monopólio de legitimidade da mobilidade dentro do sistema internacional do qual fazem parte e destituíram dos indivíduos e das instituições privadas os recursos lícitos de locomoção através das fronteiras (REIS, 2006).

Cada vez mais os Estados fortalecem suas fronteiras e procuraram métodos para impedir a entrada dos imigrantes em seus territórios com a justificativa de proteger seus cidadãos e sua soberania. É ilustrativo disso a postura de Donald Trump, presidente dos EUA, e de Jair Bolsonaro, presidente do Brasil, ao abandonarem as negociações sobre o

Pacto Global de Imigração e também o comportamento de diversos países na Europa em relação aos barcos de imigrantes no Mar Mediterrâneo: mais de 1.500 pessoas morreram ou desapareceram nesta rota em 2018 (ONU, 2018)[122]. Por outro lado, os imigrantes vão se organizar para tentar pressionar as fronteiras em busca de sobrevivência. Destaca-se, no ano de 2018, a auto-organização da caravana de migrantes centro-americanos em direção aos Estados Unidos, que, segundo a ONU, ultrapassou a marca de 7 mil pessoas[123].

No entanto, quando estes migrantes conseguem ultrapassar as divisas dos países, com frequência, são alvo de xenofobia e embates com a população local, como aconteceu, por exemplo, entre venezuelanos e brasileiros.

Resgatando a ideia de região do sociólogo Pierre Bourdieu (1989), ele afirma que esta não tem nada de natural, ou seja, é uma construção histórica e social em torno das demarcações de fronteiras, inclusive as físicas. As fronteiras têm o objetivo de delimitar as construções simbólicas de poder e a região é um espaço que marca fronteiras simbólicas entre grupos e identidades sociais distintas. A partir disso, os marcadores simbólicos de representação e ocupação do espaço social podem produzir desigualdade.

Nessa chave política e estatal, o espaço é um marcador de diferenças e de se estabelecer, a partir dessa diferença, quem está dentro e quem está fora do território, quem tem ou não direitos, o que é o que não é legítimo. Em tempos de colapso, o Estado-Nacional, devido a sua institucionalidade, vai operar para inviabilizar a entrada do migrante em seus territórios com a justificativa de "proteger" seu cidadão e sua soberania. O Estado securitário promove um sentimento de insegurança que ele próprio provoca e

---

[122] Disponível em <https://nacoesunidas.org/mortes-no-mediterraneo-atingem-proporcao-inedita-aponta-agencia-da-onu-para-refugiados/> Acesso em 15 de agosto de 2019.

[123] Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/america-latina/mais-de-7-mil-pessoas-marcham-rumo-aos-eua-diz-onu,721ef7386be705a942673ad928fc4bb0dicyqh16.html> Acesso em 15 de agosto de 2019.

para o qual se coloca como a resposta. A migração, nesse sentido, torna-se parte da barbárie de controle e segurança promovida pelos países capitalista num contexto de crise global. Em todas as partes, formam-se espaços de vigilância numa tentativa de mantê-los longe das zonas de rentabilidade (KURZ, 2005).

3. A importância da luta coletiva

Aqueles que conseguem adentrar esse espaço cada vez mais tem enfrentado tensões com a população local. Há, em suma, um movimento de tentar reconstruir identidades purificadas frente ao hibridismo e à diversidade (HALL, 1998). A questão do crescimento da extrema direita na Europa a partir do discurso anti-migratório exemplifica essa dinâmica. Este movimento está fundamentado na ideia de "nação" unificada tanto em termos étnicos quanto religiosos a fim de construir uma identidade cultural homogênea. Neste contexto, ataques a mesquitas como aconteceu na Nova Zelândia e a autorização de Trump para o uso de armas letais na fronteira entre EUA-México se tornam cada vez mais frequentes e festejadas.[124]

Bourdieu também ressalta que o espaço social também é um espaço político, de disputas e conflitos. Desta forma, é importante entender a região não apenas como um espaço físico, mas também como um espaço histórico, social e de lutas. Todos os espaços são vistos a partir de negociações em tornos de interesses e lutas simbólicas por ocupação desse lugar de dominação. Os dominados resistem às relações de forças simbólicas ressignificando-as. Sendo assim, o estigma faz com que os agentes se revoltem contra ele e reivindicam a igualdade na arena pública (BOURDIEU, 1989. p. 125).

---

[124] Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/14/policia-e-acionada-apos-relatos-de-tiros-em-mesquita-na-nova-zelandia.ghtml> Acesso em 10 de abril de 2019.
Disponivel em <http://midianinja.org/tulioribeiro/trump-autoriza-o-uso-de-armas-letais-contra-imigrantes/> Acesso em 10 de abril de 2019.

A auto-organização que nós vemos surgindo em outros lugares do mundo também acontece em território brasileiro. Este é o caso da ocupação autogestionada Ka-Ubanoko[125] em Boa Vista. Num esforço de produzir novas sociabilidades e a vida em território brasileiro, o número de venezuelanos (as) ocupantes já superam a faixa de 500 pessoas ocupando um antigo clube abandonado. E outro ponto muito interessante também é o papel das mulheres que assumiram um protagonismo nesse processo, como é o caso de Fiorella, uma médica venezuelana que coordena o local.

Em tempos de crise civilizatória, cada vez mais, devemos pensar conhecimentos, estratégias e práticas de reprodução da vida em espaços coletivos, autônomos, auto organizados para construir novas formas de sociabilidade. Portanto, pensar formas de luta fora da lógica estatal-institucional pode ser um sopro de vida em tempos de catástrofes.

Referências

HALL, S. A identidade na pós-modernidade. Rio de janeiro: DP&A, 2006.

KURZ, R. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. Serviço Pastoral dos Migrantes. (Org.) Travessias na desordem global — Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

REIS, R.R. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

[125] Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/590015-ka-ubanoko-integrar-os-migrantes-venezuelanos-warao-desde-a-autogestao> acesso em 20 de agosto de 2019.

MUSICAR ANDINO EM SÃO PAULO

Interculturalidade e música[126]

ANDEAN MUSICKING IN SÃO PAULO

Interculturality and music

Mariana Santos Teófilo[127]

***Resumo**: Este trabalho propõe uma discussão preliminar sobre a interculturalidade crítica sugerida por Catherine Walsh (2011) relacionada à uma investigação sobre a prática musical de artistas imigrantes hispano-americanos indígenas praticantes de um repertório de música "andina" dentro da cidade de São Paulo. A partir das iniciativas desses artistas pretendo avaliar a geração de relações e diálogos com outros grupos na cidade vinculando essa prática musical/artística à alternativas de ser migrante dentro da cidade.*

***Palavras-chave:** Interculturalidade crítica. Música. Imigração andina.*

---

[126] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[127] Doutoranda em Música pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, Brasil. Mestra em Musicologia/Etnomusicologia pelo Programa de Pós-graduação em Música da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, Brasil. E-mail: mariana.s.teofilo@gmail.com

Este trabalho propõe uma discussão preliminar sobre a interculturalidade crítica proposta por Catherine Walsh (2010) relacionada à uma investigação sobre o musicar de artistas imigrantes hispano-americanos indígenas praticantes de um repertório de música "andina" dentro da cidade de São Paulo. O termo musicar (tradução de *musicking*) foi cunhado por Christofer Small (1998) e se refere a todo ou qualquer engajamento musical. No decorrer dessa investigação, ainda em andamento, é possível perceber o interesse de alguns artistas na propagação da cultura "andina" fora das comunidades imigrantes, promovendo uma inserção dessas práticas em espaços institucionais e em espaços culturais autônomos dentro da cidade, com ações que visam promover música, dança e ritual de maneira integrada, garantindo referências à tradição, mas adaptando-as à uma realidade urbana. Alguns artistas inserem em seus discursos uma necessidade de dialogar com outros grupos ou artistas musicais brasileiros que trabalham com músicas tradicionais, e o fazem, construindo relações não só estético-musicais, mas também sociais, para o fortalecimento de redes que estimulem a continuidade das práticas. Caterinhe Walsh (2010) propõe pensar Interculturalidade em três chaves especificas: relacional; funcional; e crítica. A interculturalidade relacional faz referência a forma mais básica e ao contato e intercambio entre culturas, práticas, pessoas, saberes valores e tradições distintas. Pensar dessa forma, seria assumir que a interculturalidade sempre existiu, pois na América Latina, pois constato entre indígenas e outros grupos, sempre existiu. Ted Cantle (2013) dialoga com essa noção de relacional ao pensar o diálogo intercultural, que para ele seria uma parte instrumental da interculturalismo[128] e que contribuiria a compreensão e empatia pelo outro e "é quase inteiramente 'relacional' tanto no conceito quanto na prática" (CANTLE, 2013, p. 11). O problema dessa perspectiva, segundo Walsh é que minimiza os conflitos, e os contextos de poder, porque muitas vezes fica encobertos as estruturas da sociedade

[128] Aqui utilizado como sinônimo de interculturalidade.

(WALSH, 2010, p. 77). A interculturalidade funcional, seguindo os apontamentos de Fidel Tubino, enraíza o reconhecimento da diversidade e das diferentes culturas com metas de inclusão da mesma no interior da estrutura social estabelecida, busca promover diálogo, convivência e tolerância. Ela seria funcional ao sistema existente, compatível com a lógica neo-liberal (WALSH, 2010, p. 77). Essas duas perspectivas apontadas pela autora se confundem com a noção de multiculturalismo adotada em algumas políticas de Estado, com a agenda da diversidade cultural, corroborando com a ideia que muitas vezes essas duas noções – multiculturalismo e interculturalismo – são utilizadas como sinônimos.

A terceira perspectiva apontada por Walsh, na qual ela assume, e que neste trabalho eu também assumirei é a de interculturalidade crítica. Ela parte do problema da estrutura colonial racial e coloca a interculturalidade como um processo e projeto que se constrói desde as pessoas com demanda do subalterno. O projeto é implodir (desde as diferenças) as estruturas coloniais de poder e refundar estruturas sociais e epistêmicas de existência, como um projeto político de sociedade (WALSH, 2010, p. 78). Apesar de soar um tanto quanto radical e ambicioso, alguns exemplos estão sendo explorados dentro de projetos nacionais na América Latina. A criação do estado plurinacional boliviano é um bom exemplo disso, onde o projeto político proposto, busca valorizar as culturas e saberes indígenas com igual importância em relação tecnologias e conhecimentos do estado nacional. Mas sem negar a existência de conflitos e dificuldades no processo dessa construção.

Portanto, a interculturalidade pensada como diálogo entre culturas, de modo a assumir as diferenças e suas relações, como conflituosas, desiguais e potentes, ganha um teor transformador quando acionada "*desde abajo*", ou seja, a partir das próprias comunidades subjugadas ou vulneráveis. Ao acionar a interculturalidade crítica para pensar as práticas musicais de alguns artistas imigrantes indígenas andinos na cidade de São Paulo, atento para a possibilidade que esses encontros adquirem para a manutenção de

uma tradição andina dentro da cidade para esses artistas enquanto imigrantes indígenas e proporcionam uma nova "camada" dentro da produção cultural/artística dentro da cidade. Para Nina Schiller e Ulrike Meinhof (2011), pensar música e imigração a partir de experiências individuais, redes e relações que se interconectam geram "campos sociais transnacionais e redes" o que facilitaria a pesquisa na produção de múltiplas e simultâneas identidades e que torna possível a análise da relação entre migração e produção cultural. O diálogo e as conexões que alguns artistas imigrantes vêm buscando por meio da prática musical "autóctone" revelam a potência de uma demanda que parte *desde abajo* para experiências interculturais na cidade.

Referências

CANTLE, Ted . 'Interculturalism as a new narrative for the era of globalisation and super-diversity'. In BARRET, Martyn. Interculturalism and multiculturalism: similarities and differences Martyn Barrett. Strasbourg: Council of Europe. 2013. Disponível em: http://tedcantle.co.uk/wp-content/uploads/2013/03/082-Interculturalism-as-a-new-narrative-for-the-era-of-globalisation-and-super-diversity-2014.pdf. Acesso em 10 de ago. 2019.

MEINHOF, U. H. SCHILLER, N. Singing new song? Transnational Migration, Methodological Nationalism and Cosmopolitan Perspectives. In *Music and Arts in Action,* vol. 3, p. 21–39, 2011. Disponível em http://musicandartsinaction.net/index.php/maia/article/view/musicandmigration. Acesso em 17 nov. 2018.

SMALL, Christofer. El musicar: Um ritual en el espacio social. In *Revista Transcultural de música*, v. 4. 1999. Disponível em: http://www.sibetrans.com/trans/articulo/252/el-musicar-un-ritual-en-el-espacio-social Acesso em 28 ago. 2017.

WALH. Catherine. «Interculturalidad crítica y educación intercultural», en: J. Viaña; L. Tapia y C. Walsh, *Construyendo interculturalidad crítica*. 75-96. La Paz: Instituto Internacional de Integración-Convenio Andrés Bello (III-CAB). 2010. Acesso em 20 de Jul. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000144&pid=S1794-24892014000100003000024&lng=es

ESTUDO COMPARADO: POLÍTICAS MIGRATÓRIAS PARA REFUGIADOS LGBTI NA AMÉRICA LATINA E NA EUROPA [129]

COMPARATIVE STUDY:

Migratory Policies for LGBTI Refugees in Latin America and Europe

Nathan Chagas Simões [130]

***Resumo**: O presente estudo se propõe a assinalar a importância de mecanismos específicos para a proteção de refugiados LGBTI. Para isso, contará com revisão bibliográfica acerca de estudos de caso sobre deslocamento forçado de indivíduos que sofreram perseguição em detrimento de orientação sexual, identidade/expressão de gênero e características sexuais – reais ou percebidas –, bem como indicará legislações domésticas e/ou concertações regionais, políticas migratórias e atuações intersetoriais voltadas às especificidades dessas populações, tanto na América Latina quanto na Europa, sob perspectiva comparada.*

***Palavras-chave:** Refúgio. LGBTI. América Latina.*

[129] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[130] Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB), nathancsimoes97@gmail.com.

1. Introdução

A história mundial se aporta em construções sociais cissexistas e heteronormativas. Em todo o globo, instituições como Igreja, Estado e a própria sociedade convencionaram padrões comportamentais. Isso tanto tolheu a homens e mulheres – principalmente estas últimas – a possibilidade de explorarem sua sexualidade quanto demonizou práticas homoeróticas e indivíduos que contrariam o que se entende por masculinidades e feminilidades (HOOPER, 1999).

Nesse sentido, a violência, prisão, marginalização e discriminação sistemática condiciona contextos de perseguição a pessoas LGBTI[131]. Com isso, indivíduos cujas orientação sexual, identidade e/ou expressão de gênero ou características sexuais diferem das normas vigentes cisheteronormativas[132] enfrentam rejeição em sua comunidade/ família, estando passíveis de assédio ativo, prisões e detenções arbitrárias e execuções por parte de autoridades governamentais (ACNUR; LIVRES & IGUAIS, 2017) ou de milícias paraestatais, como o Estado Islâmico (EI). Tais contextos levam a uma condição de deslocamento forçado de inúmeros LGBTI, os quais, cada vez mais frequentemente, solicitam refúgio em outros Estados.

Anteriormente aos pontos já elencados, vale destacar quais conceitos e fundamentações teóricas são relevantes para a compreensão desta pesquisa. Inicialmente,

---

[131] Lésbicas, Gays, Bissexuais, Pessoas Trans e Intersexuais, segundo nomenclatura oficial utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em documentos, campanhas e planos de ação. Há outras variantes, tais como Assexuais, Pansexuais, Demissexuais etc. Contudo, para os fins acadêmicos do trabalho, utilizarei uma das siglas mais usuais para comunidades sexuais e de gênero negligenciadas.

[132] Uma perspectiva cisheteronormativa assume (i) a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e (ii) a fundamentação cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências e identidades de gênero. Ambas patologizam as diferenças em culturas LGBTIfóbicas. Isso ocorre por intermédio da constituição social de uma noção normalizante, em detrimento da condição anormal que produz a abjeção e o ocultamento de experiências transgressoras e subalternas, tratadas como casos desviantes da norma (MATTOS & CIDADE, 2016).

é de grande relevância o entendimento da **Teoria Queer**[133], uma inflexão paradigmática oriunda da confluência de vertentes radicais dos feminismos com os estudos gays e lésbicos. Autores e autoras que compartilham desse aporte propõem uma análise crítica à hegemonia heterossexual e cissexista, responsável por recusar e perseguir outras formas de (i) expressar o desejo e de (ii) vivenciar o gênero para além do binarismo [biológico] masculino-feminino (LOURO, 2004). Com isso, reconhece-se que há uma multiplicidade e pluralidade em termos de gênero e sexualidade, permitindo que as narrativas, os discursos e os corpos atravessem formas não hegemônicas e subvertam as marcas de poder significadas na cultura social, nomeadamente raça, gênero e sexualidade (LOURO, 2004).

Nessa relação entre identidades de gênero e sexualidades periféricas (HERNÁNDEZ; SOTO, 2009) e contextos de perseguição e deslocamento a indivíduos LGBTI, precisamos de resgatar o *corpus júri* do Direito Internacional dos Refugiados (DIR). Este diz respeito ao arcabouço jurídico, normativo e institucional de proteção internacional das pessoas refugiadas, que constitui uma das três vertentes do que se entende por Proteção Internacional da Pessoa Humana (CICV, 2015). Com isso, o documento basilar do DIR é a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) e o seu Protocolo Adicional de 1967, que positivaram, no Direito Internacional Público, quem é uma pessoa refugiada e qual o seu status legal e de proteção específica. Esta, que, em decorrência de um fundado temor de perseguição (GENEBRA, 1951),

> por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

---

[133] A terminologia *queer*, hoje entendida como uma ação de resistência dos diversos modos de se exercer a sexualidade e de se expressarem as identidades de gênero, começou a ser utilizada, em especial ao fim da década de 1960, como uma forma pejorativa de diferenciar e discriminar pessoas LGBTI nos Estados Unidos. Para mais informações, ver MASIELO, Francine, 2000; e BUTLER, Judith, 2003.

2. Resultados da Pesquisa

De tal modo, podemos depreender que os campos de *pertencimento a determinado grupo social* e *opinião política*, decorrentes de um fundado temor de perseguição, convencionam as solicitações de refúgio de deslocados forçados LGBTI. Isso se dá porque tais populações são perseguidas ou por sua orientação sexual, expressão/identidade de gênero e/ou características sexuais, ou pela aferição sociopolítica de reivindicações/ manifestações por justiça social e de crença em direitos igualitários para esse grupo marginalizado (BUSCHER, 2011).

Logo, o DIR alavanca as problemáticas de insegurança humana e vulnerabilidade de refugiados, visto que esses configuram um grupo estigmatizado. E, adicionalmente, a categorização de deslocados forçados devido a questões de gênero e sexualidade agrava a condição dos refugiados LGBTI, duplamente fragilizados e oprimidos nos processos migratórios (BUSCHER, 2011). Para tanto, faz-se necessário que as **políticas migratórias** dos Estados – em consonância com a **atuação intersetorial** de entidades como o ACNUR, a sociedade civil e o setor privado – levem em consideração as individualidades e vulnerabilidades específicas de refugiados LGBTI, com o intuito de empreenderem variáveis de proteção nas estratégias de implementação e engajamento das soluções duradouras.

Desde 2012, por exemplo, o ACNUR vem delimitando à comunidade internacional que indivíduos LGBTI devem ser reconhecidos como refugiados quando sofrerem um fundado temor de perseguição. Algumas diretrizes normativas foram lançadas nesse sentido, a exemplo da mais recente, datada de junho de 2017, a *Cartilha Informativa sobre a Proteção de Pessoas Refugiadas e Solicitantes de Refúgio LGBTI*, em parceria com a Livres &

Iguais (ACNUDH), que positiva procedimentos a serem adotados durante a solicitação de refúgio de pessoas LGBTI.

Tendo isso em vista, o trabalho buscou identificar quais políticas migratórias e iniciativas intersetoriais que foram engajadas em países da América Latina e da Europa com relação a migrantes forçados LGBTI. Para tanto, revisitou literaturas e documentos relacionados a governos e Organismos Internacionais envolvidos com as soluções duradouras para refugiados – repatriação voluntária, integração local e reassentamento. O método comparativo usado, nesse âmbito, foi o de **Classificação**, com o intuito de explicitar quais as regularidades e os contrastes (LANDMAN, 2008) entre as políticas migratórias da América Latina e da Europa.

Enfim, o trabalho delineou algumas observações, em termos de refúgio [LGBTI], acerca das políticas migratórias latino-americana e europeia. Percebi, com a pesquisa, que há avanços – embora incipientes – no tocante ao reassentamento e à integração local de refugiados LGBTI, em especial no Brasil e na Alemanha. Esses contam, inclusive, com iniciativas e pacotes de treinamento provenientes do ACNUR em parceria com governos e sociedade civil. Ademais, alguns critérios de elegibilidade em países europeus, a fim de detectar "quão gays" eram certos solicitantes de refúgio, são extremamente agressivos à individualidade desses migrantes, ferem seus direitos humanos e são práticas repudiáveis quando da formulação de políticas migratórias.

Referências

ACNUR; LIVRES & IGUAIS. Cartilha Informativa sobre a Proteção de Pessoas Refugiadas e Solicitantes de Refúgio LGBTI. Brasília, 2017.

BUSCHER, D. Unequal in exile*: gender equality, sexual identity and refugee status*. 2011. Vol. 3 (2), p. 92-102.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA [CICV]. As três vertentes da protecção internacional dos direitos da pessoa humana. *Direitos Humanos, Direito Humanitário, Direito dos Refugiados*. Disponível em:

https://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/direitos-da-pessoa-humana.htm. Acesso em: 28 de dezembro de 2015.

GENEBRA. *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), de 28 de julho de 1951, entrando em vigor em 22 de abril de 1954*. Brasília: Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). 2016. Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados. Acesso em: 30 de junho de 2017.

HERNÁNDEZ, C.; SOTO, M. La Teoría Queer*: la de-construcción de las sexualidades periféricas*. 2009. Sociológica, 24 (69), p. 43-60.

HOOPER, C. Masculinities, IR and the 'Gender Variable'*: A Cost-Benefit Analysis for (Sympathetic) Gender Sceptics*. 1999. Review of International Studies, Vol. 25, No. 3, pp. 475-491.

LANDMAN, T. Issues and methods in comparative politics: *an introduction*. Nova York, Routledge, 2008.

LOURO, Guacira. Um corpo estranho: *ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 96p.

MATTOS, A.; CIDADE, M. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: *lições tomadas do transfeminismo*. Periódicos, n. 5, v. I, maio-outubro, p. 132-153, 2016.

NARRATIVAS DE MIGRANTES TRANSNACIONAIS EM CONTEXTO ESCOLAR E AS POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO[134]

TRANSNATIONAL MIGRANTS NARRATIVE IN SCHOOL CONTEXT AND THE POSSIBILITIES FOR EDUCATION

Natalia Benatti Zardo de Curci[135]

***Resumo**: O texto traça questões de uma pesquisa de mestrado em curso situada no contexto das migrações transnacionais e a educação. A presença de cerca de 1000 estudantes vindos de mais de 57 países nas escolas de Florianópolis/SC, trazem à tona a emergência de se repensar a educação. Para irmos além das evidentes problemáticas da recepção, permeada por desafios e conflitos, o interesse da pesquisa se da na intenção de conhecer o que e como os jovens imigrantes narram suas trajetórias na e sobre a escola. Será apresentado uma etapa inicial da pesquisa-ação em uma escola pública.*

***Palavras-chave:** Migração transnacional. Educação de imigrantes. Narrativas.*

---

[134] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[135] Universidade Federal de Santa Catarina, mestranda em Educação, nataliabenattiz@gmail.com. Bolsista CAPES.

1. Migrações recentes e a educação

A pesquisa de mestrado em curso, situada no contexto das migrações transnacionais recentes e da educação de imigrantes em Florianópolis/SC, tem como proposição a prática narrativa de imigrantes como uma potência para se desvendar desafios e possibilidades na educação com imigrantes.

As migrações são consideradas um "fato social completo" (SAYAD, 1998), pois os impactos se dão em todas as esferas da vida. Na pesquisa, a atenção será para a educação, que junto de marcadores sociais como etnia, gênero, classe e faixa etária, configura os desafios e oportunidades de migrantes no Brasil. Considera-se como migrante transnacional a pessoa que além de ter cruzado fronteiras internacionais para fins de permanência, apresenta interconexões entre mais de um estado-nação (GLICK-SCHILLER; BASCH; SZANTON BLANC, 1995).

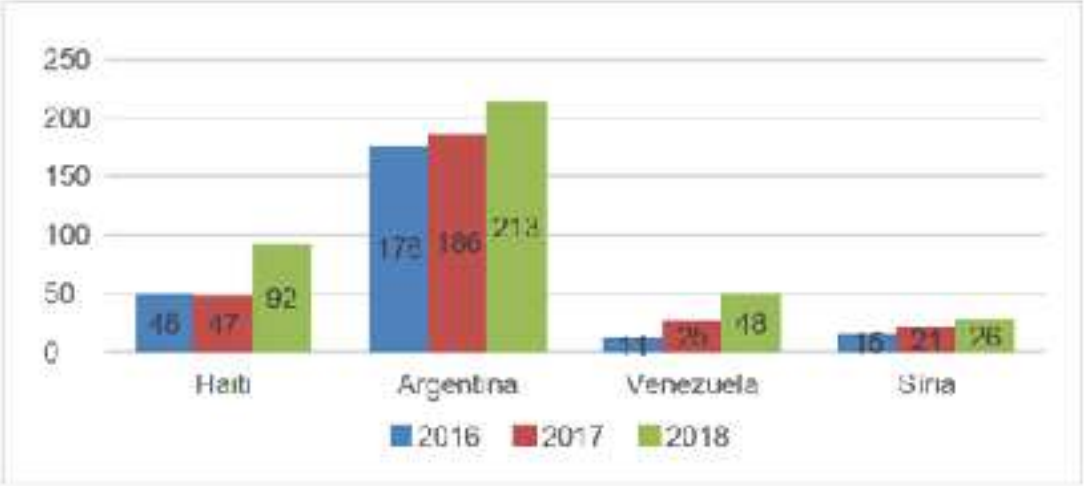
O relatório de monitoramento global da educação enfatiza que leis e políticas públicas têm deixado de atender as necessidades de jovens migrantes. Com isso, muitos são incluídos em grupos de pessoas em situações vulneráveis. Além de ser uma evidente obrigação moral da sociedade receptora, o oferecimento dos direitos à educação, que não se restringem ao acesso, é também uma resposta prática ao combate às desigualdades sociais (UNESCO, 2019).

Vivemos em um mundo que se diz globalizado, mas paradoxalmente implanta fronteiras mais rígidas que afetam, sobretudo, as populações consideradas "indesejadas", reforçando violências e exclusões. Assim, a escola, por ser um dos principais locais de vivência na nova sociedade, se configura como um "micromundo" onde estes conflitos

ocorrem. Frente a isso, ela pode se configurar como um local estratégico de subversão, ampliando as formas de se ver o mundo e as pessoas que por ele se deslocam.

Em 2017 mais de 258 milhões de pessoas viviam fora do seu país de origem e 12% tinham abaixo de 18 anos (ONU, 2018). No Brasil em 2018 foi registrado mais de 121 mil novos migrantes, 18% a mais em relação ao ano anterior[136]. Por consequência, o número de imigrantes nas escolas cresceu. Em 2018 em Florianópolis/SC foram registrados 998 estudantes com mais de 57 nacionalidades na educação básica[137]. O maior número é de estudantes vindos do continente americano, como Argentina, Uruguai, Haiti, Estados Unidos e Venezuela, e se encontram, sobretudo, em escolas públicas. Na sequência, estão os oriundos da Europa, como italianos e portugueses, a maioria em escolas privadas. É interessante perceber como os fluxos recentes têm influenciado diretamente nas escolas (FIG. 1)[138]:

FIGURA 1 – Aumento nas matrículas em Florianópolis entre 2016 e 2018.



FONTE – Dados do Educacenso 2018, cedidos pela Gerência de Avaliação da Educação Básica e Estatísticas Educacionais, SED/SC. Elaborado pela autora, 2019.

---

[136] Fonte: <https://noticias.r7.com/internacional/registro-de-migrantes-sobe-mas-brasil-reconhece-mil-refugiados-04022019>. Acesso em: jul. 2019.

[137] Dados do Educacenso 2018, cedidos pela Gerência de Avaliação da Educação Básica e Estatísticas Educacionais, SED/SC.

[138] Matrículas de 2016 e de 2017 podem ser vistos com mais detalhe em Curci (2017; 2018).

Este cenário plural traz à tona a emergência de se repensar os processos educacionais, tendo em vista que ele é ainda permeado por desafios nos processos de aprendizagem, incipiente formação profissional, falta de políticas públicas e preconceitos. Para ir além destas problemáticas, é importante que ampliemos os conhecimentos sobre as diferentes dimensões da experiência educacional quando atrelada aos fluxos migratórios. Com isso, surgem as questões: o que e como narram os jovens imigrantes sobre suas trajetórias e vivências na escola? De que forma se posicionam como autores e protagonistas de suas histórias?

As noções de autoria e protagonismo serão postas para a reflexão por se entender que a prática narrativa propicia condições de experimentar as possibilidades de serem agentes ativos no processo de inserção na escola (HARTMANN, 2017). Como aponta Cogo (2012), nas práticas comunicativas em contexto de migração podemos encontrar outros modos de vivência da cidadania das pessoas que vão além do macroestatal, uma vez que circulamos pelas micropolíticas do cotidiano.

Ocupar um espaço em uma nova escola onde se sintam confortáveis para falar e se fazer ouvir é um desafio. Neste sentido, as diferentes linguagens são oportunidades para acessar variadas formas de expressão e comunicação sensível e criativa, expandindo as possibilidades comunicativas ao não se restringir à escrita ou a fala em um idioma. Consideramos a cultura digital como o contexto social em que vivemos e por isso, exploraremos o potencial do cruzamento de linguagens no narrar com as tecnologias, visto que estas nos mostram novos modos de percepção e de linguagens, em frente a novas sensibilidades e escrituras que devem permear a escola (MARTÍN-BARBERO, 2014).

Dado o apresentado, o objetivo geral da pesquisa é analisar os desafios e possibilidades para a educação com imigrantes que emergem das narrativas protagonizadas por imigrantes na escola. Para isso, será realizado uma pesquisa-ação em um projeto de acolhimento de uma escola pública de Florianópolis/SC.

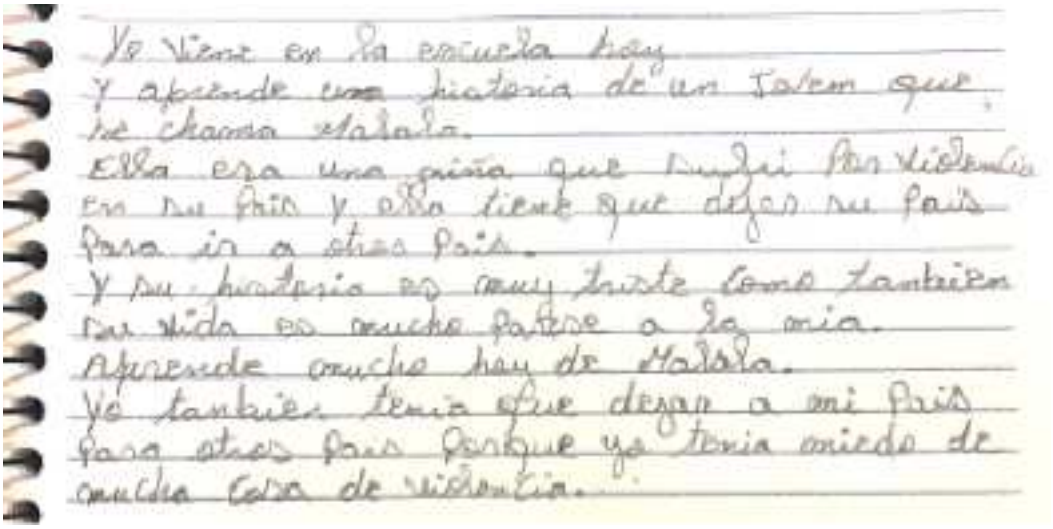
2. Entrelaçamentos narrativos iniciais

Para nos aproximarmos das experiências dos protagonistas dos processos migratórios, uma abordagem biográfica em pesquisa, que os considera sujeitos que participam da produção de conhecimento, se torna fundamental ao passo em que eles produzirão as narrativas que serão analisadas sobre eles (DEMARTINI, 2018). A partir desta concepção, apresento os primeiros fios narrativos da pesquisa.

Neste projeto, cada estudante é atendido individualmente em uma pequena sala pela professora responsável. Lá, eles desenvolvem atividades voltadas para suas necessidades específicas. Em um primeiro encontro com uma estudante recém-chegada, a professora inicia caracterizando o espaço como um local seguro e de acolhimento, e solicita que ela nos conte algo para que pudéssemos nos conhecer. Ela inicia falando sobre suas mudanças de países. A jovem de 18 anos, que é haitiana, conta que mora com uma tia há 4 meses, pois a mãe está no Suriname, e que já havia morado na República Dominicana e no Chile. Enquanto compartilhava sua trajetória, utilizamos um atlas para visualizar a história. Ao olhar para o mapa da América Latina, a estudante aponta para a Bolívia e nos conta que quando passou por ali não gostou porque achou feio e a comida era ruim. Nesta viagem pelos mapas, entramos em assuntos diversos, como os diferentes idiomas do continente, questões históricas da escravidão e da colonização. Nesse emaranhado de assuntos, surge a história da Malala. Sugeri, então, que lêssemos uma parte do livro "Longe de casa" (YOUSAFZAI, 2018), sobre meninas refugiadas pelo mundo. A cada parágrafo, nós conversávamos e ela apontava as palavras que não compreendia. Ao final, a professora perguntou se ela se identificava com alguma situação do livro e ela afirmou associando ao fato de ter que sair do país, ter que aprender novas línguas e a busca pela

segurança, como registrou no seu diário do projeto (FIG. 2). Por ainda não se sentir à vontade com o português, escreveu em espanhol:

FIGURA 2 – Trecho de escrita da estudante.



FONTE – Arquivo pessoal, 2019.

Esta atividade além de ter sido uma estratégia pedagógica de aproximação com a leitura e interpretação em português, se apresentou como possibilidade de abertura às novas histórias de jovens imigrantes, enquanto se entrelaça a outras mais conhecidas. Esta foi só uma primeira tessitura de alguns fios, mas que aponta pistas para as potências que emergem das narrativas dos protagonistas de diferentes movimentos migratórios.

Referências

COGO, Denise Maria. Latino-americanos em diáspora: usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais. Rio de Janeiro: Tríbia, 168p., 2012.

CURCI, Natalia Benatti Zardo de. Migrações, migrantes e escolas: experiências de deslocamento e suas possibilidades geográficas. 2017b. TCC (Graduação) - Curso de Geografia Licenciatura, Centro de Ciências

Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000048/00004860.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

_____. Possibilidades geográficas entre migrações, migrantes e escolas. In: Rosa Elisabete Militz W. Martins; Ana Maria Hoepers Preve; Ana Paula Nunes Chaves; Larissa Corrêa Firmino. (Org.). Educação geográfica em movimento. 1ed.Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019, v. 1, p. 17-318.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Narrativas de imigrantes do passado e do presente: questões para pesquisa. Revista Brasileira de Pesquisa (auto)biográfica, Salvador, v. 03, n. 07, p.45-66, abr./maio, 2018.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON BLANC, Cristina. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. Anthropological Quarterly. v. 68, n. 1, p. 48-63, jan. 1995.

HARTMANN, Luciana. Desafios da diversidade em sala de aula: um estudo sobre performances narrativas de crianças imigrantes. Cad. Cedes, Campinas, v. 37, n. 101, p.45-64, abr. 2017.

MARTIN-BARBERO, Jesús. A comunicação na educação. SP: Contexto, 2014.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In: SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. Cap. 3. p. 45-72. Tradução: Cristina Murachco.

UNESCO. Relatório de Monitoramento Global da Educação 2019: migração, deslocamento e educação; construir pontes, não muros, resumo. Brasília, 2018.

ONU. International Migration Report 2017. New York, 2017. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017_Highlights.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

YOUSAFZAI, Malala. Longe de casa: minha jornada e histórias de refugiadas pelo mundo. SP: Seguinte, 2019.

O SISTEMA DE ACOLHIMENTO E CONFINAMENTO PARA MIGRANTES MENORES NÃO ACOMPANHADOS NA ITÁLIA

THE ITALIAN SYSTEM OF RECEPTION AND CONFINEMENT FOR UNACCOMPANIED MIGRANT MINORS

Antonella Grieco[139]

Resumo: *A partir da prática das histórias nômade dos Tumaranké[140] e das reflexões juntos aos migrantes menores que transitam entre fronteiras, culturas, línguas e identidades esse artigo apresenta os resultado do trabalho de campo em centros de acolhimento do Sistema de proteção para refugiados e requerentes asilo (Sprar), na Região Basilicata (Itália). O artigo pretende investigar quais são as condições de aparecimento e da concretude do sistema de acolhimento para requerentes e refugiados na Itália, observando o conjunto de relações e regras estabelecidas para a formulação discursiva, geográfica e histórica (FOUCAULT, 2008) do planejamento estratégico do confinament da pessoa migrante indocumentada. Reconhecendo a complexidade e o campo de diálogos possíveis nos discursos e práticas de poder, pretende-se investigar os nexos de regularidades que possibilitem a pergunta sobre o valor e a potência do sistema proteção e acolhimento na sua relação com as (i)mobilidades dos migrantes menores nas pequenas cidades da Itália meridional.*

Palavras-chave*: Sistema de acolhimento. Menores. Confinamento.*

[139] Doutoranda no Instituto de Pesquisa de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), UFRJ. E-mail: griecoantonella17@gmail.com

[140] Tumaranké em língua bambara define "quem se lança em uma viagem a procura de algo."

É aqui a minha nova casa!

Um velho asilo, uma escola materna.

Com a palavra "asilo" os habitantes da cidade identificam o abrigo onde somos "hospedados".

Nessa nova lingua "asilo" è sinonimo de giardim de infância.

Desde que desembarquei, tenho 17 anos.

Quando subi no barco, ano passado, tinha 22 anos.

Cheguei em Palermo, na Sicília, dia 18 abril 2017.

Screening sanitario.

Exame osteométrico.

Identificação.

Depoimento aos policiais.

Trasferimento n° 1: Hotspot.

Trasferimento n° 2: Centro de Acolhimento para Requerentes de Asilo.

Trasferimento n° 3: Centro de Acolhimento extraordinário.

Trasferimento n°4. Centro do Sistema para Requerente de Asilo e Refugiados.

Estou ao Sul de um outro Norte: Basilicata!

Sou um corpo em movimento, à mercê das regras desse país: Itália.

Os depoimentos, verdadeiros ou não, são ações criativas de sujeitos que se expõem ao jogo da caneta da pesquisadora, ao poder de decisão da interrogação de um oficial de polícia ou de uma comissão jurídica territorial que decreta a aceitação ou a rejeição do pedido de proteção humanitária ou de refúgio de jovens migrantes não acompanhados e indocumentados.

Quem eu sou desde hoje?

Para onde vão me levar?

Ninguém responde.

A ordem de trasferimento de um centro para outro, de uma região para outra, de uma cidade para outra, chega poucos dias antes da trans(h)umância.

> Me chamo Alì, sou um hóspede, um protegido, um confinado ao centro das vossas cidades.

A narrativa dos menores confinados nos centros de acolhimento - que sobreviveram aos trágicos traumas da migração ilegal - nos remete às práticas de trans(h)umância de corpos, que se fazem estratégia para determinados resultados econômicos e biopolíticos perante um determinado estado da chamada *Fortaleza Europa.* Esses corpos marcados pelas memórias da violência racial, étnica, de gênero e do capital trazem a potência e a força visceral de palavras-corpos que precisam ser traduzidas e narradas de língua em língua. A extraordinariedade do percurso migratório de jovens migrantes geridos pelo sistema de proteção do estado italiano, se misturam com as histórias das comunidades de um território que, desde o final do século XIX, foi e é cenário de emigração e teatro de aquilo que a história contemporânea marca como os "*lugares de confinamento*" durante o fascismo.

A partir dessas premissas, o texto tem como objetivos a reconstrução das vivências de jovens migrantes menores de idade, que pertencem aos Sistema dos centro de acolhimento para requerentes asilo e refugiados, e a análise sobre os espaços-outros onde confinar a humanidade indocumentada em movimento resulta ainda possível na Itália. Paralelamente à estratégia de integração social e espacial dos migrante menores, declarada pelas leis e pelos tratados, existe de fato uma lógica segregacionista, intencional ou não, que cria um enclave com efeitos a médio e longo prazo respeito à saúde física e mental dos migrantes forçados a residir no território e nos "centros" escolhido pelo estado. De forma simétrica no espaço de acolhi(confina)mento se desenham as políticas de exclusão e de marginalização real e imaginária através de medidas governamentais e práticas locais que tendem a estigmatizar a presença do *refugiato* o requerente de asilo.

Os centros de acolhimento são de forma ambígua e ambivalente, instrumento de inclusão e exclusão: lugares onde o poder soberano de punir ("deixar morrer" juridicamente) e proteger ("fazer viver" segundo disciplina) os migrantes se sobrepõe.

Nesse contexto, é significativa a convergência entre a arquitetura jurídica e institucional do sistema de acolhimento estatal e o cenário geopolítico sobre a gestão da mobilidade humana. O desvanecer das diferenças entre migrante econômico e migrante forçado e o deslizamento do discurso em torno da migração de fenômeno econômico a fato humanitário decretam uma sobreposição de sentidos, em que a função de controle e a função humanitária exercida pelo estado se materializam através e nos centros de acolhimento. Os direitos humanos, nessas prospectivas, são instrumento metaconflituais que dão forma a espaços outros, onde a suposta emergência humanitária dos migrantes indocumentados cria novas zonas de confinamento biopolítico. O realocamento estratégico de migrantes menores de idade indocumentados dos grandes centros do chamado "primeiro acolhimento" (localizados nas costas meridionais da Itália) para o interior da península è o goal da chamada "política de acolhimento" implementada pelo estado italiano. Tal política responde a situações de crise demográfica que incentivam o repovoamento dos pequenos centros urbanos italianos. Os dispositivos de acolhimento são fronteira ao centro das cidades, demarcações espacial (in)visível onde os menores estrangeiros (sobre)vivem. Segundo essa perspectiva eles" torna-se lugares de disputa onde podem ser subvertidas as representações e os discursos sobre a gestão da migração contemporânea; zonas no qual sem ilusões a vulnerabilidade dos sujeitos é permanentemente e politicamente ativa. Os dispositivos têm a capacidade de criar, com respeito ao espaço circunstante, funções quais: tornar ilusória a casa-prisão, o ritmo da semana e dos dias nas escolas, no abrigo, na cidade. Torna-se uma ilusão a Itália, transformando-a de maneira efêmera em lugar outro de si mesmo.

Não obstante os princípios, as leis, os tratados internacionais, o real cuidado face aos menores não acompanhados é intencionalemte precário, porque acaba por confinar os menores em espaços de marginalidade na sociedade ocidental; aquela mesma marginalidade que ele mesmo, com a migração, tentou subverter.

No "*Estado de segurança*" italiano, o planejamento da gestão da população supracitada abrange três níveis normativos: Sistema *Hotspot*, baseado no socorro e na identificação, Sistema *Hubs* ou de primeiro acolhimento, fundado no acolhimento e na detenção de migrantes e Sistema de Proteção para Solicitantes de Asilo e Refugiados (*Sprar*) ou de segundo acolhimento, disciplinado pelo princípio da inclusão diferenciada. A presença desses espaços de confinamento político abre novas reflexões sobre o papel da mobilidade humana na relação entre controle biopolítico e estado securitário. Os centros, objetos de pesquisa, rearticulam as classificações de status, de classe e de raça nos processos de desterritorialização global e evidenciam as formas de confinamento humano baseado na paradoxal política de inclusão diferenciada e precária. Eles são campos de crise onde o espaço, definido como outro, torna-se fronteiras entre os direitos humanos e a soberania do Estado, a liberdade de mobilidade e o contenção biopolìtica. Definidos como *displaced,* os migrantes indocumentados confinados nos centros de acolhimento são sujeitos a lógicas de exploração enquanto categoria não politicamente representada e/ou reconhecida; portanto dita como clandestina/illegal. Nesse panorama, os centros serão analisados como espaços heterotopicos (FOUCAULT, 2013) onde o poder soberano produz, classifica e confina categorias humanas passíveis de detenção. Os *Hotspot, Hubs, Sprar* configuram-se como vetores do poder governativo, instrumentos de controle do fenômeno migratório ilegal e espaços onde se manifesta o ambíguo processo da "produção legal da ilegalidade" dos corpos. (CAPUTO, 2007). Tais aglomerados são espaços que produzem práticas de confinamento permanentemente de determinadas categorias humanas. Ocorre, nesse sentido, a desarticulação e a rearticulação desses espaços outros; vistos em diferentes escalas e nuances do poder, que reproduzem práticas de contenção sócio-territoriais. Os processos investigados ao longo desse texto são os acontecimentos históricos ligados à construção de práticas políticas sobre os corpos heterogêneos que trazem as marcas da necropolítica (MBEMBE, 2016) e os rastros do policiamento e da criminalização da migração.

Precisamos recuperar uma narrativa compartilhada, apoiada por palavras e gestos, por emoções.

Para salvar vidas humanas, devemos começar com a prática mais antiga entre os seres humanos: escutar e contar histórias

Referências

AGAMBEM, G.O Amigo, & O que é um dispositivo? São Paulo: Coleção Grande Temas, 2014.

AGAMBEN, G. Homo sacer. Il potere sovrano e la nuda vita. Torino: Einaudi, 1995.

AGAMBEN G. Homo sacer. O poder soberano e a vida nua, Editora UFMG, 2012.

BALIBAR É. The Borders of Europe, in Politics and the Other Scene. New York: Verso, 2002.

BASARAN T. Security, Law, Borders: Spaces of Exclusion. in "International, Political Sociology", 2008.

BENJAMIN W. Per una critica della violenza. in ID., Angelus novus. Saggi e frammenti, Einaudi, 1981.

CAPUTO A. Irregolari, criminali, nemici: note sul "diritto speciale" dei migranti. Studi sulla questione criminale II, Roma: Carocci, 2007.

CLASTRES, P. La società contro lo Stato. Ricerche di antropologia politica, Ombre Corte, 2016.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. O que é a filosofia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. Que és un dispositivo? In: BALIBAR, E; DREYFUS, H; DELEUZE, G. et al. Foucault F. Barcelona: Gedisa, 1999.

DE LUCA, E. Opera sull'acqua e altre poesie. Torino: Einaudi, 2002.

DE LUCA, E. Solo andata, migrazione e poesia. Feltrinelli, 2002.

FOUCALT, M. O corpo utópico; as heterotopia. Posfácio: Daniel Defert. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

_____.Microfísica do Poder. Org.: e trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Trad.: Selma TannusMuchail. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

_____. Arqueologia do Saber. Trad.: Luiz Filipe Baeta Neves. Rio de Janeiro Forense Universitária, 2008.

_____. Em defesa da sociedade. Martins Fontes, 2002.

HAESBAERT R. O mito da Desterritorialização. Do "fim dos Territórios" a Multiterritorialidade. Bertrand Brasil, 2004.

_____. Contenção territorial: “campos” e novos muros. Boletín de Estudios Geográficos Nº 102 – 2014 – ISSN 0374-618.

MBEMBE A. Necropolitica. Ombre Corte, 2016.

RAHOLA F. Zone definitivamente temporanee. I luoghi dell’umanità in eccesso. Ombre corte, 2003.

SCIURBA A. Campi di Forza. Percorsi confinati di migranti in Europa, Ombre Corte, 2009.

VASSALLO PALEOLOGO F., CUTTITTA P. Migrazioni, frontiere e diritti. Edizioni scientifiche italiane, 2006.

VALLUY J. Rejet des exilés. Le grand retournement du droit de l'asile. Croquant, coll. «Terra», 2009.

O ESTRANGEIRO E O MIGRANTE EM 'OS SERTÕES' E 'CASA GRANDE & SENZALA' [141]

THE STRANGER AND THE MIGRANT IN THE 'REBELLION IN THE BACKLANDS' AND 'THE MASTERS AND THE SLAVES'

Otávio Cezarini Ávila[142]

***Resumo**: Este resumo expandido pretende se incorporar a um debate importante das ciências humanas: a presença e ausência de uma grande obra que explore a migração no Brasil. Concordando, logo no início, com Antônio Cândido, vou até duas obras destacadas da nossa literatura aproximando-as às noções de estrangeiro e migrante. Entendendo essas categorias distintamente e complementares, 'Os Sertões' e 'Casa Grande & Senzala' contribuem na compreensão da formação brasileira a partir de índios, portugueses e negros. E nessa tríade encontramos pistas que podem ser esclarecedoras para a transversalidade das migrações na nossa constituição.*

***Palavras-chave:** Estrangeiro. Migrante. Literatura brasileira.*

---

[141] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[142] Doutorando em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista Faperj. E-mail: ota_cez@hotmail.com

A presença das migrações no pensamento social brasileiro carece de uma obra clássica específica, afirmava o crítico literário Antônio Cândido. Mas isso não significa a ausência do tema nos debates travados pelos intelectuais no século XX. Normalmente compondo a relação entre portugueses, índios e negros, a formação social do Brasil é atravessada pela lógica das migrações, seja porque tais fluxos internos fizeram parte do povoamento do país e as migrações transnacionais não só tiveram um papel de povoamento e desenvolvimento técnico, mas político e cultural a partir de premissas eugenistas que ofereciam à branquitude a "salvação" da nação. Cabe também citar o papel que os negros, sequestrados do continente africano, desempenharam na formação brasileira, longe, todavia, de compreendê-los como migrantes, pois esta caracterização está ligada a uma opção minimamente pessoal de melhoria de condições de vida, algo impossível de vincular a um regime de escravidão.

Um destes livros célebres é *Os Sertões: Campanha de Canudos*, lançado em 1902 por Euclides da Cunha. Engenheiro e militar, Cunha foi contratado pelo jornal O Estado de S. Paulo para cobrir a última batalha entre as forças federais e o grupo de Canudos, liderado pelo messiânico Antônio Conselheiro. E antes de chegar ao arraial baiano que o escritor narra em uma das mais longas descrições a geografia física brasileira decorrente de sua viagem do Rio de Janeiro ao interior da Bahia. Após esta descrição, Cunha encontra aquele que seria o seu personagem chave: o sertanejo, concretizado posteriormente nos moradores de Canudos e seu líder, Antônio Conselheiro. Dizendo que "o sertanejo é, sobretudo, um forte", o escritor assemelha o meio ao sujeito vivente, com sua aridez constitutiva, mas conferindo ao "nativo" a força de peregrinar em busca de uma salvação, como uma "hégira sertaneja", comparando à migração de Maomé de Meca a Medina no século VII.

O sertão não é só um meio onde o homem sertanejo vive. Starling (2019) afirma que a palavra carrega ambiguidade - entre o potencial de liberdade e risco da barbárie - e uma solidão em meio à agressividade do entorno. O sertão não só uma geografia, mas uma realidade política caracterizada pela inexistência de limites, precária de direitos e leis, constituída de um vazio. O sertão explica o Brasil, pois vai além do seu território geográfico, revela a marca do esquecimento de um país, em *Os Sertões.*

Para Euclides da Cunha, o sertanejo não é o agente de mobilidade que representará o imigrante europeu na política civilizatória brasileira, ligada ao embranquecimento e europeização da população. Nele, o sertanejo é ainda o não civilizado, uma sub-raça limitada pela própria mobilidade geográfica. Para o autor, no interior não há civilização e a mestiçagem se dá com os índios: mamelucos, cafuzos, curibocas, todos reunidos por uma relação subdesenvolvida e tradicional que afastam-os da vida moderna não só pela distância imposta pelo Atlântico, mas pela distância civilizacional de três séculos entre o litoral e o interior brasileiro. Mesmo brasileiro, o sertanejo é um estrangeiro, ou melhor, um estranho, aquele que não partilha o mesmo padrão cultural (SCHUTZ, 2010) e a ele cabe seu isolamento. Ao sertanejo também está ligada a guerra de Canudos que, segundo o autor, seria decorrente da mestiçagem incompatível entre o homem litorâneo (mestiçagem entre o europeu e o negro) e este, o sertanejo (mestiçagem entre o bandeirante paulista e o indígena).

No interior (sertão) do Brasil a migração forçada explica o movimento de centenas de milhares nortistas (é assim que ele chama a população do norte e nordeste do Brasil, antes dessa divisão existir oficialmente) ao longo do século XX e relatada em outras obras célebres como *Vida Secas* e *Morte e Vida Severina*, de Graciliano Ramos e João Cabral de Melo Neto, respectivamente. Mas, diferente deles, Cunha desloca-se da literatura para o que os estudos em comunicação chamam do gênero livro-reportagem, onde a narrativa literária avança na descrição da realidade, como uma reportagem literária, baseada em fatos e personagens verídicos com vistas à reflexão sobre determinado tema. No caso,

Cunha não só foge do ficcional, como pretende estabelecer uma explicação sobre a relação do nortista com sua terra árida e a presença daqueles incivilizados e revoltosos contra a força moderna republicana.

E é por isso, imagina-se, o jornal paulista tenha conferido a Euclides da Cunha a tarefa de reportar Canudos. O escritor era um republicano convicto e não deixou de ser após o massacre dos revoltosos baianos, mas questionou a legitimidade daquela vitória após a barbárie cometida pelos agentes do republicanos. Talvez ele tenha se perguntado: onde estava, de fato, o incivilizado? Se sua dúvida estava na lógica da barbárie, podemos questionar a civilidade pela lente dos relegados e dos que relegam. Se o sertão é a imagem do deserto, como admitiu, não é só o componente objetivo do terreno e do clima que confrontam tal comparação. É a dinâmica subjetiva, do abandono, mas também do isolamento ao qual "a História não iria até ali" com seu Iluminismo civilizatório. Pois é justamente uma outra civilização que ali se impõe, negando a outra que a renega a não ter nome, nem direito à personalidade legal de cidadãos, afirma Starling. E não seria essa também a dinâmica de muitos migrantes, renegados a um presente que elimina seu passado, como afirma Schutz (2010) na análise espaço-temporal da relação estrangeiro-nativo? A principal contribuição de Cunha ao tema das migrações não está na geografia, mas nesse aspecto subjetivo. É esta a camada mais profunda não vista na superfície de sua obra. Uma distância infinitamente maior separavam os republicanos daqueles sertanejos, estrangeiros um para o outro.

Outra obra é *Casa Grande & Senzala: Formação da sociedade brasileira sob o regime patriarcal*, lançada em 1933 por Gilberto Freyre. A primeira consideração é do próprio nome da obra. Sua segunda parte, esquecida, explica o foco da análise do escritor. Freyre queria refletir sobre a formação do Brasil a partir das relações domésticas que existiam na sociedade escravocrata, mais propriamente entre a produção social da casa grande (dos senhores de engenho) e da senzala (dos escravizados). Embora as contribuições da obra sejam inestimáveis, a crítica a ele, especialmente vindas da USP nos entre os anos 1960 e

1980, ajudaram a polemizar o sentido contributivo que o autor entendeu ser a relação entre senhores e escravos.

Gilberto Freyre traz o português como parte constitutiva do Brasil. Neste sentido, ele é mais do que um imigrante porque ele não é o estranho que partilha um padrão cultural diferente, como presumiram Schutz (2010) e Simmel (1950). O português, que dá origem ao trabalho do engenho é o próprio constituinte da formação brasileira a qual ele recorrentemente chama de uma formação luso-tropicalista. Sua visão otimista sobre a colonização fez de Freyre um personagem chave para a ditadura salazarista e o ufanismo ibérico. A concepção de uma colônia que, mesmo após a independência, continuaria sob a influência direta da metrópole europeia seduziu a ideia de uma mestiçagem constituinte, ou o que os analistas configurariam como uma "democracia racial", expressão não utilizada em *Casa Grande & Senzala*. Em Freyre, o brasileiro é fruto dessa mistura moldada na sociedade de engenho entre portugueses e africanos, diferente, por exemplo, do olhar determinista de Euclydes da Cunha, no qual o indivíduo (sertanejo) é fruto do ambiente (sertão).

Jessé de Souza (2019) lembra que a base da compreensão do Brasil em Freyre se dá na formação familiar, um "familismo" construído a partir da dependência do patriarca. Assim, a designação de Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Raymundo Faoro quanto ao patrimonialismo estar vinculado ao Estado, para Freyre, segundo Souza, estaria ligado a uma formação familiar calcada sobre vertentes sádicas entre senhores e escravos. O que Souza traz de mais interessante ao contexto dos estudos migratórios é referente às origens desse familismo, evocado da presença moura e cristã na formação portuguesa.

De toda forma, a obra de Freyre ocupa um lugar mais importante no pensamento social brasileiro por suas considerações a respeito da formação micropolítica do Brasil do que auxilie em uma teoria ampla sobre as chegadas de estrangeiros. Até porque a chegada de portugueses ao Brasil nos dois primeiros séculos não se adequa aos estudos

migratórios. O país ainda não era independente e muitas das chegadas foram atreladas a lutas por territórios, ou seja, não havia uma construção cultural solidificada, ou aquilo que Schutz chama de um "padrão cultural" de determinado grupo social. No entanto, a questão mais polêmica de Freyre à respeito do tema é a consideração que os escravos eram migrantes (isso inclui a fuga deles aos quilombos). Mas convém não considerar o sequestro de africanos para as Américas como uma migração, quiçá forçada. É possível, no entanto, refletir sobre escravos que retornaram a sua terra natal, caso de um bairro em Lagos, capital da Nigéria, que reunia os que estavam no Brasil.

Diferente da incivilização de Cunha, Freyre se desloca do tom pejorativo para encontrar nos negros civilidade, embora seja um estrangeiro - lembrando que o português não, é parte constitutiva da luso-tropicalidade que nos constitui. Essa exaltação do negro contribui para afastá-lo da condição de escravo, embora o autor recorra diversas vezes a essa condição de dominância para explicar a iniciação sexual de filhos de brancos com as escravas e o sadismo faça parte desse construto. Mas a visão de uma raça que não é inferior busca justificação no tom romantizado de Freyre à construção da língua, da religião e, especialmente, da culinária brasileira, modelado a partir das culturas europeia e africana. Ao pensar no exemplo da feijoada, "dos bolos, doces e pudins" (p. 486) remete-se ao que de melhor a vida doméstica produz: seu sabor, seu aconchego, proximidade e afeto estão todos colocados ali a partir da miscigenação produzida pela mobilidade geográfica, social e cultural que nos constituiu como nação.

Referências

CUNHA, E. Os Sertões. 39 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; PubliFolha, 2000.

FREYRE, G. Casa Grande & Senzala: Formação da sociedade brasileira sob o regime patriarcal. 52 ed. São Paulo: Global, 2013.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SADLIER, D. Brasil Imaginado: De 1500 até o presente. São Paulo: Edusp, 2016.

SCHUTZ, Alfred. O estrangeiro – um ensaio em psicologia social. Revista Espaço Acadêmico, n. 113, ano X, 2010.

SIMMEL, Georg. *T*he Stranger. New York: Free Press, 1950.

SOUZA, J. A Elite do atraso. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

STARLING, H. A palavra "sertão" e uma história pouco edificante sobre o Brasil. Suplemento Pernambuco. Recife, 11 mar. 2019. Disponível em: <<http://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/2243-a-palavra-sert%C3%A3o-e-uma-hist%C3%B3ria-pouco-edificante-sobre-o-brasil.html>>. Acesso em: 02 junho 2019.

MIGRAÇÕES, FRONTEIRAS E RESISTÊNCIA

lutas migrantes e ativismo [143]

MIGRATION, BORDERS AND RESISTANCE:

Migrant struggles and activism

Paula Dias Dornelas [144]

***Resumo**: No atual panorama das migrações internacionais, é crescente o processo de endurecimento de fronteiras – físicas e simbólicas –, marcado por práticas de controle de mobilidade, aumento de deportações, detenções e discursos que criminalizam a migração. Em contrapartida, observa-se, também, práticas de resistência adotadas por migrantes que, em diversas formas e estratégias, desafiam essas e outras lógicas, buscando garantir seus direitos de deslocar, permanecer e se inserir nas sociedades de destino.*

***Palavras-chave:** Migração. Resistência. Fronteiras.*

---

[143] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[144] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG e bolsista CAPES/ ProEx. Especialista em Cidadania e Direitos Humanos no Contexto das Políticas Públicas pela PUC Minas e graduada em Comunicação Social/Jornalismo, pela UFMG. Integrante do Margem - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça, da UFMG, e do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Direitos Sociais e Migração, da PUC Minas. E-mail: pauladdornelas@gmail.com

1. Introdução

A temática migratória tem alcançado, nos últimos anos, muito destaque em discussões políticas, debates midiáticos e em pautas de ação estatal, principalmente por desafios como o aumento de fluxos, a integração dos migrantes nos locais de destino, mudanças no perfil de quem migra e a gestão de fronteiras. No contexto atual, em que observa-se o endurecimento de políticas migratórias, um reforço de ideias nacionalistas e argumentos de soberania adotados por muitos Estados, Mármora (2010) aponta para a existência de uma crise de governabilidade das migrações a perpassarem esses países. Isso estaria vinculado à uma visão dos deslocamentos populacionais a partir da perspectiva da segurança nacional. Nesse modelo, o migrante é visto como um estranho, uma ameaça à soberania do Estado e um "outro", que não pertence àquele território e, portanto, tem seus direitos condicionados a sua condição de regularidade ou irregularidade (MÁRMORA, 2010). Isso se reflete em políticas cada vez mais rígidas de controle e fechamento de fronteiras, bem como em discursos e ações voltadas a construir muros para conter os movimentos migratórios.

Esses posicionamentos aparecem em vários contextos. Legislações restritivas a imigrantes e refugiados, atos e manifestações xenófobas, medidas de impedimento à entrada desses públicos e apoio a representantes que defendem discursos anti-imigratórios têm sido observados em diversos locais do mundo. Para citar alguns, nos EUA se observou a polêmica em torno da separação de famílias migrantes (BBC, 2018) e, mais recentemente, a proposta de adoção de regras que permitem manter famílias de imigrantes indocumentados, por tempo indeterminado, em centros de detenção. Na Europa, esse tipo de discurso se fez presente ao longo da campanha do Brexit, bem como nos discursos de líderes políticos como Marine Le Pen, Robert Fico e Geert Wilders (O GLOBO, 2016). No Brasil, com o aumento do fluxo imigratório de venezuelanos nos últimos anos, houve o pedido de fechamento de fronteira com o país vizinho por parte da ex-governadora de

Roraima (RODRIGUES, 2018), o incêndio à casa de venezuelanos em Boa Vista (NUNES, 2018), além de outras manifestações de xenofobia. No início do ano, o governo Bolsonaro anunciou a saída do Brasil do Pacto Global para a Migração[145] e, mais recentemente, foi publicada a portaria nº 666/2019, do Ministério da Justiça, que permite a deportação sumária ou o impedimento de ingresso de pessoas estrangeiras consideradas "perigosas" (BRASIL, Portaria nº 666/2019).

Diante do contexto de recrudescimento de políticas e discursos anti-imigratórios, situam-se, contudo, estratégias de resistência adotadas por migrantes. Iniciativas como protestos e marchas, além da formação de coletivos e organizações, são presentes nos mais variados locais, numa tentativa de garantir o seu direito de migrar, permanecer (VARELA HUERTA, 2013) e se inserir na sociedade receptora. Diante disso, este trabalho[146] tem a proposta de apresentar reflexões teóricas sobre as formas de resistência e lutas migrantes, advogando a necessidade de que os estudos de mobilidade se atentem para a agência política desses sujeitos e para as diversas formas de ativismo desenvolvidas.

2. Resistência e mobilização

Segundo Marinucci (2016, p. 7), é possível observar uma "primavera das mobilizações de migrantes e refugiados", que consiste em ações de reivindicação e protesto, uma multiplicação de movimentos populares de resistência, e na criação de organizações de migrantes que, apesar de heterogêneas, se articulam transnacionalmente

---

[145] O Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular é um acordo que estabelece 23 objetivos para migrações mais seguras. Durante dois anos, foi discutido e negociado por Estados membros da ONU, tendo sido aprovado por mais de 160 países.

[146] Este trabalho é parte de reflexões contidas na dissertação de mestrado "Mulheres Migrantes: Lutas por Reconhecimento e Formas de Resistência" que está sendo desenvolvida pela autora no âmbito do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFMG.

em torno da causa migratória. Para o autor, o ativismo de migrantes é uma forma de reivindicar que esses atores sejam considerados sujeitos de direito em seus países de origem e chegada. As diversas ações adotadas constituem, em si, afirmações de presença e atos de visibilidade que performatizam desejos e aspirações (MARINUCCI, 2016).

Nesse sentido, Sandro Mezzadra (2012) defende a perspectiva da "autonomia das migrações", um processo que pressupõe enxergar a migração como um movimento social - em seu sentido literal. Significa olhar para a mobilidade com foco nas dimensões e práticas subjetivas, nos desejos e comportamentos dos migrantes, bem como se atentar para dispositivos de exploração e dominação que podem afetar a autonomia daqueles que se deslocam (MEZZADRA, 2012). Para o autor, essa abordagem da autonomia das migrações precisa "ser compreendida como uma nova perspectiva de análise das 'políticas de mobilidade' – que enfatiza a dimensão subjetiva no interior das lutas e enfrentamentos que constituem materialmente o terreno dessas políticas" (*idem*, 2012, p. 73).

No tangente à mobilização de migrantes ao redor do mundo, Sérgio Costa (2003, p. 158) fala sobre redes de movimentos coletivos, que "congregam ações de protesto articuladas continentalmente", ou seja, ações coletivas que são estabelecidas entre diferentes movimentos e assumem um caráter transnacional. Mais do que uma expansão de movimentos sociais nacionais, o autor entende que se trata da formação de redes discursivas que se orientam sob uma temática comum e articulam ações políticas diversas, sem se prender, necessariamente, a referências nacionais (COSTA, 2003). Para Amarela Varela Huerta (2013), essas formas de resistência e mobilização de migrantes desafiam noções como a de cidadania, bem como a ideia de universalismo dos direitos humanos. São experiências que refletem novas formas de nomear o pertencimento a comunidades políticas e se tornam exemplos de estratégias de desobediência[147] construídas

[147] Como estratégias de "desobediência" cotidiana a autora cita como exemplo os casamentos firmados entre nacionais e migrantes com o objetivo de regularização destes no país, o cruzamento de fronteiras físicas, contratos de trabalho fictício, entre outras.

cotidianamente, que ultrapassam limites fronteiriços e extrapolam noções do que consideramos como manifestação política.

Sobre as práticas de resistência de migrantes, Varela Huerta (2013) cita exemplos de mobilização, quais sejam: as caravanas migrantes na América Central; as mobilizações de 2006 e 2007 reivindicando uma reforma migratória nos Estados Unidos; o movimento dos *Sin Papeles* na França; organizações e associações de trabalhadores migrantes latino-americanos, entre outros (*idem*, 2013). No Brasil, dentre várias iniciativas existentes, encontramos grupos voltados para a causa de refugiados, das mulheres migrantes, além de diversas associações focadas na valorização cultural e artística dessas comunidades.

Diante desses exemplos de mobilização, Varela Huerta (2013; 2015) defende a existência de uma "sociologia das lutas migrantes", caracterizada por processos tênues de reivindicação, levantados, geralmente, por pequenas organizações que existem sob a lógica dos movimentos sociais, mas também por estratégias de "desobediência" cotidianas", que desafiam normas vigentes. De acordo com a autora,

> As lutas migrantes são mobilizações políticas cidadãs – ainda que protagonizadas por "não cidadãos" ou pessoas que permanecem clandestinizadas por leis que extrangerizam sujeitos "não nacionais" -, que tem como principais reivindicações o efetivo exercício e reconhecimento do direito ao asilo político e a liberdade de circulação, ambos direitos humanos universalmente reconhecidos (VARELA HUERTA, 2015, p. 2).

Para ela, as lutas migrantes constituem um novo tipo de movimento, que "constrói novas formas de cidadania, apesar de seus membros carecerem de reconhecimento legal como sujeitos de direito" (VARELA HUERTA, 2013, p. 215). A autora expõe que é possível perceber que o regime global de fronteiras constrói, em vários locais, mecanismos que excluem milhares de pessoas, tornando-as sujeitos sem direitos. Em razão disso, migrantes se organizam de diversas maneiras para lidar com essas e outras situações de vulnerabilidade. Ao se inserir nessa teia de mobilizações e luta, a autora defende que "somos muitos, temos muitas estratégias, vencemos cotidianamente muitas fronteiras

internas e externas, transbordamos os limites do instituído e nos tornamos menos racistas. Essas lutas precisam ser contadas." (*idem*, 2013, p. 214).

Referências

BBC NEWS. Entenda a polêmica sobre a política que separava famílias de imigrantes ilegais nos EUA. 2018. Disponível em:< https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44584132> Acesso em 05 de ago. de 2019.

BRASIL, Ministério da Justiça. Portaria nº 666, de 25 de julho de 2019.

COSTA, Sérgio. Redes sociais e integração transnacional: problemas conceituais e um estudo de caso. Política & Sociedade, v. 2, n. 2, p. 151-174, 2003.

O GLOBO. Líderes populistas reforçam discurso anti-imigração após o ataque em Berlim. 2016. Disponível em: < https://oglobo.globo.com/mundo/lideres-populistas-reforcam-discurso-anti-imigracao-apos-ataque-em-berlim-20673224> Acesso em 05 de ago. de 2019.

MARINUCCI, Roberto. Mobilizações de migrantes e refugiados: as lutas pela visibilidade e pelo reconhecimento. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 24, n. 4, p. 7-10, 2016.

MÁRMORA, Lelio. Modelos de gobernabilidad migratoria. La perspectiva política en América del Sur. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 18, n. 35, 2010.

MEZZADRA, Sandro. Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. Revista ECO-Pós, v. 15, n. 2, p. 70-107, 2012.

NUNES, J. Polícia investiga incêndio em casa de imigrantes venezuelanos em Boa Vista. EBC, 2018. Disponível em:< http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-02/policia-investiga-incendio-em-casa-de-imigrantes-venezuelanos-em-boa-vista > Acesso em 06 de ago. de 2019.

RODRIGUES, A. Roraima pede ao STF fechamento da fronteira com a Venezuela. EBC, 2018. Disponível em: < http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/roraima-pede-ao-stf-que-determine-fechamento-da-fronteira-com-venezuela > Acesso em 06 de ago. de 2019.

VARELA HUERTA, Amarela. Movimientos Sociales Protagonizados por Migrantes: Cuatro Postales desde México, España, Francia Y Estados Unidos. Journal of Transborder Studies, 2015.

VARELA HUERTA, Amarela. Por el derecho a permanecer ya pertenecer: una sociología de la lucha de migrantes. Traficantes de Sueños, 2013.

MIGRAÇÃO EM CUIABÁ
histórias de superação de Árabes, Haitianos e Venezuelanos[148]

Adriana Auxiliadora da Silva[149]

Viviane Braz Nogueira[3]

***Resumo**: Este trabalho tem por objetivo compreender as causas que levaram imigrantes de diversos países, especificamente árabes, haitianos e venezuelanos, a deixarem seus locais de origens, suas famílias, e revelar o acolhimento e preconceitos sofridos na cidade de Cuiabá-MT, mas acima de tudo mostrar suas histórias de superação. E para compreendermos este processo vamos trazer a baila, Campos(2019), Brandão (2007), Pinto (2010), Souza e Zolin-Vesz (2018), compreendendo como as migrações tanto dos árabes, como dos haitianos e dos venezuelanos se estabeleceram aqui. Para tal buscou-se uma pesquisa qualitativa de cunho interpretativo documental, pois esta foi realizada através de recortes de jornais on-line, sendo que os dados foram analisados sob o olhar da Linguística Aplicada. Dessa maneira, observamos por meio dos relatos dos migrantes como foi o acolhimento recebido na supracitada cidade e se os mesmos conseguiram se estabelecer na capital.*

***Palavras-chave:** Migração. Integração Social. Superação.*

---

[148] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[149] Professora da SEDUC/MT / Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, E-mail: profadrianacefapro@gmail.com

[3] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, E-mail: viviannebraznogueira@gmail.com

1. Considerações Iniciais

Este trabalho consiste em uma investigação sobre as migrações na cidade de Cuiabá-MT, com intuito de compreender as causas que levaram imigrantes de diversos países, especificamente árabes, haitianos e venezuelanos, a deixarem seus locais de origens, suas famílias, e revelar o acolhimento e preconceitos sofridos na supracitada cidade, mas acima de tudo mostrar suas histórias de superação.

Dessa forma, é fácil observar que nos últimos anos os estudos sobre migração começaram a ganhar maior visibilidade, principalmente se levarmos em consideração a grande leva de imigrantes saindo de seus países em busca de melhores condições de vida. Esse fato não quer dizer que não houvesse estudos nessa área, pois sabemos que desde o final do século XIX, o Brasil recebe imigrantes de países europeus e do oriente, porém com o avanço da crise econômica na Venezuela, o terremoto que devastou o Haiti e os constantes conflitos na Síria, são fatores que favoreceram que um enorme grupo de pessoas buscassem refúgio e abrigo em terras brasileiras.Nesse sentido, constata-se ainda, que não é de hoje que a cidade de Cuiabá tem sido ponto de chegada de muitos imigrantes,com destaque para os árabes, além dos Haitianos e dos Venezuelanos, ficando conhecida como cidade acolhedora e hospitaleira.

Assim, para o levantamento dos dados aqui apresentados buscamos uma pesquisa qualitativa de cunho interpretativo documental pautada em recortes de reportagens de jornais on-line, sendo que os dados foram analisados sob o olhar da Linguística Aplicada. Para tal separamos três reportagens do seguintes jornais: Olhar Digital e RDNews, além de teóricos que trazem a história das migrações como, Brandão (2007), Campos(2019), Pinto (2010), Souza e Zolin-Vesz (2018), entre outros estudiosos da área.

2. Considerações Teórico-Metodológicas e Resultados preliminares

A sociedade atual observa com certa perplexidade o ininterrupto e forçado processo migratório ocasionado por guerras, desastres climáticos e crises econômicas. Percebe-se, então, que este fluxo migratório suscita muito debate, pois,muitas pessoas migram na esperança de encontrar refúgio, e principalmente buscam por uma uma vida mais digna, no entanto, nem sempre esses indivíduos encontram a acolhida que tanto esperam, muitas vezes são vistos como inimigos e invasores.É oportuno ressaltar que de acordo com Batista (2009) as migrações não podem ser tratadas apenas como uma,

> [...] simples transferência de uma comunidade política para outra, mas de todo um processo de inclusão e aceitação em outro território e no seio de outra comunidade política, nem sempre receptiva ou disposta a aceitar novos membros em suas atividades econômicas, políticas, sociais, culturais etc.

Diante dessas observações, Souza e Zolin-Vesz(2018) pontuam que a grande presença de imigrantes em terras brasileiras, parece ser impulsionada pela concepção, construída historicamente, de que o Brasil é um país acolhedor para todos, sendo lugar de refúgio, e terra de oportunidades. Neste contexto, os fluxos migratórios em direção ao Brasil tiveram diferentes funções e características a depender de suas razões, dos povos que para cá migraram e da temporalidade.

Nesse caso, determinados acontecimentos, ocorridos em especial ao longo do século XIX, podem ser considerados constituintes das condições que permitiram a irrupção de um Brasil como "terra de todos". Essas construções discursivas nos levam para uma constituição romântica que conforme Campos (2019) foram elaboradas no intuito de mascarar o processo de colonização brasileiro, de que esta nação é um país acolhedor, ficando evidente que esta ideia foi socialmente construída, na tentativa de amenizar um período de sofrimentos e torturas (CAMPOS, 2019).Brandão(2007, p. 45) assinala ainda que,

> [...] na trajetória do migrante existe uma intersecção entre dois pontos, o de partida e o de chegada, o vetor da direção pode inverter-se e adquirir uma perspectiva de retorno. Para que haja imigrante é preciso que haja emigrante, um ser social cuja ausência é sentida em sua terra natal em função do seu deslocamento.

Dessa forma, apesar de todos os obstáculos, os imigrantes foram reestabelecendo suas relações pessoais dentro da sociedade no qual foi inserido, tornando o Brasil uma terra miscigenada. Para além de tantas histórias, a migração árabe, haitiana e venezuelana também fazem parte deste processo.

No que se refere aos aspectos metodológicos, optamos por uma pesquisa qualitativa com abordagem interpretativa que "são guiadas por um conjunto de crenças e de sentimentos em relação ao mundo e ao modo como este deveria ser compreendido e estudado" (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.76). Ressaltamos também que esta pesquisa ainda é considerada documental, isto é, os documentos analisados podem ser dos mais diversos tipos, podendo ser fotografias, filmes ou jornais, etc (GIL, 2008).

Iniciamos esta pesquisa com uma busca por reportagens que tratavam das migrações na cidade de Cuiabá-MT. Após as leituras, fizemos o recorte de três entrevistas, no qual contam com depoimentos de imigrantes que receberam apoio do Centro de Pastoral para Migrantes de Cuiabá, fundado no dia 17 de agosto de 1980, com intuito de ajudá-los a regulamentar a situação no país, encaminhá-los para entrevistas de emprego, e possibilitar a oportunidade de reconstrução da vida.

Notamos que muitos desses imigrantes fogem das guerras, perseguições políticas e religiosas, das dificuldades econômicas enfrentadas nos países de origem, ou seja, fogem da miséria, da falta de comida, da falta de emprego, que os obrigam a enfrentarem situações perigosas e precárias durante a viagem para outros países, como nos mostra a entrevista ao jornal Olhar Direto (2018) da Venezuelana R. R, 46 anos, que ao chegar com um grupo de venezuelanos a Cuiabá-MT relata, *"[...] porque só queríamos um prato de comida, uma cama para dormir e essa é uma casa de verdade, se não fosse isso uns iriam morrer de*

*fome, [...]" (*Olhar Direto, 2018). Nesta perspectiva, as reportagens reforçam a ideia de Brasil como "*terra de todos*" e Cuiabá como cidade acolhedora e receptiva, na qual as instituições governamentais e não-governamentais tendem a garantir direito à cidadania e integração social dos imigrantes. R. R destaca ainda *que "[...] o recebimento foi lindo, [...]. Chegamos aqui e nos sentimos em uma casa de verdade [...]" (*Olhar Direto, 2018).

Com isso,constatamos também que a migração árabe também fez parte deste processo e a cidade de Cuiabá foi refúgio para os imigrantes que procuravam trabalho e um lugar onde houvesse harmonia para viverem e professarem sua fé. Assim, em entrevista ao jornal Olhar Direto (2017) o casal *L. A., 53, e M.M, 54, vindos Sudão, mas vivendo Cuiabá há cinco anos, relatam sua história de superação após a perca do filho Mobarak em decorrência de um câncer. O casal decidiu ficar na capital mato-grossense, e destacam, "Tem um pedaço nosso que está aqui, não podemos sair".* Histórias como estas reafirmam a 'narrativa mestra' de Pinto (2010), em que ele pondera que os migrantes árabes foram expulsos de sua *terra natal, vieram para o Brasil, foram acolhidos e se integraram a sociedade local.*

Em contrapartida também, encontramos depoimentos que mostram os preconceitos sofridos por imigrantes, ficando evidente que os sonhos muitas vezes idealizados pelos estrangeiros, nem sempre correspondem à realidade, como retrata um cartaz produzido na oficina do projeto Idiomas sem Fronteira: português para estrangeiros, na UFMT, *"O problema que eu tenho, às vezes, é que alguns brasileiros tratam nós haitianos muito mal. Eles não nos entendem, mas tem aqueles que nos respeitam muito"* (G1 MT, 2018).

Desta maneira, as análises preliminares mostram que mesmo com todos os problemas enfrentados, os estrangeiros pesquisados acreditam em um futuro melhor, no qual possam viver e trabalhar dignamente e quem sabe sonhar com um possível retorno a terra natal.

Referências

BATISTA, V. O. O fluxo migratório mundial e o paradigma contemporâneo da segurança migratória. Revista Versus, v. 3, p. 28-78, 2009.

BRANDÃO, G. A. Sírios e libaneses em Cuiabá. imigração, espacializações e sociabilidade. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007. 144p.

BRUNO, Vinicius. Local de esperança, Cuiabá é escolhida por imigrantes como refúgio contra miséria. RD News – Portal de Notícias de MT. Cuiabá, 08 Abr 2018. Disponível em:https://www.rdnews.com.br/economia-e-agronegocio/conteudos/98052 . Acesso em: 15 AGO 2019.

CAMPOS, Gustavo Barreto de. Dois séculos de imigração no Brasil: imagem e papel social dos estrangeiros na impressa; volume 1.- 1.ed. – Curitiba: Appris, 2019. 233p.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

FÁVARO, Thais.Centro de Pastoral para Migrantes reúne histórias de luta e superação. Olhar Direto. Cuiabá, 26 Dez 2018. Disponível em:https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=452326&noticia=centro-depastoral-para-migrantes-reune-historias-de-luta-e-superacao. Acesso em: 15 AGO 2019.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural. Série: Imigrantes no Rio de Janeiro. Vol.3. Cidade Viva, 2010.

SOUZA, André. Imigrantes estrangeiros externam preconceito sofrido por eles em cartazes na UFMT: 'Muitos brasileiros são racistas'. G1 MT Globo.com. Cuiabá, 21 SET 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/09/21/imigrantes-estrangeiros-externam-preconceito-sofrido-por-eles-em-cartazes-na-ufmt-muitos-brasileiros-sao-racistas.ghtml . Acesso em: 15 AGO 2019.

SOUZA, Daniele & Zolin-Vesz, Fernando .Da hospitalidade à intolerância ao migrante árabe: construções Discursivas sobre um mesmo Brasil.Trabalho. Linguística Aplicada, Campinas, n(57.2): 877-893, mai./ago. 2018

MERCURE, Isabela. Casal sudanês abre lanchonete árabe em Cuiabá em homenagem a filho que morreu de câncer.Olhar Direto. Cuiabá, 27 de AGO 2017.https://www.olhardireto.com.br/conceito/noticias/exibir.asp?id=13904&noticia=casal-sudanes-abre-lanchonete-arabe-em-cuiaba-em-homenagem-a-filho-que-morreu-de-cancer. Acesso em: 26 AGO 2019.

MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE REAÇÃO ULTRACONSERVADORA

analisando a decisão brasileira de abandonar o Pacto Global para Migração[150]

MIGRATION AND HUMAN RIGHTS IN TIMES OF ULTRA-CONSERVATIVE REACTION:

Analyzing the Brazilian decision to abandon the Global Compact for Migration

Guilherme Antunes Ramos [151]

***Resumo**: O trabalho analisa a decisão brasileira anunciada em tempos recentes de se abandonar os esforços direcionados à construção de um Pacto Global para Migração, iniciativa capitaneada pelas Nações Unidas objetivando conferir um tratamento da questão migratória a partir de uma dimensão humanitária. Partindo-se do entendimento de que o direito à migração pode ser compreendido como um direito humano, pretende-se indagar de que maneira a decisão brasileira apresenta-se como um significativo revés em se tratando da construção de uma política migratória mais humana, que considera e promove os direitos dos migrantes. Compreende-se que a referida decisão deve ser pensada dentro de um contexto mais amplo de reação ultraconservadora que vem se operacionalizando no Brasil e que culminou, nas últimas eleições, no fortalecimento de partidos e figuras de extrema-direita, os quais são, nos dias de hoje, os principais responsáveis pela articulação e formulação de políticas migratórias. Trata-se de um estudo sobre as migrações em tempos de reação ultraconservadora.*

***Palavras-chave:** Pacto Global para Migração. Direitos Humanos. Política migratória brasileira.*

---

[150] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019

[151] Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI), vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: guilhermeramos.ir@gmail.com.

1. Introdução

A temática das migrações internacionais tem suscitado debates cada vez mais acentuados, tanto a nível de produções acadêmicas, quanto em termos de senso comum. Contribui para o renovado interesse nesse tema o incremento geral de fluxos migratórios que vem ocorrendo em escala global desde a segunda metade do século XX (UEBEL, 2016). No Brasil, as migrações internacionais tem atraído um interesse destacado sobretudo devido à chegada recente de contingentes significativos de migrantes oriundos principalmente da Vezenuela, país limítrofe que atualmente atravessa por uma situação interna conflituosa. Fato é que, em tempos recentes, as migrações internacionais se tornaram um tópico altamente debatido e controvertido, mobilizando posicionamentos dissonantes que invocam diferentes possibilidades de coexistência entre as populações de acolhimento e os migrantes. Tal diversidade de posições igualmente se reflete na formulação/implementação de políticas públicas, as quais podem abordar a temática das migrações desde o ponto de vista humanitário, objetivando consagrar a promoção de direitos aos migrantes, até o ponto de vista securitizador, que enxerga no migrante um indivíduo que se apresenta como uma ameaça à segurança nacional, além de um potencial fraudador do sistema de seguridade social (BRANCANTE, REIS, 2009).

O trabalho analisa de que maneira o Brasil vem lidando com a questão das migrações internacionais, através da coordenação de esforços destinados a endereçar dito tópico. Considera-se que nos últimos anos o Brasil veio desenvolvendo uma política migratória relativamente humanizada se comparada a outras nações, na medida em que se implementou no país uma série de medidas direcionadas a facilitar o ingresso do imigrante e regularizar sua situação interna, o que permitiu que essas populações pudessem acessar direitos e superar uma situação de extrema vulnerabilidade. Não obstante, reconhece-se que, na atualidade, o país tem promovido uma inflexão em sua

política migratória, tratando dessa questão menos sobre o prisma humanitário/do acesso a direitos humanos e mais segundo uma lógica securitizadora. Aventa-se a hipótese de que essa mudança substantiva do posicionamento brasileira acerca da questão migratória mantém estreito vínculo com um fenômeno em curso no país, qual seja, o fortalecimento de uma ideologia ultraconservadora que, desde as últimas eleições ocorridas em 2018, adentrou com afinco os principais campos poíticos e instâncias decisórias através de ganhos eleitorais. Com efeito, especula-se que a reorientação do país no que tange ao tratamento da temática das migrações internacionais alude à nova ideologia prevalecente dentre os principais *policy makers* e parte significativa de seu eleitorado.

Em termos metodológicos, salienta-se que o trabalho proposto configura-se em um notório estudo de caso, visto que analisa o macro processo de inflexão na política migratória brasileira a partir de uma decisão em específico, qual seja, a decisão de abandonar o Pacto Global para Migração. Considera-se ser dita iniciativa um dos principais esçorços depreendidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) direcionados ao tratamento da questão migratória sob a ótica humanitária. Avalia-se que o Pacto Global para Migração aposta na cooperação internacional como fórmula para que os países possam melhor erigir suas políticas migratórias domésticas, objetivando não apenas ordenar os fluxos migratórios, mas acima de tudo promover os direitos humanos dos indivíduos e coletivos migrantes (NAÇÔES UNIDAS BRASIL, 2018). Trata-se de um empreendimento alinhado a iniciativas prévias despendidas no âmbito do Sistema ONU direcionadas a efetivamente garantir o acesso de direitos às populações migrantes e argumentar em favor do posicionamento de que os migrantes devem ser alvos não de políticas restritivas, mas de ações que reconheçam sua dignidade e seus direitos.

Admite-se ainda que a nova reconfiguração da política migratória brasileira articula-se também aos objetivos e princípios que norteiam a atuação do país no cenário internacional. Conforme pontua a autora Rossana Reis, as formas pelas quais o Brasil lidou

com o tema das migrações internacionais nos anos anteriores associava-se ao "objetivo de defender e assegurar o protagonismo do país em fóruns regionais e multilaterais, dentro de um contexto internacional em que o tema é cada vez mais importante e controverso" (2011, p. 49). De semelhante forma, pode-se argumentar que o posicionamento atual deriva de uma nova leitura do sistema internacional e de uma ressignificação das preferências nacionais a serem internacionalmente perseguidas e dos princípios e parcerias que balizarão o comportamento externo brasileiro. Nesse sentido, a inflexão na política migratória corresponderia igualmente a uma inflexão em política externa.

2. Estrutura do trabalho

Propõe-se a subdivisão do trabalho em duas partes. A primeira delas proporá uma reconstituição da política migratória brasileira nos anos mais recentes, procurando associá-la aos posicionamentos e ideias internacionalmente defendidos pelo Brasil; a segunda atentará mais particularmente para a análise da decisão brasileira de abandonar o Pacto Global para Migração, buscando enfatizar a descontinuidade que tal decisão representa tanto em termos de política migratória interna quanto em se tratando de uma nova leitura do país sobre o sistema internacional e dos itens que comporão as prioridades da agenda brasileira no cenário externo.

3. Resultados esperados

Espera-se, por intermédio desse trabalho, situar a decisão brasileira de abandonar o Pacto Global para Migração a partir de uma redefinição do cenário político doméstico, com significativas repercussões sobre a maneira pela qual o país lida e interpreta a questão

das migrações internacionais. Essa nova leitura brasileira sobre o tema conduziria, finalmente, a uma revisão da participação do país em tratativas internacionais que, segundo a avaliação dos novos decisores, não promoveria um tratamento das migrações internacionais consoante o novo entendimento. Trata-se, em última instância, de um trabalho que analisa uma decisão recente de política externa buscando contrastá-la com uma política anterior, a fim de argumentar que a inflexão da política migratória brasileira pode ser apontada como um caso ilustrativo de que a política externa do país não está completamente apartada de mudanças operacionalizadas no cenário político doméstico, à diferença do que postulam autores que apostam na continuidade da política externa brasileira a despeito de alterações conjunturais na situação interna do país.

Referências

BRANCANTE, P.; REIS, R. A "Securitização da imigração": mapa do debate. Lua Nova, São Paulo, v. 3, n. 77 p. 73-104, 2009.
Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ln/n77/a03n77.pdf>. Acesso em 29 ago. 2019.

NAÇÔES UNIDAS BRASIL. Assembleia Geral da ONU adota oficialmente Pacto Global para a Migração. 2018. Disponível em: https://nacoesunidas.org/assembleia-geral-da-onu-adota-oficialmente-pacto-global-para-a-migracao/. Acesso em 29 ago. 2019.

REIS, R. A Política do Brasil para as Migrações Internacionais. IN: CONTEXTO INTERNACIONAL – vol. 33, n. 1, janeiro/junho 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cint/v33n1/v33n1a03.pdf. Acesso em 29 ago. 2019.

UEBEL, R. A MUDANÇA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA IMIGRANTES E REFUGIADOS: O CASO DA IMIGRAÇÃO HAITIANA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI. IN: *Barbarói, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n.47, p.<22-43>, jan./jun. 2016.*
Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/9562/5996>. Acesso em 28 ago. 2019.

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E O CONTINENTE AFRICANO

o histórico colonialista como base para os estudos sobre os fluxos migratórios em África[152]

MIGRATORY MOVEMENTS AND THE AFRICAN CONTINENT:

colonialist history as the basis for studies on migratory flows in Africa

Fabiana Lemos Sant'Ana[153]

***Resumo**: Os estudos relacionados aos movimentos migratórios, tanto da migração econõmica quanto de refúgio, devem levar em consideração contextos, espaciais e temporais, para uma análise real, não apenas imediata de uma situação. Esse é o caso dos deslocamentos que acontecem no continente africano, internos ou externos, que revelam as particularidades que devem ser levadas como base para os estudos relacionados ao tema. É o que objetiva esse trabalho, compreender a partir das relações colonialistas, um passado de espoliações, subjulgações e dependencia, que propiciou um campo de desmontes, nas recentes repúblicas criadas após os processos de descolonização. Ou seja, um histórico que influencia totalmente seu presente consequentemente também nos fenômenos migratórios da atualidade.*

***Palavras-chave**: África. Colonização. Imigração. Refúgio.*

---

[152] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[153] Mestranda no programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: fabianalemos@rocketmail.com.

1. Teorias migratórias e o continente africano

Estudar sociedades do continente africano possui relações particulares e específicas. Embora haja movimento constante para países europeus, em detrimento da demanda de força de trabalho, bem como, os grandes movimentos dados pela questão do refúgio, é preciso ter em mente que as teorias apresentadas sobre migração puras não caberiam em sua totalidade. O trabalho tem por objetivo fazer uma breve análise das estruturas colonialistas que desencadeiam em um grande fluxo de movimentos migratórios no continente africano, na busca em entender a complexidade dos estudos sobre emigração, imigração e refúgio nos países desse continente.

Tomamos como base Santos *et al.* (2010) que faz um apanhado das principais abordagens relacionadas à migração, apontando dois níveis de análise: micro e macro. Com uma perspectiva econômica para os movimentos migratórios, mostra que, no aspecto das teorias micro tem como principais motivações o indivíduo, a família e o domicílio, e no macro, os "aspectos conjunturais das regiões de origem e destino do migrante". Dentro das principais abordagens teóricas os autores concluem que:

> [...] Não se crê na possibilidade de construção de uma única teoria sobre migração que venha, de alguma forma, abarcar todos os fragmentos teóricos já produzidos. Toda análise do comportamento humano está sempre condicionada a um contexto específico, espacial e temporal, no qual esse comportamento ocorre. Dessa forma, uma abordagem teórica que seja extremamente útil para se compreender a migração de uma região A para uma região B em um tempo específico pode nada explicar - ou explicar pouca coisa - dos movimentos migratórios da região A para uma região C. Em síntese, o que se pode fazer para entender determinados movimentos migratórios é utilizar todo o arcabouço teórico já produzido que, de certa forma, explique o que está acontecendo dentro do contexto analisado. Para isso, muitas vezes haverá a necessidade de que as estruturas de análise sejam adaptadas e que novos conceitos e tipos de abordagem sejam criados (SANTOS *et al*., 2010, p. 65).

Assim sendo, teorias que apresentam as perspectivas do fenômeno migratório demandam que se leve em consideração os diferentes contextos. O trabalho, por exemplo,

tem ocupado a centralidade dos principais discursos pesquisados, tanto nas vertentes micro e macro dentro das questões migratórias, contudo, é basilar compreender também as especificidades do refúgio, já que esses deslocamentos tem se tornado cada vez mais presentes na contemporaneidade, e a centralidade do mesmo é a própria sobrevivência, embora que, mesmo dentro da própria categoria refugiado essas diferenciações (micro e macro) venham acontecer.

Para analisar a questão do refúgio, a guerra, segundo Jubilut (2007), é "o principal motivo prático" ao se pensar a questão. No continente africano os conflitos internos têm sido constantes. Jubilut (2007, p. 144) encara os conflitos internos como a guerra do século XX, estes têm suas influências nas discussões atuais, a inconstância e a instabilidade dos países poderiam ser justificadas pelas imaturas repúblicas que se criaram pós-processo de descolonização nos anos 60, recentes, após o período de grande exploração colonial.

Contextualizando África (FIG. 1), é o terceiro maior continente em termos de extensão, com seus 54 países é o segundo continente mais populoso do mundo, possui uma grande diversidade ao longo dos 30 290 063 km² de superfície, tanto em aspectos físicos, geomorfológicos, com abundância de rios, florestas e desertos, uma riqueza de biodiversidade, e uma multiplicidade cultural, política, étnica e social. Ao longo dos séculos o continente passou por um processo de apagamentos, como aponta M'Bow (2010, p. XXI) ao afirmar que "mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África". Toda a diversidade do continente se resumiu em mercadoria, seu conhecimento e sua história estiveram ligadas a não-produção, e toda a informação presente e popularizada sobre o continente eram validadas por fontes externas, muitas vezes de forma depreciativa. Atualmente, novas pesquisas, novas epistemes, métodos e metodologias trazem novas descobertas e um mundo revelador nesse continente diverso de riquezas não somente naturais, mas, também, nas estruturas sociais, culturais e históricas.

FIGURA 1 – Mapa África.



FONTE – ArcGIS 10.2 – Word Data (2013).
AUTOR – SILVEIRA, Fábio Jacob. Elaboração nossa.

Para refletir sobre África e africanos passamos pela análise tanto individual quanto conjunta sobre a decisão de migrar e, mesmo que pessoal, isso se daria através de uma conjuntura estrutural. Essa relação estrutural que é principalmente econômica e/ou por conflitos e guerras atualmente, parte anteriormente de relações bem mais complexas, não excluindo a econômica e/ou outros fatores, essas relações também são de colonização. Parte de um histórico de dependência que se baseia na exploração, na subjugação, a partir daí, na inferiorização de outros povos. Além de expropriar, a colonização teve em sua base a relação racial, que sobrepôs e impôs ao outro um modelo cultural, econômico, intelectual e social fundamentado numa visão de superioridade eurocentrada (CÉSAIRE, 2010). Tudo o que pertencia ao outro, outras raças, foram considerados incivilizados e passíveis de

destruição e roubo (FANON, 2015). É a partir disso que percebemos que tanto a imigração econômica quanto o refúgio (ou esses, concomitantes) são oriundos das mesmas causas (relações colonialistas) e os deslocamentos dados pelas mesmas consequências (fome, doenças, conflitos étnicos e religiosos, governos ditatoriais, guerras), em alguns locais mais intensificados (por isso o refúgio) definidos principalmente pela presença intensa de conflitos, em outros menos (migração econômica), travestidos até de tradição de migração em algumas comunidades, ou no "desejo" ou "sonho" de viver na Europa ou nos países desenvolvidos, dados pelo baixo desenvolvimento socioeconômico dos locais de origem.

Grande parte dos países do continente, mesmo após os processos de descolonização, experienciam novas formas coloniais (neocolonialismo), ainda passam por explorações contínuas de suas riquezas pelas grandes potencias mundiais (novos imperialismos). Wesseling (1998) aponta todo o processo de partilha da África, a conquista do continente, que em tese não perdurou nem um século, no entanto deixou marcas, conseqüências até os dias atuais, modelos do passado e ainda presentes que continuam espoliando e destruindo brutalmente, que mantém o controle, e fomentam o descontrole das sociedades, apresentando seus reflexos também nos fenômenos migratórios.

2. Considerações Finais

Se considerarmos, portanto, apenas pelo viés econômico, social ou político momentâneo, podemos não entender toda a complexidade que envolve os estudos migratórios nos países do continente africano, principalmente se não levar como fio condutor o histórico colonial e suas consequências. Esse trabalho que é parte dos estudos que culminará em uma dissertação de mestrado, se baseia nos momentos de leituras bibliográficas e diálogos iniciais com imigrantes e refugiados, apontando que essas ideias se esbarraram, as teorias migratórias e de refúgio se tornam complementares dentro dos

múltiplos olhares possíveis a partir da pesquisa que tem por base a própria história da África.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Estranhos à nossa porta. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BECKER, O.M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I.E. et al. (orgs).Explorações Geográficas:percursos no fim do Século. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 320 –367

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Trad.: Anísio Garcez Homem. Letras Contemporâneas, 2010.

DIAKITÉ, Mamadou. "Usar el miedo y decir a los migrantes que morirán en el mar no es una buena estrategia: sus motivos son más fuertes". *Entrevista* - María Rodríguez - Bamako (Mali), 25/12/2018 - 21:05h. Disponível em: <https://www.eldiario.es/desalambre/Usar-estrategia-motivaciones-empujan-fuertes_0_849715200.html>. Acesso em: 06 mai 2019.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOCHSCHILD, Adam. O fantasma do Rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial. São Paulo: companhia das letras, 1999.

MBEMBE, Achille. África é a última fronteira do capitalismo. Entrevista. António Guerreiro (texto) e Miguel Manso (fotografia) 9 de Dezembro de 2018, 7:18. Disponível em: < https://www.publico.pt/2018/12/09/mundo/entrevista/africa-ultima-fronteira-capitalismo-1853532>. Acesso em: 06 mai 2019.

_____. Crítica da Razão Negra. Ed.: N-1, 1ªedição, 2018.

_____. Necropolítica: Biopoder, Soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

_____. Os africanos devem se livrar do desejo da Europa". Revista ihu on-line, 15 Fevereiro 2019. Disponível em: < http://www.ihu.unisinos.br/586697-os-africanos-devem-se-livrar-do-desejo-da-europa-artigo-de-achille-mbembe>. Acesso em: 06 mai 2019.

M'BOW, M. Amadou Mahtar. PREFÁCIO Diretor Geral da UNESCO (1974-1987). História geral da África, I: Metodologia e pré -história da África. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. Disponível em: < http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese_pdf_only/ >. Acesso em: 06 mai 2019.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. 22° ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração: os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.

TANNURI, M. R. P. Refugiados congoleses no rio de janeiro e dinâmicas de “integração local”: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/758240.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

TONDA, Joseph. "Las máquinas del capitalismo difunden una Europa utópica que empuja a muchos africanos a arriesgar su vida en el mar". *Entrevista* - María Rodríguez, 17/08/2018 - 19:43h. Disponível em: <https://www.eldiario.es/desalambre/Entrevista-Joseph-Tonda-construcciones-migrantes_0_804220144.html>. Acesso em: 06 mai 2019.

WESSELING, H. L. Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998. 2ª Ed. 2008, 1ª reimpressão, 2015.

PERFIL, TRAJETÓRIAS E SAÚDE DE SOLICITANTES DE REFÚGIO ATENDIDOS PELA CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DO RIO DE JANEIRO ENTRE 2016 E 2017[154]

PROFILE, TRAJECTORIES AND HEALTH OF ASYLUM SEEKERS ASSISTED BY CÁRITAS ARQUIDIOCESANA OF RIO DE JANEIRO BETWEEN 2016 AND 2017

João Roberto Cavalcante [155]
Raquel Proença [3]
Ignacio Cano [4]
Anete Trajman [5]
Eduardo Faerstein [6]

***Resumo**: O objetivo deste estudo foi analisar, entre solicitantes de refúgio atendidos pela Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (Cáritas-RJ) em 2016 e 2017, o perfil sociodemográfico, as trajetórias de migração e algumas condições de saúde autorrelatadas. Foi realizado um estudo transversal que utilizou dados secundários, constantes de 738 formulários referentes ao período de estudo, preenchidos na Cáritas-RJ. Foram identificados 45 países de nascimento, havia predomínio de solicitantes de refúgio e 20,3% relataram serem apátridas. A maior parte, 62,7%, era do sexo masculino, 96,9% adultos, com idade média de 30,2 anos, 73,5% solteiros, 86,9% com ensino médio ou superior e apenas 4,4% desempregados no país de origem antes da vinda para o Brasil. Entre os motivos para solicitação de refúgio, destacaram-se possuir fundado temor de perseguição por opinião política, por violação de direitos humanos e por correr risco de ser vítima de tortura. Para chegar ao Brasil, 78,8% viajaram somente de avião. 11,2% afirmaram ter alguma doença ou*

---

[154] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[155] Doutorando em saúde coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, joao.rcs@hotmail.com
[3] Doutoranda em saúde coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, raquelproencaufrj@gmail.com
[4] Doutor em sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ignaciocano62@gmail.com
[5] Doutora em clínica médica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, atrajman@gmail.com
[6] Doutor em epidemiologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, efaerstein@gmail.com

agravo, sendo as mais frequentes hipertensão arterial, asma, HIV/aids, diabetes, alergia, anemia, doença cardíaca e dorsalgias. Apenas 2,2% relataram fazer algum tratamento médico ou psicológico; 2,0% revelaram deficiências físicas, 0,6% deficiências auditivas e 6,0% deficiências visuais. Recomenda-se que essa população seja uma das prioridades das ações de equipes de saúde, entre outros setores.

Palavras-chave: *Refugiados. Saúde Global. Saúde Coletiva.*

1. Introdução

O campo de estudo das migrações forçadas propõe definições de subcategorias, a saber: refugiados, solicitantes de refúgio e deslocados internos. A Convenção da Nações Unidas de 1951, além de ter criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) da Organização das Nações Unidas (ONU), definiu que um refugiado "é alguém que temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país" (UN, 1954). Solicitantes de refúgio "são os indivíduos que já realizaram a migração internacional e pretendem ser admitidos no país de destino como refugiados e estão aguardando a decisão sobre o seu pedido de refúgio nos termos dos instrumentos internacionais e nacionais pertinentes" (IOM, 2004). Por sua vez, deslocados internos, "são indivíduos com razões de migração semelhantes às dos solicitantes de refúgio e refugiados, mas que não atravessaram uma fronteira internacional ainda, ou seja, estão se deslocando dentro do seu país de origem" (UNHCR, 2018).

O último relatório anual "Tendências Globais" do ACNUR, publicado em 2018, com dados de 2017, informa que existem 68,5 milhões de migrantes forçados no mundo, sendo 25,4 milhões de refugiados, 3,1 milhões de solicitantes de refúgio e 40 milhões de

deslocados internos (UNHCR, 2018). É a maior crise de migrantes forçados desde a segunda guerra mundial (UNHCR, 2018).

No Brasil, de acordo com os dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) do Ministério da Justiça, entre 2010 e 2017, um total de 10.145 indivíduos, de 82 nacionalidades diferentes, receberam status de refugiados, sendo que 52% residem atualmente em São Paulo, 17% no Rio de Janeiro e 8% no Paraná (CONARE, 2018). Os países de origem mais frequentes entre os refugiados reconhecidos no Brasil em 2017 permaneceram sendo a Síria, República Democrática do Congo (RDC), Paquistão, Palestina e Angola, assim como em 2016 (CONARE, 2018). Em 2017, houve 33.866 novas solicitações de refúgio, representando um aumento de 228% em relação a 2016 (UNHCR, 2018). Há atualmente 86.007 solicitações de refúgio acumuladas aguardando avaliação e decisão do CONARE (CONARE, 2018).

A migração pode ter impacto negativo direto nas condições de saúde desses indivíduos, através de doenças e agravos como tuberculose, sífilis, hipertensão, diabetes mellitus, obesidade, depressão, ansiedade, transtorno do estresse pós-traumático, torturas, mutilações e violência sexual (YANNI, 2013).

No Rio de Janeiro, entidades como a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (Cáritas-RJ) prestam esse serviço contínuo para essas populações, inclusive facilitando o acesso deles ao SUS (CÁRITAS, 2018). Atualmente a Cáritas-RJ acolhe e atende todos os anos centenas de solicitantes de refúgio e refugiados e é a única entidade a receber e atender essa população desde a década de 1970 no Rio de Janeiro. Além disso, essa entidade mantém arquivados os formulários de solicitação de refúgio que contêm dados sociodemográficos dessa população (CÁRITAS, 2018).

Entretanto, não há estudos da própria Cáritas-RJ ou de outras instituições e pesquisadores que descrevem o perfil de solicitantes de refúgio e refugiados atendidos nessa instituição, incluindo as trajetórias de migrações e condições de saúde. Esta pesquisa

foi útil para conhecer as características de uma população ainda não estudada no âmbito da saúde coletiva na perspectiva da epidemiologia, com aproximações possíveis à vertente da epidemiologia social (BARATA, 2005). A divulgação dos resultados serviu para acrescentar informações à literatura existente e servirá de base para novos estudos que eventualmente colaborem para a criação de políticas públicas de saúde que beneficiem esse público específico.

2. Objetivo

Entre solicitantes de refúgio atendidos pela Cáritas-RJ entre os anos de 2016 e 2017, descrever e analisar: o perfil sociodemográfico, as trajetórias de migração realizadas e as condições de saúde autorrelatadas.

3. Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, utilizando dados secundários, coletados na Cáritas-RJ. Este estudo trabalha com os dados dos formulários de solicitação de refúgio preenchidos nos anos de 2016 e 2017. Foram realizadas análises descritivas das variáveis categóricas e calculadas as frequências absolutas e relativas. As trajetórias do país de origem até o Brasil foram apresentadas em mapas temáticos. As análises estatísticas foram realizadas no software R 3.4.2. O presente trabalho foi submetido e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

4. Resultados

Foram identificados 738 formulários referentes ao período do estudo e todos foram incluídos. Destes, apenas três tiveram o pedido de refúgio aceito até o momento da coleta, enquanto o restante continuava aguardando a avaliação do CONARE. Foram identificados 45 países de nascimento. Angola, Venezuela, República Democrática do Congo, Cuba, Síria, Guiné-Bissau, Guiné, Paquistão, Serra Leoa, Colômbia, Marrocos, Benim e República Dominicana são países que possuíam mais de 10 solicitações de refúgio cada.

No período estudado, a maior parte, 62,7% era do sexo masculino, 96,9% de adultos, com idade média de 30,2 anos. 73,5% eram solteiros, 86,9% com ensino médio ou superior e apenas 4,4% estavam desempregados no país de origem antes da vinda para o Brasil. Entre as outras religiões relatadas estão sufismo, kimbanguistas, alauitas, animistas e mensageiro do tempo além do fim e entre as outras etnias relatadas estão papel, balanta, iorubas, fon e bahunde. Ademais, 20,3% se autorrelataram apátridas.

No Estado do Rio de Janeiro, os solicitantes de refúgio moravam em cerca de 19 municípios, sendo que a capital abrigava 72% dos indivíduos, com residências majoritariamente concentradas no Morro da Babilônia (Zona Sul), Brás de Pina (Zona Norte) e Centro. No município de Duque de Caxias, havia concentração no bairro de Jardim Gramacho; no município de São Gonçalo, no bairro Jardim Catarina.

Nos motivos para solicitação de refúgio destacaram-se possuir fundado temor de perseguição por opinião política, por violação de direitos humanos e por correr risco de ser vítima de tortura. Entre outros motivos aparecem questões econômicas, ameaças de morte, terem cometido crimes, feitiçarias, ser homossexual e busca por acesso à saúde.

Para chegar ao Brasil, 78,8% dos solicitantes de refúgio viajaram somente de avião. Quanto ao fluxo migratório do país de origem até a chegada ao Brasil, majoritariamente

angolanos migraram por voo direto, democrata-congoleses migraram para o Congo, Marrocos ou África do Sul antes da vinda para o Brasil, enquanto os sírios migraram antes para os Emirados Árabes Unidos. Por sua vez, cubanos foram antes para o Panamá e para a Guiana, enquanto a maioria dos venezuelanos atravessaram por via terrestre a fronteira seca com o Brasil. As cidades de chegada mais frequentes foram Rio de Janeiro (63,8%), Boa Vista (14,2%), São Paulo (13,9%) e Manaus (2,2%).

Nesta população de estudo, 11,2% dos indivíduos afirmaram ter alguma doença ou agravo. Houve menções a neoplasias, epilepsia, estresse, úlceras, psoríases, infecções urinárias e perda de visão por toxoplasmose. Os tratamentos médicos ou psicológicos mencionados foram: odontológico, oftalmológico, obstétrico, para dependência química, para hipertensão arterial, para diabetes e para Human Immunodeficiency Virus (HIV/ aids). Entre as deficiências físicas, foram registradas hidrocefalia, paralisia do braço e amputação de membro inferior. As deficiências visuais mencionadas foram atribuídas a miopia; deficiências auditivas não foram especificadas.

5. Conclusões

Concluímos que solicitantes de refúgio atendidos pela Cáritas-RJ em 2016 e 2017 são em sua maioria homens, adultos, cristãos, com ensino superior e que migraram usando meios de transporte aéreos, portanto possuem um perfil sociodemográfico similar ao da totalidade dos refugiados do Brasil e diferente quando comparado com o de outros países. Políticas públicas que podem afetar as experiências pós-migração incluem a necessidade de prestação continuada de serviços que aumentem acesso aos serviços de saúde, garantam moradia, trabalho e renda.

Referências

BARATA, Rita Barradas. Epidemiologia social. Rev. bras. epidemiol., São Paulo, v. 8, n. 1, p. 7-17, mar. 2005.

CÁRITAS/PARES. Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.caritas-rj.org.br/. Acesso em: 01/03/2018, 09/12/2018 e 14/01/2019.

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS (CONARE). Refúgio em números. 2018

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). Glossary on Migration. n. 25. International Migration Law Series, 2004.

UNITED NATIONS (UN). Série Tratados da ONU, nº 2545, vol. 189, p. 137, 1954.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). UNHCR Global Refugee. Press Release, 2018.

YANNI, E. A.; NAOUM, M.; ODEH, N.; HAN, P.; COLEMAN, M.; BURKE, H. The Health Profile and Chronic Diseases Comorbidities of US-Bound Iraqi Refugees Screened by the International Organization for Migration in Jordan: 2007-2009. Journal of immigrant and minority health, v. 15, n. 1, p. 1–9, fev. 2013.

ESTRANGEIRO E REFUGIADO: duas palavras, sentidos dispersos [156]

FOREIGNER AND REFUGEE:

two words, scattered senses

Sabrina Sant'Anna Rizental [157]

***Resumo**: Este trabalho analisa o movimento dos sentidos produzidos pelas palavras "estrangeiro" e "refugiado", a partir da análise discursiva de um experimento social que propõe expor o preconceito sofrido pelos estrangeiros que estão na condição de refugiados no Brasil. Destacando alguns recortes transcritos do vídeo que registrou o experimento e que está publicado no website "Estou Refugiado", propomos pensar duas palavras que, em seu funcionamento como significantes, produzem sentidos a partir de um imaginário sobre os processos migratórios e refletir sobre como esses significantes designam aqueles que se encontram em situação de deslocamento, seja desejado ou forçado. Estrangeiro e refugiado subjetivam o outro produzindo identificações, resistência e derivas de sentidos, considerando os dizeres que são postos em circulação em determinadas condições de produção, como observamos no experimento.*

***Palavras-chave:** Estrangeiro. Refugiado. Sentidos.*

---

[156] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[157] Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Doutoranda em Linguística, sabrina.santanna.k@gmail.com.

Neste trabalho analisamos um experimento social para propor reflexões sobre as palavras "estrangeiro" e "refugiado", que em seu funcionamento como significantes produzem e movimentam sentidos que se atravessam, provocam deslizes ao subjetivar o outro que vem de outro lugar significado enquanto de origem.

Do ponto de vista jurídico, ao significar aqueles que vêm de outros países, a designação refugiado cabe àqueles que não podem retornar, uma vez que essa escolha lhes oferece sérios riscos, inclusive ameaçando a preservação da própria vida. Nessas condições, eles permanecem em outros lugares, temporária ou definitivamente, e trazem um pouco do *lá* para o *aqui*, subjetivando-se nesses atravessamentos.

Veremos o que o experimento – ou teste social – elaborado pelo movimento "Estou Refugiado" nos diz sobre esses dois significantes. Na apresentação do site lemos:

> Experimento social no Tinder. Usamos o app de encontros Tinder para medir o nível de preconceito em nossa sociedade. Foram criados dois perfis para o mesmo refugiado, que foi apresentado de duas formas, como 'estrangeiro com formação superior, atualmente radicado no Brasil, interessado em conhecer brasileiras', e como refugiado propriamente dito, com as mesmas características do outro perfil. As reações aos dois perfis – radicalmente diferentes – foram transformadas em vídeo que foi publicado no YouTube. (ESTOU REFUGIADO, 2018, s/p).

E no YouTube lemos o título "Estrangeiro X Refugiado – Um teste social no Tinder" e o seguinte texto: "um estrangeiro e um refugiado no Tinder. Quem ganhará mais matches neste experimento social? Confira e compartilhe nas redes sociais! O preconceito acaba quando a compreensão começa." (YOUTUBE, 2015).

Pensando os efeitos de sentidos que podem ser produzidos a partir do título do vídeo, lembramos com Orlandi (2012, p. 213) que "nos processos discursivos há sempre 'furos', falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência". Em que medida os sentidos produzidos a partir

deste X sustentam a afirmação de que "o preconceito acaba quando a compreensão começa", conforme lemos no texto que descreve o vídeo no YouTube (2015)?

O que observamos, já a partir deste título é que os significantes, estrangeiro e refugiado, subjetivam o outro nas suas diferenças, considerando o outro como aquele que se constitui sujeito a partir de um imaginário sobre os deslocamentos, sobre os processos migratórios. Trata-se de um sujeito que diz e é dito a partir de determinadas posições e essas posições o significam como aquele que é "bem-vindo" ou aquele que "deve" ser acolhido. Em uma formação discursiva (FD[158]) dominante, "[...] toda tomada de posição, toda identificação com uma forma sujeito implica resistência tanto a esse lugar como aos discursos outros que o atravessam, que contradizem os saberes dessa FD ou os negam, provocando rupturas." (NARDI e NASCIMENTO, 2016, p. 88). Nos discursos sobre refugiados "a FD é constitutivamente invadida por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) e se repetem nela" (INDURSKY, 2013[1997], p. 43). Assim, há aqueles que saem e há os que fogem de seus países. Há os que se deslocam entre países, há os que chegam.

A partir do experimento divulgado pelo projeto Estou Refugiado, analisamos efeitos de sentidos produzidos na chegada, afetados pelo já-dito sobre a saída de algum lugar. Nessas condições de produção, o vídeo traz uma narradora que explica a proposta a um rapaz chamado Alphonse. Essa narradora o apresenta como "[...] um refugiado do Congo" que "**fugiu** de lá porque estava sendo perseguido por questões políticas" (YOUTUBE, 2015). Alphonse, no entanto, diz: "– **Saí** com que eu tinha, abandonei o meu trabalho, abandonei os meus amigos, os meus pais, porque se eu ficasse ia piorar" (id. – negritos nossos).

---

158 A formação discursiva (FD), na Análise de Discurso, "determina o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura" (PÊCHEUX e FUCHS, 2014[1990], p. 164).

Vejam que entre fugir e sair os sentidos se deslocam, e se de um lado temos o estrangeiro que sai de um lugar, do outro temos o refugiado que foge. Nessa contradição se materializa um "efeito de pré-construído, [...] provocado pelo retorno da memória na base do dizível, no intradiscurso" (COSTA, 2014, p. 40), enquanto no interdiscurso são disponibilizados "dizeres já-ditos, que afetam a constituição dos sentidos, que determinam a formulação produzindo esse efeito" (id.). Ao apresentar Alphonse como "refugiado do Congo", a narradora reforça as diferenças convocando já-ditos sobre aqueles que vêm de uma determinada forma, de um determinado lugar. Em suas palavras, ele é um refugiado e muitos dizeres sobre refugiados produzem efeitos num imaginário sobre a fuga. Além disso, de acordo com a narradora, ele é um refugiado do Congo, um país cuja história de graves conflitos e violações aos direitos humanos vem sendo mostrada como causa dessa fuga. Nesse momento outros sentidos são produzidos a partir desses dizeres que o distinguem dos demais migrantes.

Mas para aquele que sai, independentemente da causa, não necessariamente ele quer ser significado pela fuga e pela busca de refúgio, mas pode querer ser significado apenas pela (i)migração. Contudo, o dizer "saí com o que eu tinha" (YOUTUBE, 2015) "permite uma identificação plena do sujeito com os dizeres da formação discursiva na qual está inscrito" (NARDI e NASCIMENTO, 2016, p. 84). E no caso de Alphonse, ao realizar o experimento, ele desloca os sentidos de estrangeiro para refugiado.

No vídeo, a narradora explica que Alphonse instalou um Tinder no celular e criou seu perfil no qual se identifica como um estrangeiro com características que lhe resultam muitos "matches": "Alphonse, 29; Estrangeiro, formado em letras e tecnólogo em mecatrônica. Falo 5 idiomas, dou aulas de inglês e francês. Gosto de literatura e slow music" (YOUTUBE, 2015). Perguntado sobre o resultado, isto é, sobre a quantidade de matches após uma semana, Alphonse diz: "Cara, foi um sucesso! Foi um sucesso, mais de 30 matches... mais de 30 matches... eu conversei com muitas mulheres, cara" (id.).

Este retorno positivo ao perfil de um estrangeiro se dá por um sempre-já-lá que diz sobre a acolhida aos estrangeiros que são bem-vindos no Brasil. Barreto, cujos dizeres venho mencionando em outros trabalhos, afirma que: "o estrangeiro é sempre positivo, inclusive melhor do que o brasileiro. É alguém com quem podemos aprender" (BARRETO, BBC Brasil, 2015[159]). Mas isso serve para todos os que chegam no Brasil?

A etapa seguinte do experimento, realizada uma semana depois, propõe alterar apenas uma palavra do perfil de Alphonse no Tinder. Ele deve substituir estrangeiro por refugiado: "Alphonse, 29; Refugiado, formado em letras e tecnólogo em mecatrônica. Falo 5 idiomas, dou aulas de inglês e francês. Gosto de literatura e slow music" (op. cit.). Como resultado, essa troca provoca mudanças consideráveis nas respostas, isto é, nos matches. Questionado sobre o resultado, Alphonse responde: "Não foi bom! Depois de mais que 30 matches, agora só tem 3 matches. Não foi bom!... Acho que a palavra refugiado afastou todo mundo."

O significante refugiado produz efeitos na "objetividade material [...] que reside no fato de que 'algo fala' (ça parle) sempre 'antes, em outro lugar e independentemente', [...] sob a dominação do complexo das formações ideológicas" (PÊCHEUX, 2014[1988], p. 149).

Refugiado convoca outros dizeres que dialogam com os sentidos de fuga. A fuga dita pela própria narradora do experimento, como lemos anteriormente. Na relação com o simbólico, com uma construção imaginária sobre aquele que vem de outro lugar subjetivado pela impossibilidade de retorno, "o refugiado é sempre negativo, um problema grave a ser discutido" (BARRETO, BBC Brasil, 2015).

Nos dizeres formulados durante o experimento, os sentidos escapam e provocam desdobramentos dos sujeitos num funcionamento complexo que coloca em suspenso as

---

159 Racismo contra imigrantes no Brasil é constante, diz pesquisador. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150819_racismo_imigrantes_jp_rm. Acesso em: 26/08/2015.

categorizações administrativo-jurídicas que dizem sobre ser/estar na condição de refugiado. Significar-se e ser significado como refugiado é mais do que isso, vai além das categorias cujos sentidos estão estabilizados, não se resume à saída de um lugar, aos deslocamentos, à chegada em outro lugar. Há que se considerar a discursividade, os movimentos entre as posições-sujeito estrangeiro e refugiado; considerar a forma como os sentidos são produzidos, como eles deslizam numa resistência que diz sobre o *lá*, sobre como esse lá produz efeitos no *aqui*, na relação com o outro.

Nesse experimento ou teste social, o estrangeiro despertou grande interesse ao publicar seu perfil no Tinder, conquistando muitos maches, mas ao ser dito como refugiado o resultado mudou drasticamente. Compreendemos que o funcionamento discursivo desses dois significantes é afetado por construções imaginárias sobre as condições de estrangeiro e refugiado; aquele que é bem-vindo, que tem algo positivo a agregar, que é disputado pelas mulheres X aquele que tem menos valor, que é dito como alguém que demanda acolhimento e subjetivado como um problema a ser evitado, o outro de quem é necessário se afastar da mesma maneira que se afastaram as mulheres que deixaram de registrar matches no perfil de Alphonse.

Referências

INDURSKY, F. A fala dos quartéis e as outras vozes. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013[1997].

NARDI, F. S. de e NASCIMENTO, F. A. S. do. A Propósito das Noções de Resistência e Tomada de Posição na Análise do Discurso: movimentos de resistência nos processos de identificação com o ser paraguaio. SIGNUM: Estud. Ling., Londrina, n. 19/2, p. 80-103, dez. 2016.

ORLANDI, E. P. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In. _____. Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia. 2ª. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012, p. 213-236.

PÊCHEUX. M. e FUCHS. C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In. GADET. F. e HAK. T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014[1990], p. 159-249.

PÊCHEUX. M. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014[1988].

PUFF, J. Racismo contra imigrantes no Brasil é constante, diz pesquisador. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150819_racismo_imigrantes_jp_rm. Acesso em: 26/08/2015.

DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS DO ESTUDO DA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA

uma análise intercultural de relatos de professores refugiados do Abraço Cultural [160]

EPISTEMOLOGICAL CHALLENGES IN STUDYING THE MIGRATORY EXPERIENCE:

an intercultural analysis of narratives by refugee teachers from Abraço Cultural

João Paulo Rossini Teixeira Coelho [161]

***Resumo**: Como chegar, a partir de uma metodologia de pesquisa qualitativa, ao eu "verdadeiro" do indivíduo migrante, localizado em um espaço e em um tempo histórico específico? Como apreender e trazer para a formatação científica sua experiência migratória, que compreende negociações simbólicas, culturais e subjetivas? Neste trabalho proponho, a partir da ideia de grades simbólicas de Schütz, um método de análise intercultural para explorar fatos, momentos e significados relativos à experiência migratória de cinco professores refugiados que trabalham na escola de idiomas* Abraço Cultural*. A epistemologia da experiência migratória é intrínseca à comunicação intercultural e pode revelar, também, características relativas aos acontecimentos globais.*

***Palavras-chave:** Epistemologia. Migrações transnacionais. Narrativas interculturais.*

[160] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[161] Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela UFRJ. E-mail: jprossini96@gmail.com

1. Introdução

O teórico cultural Stuart Hall, ao falar sobre sua experiência migratória pessoal, relata ter estado sempre consciente de que a identidade do eu "verdadeiro" é formada no "ponto instável onde as histórias 'indizíveis' da subjetividade se encontram com as narrativas de uma história, de uma cultura" (HALL, 1993, p. 135).

A partir dessa afirmação, uma importante questão de natureza teórico-metodológica é imposta ao pesquisador que se dedica a investigar o eu do indivíduo migrante – aqui equivalente ao "verdadeiro" e, segundo as premissas do parágrafo anterior, possível de ser escrito apenas entre aspas, assim como o fez Hall – apreensível cientificamente: como chegar a esse dito ponto instável que se localiza entre o indivíduo, a cultura e a história?

Com o objetivo de formular respostas parciais e contextualizadas às indagações levantadas, tenho como objetivo, neste trabalho, propor uma metodologia de análise intercultural para destrinchar momentos, significados e fatos relativos à experiência migratória de cinco professores refugiados da escola de idiomas *Abraço Cultural*[162]. Tal análise será empreendida a partir de entrevistas que foram realizadas para o meu trabalho de conclusão de curso em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, na Escola de Comunicação da UFRJ, no segundo semestre de 2018.

2. Metodologia

[162] ABRAÇO CULTURAL. Abraço Cultural, 2019. Página inicial. Disponível em: http://www.abracocultural.com.br/. Acesso em: 7 out. de 2018.

É importante ressaltar que o esforço apresentado nesta comunicação não tem como finalidade dar respostas fechadas ou acabadas às questões levantadas. Isso se dá tanto pelas dimensões do trabalho quanto pela natureza dos conceitos e problemas de pesquisa com os quais se está lidando.

O próprio fazer científico de maneira mais ampla está, cada vez mais, fundado em um princípio de sistemas abertos, nos quais os conceitos são relacionados a circunstâncias e não a essências (DELEUZE, 2017, p. 45-46). Sobre dois conceitos específicos tratados aqui, identidade e cultura, fazem-se necessários esclarecimentos nesse sentido. A identidade é constantemente elaborada e reelaborada, mediada por diversas instâncias da vida em grupo (GUTIÉRREZ, 2009). A cultura, por sua vez, deve ser compreendida enquanto um conjunto de ações e práticas empreendidas pelo sujeito social inserido numa sociedade específica (BAUMANN, 2001).

Também creio ser necessário deixar claro ao que me refiro ao chamar a análise de "intercultural", antes de descrevê-la. O termo "intercultural" é relativo a uma corrente de pensamento que entende a vida em grupo a partir das "diferenças que formam as diferenças entre as pessoas" (RHÉAUME, 2017, p. 81). Essas diferenças servem como fonte de diálogo e de mudanças recíprocas por sobre um fundo de regras e direitos comuns de uma sociedade democrática (ib.).

A análise intercultural proposta prescinde de entender as culturas em interação – no caso, cada cultura de origem de cada entrevistado, individualmente, em interação direta com a cultura brasileira –, para assim identificar elementos simbólicos discursivos próprios da cultura de origem do refugiado entrevistado. Em seguida, é feita uma uma interpretação dos significados desses elementos simbólicos para a cultura brasileira, buscando, então, identificar elementos simbólicos próprios da cultura brasileira na prática discursiva desses indivíduos.

A partir desses passos, é necessário aplicar a noção de grades simbólicas de Schütz[163] (2010, p. 122-124) para interpretar a cultura de destino a partir da grade simbólica de origem e, em seguida, apreender de que modo o discurso do migrante será recebido pela sociedade de destino. Finalmente, será feita a análise da fala social-discursiva à luz do princípio de que essa fala constitui uma expressão de um dos paradigmas básicos do humano, relativos à sua sociabilidade: a interação intersubjetiva e a produção de subjetividade.

Não à toa, a citação que escolhi como ponto de partida nesta comunicação é sobre um indivíduo, Stuart Hall, relatando sua própria experiência migratória. O trabalho foi feito com foco em buscar entender a interpretação e a produção subjetiva de sentido na migração. No trabalho de campo, a forma de acessar em primeira mão tais grades simbólicas foi ouvindo sobre as experiências vividas pelos professores em situação de refúgio do *Abraço Cultural*, a partir dos "relatos de vida" (BERTAUX, 2003). Essa forma narrativa de produção discursiva consiste, para o narrador, em contar a outra pessoa episódios vividos por ele. Desta forma, pude presenciar elaborações subjetivas de uma parte da história desses indivíduos, contada por eles mesmos.

3. Resultados

Ao longo das entrevistas emergem, frequentemente, as grades simbólicas dos entrevistados. Ao responder às perguntas, os refugiados dissertam sobre elementos simbólicos de ambas as culturas, a de origem e a brasileira, necessariamente comparando as duas realidades sociais. O fato de todos estarem em situação de refúgio também baliza

[163] Segundo Schütz, nascer e crescer em determinado grupo social implica ter sua biografia atrelada a uma "grade simbólica" impregnada de historicidade e dos modos de fazer da cultura de origem. O estrangeiro, em uma sociedade de acolhimento, necessariamente põe em questão o que é dado para os indivíduos naquele lugar, interpretando o mundo a partir de suas próprias referências culturais.

os relatos, que em geral incluem experiências traumáticas e a necessidade de fugir de seus países. Destacarei aqui dois casos.

No caso específico de Maya[164], refugiada síria e professora de inglês, sua vinda para o Brasil se deu por conta das consequências econômicas e políticas da Guerra da Síria. Ela conta que passou alguns meses na Turquia trabalhando, com o objetivo de guardar dinheiro para comprar sua passagem de avião para cá, já que o país estava facilitando a emissão de vistos para sírios. Para ela, o Brasil não é um local muito diferente do que ela imaginava, dado seu interesse já antigo pela cultura latino-americana, que a fez pesquisar muito na internet antes de vir. Além disso, Maya diz ter confirmado pessoalmente a ideia de que as pessoas daqui são mais alegres (em comparação, feita por ela, com as da Síria).

É interessante sua declaração sobre suas amizades no Brasil. De acordo com as orientações de sua grade simbólica síria, ela declara que se sente mais confortável com os amigos brasileiros, mesmo seus amigos sírios sendo pessoas abertas – em relação aos sírios em geral. Isso se dá, segundo ela, porque sente uma liberdade maior para expressar suas opiniões e falar de maneira sincera. É possível inferir, dessas afirmações, que além dessa postura poder ser reflexo do fato de que a cultura síria, de maioria árabe, é mais fechada do que a brasileira, a censura, as detenções arbitrárias, a discriminação de gênero e desrespeito aos direitos humanos praticados pelas autoridades sírias nos últimos anos podem se refletir nas relações interpessoais entre os cidadãos.

Carlos[165], venezuelano professor de espanhol, afirma que veio em 2015, buscando construir uma nova vida e fugir do regime ditatorial de seu país. Sua vinda para o Brasil se deu a partir das dificuldades de comprar uma passagem de avião, em um processo complexo, que envolveu enviar dinheiro ilegalmente ao exterior. Segundo ele, o país de destinação da passagem comprada por um venezuelano influencia na chance de o governo

[164] Nome fictício. A transcrição das entrevistas se encontra no apêndice de COELHO, 2018.

[165] Nome fictício.

autorizar a saída e, também, em quantos dólares o cidadão pode comprar para a viagem. O Brasil era, no momento de sua viagem, um dos destinos com menos restrições.

Ao longo de seu relato Carlos fala, direta e indiretamente, de como a ditadura da Venezuela afetou e ainda afeta, mesmo à distância, sua vida. Sobre a circulação de informações, considera positivo o Brasil estar discutindo questões relativas à homossexualidade, ao feminicídio e às lutas sociais em geral, comparando ao que considera um "atraso" e uma falta de perspectiva venezuelana. Para ele, a Venezuela ainda não entrou no "milênio novo". Ele diz que, inicialmente, a sua intenção ao fugir era estar distante do regime de seu país, algo que se mostrou difícil no Brasil, com a crise venezuelana em evidência na mídia e nas conversas das pessoas.

Os outros entrevistados para este trabalho foram três homens, um congolês, um haitiano e um marroquino. Os três são professores de francês, curso de idiomas mais procurado pelos alunos do *Abraço Cultural*.

4. À guisa de conclusão

A epistemologia da experiência migratória, assim como seus desafios, se insere de forma mais ampla nas problemáticas da comunicação intercultural e dos métodos de pesquisa da antropologia. Estudá-la a partir da análise intercultural proposta pode ser uma oportunidade de apreender o real elaborado pelo migrante e circunscrevê-lo, além de à própria trajetória pessoal dos entrevistados, aos acontecimentos sociais e históricos de determinado período.

Referências

BAUMANN, Gerd. La praxis multicultural: lo banal y lo óptimo. In: El enigma multicultural: un replanteamento de las identidades nacionales, étnicas y religiosas. Barcelona: Paidós, 2001. p. 147-162

BERTAUX, D. Les Récits de Vie. Paris: Nathan Université, 2003. 128 p.

COELHO, João Paulo Rossini Teixeira. Por uma outra "integração local" de refugiados: comunicação intercultural, o papel do vínculo intersubjetivo e da philia na experiência migratória – o caso do Abraço Cultural. Orientador: Mohammed ElHajji. Rio de Janeiro, 2018. Monografia (Graduação em Publicidade e Propaganda) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 114 f.

DELEUZE, G. Conversações. São Paulo: Editora 34, 2017. 239 p.

GUTIÉRREZ, A. La identidad excesiva. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009. 123 p.

HALL, Stuart. (1993) Minimal Selves. In: Ann Gray e Jim McGuigan. Studying Culture: an introductory reader. Londres: Edward Arnold, p.134-138.

RHÉAUME, Jacques. L'ethnicité, l'intervention et l'interculturalité. Alterstice, v. 7, n. 1, p. 77-88, 2017. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/alterstice/2017-v7-n1-alterstice03139/1040613ar/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SCHÜTZ, A. O Estrangeiro: Um ensaio em Psicologia Social. Revista Espaço Acadêmico, ano X, n. 113, p. 117-129, out. 2010. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/11345/6153>. Acesso em: 03 mai. 2018.

A INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS CONGOLESAS NA ESCOLA PÚBLICA:

percepções de professoras da rede municipal de Duque de Caxias

THE INTEGRATION OF CONGOLESE CHILDREN IN THE PUBLIC SCHOOL:

Teachers' perceptions of Duque de Caxias municipal network

Kelly Russo[166]
Leila Mendes[167]
Sandra Marcelino[168]
Monica Paiva[169]

Resumo: *Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa mais ampla, em andamento, realizada em uma escola localizada na baixada fluminense, no município de Duque de Caxias e que tem como objetivo discutir o processo de integração de crianças imigrantes congolesas na rede municipal de Duque de Caxias. Neste texto, propomos reflexões iniciais sobre o tema, a partir de entrevistas realizadas com professoras da rede pública municipal que tiveram estudantes em situação de imigração e/ou de refúgio em suas turmas nos últimos anos. Nosso trabalho baseia-se na perspectiva crítica de educação intercultural, conceito com o qual temos trabalhado ao longo dos últimos anos, refletindo sobre práticas sociais e educacionais relacionadas ao reconhecimento de diferenças e ao desenvolvimento desta perspectiva na educação.*

Palavras-Chave: *Imigração. Integração. Escola pública.*

---

166 Professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.

167 Professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense.

168 Doutoranda em Educação - PUC-Rio.

169 Mestranda em Educação - PPGECC-FEBF-UERJ Caxias.

Atualmente existem cerca de 120 mil imigrantes no Brasil. São homens, mulheres e crianças, de diferentes idades, representando mais de 80 distintas nacionalidades. Parte dessa diversidade está presente na educação pública. De acordo com o Censo Escolar 2016, foi registrado um aumento de 112% no número de matrículas de alunos/as estrangeiros/as no país em 8 anos, somando um total de quase 73 mil matrículas em 2016. Apesar desse crescimento, os desafios e o cotidiano desses imigrantes no sistema de educação público ainda é um tema de pouca visibilidade na educação brasileira.

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento, realizada em uma escola municipal localizada no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Tem como objetivo discutir o processo de integração de crianças imigrantes congolesas na rede municipal de Duque de Caxias a partir do ponto de vista dos profissionais da educação. Para isso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com seis professoras do Ensino Fundamental I, da rede pública municipal que tiveram estudantes em situação de imigração e/ou de refúgio em suas turmas nos últimos anos.

Nosso trabalho baseia-se na perspectiva crítica de educação intercultural, conceito com o qual temos trabalhado ao longo dos últimos anos, refletindo sobre práticas sociais e educacionais relacionadas ao reconhecimento de diferenças e ao desenvolvimento desta perspectiva na educação escolar. Contamos também com as contribuições da concepção histórico-cultural (VYGOTSKY, 2007), que tem como base aspectos sociais, históricos e culturais e fornece referenciais para compreender o processo de ensino/aprendizagem em contextos multiculturais e material teórico para se pensar práticas mais inclusivas, contribuindo para a superação do paradigma etnocêntrico de sujeito cartesiano na escola e consequentemente, na sociedade.

As entrevistas foram realizadas em dois momentos distintos (cinco realizadas entre março e abril de 2018 e uma realizada em maio de 2019), na própria escola, durante horário vago das professoras, com duração de cerca de 40 minutos cada. As entrevistas

foram gravadas e depois transcritas de forma a serem analisadas a partir do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2006). Para a organização dos temas-chave que conduziram as nossas análises, primeiramente categorizamos os dados coletados, identificamos as ideias que mais se sobressaíram e, em seguida, relacionamos estas com os conceitos teóricos pré-estabelecidos nesta fase inicial do estudo.

Importante salientar que, ao optarmos por conhecer e analisar algumas falas de professoras, pretendemos evidenciar as dificuldades encontradas por essas profissionais, que precisam lidar com situações específicas sem qualquer preparação prévia para lidar com elas, e apresentar alguns indícios sobre a complexa rede de significados que envolvem o processo de integração de crianças estrangeiras na rede pública brasileira.

Entre os resultados encontrados, podemos identificar a partir das falas dessas profissionais, suas percepções positivas sobre como as crianças congolesas têm se adaptado às regras acadêmicas e sobre o bom desempenho escolar. No entanto, por outro lado, parecem minimizar o fato das crianças conviverem com situações frequentes de racismo e preconceito em suas relações com colegas e em sua inserção na comunidade.

Todas as professoras ressaltam a "excelente aprendizagem" das crianças congolesas, caracterizados como "muito focados" ou "muito inteligentes", chegando até a serem vistos como um exemplo positivo para as brasileiras: "são crianças muito ativas, muito inteligentes, muito interessadas". Todas as professoras também mencionaram a guerra como causa para a vinda deles ao Brasil, por outro lado, poucas demonstraram, de forma espontânea, curiosidade sobre o país e a cultura de origem das crianças congolesas, ou sobre as línguas maternas dessas famílias. Apenas uma professora, que fez Mestrado em Relações Étnico-Raciais, expressou de modo espontâneo, o interesse em saber mais sobre a história dessas crianças e de suas famílias, tendo buscado informações sobre o país de origem das crianças.A perspectiva intercultural supõe o reconhecimento e o fortalecimento das múltiplas identidades pessoais e culturais no espaço escolar, visando a construção de

entendimento e cooperação entre os diferentes sujeitos. Esse processo exige identificar e enfrentar conflitos que surjam nessas relações, sempre marcadas por diferentes relações de poder.

No contexto da escola analisada, mesmo aparentemente comprometidas em oferecer uma boa acolhida para as crianças estrangeiras, identificamos que a maior parte das professoras parece compreender o termo "integração" de forma restrita ao desempenho ou rendimento desses/as estudantes nos conteúdos disciplinares. Parece-nos que essa perspectiva que cria uma dissociação entre integração "na escola" (referência apenas às regras escolares e à aprendizagem de conteúdos disciplinares) e integração "com colegas", pode impactar seus discursos e práticas de modo a minimizar as situações de preconceito e de discriminação vivenciadas por essas crianças no contexto escolar e fora dele.

Com base nas respostas das professoras sobre a integração das crianças congolesas na escola, chamou-nos atenção o fato de, quando questionadas sobre como viam o processo de integração destas crianças, todas as professoras afirmaram de imediato que esse processo tem sido "muito bom", "ótimo" ou "excelente". Apenas quando questionadas sobre a relação das crianças congolesas com seus colegas brasileiros, a conversa tomava outra direção: as professoras relatavam inúmeros casos de preconceito e de racismo vivenciados por essas mesmas crianças.

Quando a pergunta foi específica sobre possíveis situações de preconceito ou discriminação enfrentadas pelas crianças congolesas, esses conflitos começaram a surgir de forma recorrente nas falas das professoras. No caso das famílias congolesas em Duque de Caxias, a partir das falas das professoras entrevistadas, podemos verificar que, mesmo em uma sociedade onde a maior parte da população poderia ser vista como negra e pobre, o pensamento colonial e racista se estabelece, ressaltando e hierarquizando diferenças: os(as)

negros(as) africanos(as) parecem ser vistos de forma subalternizada por seus colegas de classe e pela sociedade brasileira que os(as) acolhe.

Acreditamos que o fenômeno do racismo precisa ser entendido em sua complexidade e multidimensionalidade, para que os projetos pedagógicos realizados possam afetar todas as dimensões da escola. Sem que essa preocupação esteja nas reflexões e práticas das professoras, parece-nos que esse problema permanecerá recorrente não só para as crianças estrangeiras, como também para as brasileiras. Nesse contexto, a perspectiva interseccional pode contribuir para um olhar mais atento e cuidadoso sobre o processo de integração das crianças congolesas: são negras, africanas, estrangeiras, em situação de refúgio e vivem em áreas periféricas.

As diversas experiências raciais, de classe e de gênero na imigração internacional, precisam ser compreendidas para ampliarmos os sentidos críticos da interculturalidade, encontrando as distintas variáveis que contribuem para o processo de integração de famílias de diferentes contextos na rotina escolar. O debate sobre suas diversas situações formativas, suas continuidades e descontinuidades com a experiência escolar, contribuem para a ampliação do contexto e das reflexões do campo educativo, visto que a afirmação das diferenças em um país tão desigual como o Brasil supõe o desenvolvimento de concepções e estratégias educativas que favoreçam o enfrentamento dos conflitos.

Considerando a importância da instituição escolar, que muitas vezes ocupa o lugar de única representação do poder público localmente, professores/as e equipe escolar precisam contar com maior apoio do poder público, através de ações sociais integradas e continuadas, que possam tornar mais dignas as condições de vida de famílias imigrantes e brasileiras no contexto local. É realmente alarmante quando o Estado se limita a desenvolver ações pontuais e limitadas no combate à desigualdade em um município como o de Duque de Caxias, que historicamente esteve entre os municípios de maior

arrecadação do país e ainda hoje ocupa o segundo lugar no ranking de arrecadação do Estado, perdendo somente para a capital.

Para concluir, o processo de integração de pessoas em situação de imigração e/ou de refúgio em nosso país é uma responsabilidade de toda a sociedade brasileira. E esse desafio exige o desenvolvimento de políticas públicas construídas com a participação de diferentes atores sociais no combate das desigualdades. Certamente, profissionais da educação podem contribuir e muito nesse processo, se contarem com maiores condições para isso.

Referências

BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Machado (org). Migrações Sul-Sul. Campinas, SP: *Núcleo de Estudos de População* "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

CRENSHAW, K. "*Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*." Stanford Law Review 43 (6): 1241–1279, 1991.

GROSFOGUEL, Ramon; OSO, Laura & CHRISTOU, Anastasia: 'Racism', intersectionality and migration studies: framing some theoretical reflections, IN: *Identities: Global Studies in Culture and Power*, Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1070289X.2014.950974. Acessado em: 13 de setembro de 2018.

PETRUS, Regina. *Refugiados congoleses no Rio de Janeiro e dinâmicas de "integração local": das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010a.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: Sousa Santos, Boaventura; Meneses, Maria Paula (org) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições ALMEDINA. AS, 2009.

WALSH, C.; Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento otro desde la 'diferencia colonial. In: WALSH, C. et al. *Interculturalidad, descolonización del estado e del conocimiento*. Buenos Aires.

SOLIDARIEDADE NA PRÁTICA DE ACOLHIMENTO A IMIGRANTES

SOLIDARITY IN WELCOMING IMMIGRANTS

Carolina de Campos Borges[170]

***Resumo**: Este trabalho deriva da prática de um projeto de extensão vinculado à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) cujo objetivo é facilitar a inserção social de haitianos residentes em Dourados-MS, oferecendo aulas de português; conhecendo, por meio do contato direto com eles, dificuldades relacionadas ao processo de adaptação no Brasil; e sensibilizando outros setores da sociedade que possam contribuir para a inserção social dessas pessoas. O projeto que vem sendo realizado desde o ano de 2017 por voluntários empenhados em responder de forma humanitária à problemática do aumento da migração forçada nos tempos atuais. Esta experiência aponta que a realização de ações voltadas para o acolhimento a esta população é uma necessidade nos dias atuais, mas também é um importante instrumento de transformação social, na medida em que seus efeitos reverberam sobre aqueles que nele atuam, favorecendo laços de solidariedade entre os indivíduos.*

***Palavras-chave:** Imigração. Acolhimento. Solidariedade.*

[170] Professora Adjunta/Curso de Psicologia/Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: carolinacambor@gmail.com

O aumento do fluxo migratório internacional pode ser considerado uma das questões mais complexas enfrentadas por vários países na atualidade. O crescente aumento da chamada migração forçada das últimas décadas, que é aquela marcada pelo seu caráter "involuntário", motivada por conflitos internos aos países, guerras, perseguições políticas, ações de grupos terroristas e violação dos direitos humanos, configura, conforme a Organização das Nações Unidas (ONU), a pior crise humanitária já vista no mundo desde a sua fundação. Nesse tipo de deslocamento, pessoas deixam seus países sem poder tomar medidas preparatórias para a mudança, em razão da urgência da partida, e não tendo a possibilidade de retornar. Elas chegam em condições marcadas pela precariedade econômica e social, tendo que se adaptar a uma nova cultura, muitas vezes longe de seus familiares e ainda despreparadas para se inserir na vida econômica do novo país. Por isso, esses imigrantes são considerados como os mais vulneráveis dentre a população de deslocados, suscitando a necessidade de proteção nacional (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR], 2018; Jubilut & Godoy, 2017; Milesi & Carlet, 2012; Pacífico & Pinheiro, 2013).

Em 2010, após o território do Haiti ter sido atingido por um forte terremoto que destruiu boa parte das suas cidades, inclusive sua capital, Porto Príncipe, o Brasil concedeu visto de permanência por razões humanitárias aos haitianos que vieram em busca de asilo. Embora a questão do refúgio tenha sido tratada de forma prioritária na agenda interna e externa do Brasil, não foram definidos aspectos relativos às condições de vida desses indivíduos, bem como à sua integração à sociedade, como apontam Pacífico e Pinheiro (2013). Para diminuir a condição de precariedade material e laboral, bem como de sofrimento que marca as condições de vidas dos haitianos no Brasil, muitos segmentos da sociedade, às vezes apoiados por instituições, como igrejas e associações, têm se organizado para acolher esta população, suprindo carências deixadas pelo limitado alcance das ações governamentais.

Assim, tentando diminuir as dificuldades encontradas por haitianos que chegam a Dourados (MS), um projeto de extensão ligado à Universidade Federal da Grande Dourados reúne pessoas que lhes oferecem aulas de português gratuitamente. As aulas são inspiradas no método de ensino Português Língua de Acolhimento/PLAc (Andrighetti, Perna & Porto, 2017; Pereira, 2017), termo que vem sendo empregado para fazer referência ao ensino de português para imigrantes que deixaram seus países de origem por razões forçadas.

2. Solidariedade e acolhimento

Migrar define-se, conforme o Instituto Migrações e Direitos Humanos, como "o movimento de pessoas, grupos ou povos de um lugar para outro" (Instituto Migração e Direitos Humanos [IMDH], 2014). Constitui um direito garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo XIII inciso 2, de 10 de dezembro de 1948: "Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar".

O direito de migrar está em consonância com princípios que norteiam as sociedades individualistas, baseadas em valores como liberdade, igualdade e fraternidade. De acordo com Dumont (1983), a igualdade foi o princípio que impulsionou a individualização da sociedade. Decorre dela a valorização da dimensão individual, da liberdade pessoal, bem como do respeito às singularidades na vida social.

Simmel (1971) analisa a vida social produzida a partir de uma configuração de valores centrada no indivíduo por meio dos conceitos de "individualismo quantitativo" e "individualismo qualitativo". O primeiro expressa a valorização da igualdade (natural) dos indivíduos e o segundo, a valorização da singularidade dos indivíduos. Com a combinação dessas duas perspectivas tem-se o princípio estruturante da visão de mundo do indivíduo contemporâneo: o indivíduo é concebido como sujeito de direitos iguais e, ao mesmo tempo, de experiências singulares.

Assim, entende-se que instituir igualdade é instituir liberdade. A noção de liberdade dos indivíduos advém do reconhecimento da sua condição de igualdade. No entanto, paradoxalmente, o que se observa é que, sendo livres, os indivíduos podem expressar suas idiossincrasias e acabam descobrindo-se diferentes, como assinala Simmel (1971). Assim, constitui-se uma vida social marcada pela diversidade.

Essa discussão remete-nos justamente a um aspecto importante subjacente à problemática do aumento da migração na contemporaneidade: a tensa combinação entre igualdade e liberdade. O direito de migrar está fundamentado no reconhecimento da condição de igualdade e liberdade dos indivíduos. Com o aumento da migração, a liberdade instituída torna os espaços, por onde transitam pessoas de diferentes origens, locais de grande heterogeneidade cultural, tornando visíveis as diferenças entre a população local e os imigrantes. Na convivência estabelecida entre pessoas reconhecidamente "diferentes" não raramente produzem-se tensões que se desdobram, muitas vezes, em fenômenos como aculturação, discriminação, estigmatização etc. São condutas que exprimem notadamente a dificuldade em se promover uma forma de convivialidade respeitosa entre grupos de origem cultural distinta devido ao não reconhecimento da alteridade nas relações interculturais.

Sobre isso, Simmel (1971) alerta-nos que não por acaso a palavra "fraternidade" vem logo após a "liberdade e igualdade". A fraternidade é o elemento que pode neutralizar os embates que surgem com a liberdade e a igualdade e permitir que indivíduos convivam, concebendo-se como iguais, mesmo sendo diferentes. Ela é o antídoto à intolerância cultural, que tantas vezes contamina os contextos onde encontram-se reunidas pessoas de diferentes culturas.

Tudo isso nos fornece pistas para compreender e enfrentar as tensões que emergem no processo de inserção social dos imigrantes que chegam em um país buscando refúgio. É preciso gerar solidariedade. Por isso, a preocupação com o fortalecimento do princípio da

fraternidade nas relações foi considerada como elemento fundamental na prática de acolhimento realizada por meio das aulas de português.

A fraternidade, dimensão diretamente envolvida na realização de projetos que têm como objetivo acolher e amparar os imigrantes, toca não somente aqueles que se beneficiam das ações, o público alvo, mas, especialmente, os voluntários que delas participam. Colocar em prática o acolhimento é uma forma de experimentar, produzir e reproduzir a solidariedade nas relações.

Isso ocorre, pois a experiência do acolhimento produz efeitos profundos na subjetividade de quem a pratica. A hospitalidade, como afirma Hastings (2018), é uma experiência social fundada sobre o encontro de alguém com outro alguém vindo de fora, em um contexto específico, que torna propícia a transformação de si por meio de uma forma de exercício e de aprendizagem. *"Le fait d' accueillir l'étranger, dans son étrangeré et souvent sa vulnérabilité, travail le sujet accueillant"* (Hastings, 2018, p.12).

Acolher suscita questionamentos por parte daquele que empreende o acolhimento. Refletir sobre a hospitalidade não é apenas se interrogar sobre o que se pode proporcionar ao estrangeiro, mas sobretudo sobre o que esse último produz naquele que acolhe (Hastings, 2018). Acolhimento é troca e reciprocidade. É, por isso, um importante meio de transformar o mundo, fazendo propagar o espírito da fraternidade.

Justamente, observamos em nossas ações que o acolhimento aos imigrantes acaba assumindo o duplo propósito de amparar aqueles que estão chegando e, ao mesmo tempo, produzir uma formação humanística e cidadã dos sujeitos que constituem a sociedade de acolhida, como assinala Rosa, 2019. Subjacente a uma prática de acolhimento encontra-se a construção de uma sociedade onde diferenças são abraçadas e respeitadas de forma solidária.

Referências

ADRIGHETTI, G. H., PERNA, C. B. L., & PORTO, M. M. Português como língua de acolhimento na Lomba do Pinheiro: relatos de práticas pedagógicas. Brazilian English Language Teaching Journal, v. 8, n. 2, 2017. Recuperado de http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/belt/article/view/29876/16477

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Protegendo refugiados no Brasil e no mundo. 2018. Recuperado de https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo_ACNUR-2018.pdf

DUMONT, L. Essais sur l'individualisme: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne. Paris: Éditions du Seuil, 1983.

HASTINGS, M. Du côté de chez l'accueillant: contribution à une histoire du sens pratique de l'hospitalité. Hommes & Migrations, n.1323, outubro-dezembro 2018.

Instituto Migrações e Direitos Humanos. Glossário. 2014. Recuperado de https://www.migrante.org.br/imdh/glossario/

JUBILUT, L. L. & GODOY, G. G. (Orgs.) Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97. São Paulo: Quartier Latin/ACNUR, 2017.

MILESI, R., & CARLET, F. Refugiados e políticas públicas. In C. A. S. Silva (Org.), Refugiados e Direitos Humanos. Dourados, Editora UFGD, 2012.

PACÍFICO, A. P., & PINHEIRO, T. K. F. O status do imigrante haitiano no Brasil após o terremoto de 2010 sob a perspectiva do Pós-Estruturalismo. Revista Perspectivas do Desenvolvimento: Um enfoque multidimensional, v.1, n.1, 2013. Recuperado de http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/14376

PEREIRA, G. F. O Português como língua de acolhimento e interação: a busca pela autonomia por pessoas em situação de refúgio no Brasil. Cadernos de Pós-graduação em Letras, v.17, n.1, 2017. Recuperado de http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/viewFile/10248/6507

ROSA, R. C. Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande - MS. Desafios, conquistas e perspectivas. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v.*27, n.*55, 2019. Recuperado de https://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880005513

SIMMEL, G. On individuality and social forms. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

TENSÕES E LIMITES DA RELAÇÃO ENTRE GOVERNAMENTALIDADE E HOSPITALIDADE

Um diálogo a partir de Michel Foucault [171]

TENSIONS AND LIMITS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN GOVERNMENTALITY AND HOSPITALITY:

A dialogue from Michel Foucault

Cesar Candiotto [172]
Thayná de Castro Saczuk [173]

***Resumo**: O presente trabalho se debruça sobre o fenômeno das migrações pensado a partir da tensão entre a ideia de governo introduzida por Michel Foucault e a questão da hospitalidade que, embora não seja objeto específico da reflexão foucaultiana, será analisada sob a ótica das tecnologias da segurança, que obstaculizam o acolhimento ao migrante, sobretudo nas experiências migratórias de natureza forçada. Nesse sentido, pretende-se apontar os limites da hospitalidade, de modo a refletir criticamente acerca das exclusões e dominações produzidas por práticas governamentais de integração.*

***Palavras-chave:** Migrações. Governo. Integração.*

---

[171] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[172] Doutor em Filosofia pela PUC-SP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-PR. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. c.candiotto@gmail.com

[173] Mestranda em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Pós-Graduanda em Filosofia e Teoria do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-graduanda em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. Graduada em Direito pelo Centro Universitário Curitiba. thayna_castro@hotmail.com

1. O fenômeno das migrações forçadas

Tendo em vista a complexidade dos processos de transformação do fenômeno da migração, bem como a emergência de políticas de controle baseadas, fundamentalmente, na produção de discursos de crises (RAJARAM, 2016) e de aversão ao estranho, as quais são legitimadas pela polícia migratória, o presente trabalho parte da premissa de que as especificidades dos movimentos migratórios implicam em diferentes formas de hospitalidade (BOUDOU, 2012). Nesse sentido, o estrangeiro associa-se a diferentes modos de ser aos quais se ligam ações imediatas: o diferente que deve ser compreendido, o anormal que deve ser corrigido, o perigo que deve ser eliminado e o hóspede ao qual se deve dar as boas-vindas (BOUDOU, 2012).

Sob tal aspecto, sabendo-se que nem mesmo migrações voluntárias são livres em absoluto (MEZZADRA, 2015), a própria dificuldade em definir o que se entende por movimento migratório motivado em razão de violência ou perseguição gera impasses ao acolhimento, uma vez que "correspondem a experiências subjetivas heterogêneas, que vão muito além dos limites dos estudos sobre os refugiados e das pesquisas sobre tráfico e contrabando de seres humanos" (MEZZADRA, 2015, p.12), razão pela qual, na prática, são falhos os "regimes jurídicos estabelecidos para assegurar proteção integral" aos migrantes que se deslocam nessas condições (JUBILUT; MADUREIRA, p. 12).

Não obstante a posição crítica deste trabalho distancie-se da tendência universalizante e das tentativas de categorização e catalogação de perfis migratórios, pretende-se analisar os limites dos rituais de hospitalidade em condições nas quais o acolhimento impõe desafios significativos, sobretudo em situações de migração forçada, que envolvem "elementos de coerção e força que intervêm na mobilidade humana" (MEZZADRA, 2015, p. 12). Nesses movimentos, o estrangeiro assume ora o

arquétipo do inimigo – *que deve ser combatido*, ora do tabu – *que deve ser evitado ou controlado*, ora do estranho – *que deve familiarizar-se*.

2. Fluxos migratórios, governamentalidade e hospitalidade

Embora a questão das migrações não seja objeto pontual da análise foucaultiana, pretende-se abordar o tema a partir da noção de governamentalidade que, oriunda do aperfeiçoamento teórico do conceito de poder, corresponde a uma prática calculada e refletida, uma "linha de força que consiste no 'governo' sobre todos os outros – soberania, disciplina". Foucault, portanto, distancia-se da concepção substancial e universalizante do poder, opondo-se à noção de representação tradicional do Estado corporificado e aproximando-se da ideia de comando a partir de uma razão governamental, que intervém na:

> [...] consciência das pessoas, não simplesmente para lhes impor um certo número de crenças verdadeiras ou falsas, como quando os soberanos queriam fazer crer em sua legitimidade ou na ilegitimidade (…), mas de maneira que a opinião delas seja modificada e, com a opinião delas, a maneira delas agirem, seu comportamento como sujeitos econômicos, seu comportamento como sujeitos políticos. (FOUCAULT, 2008, p. 367)

Nesse aspecto, conforme a análise genealógica do poder, Foucault deixa de partir "de noções como soberania, povo, súditos, Estado, sociedade civil" (AVELINO, 2010, p. 141), justamente "para compreender a maneira pela qual essas mesmas noções tidas como universais pela análise sociológica e histórica foram constituídas" (AVELINO, 2010, p. 144). No curso *Sécurité, territoire, population*, Foucault aborda o problema do governo, analisando as "tecnologias de segurança (polícia, planejamento urbano, população etc.)" enquanto mecanismos de controle social (AVELINO, 2010, p. 145), mediante os quais a intervenção do Estado, sob a ótica da regulação de interesses, visa "deixar o melhor-estar de cada um, o interesse de cada um se regular de maneira que possa de fato servir a

todos" (FOUCAULT, 2008, p. 466). Logo, "em derivação relativamente à tecnologia de "polícia" e em correlação com o nascimento da reflexão econômica" (FOUCAULT, 2008, p. 493), surge o problema da população, cuja condução se dá mediante a imposição de uma racionalidade que determina o poder sobre a vida.

No âmbito do governo da vida, o biopoder aparece como um conjunto de mecanismos pelos quais se constituem características biológicas fundamentais, situação em que as técnicas de segurança não subsistem sem uma relação de liberdade, de "possibilidade de movimento, de deslocamento, processo de circulação tanto das pessoas como das coisas". A polícia, nessa perspectiva, insere-se no âmbito de técnicas que determinam e regulam os modos de viver, oportunidade em que a segurança, baseando-se naquilo que deve ou não pertencer à ordem do normalizado, determinará o que pode se situar no nível da população.

A circulação é um dos objetos da polícia, havendo, nesse sentido, um "conjunto dos regulamentos, imposições, limites ou, ao contrário, facilidades e incentivos que vão possibilitar a circulação dos homens e das coisas no reino e, eventualmente, fora das fronteiras" (FOUCAULT, 2008, p. 437). As restrições ou facilidades impostas aos movimentos migratórios dependem sempre das circunstâncias, motivações e condições em que ocorrem, de modo que, na maioria das vezes, os migrantes e refugiados se deslocam como força de trabalho, para serem integrados ou não na cadeia produtiva (RAJARAM, 2018, p. 632).

Partindo dessa perspectiva, a reflexão foucaultiana é fundamental para compreender as técnicas de normalização e de poder e os modos de objetivação universalizantes que produzem sujeitos assujeitados, categorizados e presos à "própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento" (DREYFUS; RABINOW, 1995). Nesse processo de adestramento e domesticação dos corpos, observa-se a intenção não de amarrar as forças para reduzi-las, mas, sim, de procurar "ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num

todo" (FOUCAULT, 2012, p. 164), fabricando indivíduos por meio de uma técnica específica de poder. É nesse sentido que o pensamento foucaultiano é atual e relevante para analisar os movimentos migratórios sob a perspectiva das objetificações do migrante, que, a propósito de uma ideia de pertença e de integração, produzem inclusões excludentes a partir de processos de subjetivação que exercem o controle do corpo social.

Vê-se que, sob uma perspectiva crítica, os processos de integração, a despeito dos propósitos humanitários e de inclusão e a partir de certas práticas governamentais, acabam, eventualmente, por culminar na produção de corpos dóceis – *corpos submissos e exercitados*, cujas forças são potencializadas em termos econômicos de utilidade e enfraquecidas em termos políticos de obediência. A disciplina dissocia o poder do corpo: "faz dele por um lado uma "aptidão", uma "capacidade" que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita" (FOUCAULT, 2012, p. 13).

Nesse sentido, ainda que tais espaços de produção de subjetividade, nas experiências migratórias, nem sempre sejam automaticamente associados a situações de exclusão, é possível observar que o ritual de hospitalidade identifica-se com uma espécie de ritual da obediência, a partir do qual é gerada a identidade de "convidado", "hóspede", de modo que nunca há permissão para escapar de tal estatuto (BOUDOU, 2012, p. 11)[174]. O discurso ficcional da integração, sob tal ponto de vista, produz efeitos de sujeição, a partir da qual o hóspede aceita "certas maneiras de comportar-se e determinados valores" porque entende e quer realizar "a beleza que eles propõem" (CASTRO, 2009, p. 150).

[174] Ao analisar criticamente a hospitalidade, Boudou problematiza a noção de pertencimento sob o aspecto meramente formal: *même s'il se trouve à la même « table » que ses hôtes, est-il pour autant un égal?*, ou seja, mesmo que o hóspede possa se sentar à mesa, será ele, na condição de convidado, igual aos outros?

3. Conclusão preliminar

Este trabalho observa as potencialidades em estabelecer um diálogo acerca dos limites da hospitalidade a partir da noção de governamentalidade desenvolvida por Foucault, a qual, ao superar a concepção tradicional do poder, demonstra como as práticas governamentais de controle sobre os modos de vida é fundamental para repensar noções como soberania, cidadania, hospitalidade e integração. Foucault, no curso *Sécurité, territoire, population*, analisa a "gênese de um saber político voltado para o controle da população por mecanismos de regulação matizados no biopoder", de modo que suas reflexões são relevantes para pensar não só as técnicas de segurança e o controle da circulação a partir da polícia migratória, como, também, os próprios limites da hospitalidade, a qual, à primeira vista, persiste apenas como ideal incondicional sob o aspecto ético, já que, como estatuto jurídico, tende a estar em constante tensão ante práticas e técnicas de governamentalidade, vinculando-se à noção de obediência, de condicionalidade e, em certa medida, de sujeição.

Referências

AVELINO, Nildo. Governamentalidade e Anarqueologia em Michel Foucault. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 25, n. 74, p. 139-157, Oct. 2010 .

BOUDOU, Benjamin. Éléments pour une anthropologie politique de l'hospitalité, Revue du MAUSS, 2012/2, p. 267-284.

CASTRO, Edgard. Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 40. ed., 2012.

MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das Fronteiras e Práticas de Mobilidade. REMHU, Brasília: CSEM, n. 44, p. 11-30, jan./jun. 2015.

RAJARAM, Prem Kumar. Refugees as Surplus Population: Race, Migration and Capitalist Value Regimes, New Political Economy, 23:5, 627-639.

RAJARAM, Prem Kumar. Whose Migration Crisis? Editorial Introduction. Intersections - East European Journal of Society and Politics 2, no. 4. 2016.

UBILUT, Liliana Lyra; MADUREIRA, André de Lima. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30. REMHU, 2014, vol.22, n.43, pp.11-33.

IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O RIO DE JANEIRO

uma memória em um museu[175]

JAPANESE IMMIGRATION TO RIO DE JANEIRO:

a memory in a museum

Thais Sachie Tsuzuki Fernandes[176]

Resumo: *A história da imigração japonesa para o Rio de Janeiro é ainda pouco estudada e conhecida pela sociedade carioca. Mesmo sendo numericamente menor do que a colônia paulista, o Rio possui 19 colônias japonesas, de Angra dos Reis à Nova Friburgo, cuja as histórias e memórias de cada uma delas agora estão expostas no recém inaugurado Museu Histórico da Imigração Japonesa do Rio de Janeiro. Localizado em uma pequena sala na sede da Associação Nikkei do Rio de Janeiro, uma associação cultural japonesa, criada por imigrantes e descendentes para promover a cultura japonesa através de eventos, práticas esportivas e aulas de japonês, artes marciais, taiko, entre outras atividades, o museu foi construído em uma parceria de imigrantes, associados, empresas multinacionais e outras associações culturais e/ou esportivas, como a Renmei. Através dessas memórias e objetos expostos, é possível conhecer uma parte da história carioca e da imigração japonesa ainda desconhecida por muitos.*

Palavras-chave: *Imigração Japonesa. Rio de Janeiro. Memória.*

---

[175] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[176] Mestranda em História, Política e Bens Culturais, do programa de pós-graduação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – FGV. E-mail: thaissachie@yahoo.com.br

1. Introdução

Cercado por quatro paredes, em uma sala pequena, o Museu Histórico da Imigração Japonesa do Rio de Janeiro conta a memória de imigrantes japoneses para o Rio através de objetos que foram doados pelos próprios sujeitos dessa história e seus familiares. Objetos esses que fizeram parte da construção dessas colônias, do dia a dia dessas pessoas, que atravessaram oceanos e chegaram até aqui.

Desconhecido por muitos, essa parte da história carioca é contada pelos objetos dispostos cuidadosamente na sala do museu. A impressão que se tem ao passar pela entrada, é de que já não estamos mais no Rio de Janeiro do século XXI. Estamos no Rio do Japão.

2. O Rio do Japão

Segundo alguns estudos, a imigração japonesa para o Rio de Janeiro foi pioneira, anterior a migração de 1908. Para Marciolino Neto, a primeira tentativa de uma implantação de uma colônia japonesa no Brasil ocorreu nesse estado, em um trabalho conjunto do governo japonês e brasileiro.

> Assim, pensando nos imigrantes japoneses no Rio de Janeiro como uma vantagem para ambos os países, em primeiro de outubro de 1907, firma-se o acordo de imigração entre Rafael Monteiro, agente da Companhia Imperial de Emigração e o presidente do estado do Rio de Janeiro, Alfredo Backer. Nesse acordo fica decidido que ambas as partes se juntariam para implementar uma colônia de imigração na Fazenda Santo Antônio, situada em São Francisco de Paula, Macaé, a 200 km da cidade do Rio de Janeiro. (NETO, 2015, p. 356)

A primeira colônia japonesa no Brasil, a Fazenda Santo Antônio foi, contudo, um fracasso, de modo que os colonos logo desistiram dela e migraram para outras regiões do estado. Assim, quando uma nova leva de imigrantes chegou ao país, foram alocados

preferencialmente nas lavouras de café, para ocupar as funções que antes tinham eram dos imigrantes europeus e, mais anteriormente, dos escravos negros.

Anos mais tarde, novos imigrantes japoneses chegaram ao Rio para trabalhar em outras regiões agrícolas. Uma delas foi o município de Cachoeiras de Macacu. Palco de conflitos políticos durante a ditadura militar por disputas de terras entre grileiros e trabalhadores agrários, lotes foram vendidos para núcleos coloniais japoneses e italianos. Segundo Brito

> Em 1951, com o intuito de criar um cinturão verde para abastecer cidade do Rio de Janeiro, o então presidente da República, Getúlio Vargas, por meio da Divisão de Terras de Colonização (DTC), desmembrou a Fazenda Papucaia e criou o Núcleo Colonial de Papucaia. Posteriormente, em 1954, com a mudança de órgãos responsáveis pelos projetos de colonização, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic) passou a tomar conta dessas terras. Com essa iniciativa, a região obteve altos índices de crescimento populacional ao longo da década de 1950, pois, além da produção frutícola, também apresentava a possibilidade de extrair madeira e fabricar carvão. (...) Porém, existia então a compreensão de que o imigrante estrangeiro era um agricultor mais eficiente, privilegiando-se, assim, italianos e japoneses na distribuição destes lotes. (BRITO, 2018)

Além da colônia de Papucaia, essa mesma região também abrigou as colônias de Japuíba e Funchal, ambas vizinhas à Papucaia. Porém, ao contrário das outras duas, a colônia de Funchal foi criada com uma participação mais ativa do governo japonês, sendo a mais nova das colônias no estado. Originalmente, o terreno não era uma fazenda, mas sim uma área que pertencia à uma fábrica de vidros, conhecida como "Vidreira".

> Vidreira ficava a 110 km do Rio de Janeiro (relativamente perto) e também ao ver o número da população total do Rio que era de 5 milhões (na época), a empresa Ijuu Shinko ficou muito interessada. Para a negociação do terreno participaram pessoas conhecidas pelos japoneses da época como Masayoshi Wakikawa e Kanji Shirato. Do Japão, vieram três inspetores para o reconhecimento do local. (...) algo determinante para a escolha do lugar foi que "se um homem pobre e solteiro consegue sobreviver naquele local, muito mais os imigrantes com família e força braçal". (Comissão de elaboração do livro comemorativo dos cem anos da imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro, 2008)

Em 1959, o terreno foi comprado, loteado e distribuído para as famílias que chegavam do Japão, na época era um país em reconstrução, que se recuperava da devastação causada pela guerra. Funchal foi construída majoritariamente por esses

imigrantes recém-chegados. A maioria deles era de ex-funcionários de mineradoras que tinham falido, deixando-os desempregados.

> Observando as profissões exercidas pelos imigrantes, podemos ver que 50% eram funcionários nas mineradoras de Hokkaido e de Kyuushu, 40% eram professores, técnicos, comerciantes e outros, e apenas 10% tinham experiência na agricultura. Por causa desse quadro, o departamento de agricultura da embaixada em São Paulo, o Consul Yoshiga e também um funcionário do Ijuu Shinko enviado do Japão permanentemente, Seiji Ogura (Santa Cruz), foram enviados para orientar os agricultores, principiantes. (Comissão de elaboração do livro comemorativo dos cem anos da imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro, 2008)

A nova vida desses imigrantes começava agora longe de casa, com uma atividade que muitos não dominavam, mas se empenharam para cumprir. Em 1967, fundaram a escola de língua japonesa de Funchal, com uma grande festa. O churrasco que promoveram atraiu pessoas de colônias próximas e vizinhas. Alguns rememoram esse evento com emoção, pois foi a primeira vez que viram tanta fartura a mesa.

Outro momento marcante para esses imigrantes foi a visita do casal imperial, que na época eram ainda os herdeiros ao trono, o Príncipe Akihito e a Princesa Michiko. Ao serem avisados da visita a colônia, os japoneses se preparam para receber o casal imperial. Ao chegarem, os príncipes fizeram perguntas aos colonos e conversaram como se preocupassem com seus súditos do além-mar. Nas memórias de um dos colonos presente à época

> No momento de saída, no carro, o príncipe perguntou: "aprendeu o português?" Eu respondi: "não consegui aprender". Após isso, ele disse: "Atualmente a mineradora de carvão está com uma série de problemas" e eu me surpreendi com a memória e o conhecimento de questões internas do Japão. (Comissão de elaboração do livro comemorativo dos cem anos da imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro, 2008)

A menção à mineradora mostrava também que o príncipe sabia quem eram os colonos daquela região. Apesar de ter os poderes políticos limitados, tido pelas demais nações como meramente simbólico, o futuro imperador demonstrava naquele diálogo que ele não era apenas mais um símbolo nacional, assim como que o país não havia se esquecido de seus cidadãos.

3. Os objetos contam uma memória

Na pequena sala de quatro paredes, o visitante é recebido na estrada com uma foto do antigo casal imperial, ainda enquanto príncipe e princesa. Seus sorrisos singelos nos recebem ao Japão do Rio. Dentro da sala, estão dispostos objetos que atravessaram o Atlântico.

Em uma das paredes, estão dispostas objetos de arar a terra, como enxadas; plainas, serrotes entre outros instrumentos de construção conhecidos por muitos de nós, brasileiros. Contudo, tais instrumentos possuem uma peculiaridade. De tamanhos e formatos diferentes, suas lâminas hoje enferrujadas, foram utilizadas para as construções de colônias japonesas. Marcadas com carimbos ou entalhes, identificadas com placas de papel, cada uma delas possui os nomes em português e em japonês, assim como a colônia de origem: Funchal, Papucaia, Santa Alice, Nova Friburgo, e criaram casas, barracões, araram a terra e auxiliaram um povo distante a recomeçar suas vidas do zero em solo brasileiro. Sobre Funchal:

> No início fizeram a derrubada da mata, a queimada e a construção de seu próprio barraco para a moradia, porém, até a construção da própria residência, moraram num acampamento construído no próprio terreno, mas pela vinda contínua dos imigrantes, a regra era que cada família poderia fazer uso do acampamento durante um mês. (Comissão de elaboração do livro comemorativo dos cem anos da imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro, 2008)

Outros objetos também estão expostos no museu. Tabuleiros de jogos como *Go*, *Mahjong* e *Shogi*, utensílios de cozinha (pratos de laca, uma panela de arroz, um moedor de soja para fazer tofu), livros de receita, documentos antigos, álbuns de fotografia. São objetos que possuem memórias, e contam uma história. Nas paredes, painéis informam a breve história de como cada uma das 19 colônias surgiu. Uma linha do tempo, que começa em 1867 até o ano de 2018 mostra a relação de amizade entre Brasil e Japão.

As visitas da família imperial também estão expostas através de imagens e textos explicativos, presentes na linha do tempo. Uma linha com muitos marcos históricos, que indicam que o Japão do Rio ainda possui muitas histórias a serem rememoradas.

4. Considerações Finais

O presente trabalho é uma parte de uma pesquisa maior, em desenvolvimento, que visa estudar a imigração japonesa através das memórias de imigrantes e seus descendentes. Através desse outro olhar, que analisa as memórias desses indivíduos, é possível redescobrir a história da imigração japonesa para o Rio de Janeiro, pouco conhecida e divulgada. Essas memórias podem vir tanto das pessoas quanto dos objetos expostos no Museu Histórico da Imigração Japonesa do Rio de Janeiro.

Referências

BRITO, R. B. "Luta-se pela terra livre": conflitos fundiários e ocupações de terra na região da Fazenda São José da Boa Morte. In: MEDEIROS, L.S. Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

Comissão de elaboração do livro comemorativo dos cem anos da imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro. História dos Cem Anos da Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro. São Paulo: Nippak Graphics, 2008.

NETO, M.E.C. A Imigração Japonesa no Estado do Rio de Janeiro: História, Colonização, Ensino de Língua Japonesa. Anais do VI Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF – Estudos de Linguagem, nº1, 2015, p. 354 a 369. Disponível em: http://www.mhijrio.com.br/Arquivo/IJRJ.pdf. Acesso em: 19/08/2019

TOMOKO, J. P. Resgate de uma História: os japoneses no estado do Rio de Janeiro. In: Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

A INVISIBILIDADE DA MULHER REFUGIADA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL[177]

THE INVISIBILITY OF THE WOMEN REFUGEE VICTIM OF SEXUAL VIOLENCE

Adriana Miranda Ramos Costa[178]

Resumo: *O presente estudo empreendeu uma revisão integrativa, verificando-se o estado do conhecimento envolvendo os temas mulheres refugiadas e vítimas de violência sexual no contexto migratório no âmbito da produção acadêmica brasileira. Trata-se de uma pesquisa documental, que faz a revisão bibliográfica dos textos publicados a partir do ano de 2015, estendendo-se até 14 de janeiro de 2019. Quatro trabalhos compuseram o corpus do estudo. O estudo constatou que o sofrimento associado à violência sexual e agravado pela condição de refúgio poderá gerar graves consequências para a saúde dessas mulheres. Concluiu que diante da escassez de publicações nacionais, faz-se necessário o aprofundamento dos estudos sobre esta população apontando para a necessidade de uma atenção multidisciplinar voltada para este público.*

Palavras-chave*: Mulher refugiada. Violência sexual. Violência de gênero.*

---

[177] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[178] Aluna do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP / Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, adrianamirandadv@yahoo.com.br.

1. Introdução

Segundo a Agência das Nações Unidas para Refugiados da Organização das Nações Unidas (ACNUR/ONU) mulheres e crianças representam pelo menos metade das pessoas deslocadas no mundo.

Mulheres e meninas são as que mais sofrem abusos contra seus direitos humanos, são expostas a várias formas de coerção: violência sexual, tráfico de mulheres e escravidão em locais de trabalho. Para preservar suas vidas, fogem de seus países de origem e buscam refúgio em locais onde possam ter seus direitos garantidos.

A perseguição à mulher passou a ser reconhecida como motivo para a concessão de refúgio. De acordo com a ONU (2017), uma em cada cinco refugiadas é vítima de violência sexual no mundo.

O trabalho parte do pressuposto que as mulheres são as primeiras vítimas da violência sexual como arma de guerra para humilhar, dominar e intimidar uma comunidade ou grupo étnico. Assume que estão expostas a violência sexual durante o deslocamento e quando chegam ao seu destino, que muitas vezes apresentam condições precárias, e que tais violações têm repercussões graves na saúde da mulher refugiada.

2. Metodologia

Trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica. Utilizou-se o método de revisão integrativa (DE SOUZA, DA SILVA & DE CARVALAHO, 2010) com o levantamento de trabalhos nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e *Medical Literature Analysis and*

Retrieval Sistem (Medline). Optou-se por estabelecer um limite temporal[179] à pesquisa, analisando-se publicações a partir do ano de 2015, estendendo-se até janeiro de 2019. Foram incluídos trabalhos em língua portuguesa e inglesa.

O critério de busca foi a combinação dos termos "refugiado" ou "migrante" ou "imigrante" e "mulher" e "saúde pública" ou "violência sexual" (usado como descritor e palavra chave), em português e inglês, com o operador boleano *and*.

3. Resultados

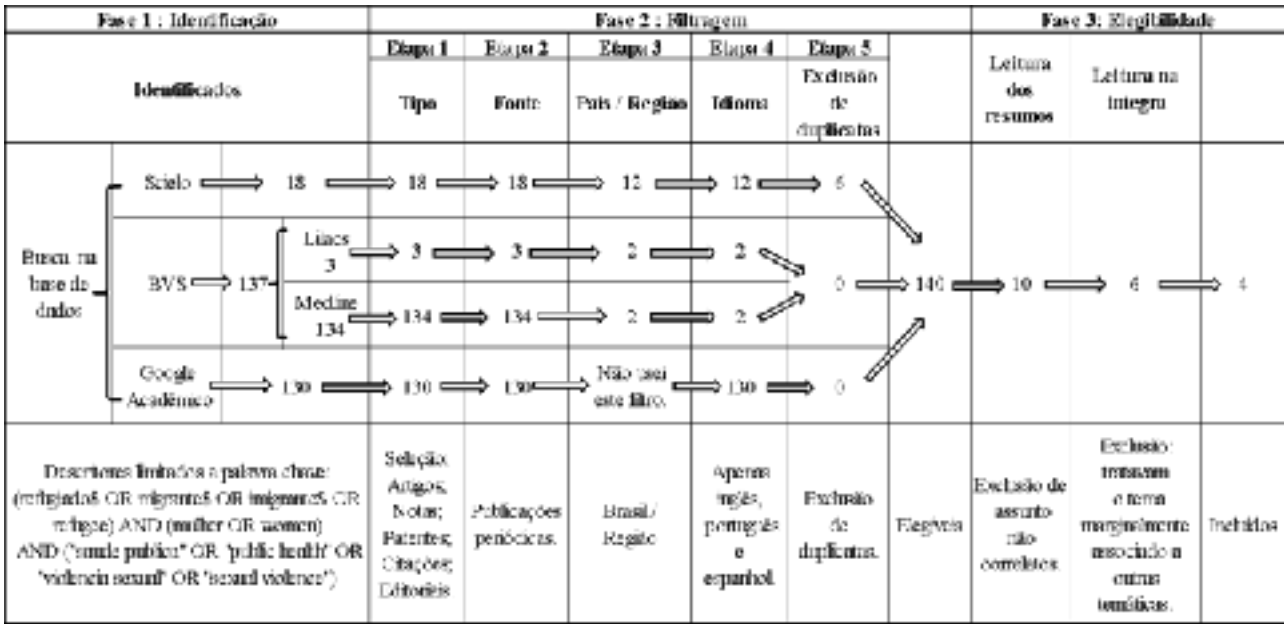
Selecionamos um total de 146 publicações (12 no Scielo, 4 na BVS e 130 no Google Acadêmico). Após a eliminação das duplicatas, chegou-se a 140. Com a leitura dos resumos, foram excluídos 131 trabalhos não correlatos à temática, constituindo a seleção final de 10 artigos.

Após a leitura na íntegra, 6 foram excluídos por não tratarem o tema da violência sexual sofrida por mulheres refugiadas ou fazê-lo marginalmente, 4 publicações compuseram o corpus do estudo.

A Figura 1 apresenta esquematicamente as fases da revisão bibliográfica.

[179] A busca sem limite temporal ou com limite diferente do escolhido disponibilizou um vultoso número de artigos que deveriam ser analisados e implicou a necessidade de reduzi-lo. Mesmo assim o limite temporal utilizado resultou em grande número de artigos a serem analisados.

FIGURA 1 – fases da revisão bibliográfica



FONTE – RAMOS COSTA, 2019.

Os textos apresentados no Quadro 1 possuem em comum a narrativa sobre o panorama mundial da migração, o reconhecimento de que a violência sexual sofrida pelas mulheres migrantes/refugiadas constitui uma das mais importantes violações de direitos humanos, que possui estreita relação com a questão de gênero e que os instrumentos de proteção existentes são insuficientes para a garantia dos direitos humanos destas mulheres.

QUADRO 1 - Características dos artigos analisados

Autor e Ano	Título	Tipo de pesquisa / Método	Objeto / Objetivo de Estudo
Jetro Santos, Jefferson Drezett, Alan de Loiola Alves, 2015	Características sociodemográficas de migrantes bolivianas com gestação decorrente de violência sexual atendidas em serviço público de referência para abortamento legal, de São Paulo, Brasil, 2005 - 2014	Retrospectivo / documental com amostra de conveniência	Identificar características sociodemográficas de migrantes bolivianas com gestação decorrente de estupro, acolhidas em serviço público de referência para abortamento.
Simone Andrea Slavim, Maria Marlene Moraes da Costa, 2016	Mulheres Refugiadas e Vulnerabilidade: a Dimensão da Violência de Gênero em Situação de Refúgio e as Estratégias do ACNUR no Combate a essa Violência	Revisão bibliográfica / documental Método dedutivo	Entender o fenômeno das migrações, em especial o refúgio, para demonstrar que as várias dimensões da violência sofrida por mulheres refugiadas não são alcançadas pelas instituições responsáveis por sua atenção.
Elysiane Barros Moreira, Junior Gonçalves Junior, André Luiz Sant'Anna, Antônio Marlos Duarte de Melo Athena de Albuquerque Faria, Bertran Maria Moreira Duarte Santiguida, Osvane de Oliveira Marinho, 2018	Considerations On Refugee Women in Brazil	Artigo de reflexão	Reflexão sobre as mulheres refugiadas
Daniela Batista Etiene, 2018	Violência de Gênero no Contexto da CriseMigratória os problemas na efetivação dos Direitos Humanos das mulheres	Monografia	Discutir a violência de gênero no contexto da crise migratória e os problemas na efetivação dos direitos humanos das mulheres refugiadas

FONTE – RAMOS COSTA, 2019.

Daniela Batista Etiene (2018, texto 4) afirma que a garantia da privacidade na esfera doméstica acabou por se tornar uma ferramenta de dominação masculina, que é refletida no estupro conjugal e na violência doméstica. A autora lança luz ao fato de que a violência de gênero só ocorre no contexto da migração porque é negligenciada no cotidiano das comunidades, através das relações desiguais de poder e nas expectativas atribuídas a cada gênero.

Jetro Santos, Jefferson Drezett e Alan de Loiola Alves (2015, texto 1) apontam como consequência para as mulheres em situação de violência sexual, os impactos psicológicos. Também relacionam traumas físicos, com possibilidade de letalidade, bem como doenças

sexualmente transmissíveis (DST). Dão ênfase a gravidez em decorrência do estupro, considerada como uma segunda violência, que a expõe a uma série de complicações sociais, físicas e psicológicas.

Constatam que há a necessidade de recorrer ao aborto clandestino em condições inseguras, pois nem todas as mulheres têm acesso a serviços de saúde preparados para interromper a gravidez, o que pode gerar consequências ainda mais graves; que não existem investigações suficientes que demonstrem em quais condições esses crimes ocorrem ou os desdobramentos das gestações decorrentes do estupro.

Enfatizam o fato que na violência sexual, a imposição patriarcal do matrimônio, a exploração sexual comercial, a gravidez forçada e o abortamento representam o extremo cerceamento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Elysyana Barros Moreira et al. (2018, texto 3) identificam outros problemas enfrentados no caminho a procura de segurança, quais sejam: o aumento do número de crianças e os casamentos forçados entre a população de refugiados, como forma de garantir alguma proteção para as mulheres jovens, perpetuando a ideia de mulher-propriedade.

Simone Andrea Schwinn e Marli Marlene Moraes da Costa (2016, texto 2) abordam as dimensões da violência em situação de refúgio com destaque para a violência sexual e de gênero, apontando as razões da migração feminina.

Os textos 2 e 4 abordam os cinco compromissos assumidos pela ACNUR para atender as necessidades de proteção das mulheres refugiadas.

Uma categoria de destaque em mais de um artigo se refere as dificuldades em se obter dados estatísticos confiáveis: no texto 1 o autor as vincula as investigações insuficientes que demonstrem em quais condições esses crimes ocorreram ou os desdobramentos das gestações decorrentes do estupro; e que o número de denúncias pode

ser menor pois muitas são indocumentadas no país, dificultando suas relações com os sistemas de segurança e justiça.

A autora do texto 4 (ETIENE, 2018) sustenta a existência de motivos que elevam o desconhecimento das condições das sobreviventes da violência sexual, que vão além da estigmatização social, para alcançar a necessidade de se conviver com a revitimização, a impunidade dos agressores, fatores que fomentam os sentimentos de descrença no sistema penal formal; enfatiza que a violência sexual neste contexto também é perpetrada por agentes estatais, emergindo mais um motivo para o silêncio.

A autora detalha a violência de gênero relacionada à violência sexual sofrida ainda no país de origem, seja em decorrência de conflitos armados ou das próprias políticas e legislações patriarcais, enfatizando a gravidade da mutilação genital feminina e o casamento infantil. Sustenta que quando os países enfrentam conflitos armados a violação dos direitos das mulheres igualmente mostra-se presente, com requintes maiores de crueldade, devido à disposição de seus corpos como importante papel no processo de conquista e sentimento de vitória.

A autora identifica que o fato das mulheres não saberem de onde partirá a violência aumenta a sua vulnerabilidade quando do movimento transfronteiriço.

Nos textos 2 e 4 há a constatação de que a preocupação com o aumento dos casos de violência e o reconhecimento da vulnerabilidade das mulheres, fez com que órgãos internacionais e nacionais de proteção aos refugiados criassem mecanismos para reduzir os casos de violência e prestar assistência àquelas que já foram vítimas.

4. Conclusão

Constatou-se uma lacuna importante nessa área, sendo necessário o aprofundamento dos estudos sobre essa população, estabelecendo uma discussão com a abertura do diálogo entre serviços e membros da comunidade como forma de garantir que às respostas à saúde sejam sensíveis a diversidade cultural, necessidades e crenças das mulheres refugiadas.

É evidente que o sofrimento associado à violência sexual e agravado pela condição de refúgio poderá gerar graves consequências para a saúde dessas mulheres. Apesar desta constatação as doenças prevalentes no grupo, com duplo grau de vitimização, são pouco exploradas. Ressalta-se a necessidade de um olhar apurado para essas mulheres e para o desenvolvimento de estratégias capazes de acolhê-las considerando suas múltiplas demandas.

Diante da escassez de publicações nacionais relacionadas ao tema faz-se necessário estudar e monitorar os fatores que condicionam o estado de saúde dessas mulheres, de forma a produzir instrumentos de proteção e garantia dos direitos humanos das mulheres refugiadas.

Referências

ACNUR. Dados sobre refúgio no Brasil. www.acnur.org, 2019. Disponível em: <(https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 16, janeiro de 2019.

ACNUR. Temas específicos Mulheres. www.acnur.org, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/temas-especificos/mulheres/> Acesso em: 21, janeiro de 2019.

DE SOUZA, M. T.; DA SILVA, M. D.; DE CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein, v. 8, n. 1 Pt 1, 2010, p. 102-106.

ETIENE, D. B. Violência de Gênero no Contexto da Crise Migratório: os problemas na efetivação dos Direitos Humanos das Mulheres. Trabalho de conclusão de curso Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

MOREIRA, E. B.; et al. Considerations on Refugee Women in Brazil. Am. In. Mult. (5) 3, 2018, p. 28-34.

ONU. Relatório anual de tendências globais. www.nacoesunidas.org, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/com-maior-contingente-de-pessoas-deslocadas-da-historia-mulheres-sofrem-violacao-de-direitos/>. Acesso em: 16, janeiro de 2019.

ONU. Uma em cada cinco refugiadas é vítima de violência sexual no mundo. www.nacoesunidas.org, 2017. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/onu-uma-em-cada-cinco-refugiadas-e-vitima-de-violencia-sexual-no-mundo/>.

RAMOS COSTA, M. A. A invisibilidade da mulher refugiada vítima de violência sexual. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialização em Direitos Humanos e Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)/Fundação Oswaldo Cruz – (FIOCRUZ), 2019.

SANTOS, J.; DREZETT, J.; ALVES, A. L. 2015. Características sociodemográficas de migrantes bolivianas com gestação decorrente de violência sexual atendidas em serviço público de referência para abortamento legal, de São Paulo, Brasil, 2002 – 2014. Reprodução e Climatério, vol. 30, n.1, 2015.

SCHWINN, S. A.; COSTA, M. M. M. Mulheres Refugiadas e Vulnerabilidade: A dimensão da Violência de Gênero em Situações de Refúgio e as Estratégias do ACNUR no combate a essa violência. Revista Signos, ano 32, n.2, 2016.

(AUTO)BIOGRAFIAS DE REFUGIADOS SÍRIOS: construções discursivas sobre a relação Oriente e Ocidente[180]

(AUTO) BIOGRAPHIES OF SYRIAN REFUGEES: Discursive constructions on the East-West relations

Daniele dos Santos de Souza[181]

***Resumo**: Desde 2015, o mercado editorial tem colocado em circulação obras (auto)biográficas e ficcionais cujo enredo central é a fuga de pessoas oriundas da Síria rumo à Europa em busca de refúgio. Tais produções costroem sentidos sobre a relação Ocidente e Oriente, além de permitir novos olhares sobre o mundo contemporâneo. Esta pesquisa busca analisar o discurso colocados em circulação nessas autobiografias a fim de apresentar possíveis entendimentos sobre os efeitos produzidos sobre o refugiado sírio e a relação Ocidente e Oriente. Os resultados sugerem que há, nessas obras, uma narrativa-mestra que aponta uma rota de fuga que parte de um Oriente (infernal) rumo a um Ocidente (paradisíaco). Os efeitos de sentido produzidos são múltiplos, visto que, assim como sistemas de pensamento tais quais o (neo)orientalismo podem marginalizar outros modos de vida, a questão do refúgio pode incentivar a solidariedade voluntária.*

***Palavras-chave:** Refugiado. Síria. Autobiografia*

---

[180] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019

[181] Mestre em Estudos de Linguagem (UFMT) e Doutoranda em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFMT. E-mail: danielesouza@ufmt.br

1. Introdução

As circunstâncias sociopolíticas ou climáticas, que fogem ao controle individual, possibilitam que pessoas, as quais em tempo algum pensaram em abandonar seus locais de origem, sejam forçadas a migrarem para lugares nunca antes imaginados. Na última década, tornar-se um refugiado tem sido a vivência de milhões de pessoas das mais distintas partes do globo terrestre: os venezuelanos em diferentes cidades do território brasileiro, os sudaneses na Turquia, os afegãos no Paquistão ou os sírios espalhados pela Europa. Conforme dados do ACNUR (2018), na última década, 22 milhões de pessoas buscaram refúgio em outros países e a população de apátridas é estimada em 10 milhões de pessoas. Conforme nos aponta Bauman (2017), estamos em um momento ou/ou: ou nos damos as mãos ou rumaremos juntos para a vala comum. Quanto aos refugiados sírios, o conflito armado na Síria após as Revoluções Árabes[182] tem impulsionado a fuga de grandes contingentes de pessoas e, apesar das políticas de encerramento das fronteiras, a migração forçada tem perdurado e transmutado algumas das questões a ela relacionadas para as sociedades de destino.

No último quinquênio, a Guerra Civil na Síria e a crise humanitária de refugiados têm se tornado temática principal no enredo de diversas obras ficcionais e autobiográficas. Conforme levanto em Souza (2018), o mercado editorial tem popularizado obras como *Eu venho de Alepo* de Joude Jassouma, *Nujeen* de Nujeen Mustafa, *Uma esperança mais forte que o mar* de Melissa Fleming, *A memória do mar* de Khaled Hosseini, *Diários de Raqqa* de Samer, *O menino de Alepo* de Sumia Sukkar, *Lua de Mel em Kobane* de Patrícia Campos Mello, *Querido Mundo* de Bana Alabed, *The morning they came for us: dispatches from Syria* de Janinie Di Giovanni, *The home that was our country: a memoir of Syria* de Alia Malek, *No turning back: life, loss and hope in wartime Syria* de Rania Abouzeid, *The boy on the beach* de Tima

[182] Onda de protestos, que ficou conhecida como Primavera Árabe, ocorrida entre 2010 e 2011 em diversos países do Oriente Médio e Norte da África.

Kurdi, dentre outros. Tais produções literárias (re)constroem sentidos sobre a relação Ocidente e Oriente, narram histórias individuais e coletivas de fuga e refúgio, além de permitir novos olhares sobre o mundo contemporâneo. A contemporaneidade da temática e sua recorrência não se reservam apenas à mídia televisiva ou aos portais de notícias virtuais, mas também às produções literárias.

O sucesso das autobiografias de refugiados sírios revela que é relevante o consumo de tais obras, o que coaduna com o interesse ocidental de conhecer esse Outro tão diferente, além de produzir sentidos a respeito da experiência do refúgio e da guerrra síria. O aumento do número de produções sobre tal temática em espaço temporal tão curto, aliado ao fato de muitas obras serem traduzidas rapidamente para outros idiomas, parece apontar para a constituição de uma indústria de narrativas de refugiados sírios crescente a cada mês e que provoca questionamentos, tais como: Refugiar-se é buscar a paz? Há paz na sociedade de refúgio? E, em especial, tendo em vista que a discussão proposta aqui, focaliza o seguinte: Quais as verdades em veiculação e seus efeitos de sentido quando entendemos tais histórias de vida como narrativas dominantes? Quais outras verdades podem ser silenciadas ou diminuídas?

Neste sentido, a fim de entender os discursos e sentidos postos em circulação por tais histórias de vida, discuto a narrativa-mestra presente em muitas dessas obras e que traça uma rota de fuga que parte de um Oriente (infernal) rumo a um Ocidente (paradisíaco) de modo a construir discursivamente os sentidos sobre a relação Ocidente e Oriente. Com o intuito de nortear a análise proposta, o estudo circulará em torno das questões: Como tais obras constroem a narrativa-mestra do refúgio sírio? Quais as verdades em veiculação e seus efeitos de sentido quando entendemos tais histórias de vida como narrativas dominantes? Quais outras verdades podem ser silenciadas ou diminuídas?

Insiro tal pesquisa no campo acadêmico dos Estudos Linguísticos, sobretudo da Linguística Aplicada. Conforme se verifica em Moita Lopes (2006), as últimas três décadas

têm sido de grandes transformações nos estudos linguísticos, visto o caráter transdisciplinar (e indisciplinar) da Linguística Aplicada e sua aproximação com os temas relativos à identidade, política e vida social. Considerando o exposto, é neste tempo/lugar de abordagens múltiplas que este trabalho se insere para que a pesquisa possa contemplar "outras histórias sobre quem somos ou outras formas de sociabilidade que tragam para o centro de atenção vidas marginalizadas" (MOITA LOPES, 2006, p. 27). Entendo que trazer para o centro as narrativas das vidas em fuga colabora para a construção de uma agenda anti-hegemônica, visto que a compreensão do mundo contemporâneo perpassa pelo questionamento das narrativas dominantes, dos discursos postos e das verdades ditas únicas.

2. Metodologia

Para gerar e analisar os dados, a pesquisa se ampara na abordagem de pesquisa qualitativa, que possibilita ao pesquisador a interpretação, ou entendimento, dos sentidos de um determinado fenômeno social (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2012), bem como dos significados que as pessoas a ele conferem (DENZIN; LINCOLN, 2006). O corpus principal é constituído por excertos textuais e figuras extraídos dos livros *Eu venho de Alepo* de Joude Jassouma, *Nujeen* de Nujeen Mustafa e *Uma esperança mais forte que o mar: a jornada de Doaa Al Zamel* de Melissa Fleming, os quais são analisados através do paradigma interpretativo que é próprio da pesquisa qualitativa. As figuras analisadas são as capas das obras citadas, as quais apresentam o rosto do refugiado sírio, elemento que personifica e nos permite perceber como a imagem do refugiado é construída na obra.

O estudo do discurso proposto não está limitado à análise da materialidade linguística, pois está amparado nas concepções foucaultianas de formação discursiva, enunciado, relações de poder, verdade e poder (FOUCAULT, 2008; 2012). Para tal

pesquisa, o estudo do discurso se concentra na análise enunciativa foucaultiana, visto que analiso as relações de verdade e poder, o estudo de enunciados que contribuem para a construção de determinados sentidos no momento histórico atual, ou seja, o período compreendido após 2015, quando emergem as autobiografias de refugiados sírios.

3. Discussão e resultados

Noto que o gênero autobiográfico tem como característica o convencimento sobre a verdade daquilo que é narrado, visto que há a utilização de procedimentos que certificam a autenticidade do relato, tais como a assinatura, a afirmação da identidade do autor, o modo de escrita, a foto de rosto que estampa as capas, dentre outros (LEJEUNE, 2014). Como tentativas de escrita da história, as obras (auto)biográficas de refugiados sírios permitem a circulação de novas verdades sobre a guerra na Síria, a experiência da fuga e do refúgio, bem como a relação Ocidente e Oriente, numa acepção foucaultiana da verdade (FOUCAULT, 2012).

Conforme analisado em Souza (2018), as migrações forçadas contemporâneas que partem do Oriente em direção ao Ocidente ecoam a fragilidade de entidades que se pretendem resistentes, além de colocarem em evidência a vulnerabilidade social a que todos estão sujeitos – refugiados e membros da sociedade destino. A vulnerabilidade destes últimos também é exposta, pois, conforme alude Bauman (2017a, p.21), os refugiados "nos lembram, de modo irritante, exasperante e aterrador, a (incurável?) vulnerabilidade de nossa própria posição e a endêmica fragilidade de nosso bem-estar arduamente conquistado".

4. Considerações Finais

Os resultados sugerem que tais autobiografias colocam em circulação discursos que apontam o Ocidente como o espaço da liberdade e da paz de maneira a ignorar os infortúnios pelos quais muitos dos refugiados passam ao buscarem o refúgio nos Estados ocidentais. Os efeitos de sentido produzidos não são únicos, já que, ao mesmo tempo em que sistemas de pensamento como o (neo)orientalismo reforçam a violência estrutural e marginaliza outros modos de vida, a questão do refúgio pode incentivar a solidariedade voluntária nas sociedades de destino.

Referências

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?: reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 451-470, Ago. 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 jul. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. Estranhos à nossa porta. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017a.

_____. Retrotopia. Tradução Renato Aguiar. 1ª ed. Versão Kindle. Rio de Janeiro: Zahar, 2017b.

DESLAURIERS, Jean Pierre, KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean, et al. A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis(RJ): Vozes, 2012, p. 127-153

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Tradução Sandra Regina Nietz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DABASHI, Hamid. Post-orientalism: knowledge and power in a time of terror. Kindle Edition. New York: Routledge, 2017.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto (Org.). Microfísica do poder. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

LEJEUNE, Philippe; NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org.). O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Uma lingüística aplicada mestiça e ideológica: Interrogando o campo como lingüista aplicado. In: Por uma Linguística Aplicada indisciplinar. (org.) MOITA LOPES, Luiz Paulo da. São Paulo: Parábola, 2006.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. 6a. reimp. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2016.

SAYAD, Abdelmalek. Imigração ou os paradoxos da alteridade. Tradução Cristina Murachco. São Paulo, Edusp, 1998.

SOUZA, Daniele dos Santos de. Eu venho de Alepo: o discurso (neo)orientalista na (auto)biografia de um refugiado sírio. 92 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018. Disponível em: < https://1drv.ms/b/s!Arwufl63ZvaFgTafKqsvqmzWU338>. Acesso em: 09 ago. 2019.

O PAPEL DA CULTURA NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS EM SAÚDE MENTAL PARA IMIGRANTES E REFUGIADOS[183]

THE ROLE OF CULTURE IN MENTAL HEALTH POLICIES AND PRACTICES FOR IMMIGRANTS AND REFUGEES

Igor de Assis Rodrigues [184]

Francisco Javier Ortega Guerrero[185]

***Resumo**: Tendo em vista o aumento dos fluxos migratórios de sujeitos que buscam o Brasil como local de residência ou de trânsito, coloca-se como determinante pensar os impactos na saúde mental de imigrantes e refugiados derivados do processo migratório, da adaptação ao país de acolhida e, por vezes, das violações de direitos humanos aos quais essa população é submetida. Neste contexto, o campo teórico e prático da saúde mental brasileira possui desafios consideráveis quando a temática da cultura é considerada. Devido a suas características históricas, a saúde mental brasileira muitas vezes se refere aos aspectos étnicos, raciais, religiosos e de gênero como secudários. Frente aos múltiplos sentidos do processo saúde-doença, às diferentes tradições e manifestações culturais, o trabalho em tela busca provocar reflexões sobre o papel da cultura na assistência e nas políticas de saúde brasileiras.*

***Palavras-chave:** Saúde Mental. Diversidade Cultural. Imigração. Refúgio.*

---

[183] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[184] Mestrando no Instituto de Medicina Social/UERJ. Psicólogo, especialista em saúde coletiva, especialista em psicanálise e saúde mental. E-mail: rodriguesidea@gmail.com.

[185] Doutor em filosofia. Docente e pesquisador no Instituto de Medicina Social/UERJ.

1. Contextualização

O presente trabalho caracteríza-se como uma pesquisa de mestrado em curso. São discutidas questões pertinentes ao campo da saúde mental brasileira quando provocada pelo encontro de seus referenciais clássicos com as especificidades culturais de populações imigrantes.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, em 2018 o fenômeno alcançou o número de 70,8 milhões de indivíduos (ACNUR, 2019). Dentre essa população destacam-se os refugiados, pessoas submetidas a ultrapassar as fronteiras internacionais por determinados receios ou por graves violações de direitos humanos (ACNUR, 1951; BRASIL, 1997) que em 2018 chegou a 25,9 milhões (ACNUR, 2019).

Parcela do fluxo migratório tem o Brasil como destino ou país de trânsito. Segundo o Comitê Nacional para Refugiados, até o fim de 2018, foram reconhecidos 11.231 refugiados. Somam-se a estes os mais de 161.057 mil processos de solicitação de refúgio em trâmite (CONARE, 2019), os recentes beneficiários do programa de interiorização de imigrantes venezuelanos e os casos de imigrações que não chegam a contar nas estatísticas oficiais como os que buscam asilo, mas não se enquadram no status de refugiados ou os imigrantes econômicos, os deslocados por catástrofes naturais, os deslocados devido a projetos de desenvolvimento etc. Logo, o Brasil, em especial os locais de fronteira e grandes capitais, é destino definitivo ou transitório de imigrantes e refugiados de diversas nacionalidades.

2. Saúde mental brasileira: políticas e práticas

Em meio às dinâmicas migratórias, as leis e políticas dos países são um dos fatores condicionantes da saúde dos imigrantes e refugiados (CASTIGLIONE, 2018), podendo, por um lado, tornar penosa sua vivência ou, por outro, viabilizar a perspectiva da saúde global como direito humano assegurado "por um esforço coletivo internacional, cooperativo e sem fronteiras" (VENTURA, 2018, pg. 02). A saúde pública brasileira sobressai a esta discussão garantindo constitucionalmente o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, sem impedimentos de natureza legal, econômica, física ou cultural (PAIM E SILVA, 2010). Além de a Constituição Federal brasileira positivar o direito à saúde, a recente Lei Federal nº 13.445 (BRASIL, 2017) assegura aos imigrantes acesso aos serviços públicos de saúde em condição de igualdade com os cidadãos nacionais. Entretanto, coloca-se em questão a capacidade das políticas de saúde de caráter universal de atenderem as especificidades de determinadas populações.

Dentre as singularidades desta condição, sublinha-se o aspecto da saúde mental em razão das consequências das experiências vividas pelos imigrantes e refugiados em diferentes momentos do processo migratório (GALINA et al, 2017), na adaptação ao novo contexto e no acesso a serviços de saúde. As condições e efeitos no âmbito da saúde mental vêm sendo investigadas em grupos de imigrantes e refugiados pelo mundo em diversas circunstâncias. São apontadas recorrentes manifestações de sofrimento psíquico e associadas categorias diagnósticas psiquiátricas específicas aos impactos da migração (SARACENO, SAXENA, MAULIK, 2002). Contudo, os diagnósticos, as estratégias adotadas no planejamento das políticas e a atenção à saúde mental de imigrantes e refugiados apresentam questões culturais sensíveis, muitas vezes controversas (BUSTAMANTE et al, 2017; PEDERSEN, 2006; FIGUEIRA, 2005).

Frente aos múltiplos sentidos do processo saúde-doença-cuidado, das diversas manifestações de valores, espiritualidades, sexualidades, tradições e cosmologias, coloca-se a pergunta que nos leva a pesquisar este assunto: como as políticas de saúde e a atenção

à saúde mental voltadas para imigrantes e refugiados têm lidado com o tema da diversidade cultural?

A Reforma Psiquiátrica brasileira, importante norte das políticas em saúde mental no país, constituiu uma virada de paradigma na dimensão epistemológica e na constituição de uma rede de serviços substitutivos aos manicômios, além de promover a desinstitucionalização de milhares de sujeitos. Esse movimento, apesar das mudanças fundamentais produzidas, constituiu-se sob um grande debate que privilegiou discussões sobre classe e desigualdades socioeconômicas, não tomando como objeto de reflexão as diferenças culturais (étnicas, raciais, religiosas etc) ao ponto de serem absorvidas pela matriz teórica e prática do campo da saúde mental e atenção psicossocial (ORTEGA & WENCESLAU, 2019). Ao mesmo tempo, a psiquiatria biológica permanece um referencial importante na formação dos profissionais e conformação dos cuidados no cotidiano da assistência. Suas categorias diagnósticas, manuais, testes e terapêuticas são fortemente questionados do ponto de vista multicultural.

No contexto da saúde mental nacional, vem sendo discutido o "silenciamento" da cultura (NUNES, 2009), termo que expressa o não reconhecimento da relevância cultural, sua repulsa quando ocorrem embates de tradições, além da reificação e caricatura das manifestações culturais. Ao mesmo tempo, o própria noção de cultura dos profissionais e do executivo da saúde merece ser tomado como objeto de reflexão, no intuito de evitarmos possíveis violências de ordem simbólica prescritas neste constructo. As abordagens assistenciais e políticas podem possuir contornos cabíveis de investigação, principalmente no que tange as noções de pessoa/indivíduo (DUARTE, 1994, 2002) colocadas na interação cotidiana entre estes profissionais e a população refugiada.

O fenômeno da migração forçada é, portanto, tema incontornável na discussão em saúde mental global, principalmente para os países envolvidos nos fluxos migratórios, como é o caso do Brasil. Ao passo que se avança ou retrocede na discussão da saúde como

um direito que transcende as fronteiras internacionais, cabe concomitantemente enfrentar a problemática de sua efetivação nas realidades locais.

Referências

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Estatuto dos Refugiados. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em 25 mai. 2019.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Global Trends: forced displacement in 2018. Disponível em <https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf >. Acesso em 25 ago. 2019.

BUSTAMANTE, Lineth H.U. et al. Stress, trauma, and posttraumatic stress disorder in migrants: a comprehensive review. Rev. Bras. Psiquiatr., São Paulo, v. 40, n. 2, p. 220-225, jun 2017.

BRASIL. LEI FEDERAL Nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF, jul 2017. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm>. Acesso em 25 ago. 2019.

CASTIGLIONE, Débora de Pina. Políticas de fronteiras e saúde de populações refugiadas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, e00006018, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000400502&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 ago. 2019.

CONARE. Comitê Nacional para Refugiados. Refúgio em números. 4 ed. 2019. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf>. Acesso em 25 ago. 2019.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 173-183, 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 ago 2019.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A outra saúde: mental, psicossocial, físico-moral? pp. 83-90. In PC Alves & MC Minayo (orgs.). Saúde e doença – um olhar antropológico. Fiocruz, Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/tdj4g/pdf/alves-9788575412763-07.pdf>. Acesso em 13 ago 2019.

FIGUEIRA, Ivan. O estresse pós-traumático em áreas afetadas pelo tsunami. Rev. Bras. Psiquiatr., São Paulo, v. 27, n. 2, p. 94, jun. 2005.

GALINA, V. F. et al. A saúde mental dos refugiados: um olhar sobre estudos qualitativos. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 21, n. 61, p. 297-308, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000200297&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 mai. 2019.

NUNES, Mônica de O. O silenciamento da cultura nos (con)textos de cuidado em saúde mental. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health, Florianópolis, 1, dez. 2009. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/1125>. Acesso em: 02 mai. 2019.

ORTEGA, Francisco; WENCESLAU, Leandro, D. Challenges for implementing a global mental health agenda in Brazil: The “silencing” of culture. Transcultural Psychiatry, 2019.

PAIM, Jairnilson Silva; SILVA, Lígia Maria Vieira da. Universalidade, integralidade, equidade e SUS. BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.), São Paulo, v. 12, n. 2, ago. 2010. Disponível em <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122010000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 jun. 2019.

PEDERSEN, Duncan. Reformulando a violência política e efeitos na saúde mental: esboçando uma agenda de pesquisa e ação para a América Latina e região do Caribe. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, supl. p. 1189-1198, 2006.

SARACENO, Benedetto. SAXENA, Shekhar. MAULIK, Pallab K. Mental Health Problems in Refugees. Psychiatry in Society, orgs. N. Sartorius, W. Gaebel, J. J. López−Ibor and M. Maj. 2002.

VENTURA, Miriam. Imigração, saúde global e direitos humanos. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, e00054118, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000400201&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 mai. 2019.

A ÁFRICA NO BRASIL:

artistas africanos no campo do trabalho musical brasileiro[186]

AFRICA IN BRAZIL:

African artists in the field of Brazilian music work

Willians de Jesus Santos[187]

Resumo: Este trabalho integra a pesquisa "A marca Africano (a) como símbolo ocupacional na trajetória de musicos imigrantes no Brasil" desenvolvida no doutorado em Ciências Sociais no IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) programa trabalho, política e sociedade. A tese defendida da pesquisa é haver processo de racialização no campo musical brasileiro. Delimito o campo musical à vista de três critérios: a) mercado fonográfico formado por empresas transnacionais voltadas a produção e distribuição física e virtual de musica onde a remuneração artística sobrevém devido ao contrato com uma gravadora\distribuidora e a garantia dos direitos autorais de execução; b) o financiamento público de editais em que há imbricada relação entre Estado, fundações, empresas e bancos com a contrapartida da isenção de impostos em qual lugar para o artista a remuneração é determinada pela realização de contratos de pouco tempo de duração; (c) realização de oficinas e *workshops* com valores variaveis por trabalho musical onde o vínculo é a palavra. A racialização estrutura esses diferentes contextos onde os músicos buscam se inserir porque influi na seleção de pessoal e dos projetos musicais, enquanto fenômeno social indica simultâneamente a segmentação a partir de esteriótipos raciais e estratégias de resistência à segregação que organiza o campo musical.

Palavras-chave: *Imigração; Música; Relações Raciais.*

---

[186]Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[187] Willians de Jesus Santos doutorando em Ciências Sociais programa de pós graduação em ciências sociais, bolsista CNPq (processo 140954 \ 2017-2), Universidade Estadual de Campinas, orientadora: Liliana Rolfsen Segnini (FE\IFCH). e-mail: will.santos.iconoclasta@gmail.com;

1. Introdução

Este projeto é integrante da pesquisa de nome "A marca Africano (a) como símbolo ocupacional na trajetória de musicos imigrantes no Brasil" financiada pelo CNPq sob orientação de Liliana Rolfsen Segnini e desenvolvida no doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP.

A tese aqui apresentada é a de que "Música Africana" é uma categoria nativa emergente do encontro e as tensões entre imigrantes musicistas africanos, brasileiros e outros estrangeiros no campo musical. Minha analise inicia desde a seguinte afirmação:

> "Sou uma pessoa. Como profissional sou artista. Entretanto, a cor da minha pele faz com que pessoas só queiram que eu me apresente no mês dos negros. Porque como qualquer profissional e como qualquer outra pessoa, não tenho o direito de trabalhar o ano todo? Minha família e meus filhos só têm o direito de comer no mês dos Negros?" (A.S. Guineense, 09\09\2016)

Dita no "Mês da Consciência Negra" quando brasileiros celebram a presença de afrodescendentes no país, tal narrativa de um artista de nacionalidade guineense, inteira a interpretação de que as categorias *Africa*, *africano* e *negro*, *música africana*, *música de imigrante* e *música de refugiado*, emergem em um mesmo contexto de relações de profissionais musicais, particularmente, indicam críticas sobre a segregação deste campo.

2. Contexto e procedimento da pesquisa

A pesquisa de campo desenvolvida na cidade de São Paulo se deu nos momentos: I) de relações para o desenvolvimento dos projetos: oficinas, *workshops*, apresentações musicais, ensaios, gravações, participação em palestras e entrevistas de rádio quando ocorrem relações de trabalho com brasileiros, estrangeiros de nacionalidade diferente ou conterraneos; II) cuidado da casa, relação com a família, festas particulares, encontro com

amigos, religião, e de organização política, quando é possível conhecer referencias musicais, religiosas, políticas, a sua formação básica e profissional, a condição de vida e de moradia.

Acompanhei permanentemente dois eventos: O *Gringa Music* às quartas-feiras no bar Al Janiah e os Refúgios Musicais (SESC Belenzinho, zona leste), evento mensal. Os artistas acompanhados foram Lenna Bahule (Moçambique), Yannick Delass (Congo\São Tomé e Príncipe), Jéssica Areias (Angola), Zduduzo Siba (Africa do Sul) e Gloire (Congo), o grupo Maobé (Togo) e a Orquestra Refugi Mundana (várias nacionalidades).

Os músicos compõem um "Quase Grupo" (C.MAYER, [1966] 2010) dado que são indivíduos em "Conjuntos-de-Ação" (C.MAYER, [1966] 2010) que se articulam por causa de regras de afinidade são reconhecidos e se reconhecem pela prática comum da criação musical e a profissionalização na área "alguns destes se conhecem, outros não, (…) mantêm contato em várias situações e durante certo período de tempo" (C.MAYER, [1966] 2010, p.145-147), quer dizer, estão em transações de fluxo contínuo (BOISSEVAIN, [1974]2010).

Suas interconexões estão atravessadas pela reciprocidade, amizade ou interesses profissionais entre indivíduos que procuram "manipulá-las para atingir metas e resolver problemas, e na organização e no dinamismo das coalizões que constroem para atingir seus fins" (BOISSEVAIN, [1974]2010, p.208). Estas prescrevem a capacidade de formar rivalidades ou alianças, estabelecer contatos e cultivá-los são "parte extraordinariamente importante não apenas nas atividades políticas e econômicas, mas também no cotidiano das relações sociais" (BOISSEVAIN,[1974]2010, p.208).

Evidente, a "pluralidade de atores" (BARNES, 1969a[2010]) mantém relações que "não formam uma cadeia simples" (BARNES, 1969a[2010]), suas ações se entrecruzam e formam circuitos "ligeiramente parecido com uma malha intrincada e é chamado, apropriadamente, de rede" (BARNES, 1969a[2010], p.178). Sua atuação é dada segundo a

capacidade de avaliar, de influenciar e ser influenciado, de tais vínculos emergem valores sociais (BOISSEVAIN,[1974]2010), no caso analisado aqui música africana, música de imigrante, música de refugiado, negro são categorias que emergem aí.

3. Raça, etnia e cultura

No Brasil colonial raça designava classe social na medida em que ambas categorias se articulavam e correspondiam à divisão social entre senhores e escravos, tal teleologia justificava a condição de dominação do período, assim, na sociedade escravocrata "negro tinha um lugar e esse lugar era a escravidão" (GUIMARÃES, 2008, p. 70). Yvone Maggie (1996) aponta que no país desde o período colonial as categorias raciais produziram hierarquia e desigualdade: "A cor do escravo definia o seu lugar social, preto e escravo eram quase sinônimos" (MAGGIE, Y, 1996, p. 227).

Florestan Fernandes (2008) observa na passagem da colônia para a sociedade industrial no sudeste brasileiro cor da pele reforçava a estratificação social (FERNANDES, 2008).

A cor da pele na sociedade brasileira se tornou símbolo determinante das relações de classe social contribuindo aos bloqueios estratégicos vivenciados pela população negra que "passam pela restrição no mercado de trabalho, na seleção de empregos, no nível de salários de cada profissão, na discriminação velada (ou manifesta) em certos espaços profissionais (MOURA, Clóvis. 1988, p.8)".

Neste ponto, Silva Bento (1995) aponta existência de mecanismos discriminatórios interferindo na seleção de mão de obra fundamentados na ideia históricamente construida do lugar do negro no mercado de trabalho (SILVA BENTO, 1995).

Lélia Gonzales ([1979],2018) indica o modo pelo qual se estruturou ao longo do tempo a economia e a sociedade no Brasil formatou uma estrutura de divisão racial e sexual do trabalho onde a ocupação negra é em trabalhos de curta duração, temporário, subemprego, intermitentes. Processo, igual, na condição migratória se em que há uma lógica circular das segregações "(…) encontra-se no princípio de todas as segregações (…) geradoras de racismo (SAYAD,1998,p.58)".

Apesar de originários de diferentes contextos sociais no país "passam a ser tratados de forma reducionista e homogênea como "os africanos"" (CHALE JOÃO MUNGOI, 2012, p.127). Este mesmo processo observo em relação aos músicos, embora. Lenna Bahule denuncia o fenomeno a partir de sua experiência como estrangeira musicista no Brasil:

> "2-Quando um africano sai de seu lugar de PERTENCIMENTO, onde este simplesmente É e flui no seu ser melaninado, ele começa a lidar com rótulos e esteriótipos, que estão, a maneira deles, ligados a uma DIVIDA HISTÓRICA (sim uma dívida histórica BEMMM GRANDE. Nada de se isentar. A questão é global e não familiar\particular. Não haja bolsonoramente) que o coloca sempre em lugar de minoria, de exotização, xenofobia; e aí surge a consciência do que os cientistas sociais chamam de RACISMO! Até então, meu entendimento como pertencente de uma sociedade africana era de "Pessoa com nome, profissão, estilo próprio, homem ou mulher, talentoso nas minhas habilidades" e tudo de aprendizado humano que isso traz, mas eis que a partir de então comecei a ser intitulado NEGRO!" (BAHULE,Lenna, facebook, online, 03, ago, 2018).

Em sua narrativa é notável a lógica circular da segregação racial atravessando as relações de trabalho musical no país.

Hasenbalg (1996) chama atenção à racialização a presença de certa "cultura negra" convive com a realidade de subalternidade "A integração simbólica do negro, via cultura, pode caminhar pari pasu à sua suborninação e exclusão social" (HASENBALG, 1996, p. 243).

Em razão das narrativas mencionadas nesse texto e do campo compreendo que os artistas vivenciam a segregação. Observo a lógica do lugar social justificado por critérios raciais presente em sua trajetória, o qual, porém, é questionado pelos imigrantes a partir

de agenciamento de relações e narrativas críticas que utilizam para superar a condição de subalternização.

Referências

BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. In: Feldman-Bianco.(org). Antropologia das sociedades contemporâneas:métodos. São Paulo: Editora UNESP,2010.

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando "Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizções".In: Feldman-Bianco.(org). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHALE JOÃO MUNGOI, Dulce Maria DomingoS. Re-significando identidades: um estudo antropológico sobre experiências migratórias dos estudantes africanos no Brasil]. Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XX, nº 38, pp.125- 139, jan.\jun.2002.

GONZALES, Lelia. Cultura, etnicidade e trabalho. Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no VIII Encontro nacional da Latin American Studies Association. Pittsburgh, Pensilvânia, USA, abril, 1979. In: Primavera para as rosas negras. UCPA, Diáspora Africana, 2018.

HASENBALG, Carlos. Entre o Mito e os Fatos: Racismo e relações raciais no Brasil. In: Marcos C. Maio e Ricardo V. Santos (orgs). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ\CCBB, 1996.

MAGGIE, Y. "Aqueles a quem foi negada a cor do dia": as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. Raça, ciência e sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, pp. 225-234. ISBN: 978-85-7541-517-7.

MAYER, Adrian C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas.In: Feldman-Bianco.(org). Antropologia das sociedades contemporâneas:métodos. São Paulo: Editora UNESP,2010.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Àtica, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira, - Niteroi: Eduff, 2000, p.17-34.

ROGER, Bastide e FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana \ Roger Bastide, Florestan Fernandes. – 4. ed. ver. – São Paulo: Global, 2008.

SAYAD, Abdelmaleck. O que é um imigrante?. In: A Imigração ou os paradoxos da alteridade. Trad. Cristina Muracho. EDUSP 1998.

SILVA BENTO, Maria Aparecida. A mulher negra no mercado de trabalho. Estudos Feministas, n.2/95, Ano 3, 2º semestre 1995, p. 479-488.

ACESSO E SAÚDE:
um estudo avaliativo sobre as diferentes dimensões do acesso de refugiadas congolesas à atenção integral à saúde da mulher no Município do Rio de Janeiro[188]

ACCESS AND HEALTH:
an evaluation study on the different dimensions of access to Congolese refugees to women's full health care in the city of Rio de Janeiro

Taiane Damasceno da Hora[189]
Ariane Rego de Paiva[190]
Ludmila Fontenele Cavalcanti[191]

Resumo: *O trabalho apresentado trata-se de pesquisa de doutorado cujo objetivo é analisar as diferentes dimensões do acesso de refugiadas congolesas à atenção integral à saúde da mulher no município do Rio de Janeiro. A pesquisa desenvolve-se a partir de uma abordagem avaliativa qualitativa, buscando compreender as atitudes, crenças, comportamentos e ações dos sujeitos. Os sujeitos da pesquisa são os profissionais de saúde do município do Rio de Janeiro; os gestores que atuam na área de Saúde da Mulher na SMS-Rio; os profissionais da Cáritas Arquidiocesana do Rio Janeiro que atuam na área de integração local; e as mulheres congolesas refugiadas e migrantes. O lócus da pesquisa é composto pelas unidades da atenção básica. Nesta pesquisa a hipótese é que, num contexto de retrocessos vividos na política de saúde, os serviços de saúde têm apresentado dificuldades para garantir o acesso das mulheres refugiadas à atenção integral à saúde da mulher decorrente de barreiras relacionadas ao acesso, às questões culturais, ao idioma e às práticas de saúde diferentes do país de origem.*

Palavras-chave: *Mulheres. Refúgio. Saúde.*

---

188 Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

189 Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC- Rio-, Mestre em Serviço Social pela PUC Rio. E-mail: thay.hora@gmail.com.

190 Docente no Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC – Rio. Doutora pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: arianerpaiva77@hotmail.com.

191 Docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Doutora em Ciências da Saúde pelo Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz, com pós-doutorado pela Universidade de Fortaleza. E-mail: ludmila.ufrj@gmail.com.

1. Introdução

O trabalho apresentado trata-se de pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio), cujo objetivo é analisar as diferentes dimensões do acesso de refugiadas congolesas à atenção integral à saúde da mulher no município do Rio de Janeiro.

A metodologia utilizada é a abordagem avaliativa qualitativa. Os sujeitos da pesquisa são os profissionais de saúde do município do Rio de Janeiro; os gestores que atuam na área de Saúde da Mulher na SMS-Rio; os profissionais da Cáritas Arquidiocesana do Rio Janeiro que atuam na área de integração local; e as mulheres congolesas refugiadas e migrantes. O lócus da pesquisa é composto pelas unidades da atenção básica.

O Sistema Único de Saúde (SUS) configura-se como um grande avanço na história da política de saúde no Brasil, sendo resultado do processo de luta conhecido como movimento de Reforma Sanitária, que buscava um sistema universal de saúde para atender toda a população. Em 1988, com a Constituição Federal da República [...] "a saúde passou a ser reconhecida como um direito social, ou seja, inerente à condição de cidadão, cabendo ao poder público a obrigação de garanti-la: A saúde é direito de todos e dever do Estado (Art. 196)" (PAIM, 2009, p.43).

A saúde passou a integrar o tripé da Seguridade Social juntamente com as políticas de assistência social e de previdência social, reconhecida como um direito social e uma política pública. Em 1990, com a criação do SUS, a saúde passou a ser regulamentada por leis, normas operacionais, emendas constitucionais e resoluções específicas.

O SUS tem como princípios a universalidade, equidade e integralidade no atendimento. A universalidade é um dos princípios fundamentais do SUS, determina que

todos os cidadãos têm direito às ações e serviços de saúde, superando assim a cidadania restrita. Com este principio, tanto os brasileiros quanto os estrangeiros devem acessar os serviços de saúde, sem que sejam impostas barreiras de acessibilidade legais, econômicas, físicas ou culturais (RISSON, MATSUE, LIMA, 2018; PAIM, 2009).

Atualmente a política de saúde no Brasil vive um novo desafio, que é a recepção de refugiados e migrantes. Entre de 2007 e 2017 o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) reconheceu 10.145 refugiados no Brasil, com as seguintes nacionalidades, respectivamente: Síria, República Democrática do Congo, Colômbia, Palestina, Paquistão, entre outros.

No município do Rio Janeiro, em 2017, havia 4.288 refugiados e 2.899 solicitantes de refúgio, somando assim um total 7.187. Esta população é constituída majoritariamente de angolanos e congoleses. Ao analisar este público por sexo, nota- se que no período de 2014 a 2016 houve um aumento de mulheres refugiadas ou solicitantes de refúgio. Em 2014 elas constituíam um total de 30% e em 2016 passou para 50% (SMS, 2017).

2. Direito à saúde e mulheres refugiadas

Sobre os direitos dos refugiados no Brasil, destacam-se a não devolução, não penalização pela entrada irregular, documentação, trabalho, livre trânsito pelo território, educação, saúde, não ser discriminado(a), não sofrer violência sexual ou de gênero e praticar livremente sua religião. Sobre o direito à saúde, os refugiados devem ser atendidos nas unidades da atenção primária à saúde, de urgência e emergência, hospitais e nos demais serviços de saúde no território nacional (SMS-Rio, 2017).

A categoria direito à saúde é compreendida neste estudo a partir do acesso, no entanto, este não se restringe apenas ao atendimento do indivíduo em um serviço de

saúde. Esta categoria é complexa, pois deve ser analisada de forma ampliada, pensando também em questões como a distância e o tempo da população em relação às unidades de saúde; a oportunidade; a funcionalidade, que se refere à capacidade que os serviços de saúde possuem de resolver os problemas trazidos pela população; os custos que podem ser definidos como diretos (da atenção) indiretos (medicamento, salários, transporte); e aceitação do usuário ao modo da disponibilidade do serviço apresentado (GIOVANELLA; FLEURY, 1996).

> Disponibilidade — relação entre o volume e o tipo de serviços existentes e o volume de clientes e o tipo de necessidades.
>
> Acessibilidade — relação entre localização da oferta e a localização dos clientes, tomando em conta os recursos para transporte, o tempo de viagem, a distância e os custos.
>
> Acomodação ou adequação funcional — relação entre o modo como a oferta está organizada para aceitar clientes (sistema de agendamento, horário de funcionamento, serviços de telefone) e a capacidade/habilidade dos clientes acomodarem-se a estes fatores e perceberem a conveniência dos mesmos.
>
> Capacidade Financeira (affordability) — relação entre os preços dos serviços segundo o mantenedor, o depósito requerido para a entrada de clientes e a capacidade de pagar, ou a existência de seguro-saúde por parte do cliente.
>
> Aceitabilidade — relação entre atitudes dos clientes sobre os profissionais e as características das práticas dos provedores de serviços assim como a aceitação pelos provedores de prestar serviços àqueles clientes (GIOVANELLA; FLEURY, 1996, p. 189).

Sanchez e Ciconelli (2012) afirmam que o termo acessibilidade possui dois aspecto. O primeiro diz respeito às questões sócio-organizacional, que tratam das condições sociais, culturais, educacionais ou econômica dos indivíduos. Já a acessibilidade geográfica, é referente às funções de tempo e do espaço.

Sobre a saúde da mulher no Brasil, Costa (2009) afirma que nos anos 70 todas as iniciativas do Ministério da Saúde de controle de natalidade sofreram oposição de diferentes grupos da sociedade. A Reforma Sanitária, que ocorreu na década de 1980, tratou diversas questões da saúde, sendo uma delas o programa de controle demográfico e também subsidiou a sustentação técnica e política do Programa de Assistência Integral à

Saúde da Mulher (PAISM) concebido em 1983. Este foi instituído antes do SUS, portanto, usa o termo integralidade primeiramente (SOUTO, 2008).

Para Souto (2008), o PAISM foi um grande avanço na política de saúde da mulher, pois trouxe a possibilidade de rompimento com o paradigma materno-infantil, no qual a mulher era vista apenas como produtora e reprodutora da força de trabalho. Na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a abordagem de gênero é compreendida a partir das diferenças no modo de viver de homens e mulheres que motivam o processo saúde-doença.

> Ao ser considerado nas políticas de saúde, o enfoque de gênero orienta essas políticas a reconhecerem as diferenças e desigualdades existentes entre os gêneros e como elas se manifestam nas suas vivências, principalmente no processo de adoecimento e sofrimento. Incluir essa abordagem na política de saúde significa reconhecer as condições feminina e masculina como estruturantes do cuidado integral à saúde e das ações e praticas desse cuidado, sendo esse um dos caminhos para a humanização e integralidade da atenção à saúde para homens e mulheres em todas as suas fases de vida (SOUTO, 2008, p. 169).

A categoria gênero vai nortear a formulação das políticas e colocar a necessidade de haver uma relação com o conceito de integralidade. A integralidade pode ser definida como:

> A concretização de práticas de atenção que garantam o acesso das mulheres a ações resolutivas construídas segundo as especificidades do ciclo vital feminino e do contexto em que as necessidades são geradas (COELHO ET AL, 2009, p. 155).

O documento publicado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2004) traz questões importantes como o enfoque de gênero, integralidade e a promoção da saúde. O documento também tem como objetivo a busca na consolidação de direitos sexuais e reprodutivos, enfatiza a melhoria na atenção obstétrica, no planejamento familiar, na atenção ao abortamento inseguro e no tratamento de mulheres com HIV/AIDS e aquelas que são portadoras de doenças crônicas não transmissíveis e de câncer ginecológico.

3. Conclusão

O trabalho apresentado trata-se de uma pesquisa em andamento, por este motivo ainda não há resultados finais. No entanto, são apresentados alguns apontamentos preliminares sobre o objeto da pesquisa.

Entende-se neste projeto que no Brasil, devido ao principio da universalidade, tanto os brasileiros quanto os estrangeiros devem acessar os serviços de saúde, sem que sejam impostas barreiras de acessibilidade legais, econômicas, físicas ou culturais. Logo, sobre o direito à saúde, os refugiados devem ser atendidos nas unidades de atenção primária à saúde, de urgência e emergência, hospitais e nos demais serviços de saúde no território nacional (SMS-Rio, 2017).

Pela legislação brasileira, os refugiados ou solicitantes de refúgio possuem o direito à saúde pública sem qualquer distinção com os cidadãos brasileiros. A hipótese para esse estudo é que num contexto de retrocessos vividos na política de saúde, os serviços de saúde têm apresentado dificuldades para garantir o acesso das mulheres refugiadas à atenção integral à saúde da mulher decorrente de barreiras relacionadas ao acesso, às questões culturais, ao idioma e às práticas de saúde diferentes do país de origem.

Uma questão relevante refere-se à importância de pesquisas sobre mulheres refugiadas, visto que autores como Schwinn e Costa (2016) afirmam, com bases nos dados do ACNUR (2002), que as mulheres e crianças representam metade das pessoas em deslocamento no mundo, por sua vez, estas se encontram em situação de vulnerabilidade, visto que estão longe das suas origens, sem proteção do governo e afastadas das suas famílias. As mulheres acabam se tornando vítimas de uma série de violências, destacando a violência cultural, psicológica, social e sexual. Entre os motivos para as mulheres buscarem refúgio em outros países destacam-se os fatores econômicos, busca por uma

sociedade mais aberta, fuga de maus casamentos, discriminação, violência de gênero, limitações culturais e os conflitos armados.

E por último, é importante enfatizar também que os estudos ao longo dos anos têm ignorado a migração de mulheres, tornando-as invisíveis e dependentes dos homens. Assim, restringem o deslocamento a uma questão econômica, política e masculina, visto que os homens se deslocam em maior número. Para Lisboa (2006), há uma feminização da pobreza visto que, segundo a ONU Mulheres, 70% dos pobres no mundo são mulheres. Isso também é um dos motivadores do fluxo migratório, pois as mulheres migram internamente e externamente em busca de melhores condições de vida. Muitas vezes por questões econômicas as mulheres refugiadas submetem-se ao trabalho informal, precário e com remunerações baixas.

Referências

ACNUR. Diretrizes Sobre Proteção Internacional N. 01 Perseguição Baseada no Gênero, no Contexto do Artigo 1a(2) da Convenção de 1951 E/ou Protocolo de 1967 Relativos Ao Estatuto dos Refugiados. Itália , 07 maio 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

COSTA, A.M. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, [s.l.], v. 14, n. 4, p.1073-1083, ago. 2009.

GIOVANELLA, L.; FLEURY, S. Universalidade da Atenção à Saúde: acesso como categoria de análise. In: Eibenschutz C, org. Política de Saúde: o público e o privado. Rio de Janeiro: Fiocruz; p. 177-198, 1996.

PAIM, J. S. O que é o SUS? 1 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz.-sexual-no-mundo/>. Acesso em: 23 jun. 2017.Cap. 3. p. 177-198, 2009.

SHWINN, S. A.; COSTA, M. M. M. Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: a dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias do ACNUR no combate a essa violência. Signos, Lajeado, v. 2, n. 37, p.216-234, nov. 2016.

SOUTO, K. "A política de atenção integral à saúde da mulher: uma análise de integralidade e gênero". Revista Ser Social, n. 22, p. 161-182, 2008.

RISSON, A.P.; MATSUE, R.Y.; LIMA, A.C.C. Atenção em Saúde aos Imigrantes Haitianos em Chapecó e suas Dimensões Étnico-Raciais. O Social em Questão, Rio de Janeiro, n. 41, p.111-130, maio 2018.

SAÚDE, Secretaria Municipal de. A experiência da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro no atendimento aos refugiados. Rio de Janeiro: Sms, 85p. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde), 2017.

SANCHEZ, R. M. CICONELLI, R. M. Conceitos de acesso à saúde. Rev Panam Salud Publica, Washington, v. 31, n. 3, p. 260-268, Mar. 2012.

LISBOA, T. K. Gênero e Migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. In: REHMU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Ano XIV, n. 26 e 27, 2006.

UM OLHAR PSICANALÍTICO PARA A FAMÍLIA DEKASSEGUI NO JAPÃO[192]

A PSYCHOANALYTIC LOOK TO THE DEKASEGI FAMILY IN JAPAN

Cizina Célia Fernandes Pereira Resstel[193]

José Sterza Justo[194]

Mary Yoko Okamoto[195]

Resumo *Em meados de 1980, o fenômeno dekassegui se destaca pelo grande contingente de descendentes de japoneses que começa a se deslocar para trabalhar nas fábricas japonesas, na terra dos seus avôs. Nesse contexto, os entraves são imensos entre as duas subjetividades culturais, como a falta de domínio da língua japonesa, a vivência de exclusão social e o sentimento de estrangeiridade, crise identitária e outros. A proposta geral deste estudo elegeu, como objeto de investigação, a experiência de 3 meses, da pesquisadora, no Japão, em 2012, com o migrante dekassegui. O objetivo específico da pesquisa é promover uma leitura dessa experiência, com base no método psicanalítico, como a análise e a interpretação contratransferência. Nesse contexto, fizemos um recorte de uma entrevista com adolescente de 15 anos que viveu uma experiência de fracasso de desadaptação/adaptação no Brasil. Tal como no Japão, a falta de conhecimento cultural e de domínio do idioma pode causar apatia aos estudos e exclusão social.*

Palavras-chave: *Imigração. Filhos de dekasseguis. Psicanálise.*

---

[192] Trabalho apresentado no VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2019.

[193] Doutora em Psicologia (UNESP- Assis). E-mail: ciressfer@yahoo.com.br

[194] Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) Faculdade de Ciências e Letras , Assis, Brasil. Doutor em Psicologia. E-mail:seterzajusto@yahoo.com.br

[195] Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) Assis, Brasil. Doutora em Psicologia. E-mail:mary.o@uol.com.br

1. Brasil e Japão

O Brasil, até 1980, era conhecido como país de fluxos contínuos de entrada de estrangeiros em seu território. Na década de 1980, há uma descontinuidade na recepção de imigrantes, porém, um novo marco acontece na história da migração brasileira, o país além de ser conhecido como receptor de mão de obra imigrante, também passa a ser reconhecido como país emissor de trabalhadores ao estrangeiro e como parte dessa mobilidade humana, os brasileiros descendentes de japonês fazem o caminho inverso da migração dos avós, assim ficou conhecido como o movimento *dekassegui.* No entanto, *dekassegui* refere-se aquele que sai em busca de trabalhos temporários para ganhar dinheiro.

Os primeiros nipo-brasileiros que se deslocavam para o Japão eram os *isseis* (japoneses), os *nisseis* (segunda geração), filhos de japoneses e aqueles que tinham dupla nacionalidade. Esses primeiros *dekasseguis* sabiam falar o idioma, e a língua não seria uma barreira entre as duas culturas e além do mais, tinham pensamentos diferentes, poupavam o dinheiro para o retorno ao Brasil. De acordo com Goto (2007, p.16), esses *dekasseguis* enviavam a maior parte do dinheiro que poupavam à família no Brasil.

No início da década de 1990, há uma mudança na Lei da Imigração do Japão, que passa a aceitar os netos de japoneses e seus cônjuges, contudo isso, famílias inteiras passam a chegar ao Japão.

Tal como o tempo de permanência ficou mais longo e alguns passaram adquirir residência no território japonês. Dessa forma, diminuiu o número de remessas feitas aos seus familiares e o dinheiro ganho com seus salários foi sendo direcionado para outras necessidades da casa no Japão, como os estudos das crianças.

Os *yonseis (quarta geração)* vivem o chamado *double limited* em ambas as línguas (YANO, 2006), ou seja, não dominam nenhum dos dois idiomas: o português e o japonês.

Por esta razão, os entraves são enormes entre as duas subjetividades culturais. Os seus pais migraram para o Japão com o objetivo de somente trabalhar, mas a segunda geração de imigrantes – os filhos de *dekasseguis* – não pensa da mesma forma, não aceita ser imigrante no Japão e nem a vida como ela é (KAWAGUTI, 2012)

A condição de "deficientes" (NAKAGAWA; NAKAGAWA, 2010, p. 353) e incapazes está sendo atribuída aos adolescentes brasileiros pelos japoneses, àqueles que não têm compreensão da língua japonesa e, além disso, são tratados e considerados como crianças em fase de latência.

Para Grinberg e Grinberg (1984), a mudança de idioma é considerada o principal problema de enfrentamento do imigrante no país estrangeiro. Ademais, a linguagem está vinculada à evolução do ser humano, desde o nascimento, no desenvolvimento do sentimento de identidade e nos vínculos comunicativos com seus familiar.

A linguagem é entendida por Grinberg e Grinberg (1984, p. 121), como "[...] un produto continuo, uniforme, de signos y significados que desempeñan una función real en la habla humana", ou seja, é a forma como percebemos e apreendemos a realidade.

A falta de domínio na língua japonesa dos filhos de *dekasseguis* acaba gerando vários prejuízos em suas vidas (pessoal, escolar e profissional). Não conseguem concluir o ensino médio nas escolas japonesas e aqueles que concluem os estudos nas escolas brasileiras são vítimas de analfabetismo do idioma no país em que vivem, já que é insuficiente o seu ensino da língua japonesa nessas instituições.

A proposta geral deste estudo elegeu, como objeto de investigação, a experiência de 3 meses, da pesquisadora, no Japão, em 2012, no "Programa de Desenvolvimento de Apoio Psicológico no Estado de São Paulo voltado aos *dekasseguis* e seus descendentes que retornam ao Brasil", em parceria com a Unesp, campus de Assis/SP e a JICA (Japan International Cooperation Agency) Aichi/Japão, com o migrante *dekassegui*. O objetivo

específico da pesquisa é promover uma leitura dessa experiência, com base no método psicanalítico na contratransferência.

Os atendimentos psicológicos dados a escolares foram realizados nas dependências das NPOs (Organizações Sem Fins Lucrativos) mantidas pelas prefeituras e voluntários que participam do projeto. Essas Organizações ensinam o idioma japonês a criança estrangeira.

Os participantes da pesquisa foram encaminhados e selecionados pelas NPOs (Organizações Sem Fins Lucrativos) e instituições escolares. Escolhemos uma entrevista de um adolescente nipo-brasileiro que recentemente havia voltado do Brasil para o Japão.

2. Caso de não adaptação no Brasil

Jorge era um adolescente de 15 anos de idade. Nasceu no Japão. Seus traços físicos são de um típico japonês. Ele expressava com muitas dificuldades a língua portuguesa. Em 2011, sua avó adoeceu no Japão e a família resolveu voltar para morar no Brasil e assim acompanhar seu tratamento médico. Jorge estava com 13 anos de idade e desconhecia a decisão de retorno tomada pelos pais, que veio a saber alguns dias antes da partida ao Brasil, pois Jorge já estava adaptado à cultura japonesa, apesar das dificuldades de aprendizagem na escola japonesa.

Com a viagem de retorno da família, Jorge teve que interromper os seus estudos no sétimo ano na escola japonesa. Ao chegar no Brasil, foi matriculado no nono ano do ensino fundamental II, no entanto, teve que voltar para o sétimo ano, provavelmente porque não estava conseguindo acompanhar as aulas.

Os sofrimentos emocionais desencadeados por impactos culturais e frustrações ao novo ambiente, poderão ser empecilhos e dificultar a adaptação no país de chegada ou de retorno, como a negação dessa realidade.

Para Jorge, era tudo difícil e estranho, não conhecia o sistema brasileiro de ensino e aprendizagem, a nova grade curricular, os professores, a língua portuguesa que antes era pouco utilizada por ele e seria primordial dentro da escola brasileira.

No Brasil, era visível a mudança de comportamento de Jorge pela família e o quanto causava sofrendo psíquico. Cada vez mais isolado, Jorge expressou a vontade de morrer se ficasse no Brasil, via intenert, para os amigos japoneses. A mãe ouviu a conversa de Jorge e resolveu voltar para o Japão, sem o marido, mas com os dois filhos, apesar do filho caçula expressar o desejo de morar no Brasil.

Ao voltar para o Japão em agosto de 2012, Jorge ingressou no nono ano da escola japonesa. A felicidade tomou conta de Jorge ao reencontrar o país que tem muitos significados afetivos e de vida.

No Japão, Jorge é visto e considerado brasileiro pelos os japoneses e no Brasil é visto e chamado de japonês pelos brasileiros. Nesse sentido, Jorge é duplamente estrangeiro, aqui no Brasil e lá no Japão.

Jorge sabe o que quer para o presente, terminar o ensino fundamental II e cursar o ensino médio, pois como filho de imigrante, o futuro é incerto.

Concluímos que são inúmeros os problemas da família *dekassegui* e é na escola que ficam mais visíveis as dificuldades e os conflitos emocionais das crianças e dos adolescentes, pois o que acontece com eles vão reflitir diretamente nos estudos. A fase da infância é distinta da adolescência, em que o interesse da criança está voltado a aprendizagem escolar, enquanto na adolescência é posta a questão das identificações sociais, da identidade e do sentimento de pertencimento. Nessa família *dekassegui*,

podemos ver que há três fases de vida, a infância do irmão mais novo, a adolescência de Jorge e a fase adulta da mãe, na experiência imigrante. Todas elas, são vivenciadas num tempo único e peculiar de cada membro da família e nessa saga migratória, a necessidade e o sentido para cada um, vão dando novas formas e direções para a vida. A experiência do sentimento de estrangeiridade de Jorge foi vivida intensamente no Brasil. Portanto, Jorge vivenciou uma experiência de fracasso na continuidade no processo de desadaptação/adaptação no Brasil. Tal como no Japão, a falta de conhecimento cultural e de domínio do idioma pode causar apatia aos estudos e exclusão social.

Referências

GOTO, J. Latin Americans of Japanese Origin (Nikkeijin) Working in Japan – A Survey. Research Institute for Economics and Business Administration Kobe University 2007, p. 01-51. Disponível em: http://documents.wogotorldbank.org/curated/en/604121468020036821/pdf/wps4203.pdf Acesso em: 26 nov. 2018.

GRINBERG, L.; GRINBERG, R. Psicoanalisis de la migración y del exilio. Madrid: Alianza, A. A., 1984.

KAWAGUTI, L. Segunda, geração de imigrantes brasileiros sofre exclusão no Japão. BBC Brasil, São Paulo, 05 nov. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121102_segunda_geracao_lk.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2017.

NAKAGAWA, D. I.; NAKAGAWA, K. Y. Dekassegui e a relação Brasil-Japão: Aspectos positivos e negativos. In: Vários Autores. Centenário: Contribuição da imigração japonesa para o Brasil moderno e multicultural. São Paulo: Paulo's e Comunicação e Artes Gráficas, 2010. p. 351-360.

YANO, L. P. Double limited (dupla limitação linguística): crianças residentes no Japão. 2006. Disponível em: <https://www.academia.edu/2206341/Double_Limited_dupla_limitação_lingüística_>. Acesso em: 27 ago. 2017.